



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO**

RENATO MACEDO FILHO

**ONDE MORA A CIDADANIA?
VISIBILIZANDO A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO
MOVIMENTO SEM TETO – SALVADOR/BA**

Salvador
2010

RENATO MACEDO FILHO

**ONDE MORA A CIDADANIA?
VISIBILIZANDO A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO
MOVIMENTO SEM TETO – SALVADOR/BA**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e
Feminismo da Universidade Federal da Bahia como
um dos requisitos para obtenção do título de Doutor.**

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ana Alice Alcantara Costa

Salvador
2010

M141 Macedo Filho, Renato
Onde mora a cidadania? Visibilizando a participação das mulheres no Movimento Sem Teto – Salvador/Ba / Renato Macedo Filho. – Salvador, 2010.
238 f.: il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Alice Alcântara

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

1. Mulheres. 2. Movimentos sociais. 3. Participação. 4. Cidadania. I. Costa, Ana Alice Alcântara. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 305.4

TERMO DE APROVAÇÃO

RENATO MACEDO FILHO

ONDE MORA A CIDADANIA? VISIBILIZANDO A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SEM TETO – SALVADOR/BA

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Programa de Pós-graduação do PPGNEIM da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Salvador, 03 de agosto de 2010.

Ana Alice Alcantara Costa - orientadora

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Nacional Autônoma de México, 1996
Professora do Departamento de Ciência Política da UFBA - PPGNEIM/FFCH/UFBA

Maria Victória Espiñeira González

Doutora em Filosofia e Ciência da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, 2000
Professora do Departamento de Ciência Política da UFBA - PPGCS/UFBA.

Iracema Brandão Guimarães

Doutora em Sociologia Universidade de São Paulo, 1994
Professora do Departamento de Sociologia da UFBA - PPGNEIM/FFCH/UFBA

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, 1986
Professora da Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Laura Susana Duque-Arazola

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, 2004
Professora do Departamento de Ciências Domésticas da UFRPE e do PPG Serviço Social /UFPE

*A minha mãe Nininha (em memória),
exemplo de vida e de integridade. Matriarca
que deu o máximo de si, até o último
instante de vida, para proporcionar a
felicidade das/os filhas/os. Deu toda força
para eu iniciar este curso, mas não viu o
resultado final.*

AGRADECIMENTOS

Finalizar um trabalho de doutoramento significa um alívio, ufa!! Mas também a lembrança de muitos momentos com pessoas que marcaram todo esse percurso. Por isso agradeço a todas as pessoas que estiveram alguma forma presentes nesta caminhada e peço desculpas aos que não aparecerão nesta relação. Aqui divido os eventuais méritos, agradeço todas as contribuições e assumo as responsabilidades pelas falhas.

Primeiro gostaria de agradecer a Fabiane Alves Regino, meu amor, por todas as contribuições possíveis. Pelo incentivo para fazer o curso, pelas contribuições e discussões teóricas, pela força nos momentos difíceis e de indecisão, mas principalmente pelo amor e carinho que fortalece a cada dia nossa relação.

A professora Ana Alice Costa, pelo acolhimento, confiança, dedicação e pelas fundamentais sugestões, decisivas para o desenvolvimento desta pesquisa.

A professora Cecília Sardenberg pelos esclarecimentos e incentivos para o olhar de gênero e no aprofundamento das teorias feministas.

A todas as professoras do programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, pelas contribuições na nossa formação. E as secretárias Betânia, Rebeca e Fernanda pelo apoio.

A Ana Vaneska pelas entrevistas, conversas informais, documentos e materiais disponibilizados, e por ter me apresentado a diversas pessoas ligadas ao Movimento.

A todas as mulheres entrevistadas ou que deram alguma informação, especialmente a Elaine, Ajuremá, Gil, Zefa, D. Maria, Lurdes e Moscoso pelas entrevistas esclarecedoras.

A Pedro e Jhones pelas entrevistas e esclarecimentos.

A todas as pessoas do Movimento Sem Teto em Salvador, especialmente às mulheres que nos cederam um pouco de seu tempo e de suas experiências, para dar corpo a esta pesquisa.

A todas as pessoas que fazem parte do NEIM e especialmente à Rita, Alexnaldo, Iole, Claiton pelo carinho e apoio.

A professora Márcia Macedo pelo apoio no Estágio docência e pelas esclarecedoras orientações.

A Zilmar e Vanessa pelas dicas, documentos e conversas esclarecedoras.

As professoras Laura, Victória, Iracema e Inaiá por terem aceitado o convite para participar da Banca e contribuições sugeridas.

A professora Adriana Vallobra da Argentina pelas indicações preciosas de leitura.

A primeira turma do PPGNEIM, Darlane, Helena, Mirian, Simone, Éric, Zilmar, Ana Livia, Ana Reis, Sabrina, Silmaria, Vanessa, Bete e Virginia. Saudade!!!

A Agacy, minha irmã que está sempre presente para me socorrer.

A Fatinha pela inserção nos estudos de gênero ainda no mestrado.

A Jerônimo e Marcos Antonio, pela amizade e pela energia positiva, mesmo que distante.

A Cezar e Raphael, companheiros de pesquisa sobre sem teto que bastante contribuíram com suas pesquisas.

A Denis Clei pela tradução do resumo e Josele pela forma ‘solidária’ na leitura final do trabalho.

A Raquel pela indicação nas correções finais e outras discussões e apoio.

A UFBA pela oportunidade.

A CAPES por ter concedido bolsa por quatro anos.

A minha Família pelo apoio e a Fabiana por tudo que tem feito por mim e por Tato.

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as especificidades da participação das mulheres no Movimento Sem Teto na cidade de Salvador (BA), uma vez que em muitos estudos sobre as lutas das mulheres e suas diferentes reivindicações, nos diversos âmbitos da sociedade, elas não têm sido percebidas. Principalmente no que se refere às questões políticas e isso representa uma dificuldade acerca da visibilidade das mulheres nesses movimentos sociais. Sobre a metodologia, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa que permitiu pensar na natureza socialmente construída da realidade e na relação estabelecida entre o pesquisador e o que foi “estudado”, considerando todas as limitações situacionais que influenciaram essa investigação. Para isso, foram feitas entrevistas, visitas às ocupações, observação de eventos como manifestações, reuniões, assembleias, etc. A amostra foi composta por mulheres e homens do Movimento, atentando para a multiplicidade de atores/atrizes sociais envolvidos/as, sendo a prioridade dada às mulheres. As entrevistas foram feitas tanto com lideranças do Movimento (mulheres e homens), quanto com militantes (mulheres e homens) da base. Diante disso, discutiu-se a questão da invisibilidade da ação política das mulheres no Movimento Sem Teto, o que constituiu na contradição entre a maioria feminina (70% são mulheres, de acordo com as coordenações do Movimento Sem Teto) em sua composição e o restrito acesso aos espaços de poder, de liderança e decisões ocupados por essas mulheres no Movimento. Além disso, percebeu-se que o engajamento das mulheres no Movimento Sem Teto se dá por sua condição de mãe, as quais, em grande parte, se envolvem nessas ações coletivas como defensoras da família e dos/as filhos/as e que buscam na conquista da moradia, uma forma de garantir um “futuro melhor” para os/as mesmos/as.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Movimento Sem Teto. Participação. Cidadania. Maternalismo.

ABSTRACT

The objective of this research was identify and analyze the particularities of the women participation in the movement denominated “Movimento Sem Teto” in the city of Salvador (BA), because they haven’t been perceived in many studies about the struggle of the women and their different claims in several society sectors. Mainly about the politic questions and this represents a difficulty concerning the visibility of the women in these social movements. About the methodology, the research had a qualitative context that made possible to think about the socially constructed origin of the reality and the relation established by the researcher and the subject that was studied, considering all the contextual limitations that influenced this inquiry. For this, interviews, visits to the occupations, observations of events like manifestations, meetings, assemblies and others had been done. The sample was composed for women and men from the Movement, attempting for the multiplicity of social involved persons, prioritizing the women. The interviews had been made with leaderships of the Movement (women and men) and with militants of the base (women and men). Thus, it was discussed the invisibility of the women politic action in the “Movimento Sem Teto”, this constituted a contradiction between the feminine majority composition (70% are women, in accordance with the coordinations of the “Movimento Sem Teto”) and the restricted access to the posts of power, leadership and decisions, occupied for these women in the Movement. Moreover, it was perceived that the engagement of the women in the “Movimento Sem Teto” occurs because of their mothers condition and a great part of them involves in these collective actions as defenders of families and children and search in the housing conquest, a way to guarantee a “better future” for them.

KEYWORDS: Women. “Movimento Sem Teto”. Participation. Citizenship. Maternalism.

LISTA DE TABELAS

1. Distribuição percentual do déficit habitacional urbano – Brasil e Bahia, Região Metropolitana de Salvador, por faixa de renda média familiar.....26
2. Tipologia das Ocupações ocorridas em Salvador nos anos de 1970 e 1990.....65

LISTA DE FIGURAS

1. Organograma de Estrutura de funcionamento do Movimento Sem Teto.....78
2. Interior da Ocupação IPAC II no Centro Histórico de Salvador.....86
3. Interior e Fachada da Ocupação IPAC II no Centro Histórico de Salvador.....86
4. Ocupação da Cidade de Plástico em Periperi.....87
5. Nova Ocupação em Periperi.....132
6. Estrada velha do aeroporto – mulher lavando utensílios.....132
7. Ocupação em Periperi - Reunião do movimento.....133
8. Capas e conteúdos da revistas brasileiras que exaltavam a maternidade em cada edição.....179
9. Preparação de Alimentos na Ocupação.....187
10. Mulher e crianças.....188
11. Dificuldades de acesso a água.....189
12. Estrutura precária.....189
13. Enfrentando a polícia.....191
14. Manifestação no centro da cidade.....191
15. Reunião na Ocupação Cidade de Plástico.....192
16. Interior dos barracos.....193
17. Mãe e suas filhas.....194

LISTA DE QUADROS

1. Ocupações em Salvador em Dezembro de 2007.....30
2. Ocupações nas quais se registraram conflitos e violências contra os ocupantes em Salvador – década de 1970.....54
3. Relação de Ocupações do Movimento Sem Teto em Salvador entre 2003 e 2007.....84

SIGLAS

ACUP	Associação Comunitária da União Paraíso
APS	Ação Popular Socialista
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CDS	Coordenação de Desenvolvimento Social
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CIA	Centro Industrial de Aratu
CJP	Comissão de Justiça e Paz
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
EVA	Estrada Velha do Aeroporto
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FJP	Fundação João Pinheiro
IAPSEB	Instituto de Previdência e Assistência do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
LABHABITAR	Laboratório de Habitação UFBA
MDF	Movimento de Defesa dos Favelados
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTB	Movimento dos Sem Teto da Bahia
MSTS	Movimento dos Sem Teto de Salvador
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PFL	Partido da Frente Liberal
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGNEIM	Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
PSH	Programa de Subsídio da Habitação
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEHAB	Secretaria de Habitação
SEPLAM	Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
SUCOM	Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo
SUTRABES	Superintendência do Trabalho e Bem Estar Social
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UMM	União dos Movimentos de Moradia
UMP-BA	União de Moradia Popular
UNIFACS	Universidade Salvador
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

SUMÁRIO

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO.....	1
1.1 A Proposta da Pesquisa.....	1
Capítulo 2 – METODOLOGIA.....	19
2.1 Construção dos Procedimentos Metodológicos.....	19
Capítulo 3 – A HISTÓRIA QUE NÃO CONTARAM: visibilizando as mulheres em movimento e nos movimentos de moradia.....	38
3.1 Histórico das Invasões/ocupações Urbanas em Salvador: Invasão versus Ocupação.....	38
3.2 Ocupações em Salvador a partir de 1940.....	42
Capítulo 4 – CRIAÇÃO DO MOVIMENTO SEM TETO: estrutura organizacional, dinâmica de funcionamento e perfil das/os militantes	66
4.1 O Mito da “nascente”?	66
4.1.1 Criação do Movimento Sem Teto: um breve panorama de Salvador nos anos 2000...67	
4.1.2 Movimento Sem Teto de Salvador: em busca da “nascente”.....	68
4.2 Estrutura Organizacional e Dinâmica de Funcionamento.....	77
4.2.1 Estrutura e dinâmica de funcionamento das ocupações.....	85
4.3 Perfil das/os Sem Teto e as condições estruturais.....	89
4.3.1 Perfil: o olhar do movimento.....	89
4.3.2 Perfil: o olhar do pesquisador.....	92
Capítulo 5 – PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SEM TETO EM SALVADOR: dando vozes a quem tem o que dizer.....	96
5.1 A Inserção e a Participação no Movimento Sem Teto: por onde caminham as mulheres?.....	97
5.1.1 Participação, Movimentos Sociais e as Mulheres.....	98
5.1.2 A necessidade para as Mulheres “Sem Teto”.....	110
5.1.3 Você tem medo de quê? Uma questão às mulheres Sem Teto.....	119
5.2 Entendendo a Participação das Mulheres no Movimento Sem Teto: olhando para a base e para as coordenações.....	130
Capítulo 6 – ONDE MORA A CIDADANIA? Mulheres, cidadania e maternalismo.....	140
6.1 Mulheres, Patriarcado e Cidadania Liberal.....	140
6.1.1 Patriarcado.....	140
6.1.2 Cidadania Liberal.....	147
6.2 Cidadania em Foco: dimensões e perspectivas para mulheres sem teto.....	157
6.3 Pensamento Maternal e Maternalismo: antítese da cidadania plena para as mulheres sem teto?.....	172
6.3.1 Pensando o Maternalismo no Movimento Sem Teto.....	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
REFERÊNCIAS.....	203
APÊNDICES.....	215
ANEXOS.....	219

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Renda-se, como eu me rendi. Mergulhe no que você não conhece como eu mergulhei. Não se preocupe em entender, viver ultrapassa qualquer entendimento...

Clarice Lispector

1 A PROPOSTA DA PESQUISA

O presente estudo teve como objetivo **identificar e analisar as especificidades da participação das mulheres no Movimento Sem Teto, na cidade de Salvador (BA), caracterizar as formas de organização do Movimento**, tendo em vista a posição¹ ocupada por mulheres e homens nesse espaço. Além disso, buscou-se **compreender o processo de construção da cidadania das mulheres nas perspectivas objetivas e subjetivas**, através da participação no Movimento Sem Teto.

No que diz respeito à compreensão da cidadania² nas perspectivas objetivas e subjetivas nessa pesquisa, utilizamos como principal referência teórica a concepção de Virgínia Vargas (2000) em “*Una Reflexión Feminista de la Ciudadanía*” no que se refere à existência real de direitos e responsabilidades em relação ao grau de conhecimento das pessoas e como essas pessoas percebem essa cidadania. De acordo com Virgínia Vargas, a cidadania é dinâmica e está em permanente processo de construção, relacionada aos campos de disputa democrática entre a sociedade civil³ e o Estado. Ou seja, a cidadania como prática

¹ Posição é o status econômico, social e político das mulheres comparado com o dos homens, isto é, a forma como as mulheres tem acesso aos recursos e ao poder comparado aos homens (COSTA, 2006, p. 5).

² A discussão sobre cidadania e seus tipos será aprofundada no Capítulo 6 - “Onde Mora a Cidadania?”

³ O conceito de sociedade civil adotado neste trabalho perpassa principalmente as leituras de Cohen e Arato. Segundo esses autores a sociedade civil deve ser pensada de duas formas. De um lado, a sociedade civil como movimento e de outro a sociedade civil institucionalizada, na qual, a sociedade civil como movimento criaria e/ou constituiria a sociedade civil institucionalizada e “algumas formas de institucionalização certamente permitiriam o reaparecimento de movimentos e ações que, por sua vez, poderiam ou não visar uma outra ruptura institucional”. Para maiores explicações sobre o termo, ver ARATO, A., COHEN, J. La sociedad civil y la teoría social. In: OLVERA, Alberto J. La sociedad civil: de la teoría a la realidad. México: Ed. Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2001, 362p. e ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas. RBCS. n. 27, ano 10, fevereiro, 1995.

de conflito está ligada ao poder e as lutas para o reconhecimento dos atores sociais (mulheres e homens) considerados/as protagonistas de reivindicações legítimas, envolvendo práticas de participação e representação, bem como de formação das políticas públicas.

Já a compreensão da participação das mulheres em movimentos sociais demanda uma análise preliminar sobre o próprio termo “participação”, sendo uma ideia polissêmica que adquirirá grande relevância nesta pesquisa. O engajamento, a partir de ações coletivas e através de diversas experiências constitui uma rica base empírica, que proporciona efetiva visibilidade a essas mulheres, percebidas, no entanto, como supostamente apolíticas, já que as características dessa participação não se enquadrariam no modelo dominante de participação pautado no comportamento masculino.

As lutas das mulheres e suas diferentes reivindicações, nos diversos âmbitos da sociedade, não têm sido percebidas por parte de estudiosos(as) e pesquisadores(as), principalmente no que se refere às questões políticas e isso representa uma dificuldade acerca da visibilidade das mulheres nesses movimentos sociais. As análises realizadas em grande parte das literaturas, que se propõem a discuti-los “nem sempre se preocupam em identificar se são homens ou mulheres que fazem os movimentos” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 241), deixando lacunas acerca de reflexões importantes sobre a participação das mulheres e as relações de gênero nos movimentos sociais diversos. Alda Brito da Motta (1991, p. 55) ressalta que vários trabalhos omitiram a importância da participação das mulheres e dos/as negros/as nesses movimentos, tomando enquanto grupos numa “perspectiva assexuada, sem idade e sem cor”.

Diante do exposto, o primeiro pressuposto que norteia essa pesquisa trata da invisibilidade da ação política das mulheres no Movimento Sem Teto em Salvador, movimento este no qual elas são maioria. Tal pressuposto se constitui na contradição entre essa maioria feminina (70% são mulheres, de acordo com as coordenações do Movimento

Sem Teto) em sua composição e o restrito acesso aos espaços de poder, de liderança e decisões ocupados por essas mulheres no Movimento.

Elizabeth Jelin (1987, p. 10 apud PAOLI, 1991, p. 107) ressalta que “de fato, a temática dos movimentos sociais praticamente não identifica o gênero de seus/suas participantes, nem se pergunta sobre o caráter que o gênero imprime à participação, às práticas coletivas, aos sentidos da ação”. Mesmo sendo um tema de extrema relevância social e existindo inúmeros estudos sobre essa temática no Brasil, poucos estudos questionavam ou questionam a presença das mulheres como atrizes nos movimentos. Quando referenciadas, as análises se pautavam em questões definitivamente e exclusivamente femininas e de mulheres, tal como os chamados movimentos de mulheres. Para Elizabeth Souza-Lobo (1991), a compreensão desses movimentos tinha como questão privilegiada as mulheres, e estava diretamente relacionado às reivindicações e necessidades oriundas da esfera reprodutiva, lugar construído socialmente como espaço feminino.

Entretanto, cabe ressaltar que as mulheres estavam e estão em muitos movimentos sociais e/ou organizações da sociedade civil, demandando direitos e/ou discutindo problemas acerca das ocupações de terrenos, da saúde e do transporte, se reunindo, por exemplo, nas Associações de Bairros, em Grupos diversos ligados às Igrejas, nos Clubes de Mães, entre outros.

Mesmo considerando um leque de análises de naturezas distintas dos movimentos sociais⁴, sobretudo os urbanos, em regra, essas análises ainda invisibilizam as questões das mulheres e as relações de gênero, conseqüentemente, o lugar que ocupam e o tipo de participação. Nesta perspectiva, o enfoque de gênero se apresenta como uma categoria fundamental que permite dar visibilidade às mulheres, colocando em discussão às

⁴ Análises direcionadas: 1) aos movimentos sociais enquanto respostas às necessidades oriundas do processo de urbanização e industrialização, 2) como ações provenientes do “fechamento dos espaços políticos tradicionais” durante o período de repressão militar e 3) enquanto indicação de novas formas de organização das relações sociais (SOUZA-LOBO, 1991, p. 242).

desigualdades existentes nas relações de gênero construídas ao longo da história, já que segundo Joan Scott,

A invisibilidade das mulheres, segundo esta perspectiva, se deve à ideologia das esferas separadas, que as definiu como seres exclusivamente privados, negando assim sua capacidade de participarem da vida pública, política. Tão grande tem sido o poder da ideologia que ainda quando trabalham ou tenham uma atuação política, suas atividades são definidas como extraordinárias ou anormais e, por isso, alheias ao âmbito da política autêntica ou séria. A desvalorização das atividades da mulher desvalorizou também a visão das mulheres como sujeitos históricos e como agentes de mudança (SCOTT, 1991, p. 48).

O segundo pressuposto dessa pesquisa diz respeito ao engajamento das mulheres no Movimento Sem Teto por sua condição de mãe, as quais, em grande parte, se envolvem nessas ações coletivas como defensoras da família e dos(as) filhos(as) e que buscam na conquista da moradia⁵, uma forma de garantir um “futuro melhor” para os/as mesmos/as.

Essa condição de mãe é oriunda de uma construção histórica do lugar da mulher na sociedade patriarcal. Pois, o fato das mulheres pertencerem à comunidade e/ou unidade familiar através do casamento, com responsabilidade de gerar filhos e filhas para a família, para o marido, e para a sociedade, por longos anos foram denominadas e percebidas como incapazes de serem cidadãs (SARACENO, 1995, p. 208).

A família enquanto Instituição importante na sociedade patriarcal representou e ainda representa o âmbito primário da reprodução das desigualdades, já que as mulheres são consideradas figuras principais na esfera do doméstico, no seu “papel” de reprodutoras. Essa Instituição reafirma a condição da mulher como reprodutora, a partir da construção de um modelo nuclear de organização familiar (constituída de pai, mãe e filhos/as) que moldou as condições das mulheres na sociedade, ao mesmo tempo em que preconizou (e ainda preconiza) o marido provedor e a esposa dependente voltada aos cuidados dos/as filhos/filhas.

⁵ A moradia estável, como afirma Ana Maria Doimo (1995, p. 101), representa maior estabilidade das relações familiares, de vizinhança e de amizade e menor grau de mobilidade territorial, “que por sua vez significam a possibilidade de reprodução e reelaboração no espaço urbano, dos atributos da comunidade”.

A família, como um espaço específico da reprodução, é a expressão da dominação capitalista e, ao mesmo tempo e de forma inseparável, também a expressão da dominação patriarcal, coexistindo, assim, relações antagônicas de classe e de sexo na esfera familiar (COMBES e HAICULT, 1987, p. 28).

Martha Giudice Narvaz e Silvia Helena Koller (2006), no artigo “Famílias e Patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa”, mostram que, a história da instituição familiar no Brasil fundamentou-se no modelo patriarcal, escravista e latifundiário do período colonial. Este modelo de patriarcado rural e suas características, ao longo do tempo foram se desintegrando de forma diversa entre as regiões do Brasil. No entanto, a mentalidade patriarcal continuou se renovando “na vida e na política brasileira através do coronelismo, do clientelismo e do protecionismo”, que tinha as atitudes autoritárias como princípio para os esquemas de dominação social e sobre as mulheres.

A posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social. As mulheres brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, não haviam conquistado os direitos civis garantidos ao homem. (...) A mulher, “beneficiária” do suporte social assegurado pelo trabalho masculino, não dispunha das mesmas garantias, a não ser enquanto esposa, mãe ou filha, o que evidenciava sua condição de dependente do marido/pai (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 51).

Mesmo com as conquistas de direitos civis e políticos, a partir do século passado, muitas mulheres não conhecem sobre seus direitos, acumulam funções nas relações familiares, já que não existe uma distribuição equitativa das tarefas domésticas, sobrecarregando-as com tripla jornada de trabalho para se sustentar, cuidar da casa e das/os filhas/os. Isso reforça o estereótipo tradicional da divisão do trabalho na esfera doméstica que distingue as funções dos homens e das mulheres, quais sejam: as mulheres/mães ficam responsáveis pelo cuidado dos/as filhos/as, enquanto os homens/pais têm a responsabilidade de prover o sustento, além de ser o responsável pela autoridade e disciplina.

As tarefas domésticas e o cuidado dos/as filhos/as, exclusivo para as mulheres, são assim caracterizados como trabalho (re)produtivo ocultado, negligenciado e desvalorizado pelo contexto social. As funções desempenhadas pelas mulheres no sustento da casa é

invisibilizado e desqualificado, devido à crença de que o homem é o legítimo provedor da família, “o que confere uma posição de trabalhadora complementar à mulher, embora os fatos da realidade revelem que as mulheres trabalhadoras muitas vezes são as reais provedoras do sustento familiar” (FONSECA, 2000, p. 46).

Como a função dos homens na família patriarcal burguesa está relacionada ao sustento, às mulheres resta as atividades de cuidadoras, materializando a crença essencialista de que a mãe deveria dedicar-se integralmente aos filhos/as e a maternidade se torna a experiência fundamental ao sentimento de completude das mulheres (NARVAZ e KOLLER, 2006).

Nesta mesma linha a condição de mãe das mulheres que participam dos movimentos sociais, nesse caso o Movimento Sem Teto, de certa forma reforça a visão essencialista sobre essas mulheres, suas funções tradicionais, pois enfatiza suas responsabilidades na esfera da reprodução. O essencialismo, na perspectiva de Bila Sorj em “Relações de Gênero e Teoria Social”, é um desejo ou tendência de descobrir algum “núcleo essencial de características próprias associado às mulheres”. Manifestado a partir da apresentação das “mulheres em termos de um conjunto de traços mais ou menos fixos como: sensibilidade, intuição, valorização da intimidade e do afetivo e gratuidade nas relações”. Enquanto os homens são caracterizados por aspectos relacionados à competitividade, agressão, racionalidade, entre outros mais (SORJ, 1993, p. 1).

Essas características estão profundamente enraizadas nas construções das instituições políticas e sociais que temos na sociedade, como o Estado, o mercado e a família. Instituições que se constituem como opostas, onde o Estado e o mercado seriam as esferas da imparcialidade, racionalidade e impessoalidade, esfera construída para os homens, enquanto a família representa o espaço do afeto, da solidariedade e das emoções, o “lugar” reservado às mulheres. Para Bila Sorj (1993, p. 3), a representação das relações familiares como esfera do

“afetivo, da intimidade e da gratuidade parece extremamente parcial, pois aí também estão presentes cálculos racionais, os interesses econômicos, sentimentos e manifestações de agressividade e competição”.

Nessa mesma linha, a autora faz referência a Carol Gilligan e sua concepção das duas formas de “enxergar” o mundo, tanto por homens quanto para as mulheres, já que são orientados/as por sistemas de julgamento moral diferentes. Para Carol Gilligan os homens vivenciam o mundo “em termos de categorias de separação e independência”, ao passo que as mulheres se orientam “no cultivo de ligações de interdependência, construindo relações mais baseadas no cuidado” com as outras pessoas (SORJ, 1993, p. 2).

Ou seja, a condição de mãe reforça “as ligações de interdependência” como aspectos exclusivos e essenciais das mulheres, sendo então fator responsável pela formação da sua identidade, e que tem sido construída como fonte da felicidade e realização pessoal para as mesmas. Ignorando as suas contribuições enquanto cidadãs e sujeitos políticos participativos, excluindo-as de determinadas atividades públicas, supostamente incompatíveis com seu destino (AGUIRRE, 1997; NARI, 2005). Nesse caso, evitar o essencialismo, para Bila Sorj, supõe a compreensão de como as fronteiras sociais estabelecidas entre os gêneros se deslocam historicamente, e como seus conteúdos normativos e de práticas sociais se alteram permanentemente.

Ana Paula Portela, em seu texto “Novas e velhas questões sobre o corpo, sexualidade e reprodução”, corrobora com as questões anteriores referentes ao lugar “reservado” às mulheres na sociedade segmentada, dividida e patriarcal. Para ela, mesmo

(...) passados trinta anos da chamada “revolução sexual”, e sendo as mulheres maioria nas escolas, universidades e em muitas profissões, continuam, no entanto, sendo socialmente controladas no que se refere à sua inserção na esfera pública. São ainda orientadas para a construção de um projeto de vida, no qual a maternidade ocupa um lugar central e a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família ainda é vista como tarefa prioritariamente sua (PORTELA, 2001, p. 111).

De acordo com Mary Dietz (2001b), a tentativa de encontrar uma identidade única para as mulheres como mães (potenciais), distorce o significado da política e ação política para a cidadania. Sobretudo porque reforça uma visão unidimensional das mulheres como seres da família e que se identificam somente pelo pensamento maternal, entretanto isso pode ser rompido na medida em que as mulheres passam a questionar a vida política e suas formas de atuação.

Apoiado nas ideias de autoras como Heleieth Saffioti, Lola Luna (apud KUSTNER, 1996), uma das formas de entender a participação das mulheres nos movimentos sociais é compreendendo que:

con su inserción en el mundo de lo público a partir de su rol tradicional como madre y reproductora, los movimientos de mujeres consiguen revertir la situación. Precisamente se sirven del rol tradicional, utilizado siempre por el poder patriarcal para subyugarla y marginala de los procesos productores, la política y la vida social en general, para hacer reivindicaciones específicas sobre las necesidades de la población e sus derechos a la ciudadanía en términos básicos (KUSTNER, 1996, p. 24).

A participação das mulheres nesses movimentos representa a necessidade de abrir novos espaços para a prática política, que muitas vezes se dá (deu) dentro de suas funções “tradicionais”: de mãe, esposa, filha, irmã, como por o exemplo no Movimento Feminino pela Anistia⁶ e nas lutas pela democracia. Tal questão aponta para a possibilidade de formação de sujeitos coletivos que se formam a partir de articulações de questões do espaço privado com as práticas públicas, onde as reivindicações e demandas das mulheres se confundem com “o desejo de mudar a vida” e conseqüentemente, “mudar as relações familiares” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 243).

Torna-se importante ressaltar que as mulheres como sujeitos coletivos contribuíram e contribuem para o debate público através de questões que passaram e passam a compor a

⁶ “O Movimento Feminino pela Anistia (MFA) foi criado em 1975, sob a liderança de Terezinha Zerbini, com o objetivo de articular as lutas e mobilizações em defesa dos presos políticos, pelo retorno dos banidos, por uma anistia ampla, geral e irrestrita. O MFA foi a primeira estruturação pública e oficial de questionamento da ditadura militar.” (COSTA, 2005)

agenda política nacional. Podemos ressaltar então o movimento de mulheres como “sujeito fundamental da organização da sociedade civil”, pois representam “todas as formas de organização de mulheres na luta por diferentes objetivos” e entre essas formas estão as lutas de categorias profissionais urbanas e rurais, os movimentos populares de bairro, o movimento feminista, o movimento das mulheres negras, entre outros (ÁVILA, 2001, p. 18-19).

De acordo com a autora, além desse movimento de mulheres ter possibilitado a inserção das mesmas no processo político geral (ainda que não satisfatório), os movimentos trouxeram e trazem novas questões para a agenda da democracia, ganhando sentido na esfera pública.

Diante da relevância da participação feminina nos movimentos sociais urbanos, tal como a importância desse envolvimento para as suas famílias – especialmente àquelas chefiadas por mulheres (e que são maioria no Movimento Sem Teto) – optou-se por tomar como **objeto de estudo a participação das mulheres no Movimento Sem Teto, na cidade de Salvador, tal como as ações desempenhadas no Movimento.**

Partindo da ideia de que as demandas e os interesses são “plurais e complexos” e devem ser pensados no contexto da experiência participativa (PINTO, 1992; FRASER, 2002; SANTOS, 2007), a intenção é entender como a participação dessas mulheres é percebida no interior e fora do Movimento e como essa participação influencia na garantia da cidadania plena dessas mulheres.

O Movimento em estudo se caracteriza como urbano, considerado uma das formas de luta na conquista por moradia, para uma parcela significativa da população de Salvador, bem como pela redução da pobreza nos segmentos mais marginalizados da cidade. A precariedade das condições de moradia em Salvador, acentuadas pela urbanização intensiva e às “faltas” de infraestrutura básica, saneamento, saúde, desemprego, entre outras, muitas vezes

desembocaram e desembocam em “fenômenos” como as ocupações irregulares, à “favelização”, que atinge principalmente as mulheres das camadas mais pobres da sociedade.

Sobre as ocupações irregulares, Ângela Gordilho Souza afirma que o intenso processo de urbanização em Salvador e de transformações sociais e espaciais, “lhe conferiu uma superposição de padrões diferenciados de ocupação e produção do espaço construído” (SOUZA, 2000, p. 56). Para a autora, em seu trabalho “Mudanças urbanas em Salvador no final do Século XX”, o que vem prevalecendo na produção de moradias nas grandes cidades, desde as primeiras décadas do Século XX, tem sido:

as ações improvisadas, ou seja, aquelas ocorridas sem o controle urbanístico, através de parcelamentos clandestinos, favelas, “invasões” coletivas e outras formas aleatórias de ocupação do espaço, situações que se consolidaram nas últimas décadas, com o processo intensivo de ampliação, verticalização e densificação dessas áreas (SOUZA, 2000, p. 53).

Nesse contexto, as reivindicações por moradia pelos movimentos sociais urbanos (por exemplo, o Movimento Sem Teto) vêm como uma alternativa a essa precariedade, pobreza e déficit habitacional, procurando suprir uma necessidade real e imediata de uma camada da população, como o direito à moradia adequada e a conquista da cidadania. Nestes movimentos e lutas, a compreensão da atuação das mulheres torna-se fundamental para se entender a especificidade dessa participação e as ações que surgem no processo. Já que a conquista da casa para as mulheres, a partir da sua atuação nos movimentos sociais, pode ser percebida também como uma forma de transpor os limites do espaço doméstico rumo à sua inserção no espaço público.

O *locus* do trabalho foi o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), oriundo da cisão⁷ do Movimento Sem Teto de Salvador (MSTS). Esses dois ‘movimentos’, faziam parte da

⁷ A cisão do Movimento em dois campos políticos, com concepções e práticas diferenciadas, inicia-se com as divergências no tipo de liderança dos coordenadores e pelo fato dos líderes principais pertencerem a tendências diferentes dentro do Partido dos Trabalhadores, que inicialmente tinham maior influência no Movimento. Essas divergências iam desde a forma de pensar a participação das pessoas dentro do movimento até a forma de negociação do Movimento com o poder público. Após a dissidência de tendência do Partido dos Trabalhadores (PT), que culminou com a formação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a cisão se consolidou, e grande

mesma organização no início do curso de doutorado, mas por questões políticas e ideológicas uma separação efetiva aconteceu nesse ínterim. Essa separação fez com que os dados da pesquisa fossem coletados somente no Movimento Sem Teto da Bahia, constituído pela maioria dos integrantes do Movimento, até por restrições e dificuldades de acesso do pesquisador às lideranças e ocupações⁸ do campo minoritário, atual MSTs.

Isso não interferiu de forma negativa nas análises do trabalho, já que o objetivo da pesquisa não era resgatar ou problematizar sobre os fatores que levaram à separação do Movimento e sim tratar da especificidade da participação das mulheres e as posições que estas ocupam em um movimento social na construção da cidadania e na luta pela moradia.

Para compor o objeto desta pesquisa, diversos recortes foram analisados sobre a questão “do urbano”, como o problema do desemprego, a violência urbana, as reconstruções de cidades, as favelas, as populações que vivem nas ruas e as ocupações de imóveis e terrenos, tal como o crescimento desordenado das áreas periféricas das cidades, entre outros (GOHN, 2007).

Tal fato legitima a problemática de que as mulheres dentro dos movimentos sociais são analisadas como uma categoria transversal a outras e de acordo com Elizabeth Jelin, as mulheres no contexto dos movimentos sociais não se constituem um grupo em si por conta dessa transversalidade. Isso não garante o reconhecimento da participação das mulheres na vida social, pelo contrário, torna-se problemático, tanto no âmbito privado quanto no público (JELIN, 1987 apud PAOLI, 1991).

Os estudos feministas têm mostrado que as mulheres vêm conquistando notoriedade no espaço público, e isso deve ser “revelado” também nos estudos sobre os movimentos

parte das lideranças que tinham forte influência na base do movimento e na maioria das ocupações, filiou-se ao novo partido, constituindo assim o campo majoritário (MSTB). Mesmo não realizando pesquisa efetiva no campo minoritário (MSTs), foi possível pontuar a dificuldade de acesso aos coordenadores, lideranças e às ocupações deste campo. Isso se deve às práticas de poder mais centralizadas por este campo, constituindo uma estrutura mais fechada de acesso às suas atividades. Para mais informações sobre a cisão ver MIRANDA (2009).

⁸ Não foi possível ter acesso às ocupações coordenadas pelo campo minoritário, devido a dificuldade de negociar com as lideranças e proibições para entrada nas ocupações sem a devida autorização das mesmas.

sociais, pois no espaço público é possível revelar as desigualdades de gênero, raça, geração e classe. A inserção das mulheres no espaço público é uma tentativa de romper com as situações de opressão, de abusos de poder que são naturalizadas nas estruturas da sociedade, sobretudo na esfera privada (ÁVILA, 2001). Ou seja, a sociedade percebida a partir das relações de gênero representa uma forma de análise mais ampla, se comparada às análises que somente citam as mulheres como um “exemplo ou exceção” dentro de um movimento social (PAOLI, 1991).

Nos documentos aprovados pelos inúmeros fóruns governamentais e não-governamentais que se dedicam a discutir a problemática da participação das mulheres na busca pela cidadania, a igualdade de gênero é percebida como aspecto essencial para o desenvolvimento humano. Considera as pessoas, independente do sexo, como agentes de mudança, exigindo igualdade de oportunidades, para que homens e mulheres possam participar, em todos os aspectos, da tomada de decisão econômica, social e política.

Apesar de toda essa retórica, a verdade é que o espaço de conquista das mulheres nesses debates governamentais e em alguns documentos oficiais não tem se traduzido, na mesma amplitude, no momento da implementação de ações públicas e políticas. Muitos projetos sociais não só têm ignorado as mulheres como de fato têm enfraquecido suas oportunidades de independência econômica e conquista da cidadania plena⁹, no que se refere aos direitos em diferentes níveis, tal como: civil, político, cultural, econômico, social, reprodutivos, sexuais.

Tendo em vista Virgínia Vargas (2000) e sua discussão sobre direitos à cidadania, é importante ressaltar que as pessoas menos privilegiadas economicamente muitas vezes são

⁹ Cidadania plena é um conceito que foi trabalhado por Talcott Parsons (1993) em “Cidadania Plena para o americano negro? Um problema Sociológico”, pensando outros coletivos marginalizados do uso pleno de seus direitos, analisando assim a luta dos direitos civis dos negros norte-americanos. O conceito de Parsons refere-se a uma categoria de compromisso dos membros com uma coletividade em que estão associados (o que ele chama de comunidade societária) e de uns para com os outros (...) e para que essa estrutura associativa funcione tem que estar de acordo com os valores comuns da sociedade: os membros estão comprometidos porque a estrutura implementa seus valores, tanto como organiza seus interesses em relação a outros interesses.

ajudadas por caridade, recebendo donativos e não direitos de fato e isso as colocam como agentes passivos/as que não exigem seus direitos. Como forma de contrapor a essa situação, os movimentos feministas procuram quebrar as barreiras estabelecidas socialmente, partilhando da preocupação comum, de garantir às mulheres todos os direitos sociais e o acesso às oportunidades educacionais e materiais como trabalho e habitação.

Os movimentos feministas que variam no conteúdo e forma de atuação, tanto no que se referem à formação dos grupos, trajetórias e práticas, tal como nas relações estabelecidas com partidos e o Estado, visam construir “propostas para reformular as relações sociais e culturais, entre homens e mulheres na sociedade brasileira” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 244).

Ao mesmo tempo em que a conquista de direitos garante uma dimensão importante e fundamental para as mulheres, essa não é a única estratégia utilizada pelos movimentos sociais e analisar esses movimentos numa perspectiva feminista, representa entender a busca por transformações das relações de gênero, a luta pela justiça social, igualdade e liberdade. Auxilia na compreensão acerca das complexas dimensões de um mundo onde a distribuição do poder obedece às hierarquias sexuais e de classe.

Em termos mais radicais, significa pensar na transição dos direitos formais para os substantivos, exigindo transformações nas estruturas materiais e simbólicas que sustentam a organização da vida social (ÁVILA, 2001). Portanto, mesmo com os avanços teóricos ainda é comum encontrar limites nas análises da dinâmica da participação das mulheres nos movimentos sociais, trazendo assim, dificuldades posteriores sobre as estratégias de transcendência das relações desiguais nesses espaços e para além deles.

A contribuição para o aprofundamento teórico acerca do significado da participação das mulheres no Movimento Sem Teto é fundamental neste contexto de re-ordenamento, ressignificações e incertezas quanto às possibilidades de ampliação da cidadania plena. E “como o feminismo se constrói na luta contra a dominação e a exploração das mulheres, o

primeiro impacto da luta feminista sobre a cidadania é justamente o questionamento dos princípios da igualdade que fundam as diversas concepções de cidadania” (ÁVILA, 2001, p. 20).

Nessa perspectiva, algumas perguntas ajudam a problematizar o nosso objeto de pesquisa: Quais os motivos que permeiam a luta das mulheres pela moradia? Ou seja, que forças movem essas mulheres a romperem as limitações impostas pelas relações desiguais de gênero em sua luta por moradia? Qual tem sido efetivamente a participação das mulheres no Movimento Sem Teto em Salvador? Como as mulheres, principalmente as das camadas de renda mais baixa na sociedade, têm conseguido romper os entraves sociais de gênero, em termos de acesso a informações, participação política, etc. e tornarem-se importantes integrantes nos movimentos de reivindicações populares? Em que medida essa participação no Movimento Sem Teto leva a um empoderamento¹⁰ dessas mulheres no sentido do exercício de uma cidadania plena? Qual a participação de fato dessas mulheres nas esferas de decisão do Movimento?

A escolha por esse Movimento e a participação das mulheres como objeto desse estudo deveu-se a alguns fatores que influenciaram de forma direta no trabalho de campo e nos instrumentos utilizados para o levantamento de dados dessa pesquisa.

O primeiro fator refere-se ao fato de Salvador ser uma metrópole onde os movimentos sociais urbanos assumem características marcadamente contemporâneas, em suas reivindicações pró-moradia e que apresenta um número considerável de ocupações. O segundo fator que levou a escolha de estudar o Movimento Sem Teto foi à ausência de trabalhos sobre essa temática, que retratem a perspectiva das relações de gênero¹¹ e a

¹⁰ Este termo será empregado neste trabalho numa perspectiva feminista enquanto uma categoria de sentido emancipatório, sendo conceituado mais a frente com as autoras Ana Alice Alcântara Costa, e Laura Susana Duque-Arazola.

¹¹Esta pesquisa iniciada em 2006 sobre as/os sem tetos foi a primeira em Salvador, em nível de pós-graduação, que se propôs a discutir as questões de gênero e a participação das mulheres. Em 2008, foi iniciado no curso de

participação das mulheres nesses espaços de ocupações. Não obstante, outros trabalhos sobre o Movimento Sem Teto em Salvador foram realizados, trazendo outras discussões também importantes. Dentre estes trabalhos destacamos:

1) O trabalho intitulado “A História Urbana do Presente do Movimento dos Sem Teto de Salvador (2003-2007)” de autoria de Raphael Fontes Cloux realizado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento da UNIFACS, descreve o percurso e o desenvolvimento do Movimento e sua capacidade de organização, relacionado à luta pela moradia em Salvador;

2) “Vizinhos do (In) Conformismo: o Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a Hegemonia e Contra-hegemonia” dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais na UFBA, autoria de Luiz César dos Santos Miranda, analisa a relação do Movimento com o Estado, discutindo as questões de hegemonia e contra-hegemonia a partir do processo de cisão do Movimento;

3) A dissertação de mestrado intitulada “Movimento dos Sem Teto de Salvador: estratégias de apropriação dos espaços e territorialização” do Programa de Pós-graduação em Geografia na UFBA, de Silvia Bochicchio, discutiu as estratégias de apropriação dos espaços, a territorialização e ações desempenhadas pelo Movimento dos Sem Teto de Salvador.

A presente pesquisa se justifica pela importância de entender o “lugar” que as mulheres desempenham dentro dos movimentos sociais, já que as desigualdades de gênero que operam de várias maneiras nos movimentos e na sociedade, produzem experiências qualitativas diferentes para mulheres e homens. Pois, mulheres e homens são produtos dos padrões das relações de gênero, moldados a partir das diferenças biológicas entre sexos, que coloca as mulheres como “inferiores” ou frágeis, supostamente capacitadas para atividades específicas do âmbito doméstico (SARDENBERG, 2002).

mestrado deste mesmo programa, o trabalho de Luciana da Luz Silva, que discute o movimento também numa perspectiva de gênero.

Esta pesquisa se justifica também pelos desdobramentos que a participação feminina nesse movimento acarreta nas reflexões sobre as questões da democracia e da equidade, da divisão sexual das atividades e funções e da condição das mulheres mães nos movimentos sociais. Nesse caso, acredita-se que a participação feminina em movimentos sociais cria possibilidades de empoderamento para algumas mulheres, mas não se traduz, muitas vezes, em incorporação das demandas específicas para as mesmas em seus eixos principais (garantias de direitos, igualdade de oportunidades econômicas, condições de financiamentos diferenciados, acesso a serviços, creches, etc.).

Sendo assim, foi importante reconhecer o lugar, a posição e a situação dos/as sujeitos/as sociais envolvidos/as nesta pesquisa, para daí construir o objeto de estudo delimitado e problematizado dentro das fronteiras de conhecimentos relacionados a estas mulheres.

Para fins didáticos, optou-se por redigir essa tese em 6 capítulos, no sentido de apresentar os assuntos propostos nesta pesquisa de forma sistematizada, para facilitar a compreensão dos/as leitores/as que se interessem pela temática dos movimentos sociais e da posição das mulheres nesse contexto.

No primeiro capítulo consta a introdução da tese, onde são expostos: os objetivos desta pesquisa relacionada a entender a participação das mulheres no movimento sem teto; a justificativa sobre os porquês de estudar as mulheres inseridas em um movimento social urbano; os pressupostos que norteia o direcionamento da investigação, quais sejam: a invisibilidade da participação e importância das mulheres em movimentos sociais e a condição de mãe como um dos principais motivadores para inserção e atuação das mulheres nos movimentos.

O segundo capítulo trata dos procedimentos metodológicos e são relatadas as fontes utilizadas na pesquisa, as formas de coleta e análise das informações, quais os sujeitos da

pesquisa e porque da escolha destes sujeitos, quantas pessoas foram entrevistadas e os locais das entrevistas. Desenvolveu-se ainda uma discussão sobre a utilização da abordagem qualitativa e da perspectiva feminista de fazer pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta um apanhado histórico sobre “invasões” ou ocupações do solo urbano na cidade de Salvador, desde a década de 1940 até meados da década de 1990. No entanto, ao contrário de muitos trabalhos realizados sobre ocupações em Salvador, procurou-se mostrar, a partir de uma perspectiva dos estudos de gênero, a presença das mulheres em todas as ações coletivas.

O quarto capítulo aborda diversos fatores referentes às ocupações recentes do solo urbano, que favoreceram a criação do Movimento Sem Teto na cidade de Salvador, o qual é parte de um conjunto mais abrangente de mobilizações urbanas na capital. Temos neste capítulo a perspectiva de gênero como forma de problematizar essas lutas urbanas e dar visibilidade às personagens envolvidas nesse processo. Com isso, foi feita uma discussão sobre o surgimento do movimento, o caráter espontâneo ou não das primeiras mobilizações e ocupações; apresentou-se a estrutura organizacional do movimento, o perfil das principais lideranças e das pessoas que participam, tal como as especificidades das formas de participação de cada pessoa, principalmente das mulheres a partir de suas falas e da observação direta.

O quinto capítulo ressalta a participação das mulheres no Movimento Sem Teto em Salvador. Inicia-se com uma breve discussão sobre a categoria participação e movimentos sociais, concepções de tipos de participação. Em seguida são apresentadas especificidades da participação das mulheres no Movimento, as ações desenvolvidas por elas, o que as mobilizam a se engajarem no movimento, suas necessidades e seus medos no processo de participação.

No sexto e último capítulo é feita uma análise sobre a construção da cidadania para as mulheres. Primeiramente foi feita uma discussão sobre patriarcado, suas concepções e críticas; em seguida abordamos a construção da cidadania na perspectiva liberal e a crítica feminista a esta cidadania. Posteriormente, são apresentadas as dimensões e perspectivas da cidadania para as mulheres sem teto e a crítica à perspectiva maternalista de construção da cidadania para as mulheres.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

Produzir e disseminar saberes que não sejam apenas sobre ou por mulheres, mas também de relevância para as mulheres e suas lutas...

Ann Oakley, (1998)

A ciência, ao que parece, não é assexuada; ela é um homem, um pai, e infectada, também

Virginia Woolf, (1936)

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A finalidade deste capítulo é apresentar os caminhos percorridos na realização desta pesquisa, tal como a trajetória de investigação utilizada para alcançar os objetivos propostos neste trabalho. Para isso será apresentado como foi realizada a operacionalização das informações, as entrevistas, as escolhas e o perfil das/os entrevistadas/os, os instrumentos utilizados para o levantamento e análise dos dados, o *locus* do estudo, a natureza das fontes adotadas para realizar a abordagem e tratamento do objeto da pesquisa. Abordaremos também a perspectiva epistemológica feminista adotada, visando garantir maior coerência epistemológica e metodológica, requisito fundamental para uma investigação científica.

Para realizar uma abordagem científica acerca de sua problemática específica, nesse caso, **a participação das mulheres no Movimento Sem Teto na cidade de Salvador**, todo/a pesquisador/a deve procurar munir-se de procedimentos e instrumentos de pesquisa adequados. Isso no intuito de romper com as análises do senso comum, através da construção de possíveis “respostas” sobre os fatos sociais que acontecem na realidade e que estas “respostas” sejam aceitas, não enquanto verdades absolutas e sim verdades científicas. Em uma pesquisa, a metodologia de trabalho representa um caminho para que os estudos sejam reconhecidos como científicos e se constitui numa das partes mais importantes do mesmo,

pois é na metodologia que estará delimitado o conjunto de procedimentos realizados pelo/a pesquisador/a no processo de apreensão e análise dos dados da pesquisa.

Para iniciar efetivamente a proposta deste capítulo, gostaria de ressaltar que mesmo considerando que todo trabalho monográfico – e uma tese não foge dessa exigência! – deve partir de uma revisão de literatura concisa e em muitos momentos até exaustiva, a realização desse trabalho acadêmico foi antes de qualquer coisa, um esforço no sentido de romper com diversas limitações acerca das questões de gênero, numa perspectiva feminista no ato de fazer ciência. Foi uma tentativa de “rompimento” com a minha “cegueira de gênero”, construída em uma sociedade patriarcal e machista, que incorporada ao modo de fazer ciência de forma androcêntrica, **“reservou” o campo do conhecimento científico ao domínio dos homens** (HARDING, 1996). Desconstruir essa “cegueira de gênero” que historicamente vem moldando os olhares das pessoas em relação ao mundo, tendo em vista a perspectiva de dominação e opressão dos homens sobre as mulheres, se apresenta na construção desta tese como desafio. Desafio esse que tem no próprio ato conhecer as relações estabelecidas socialmente, uma expressão de **“pontos de vista dos dominantes”**, como ressalta Karen Mary Giffin (2006), em seu trabalho “Produção do conhecimento em um mundo “problemático”: contribuições de um feminismo dialético e relacional”.

O caráter androcêntrico ou masculinista do conhecimento científico se estabelece de duas formas: uma excludente e a outra inclusiva. A forma excludente negou por muito tempo às mulheres o acesso à produção, circulação e apropriação do conhecimento científico. Enquanto a forma inclusiva, ao mesmo tempo em que incorporou as mulheres nesses espaços do conhecimento científico – sobretudo na academia – ainda permanece nos dias atuais, omitindo-as no que se refere à condição sexuada de sujeitos que constroem o conhecimento, ou como objeto de estudo. Ou seja, mesmo as mulheres produzindo ou sendo “objeto” de pesquisas, ainda assim continuam sendo invisibilizadas pela “ciência androcêntrica”,

reforçando o desconhecimento e/ou desinteresse do enfoque de gênero no conteúdo e metodologia da produção científica (VALLEJOS, YANNOULAS e LENARDUZZI, 2003).

Isso não quer dizer que as mulheres foram apenas excluídas, mas que existiam e ainda existem resistências em relação à presença das mulheres no campo científico, tornando essa questão algo inquietante, pois como “objeto” da ciência, as mulheres foram definidas tanto como diferentes biologicamente dos homens, quanto inferiores. Sendo assim, as mulheres passam a ser consideradas “inadequadas” para o campo científico, caracterizando a ciência como androcêntrica na medida em que “vislumbra uma relação de constituição mútua entre o sujeito masculino e o seu conhecimento (...) assegurando o seu próprio poder” (BANDEIRA, 2008; GIFFIN, 2006, p. 637).

Sandra Harding (1998) ao discutir a questão da epistemologia sob o ponto de vista feminista (*stand-point* ou *perceptivista*) defende que a pesquisa tem inevitavelmente que incluir as experiências específicas das mulheres. As experiências das mulheres podem potencializar o desenvolvimento de um conhecimento mais completo, evitando os “apagamentos” existentes nas análises com perspectivas universalizantes e androcêntricas. Como afirma Virgina Olesen (2006), no trabalho “Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio”, a pesquisa feminista tem ultrapassado em muito as visões limitadas, empregando uma ampla variedade de métodos. Indo desde as avaliações sobre a vida e as experiências das mulheres, que chamam atenção para o subjetivo, até as análises das relações por meio da investigação de movimentos sociais e de questões de larga escala, envolvendo políticas e organização.

Retomando essa discussão, pode-se dizer que nas pesquisas em que as mulheres são “apagadas”, isso ocorre por não se enquadrarem nos esquemas conceituais e metodológicos dominantes, baseados unicamente nas experiências dos homens. Esse fato mostra a necessidade de perceber e reconhecer as mulheres na dinâmica da vida social, política e

econômica, pois mesmo pertencendo a um grupo, estabelecem relações com outros grupos, como, por exemplo, mulheres sem teto negras, jovens, mães, idosas, solteiras, etc. Em termos epistemológicos, deve-se tratar da pluralidade dos pontos de vistas, no sentido de fazer desaparecer o conceito de mulher “essencializada”, universalizada, para reaparecer como mulheres situadas, com experiências e conhecimentos específicos a ela e ao seu meio (OLESEN, 2006).

Cabe lembrar que esta concepção origina das críticas feministas como de Sandra Harding (1996), Donna Haraway (1995) e Joan Scott (1998) relacionadas às ausências ou invisibilidade das mulheres nas pesquisas. Nesta concepção, a pesquisa feminista parte de experiências situadas, que permitam a visibilidade às mulheres, e coloque em discussão as desigualdades existentes nas relações de gênero construídas ao longo da história e das análises.

A presente pesquisa seguiu na linha de uma investigação feminista e por esse motivo, as mulheres deixam de ser percebidas enquanto “objeto” de estudo e passam a ser reconhecidas como sujeitos históricos, sociais e políticos (SILVA et al., 2005). Esse caminho implicou na transformação do meu modo de ver o mundo, pois além do reconhecimento das mulheres enquanto sujeito histórico e social foi possível entender nas relações sociais de gênero, um fator de divisão e hierarquização da vida em sociedade, que inferioriza e oprime as mulheres.

Retomando o esforço de romper com a minha “cegueira de gênero”, isso torna-se algo mais próximo e possível para mim, na medida em que as extensas leituras e revisões de literaturas de cunho feminista possibilitaram interpretações menos “androcêntricas” sobre os fenômenos da vida em sociedade (relações sociais). Principalmente os fenômenos sociais que tinham e têm as mulheres como pertencentes e envolvidas nessas relações.

A partir das leituras que visibilizavam as mulheres na dinâmica das relações estabelecidas com os homens, tal como as questões voltadas à discussão de gênero na perspectiva feminista, me propus nessa tese, **contar a história que não contaram sobre as mulheres no Movimento e em movimento**, através das observações da vida real no *locus* do estudo e fora dele, percebendo no cotidiano da vida das mulheres, aspectos antes obscuros aos meus olhos. Não afirmo que minha “cegueira” não exista mais, mas posso dizer que existe uma nova forma de ler e interpretar os acontecimentos nessa sociedade, agora com a lente mais ajustada às questões de gênero e das mulheres. Nesse caso, dizer somente que foram realizadas revisões de literatura de cunho feminista seria simplificar demais a mudança que essas leituras proporcionaram em mim enquanto estudante e pessoa.

Mas prossigo relatando as etapas percorridas nessa pesquisa, que tiveram como objetivo chegar às conclusões pertinentes e responder os principais pressupostos, “transcendendo” o senso comum, já que considero “a função da teoria, concebida como parte integrante do processo metodológico, **como** instrumento mais poderoso da ruptura epistemológica face às pré-noções do senso comum” (BRUYNE, 1977, p. 102, **grifo nosso**).

O *locus* deste estudo foi o Movimento Sem Teto na cidade de Salvador, Movimento este que se consubstancia em uma das formas de luta por moradia na capital baiana. No Brasil esse tipo de movimento voltado à luta por moradia tornou-se mais visível no final da década de 1990, com a finalidade de combater, ao lado dos marginalizados urbanos, a lógica dos centros brasileiros, onde sobram terras e prédios, porém falta habitação.

Dentre as estratégias do Movimento Sem Teto em Salvador estão as ocupações de terras e terrenos urbanos ociosos, prédios abandonados, juntamente com o trabalho de organização popular de pressão à Gestão Pública, e terem visibilidade junto à população no sentido de sensibilizar a sociedade e outras pessoas que também se encontram nessa mesma condição. Assim, as famílias envolvidas resistem contra a pobreza entendida como natural e

imutável para a maioria, buscando diminuir as desigualdades sociais – aguçadas pela concentração de riqueza e de terra nas mãos de poucas pessoas – para começar a construir a cidadania.

Em geral, as famílias sem-teto (especialmente as não inseridas em organizações sociais) não têm pleno acesso aos direitos sociais, representando de certa forma o avesso da cidadania, por estarem desprovidas de emprego formal, para se manterem dignamente, de moradia, de alimentação adequada, saúde, educação, lazer e cultura. Enfrentam a indiferença em função da sua condição social, o preconceito, a violência policial, e ainda a exclusão das principais decisões políticas que determinam os rumos da vida social, principalmente no que se refere à habitação. Mesmo o voto (participação eleitoral) sendo um direito dessas pessoas no processo de tomada de decisões políticas, que define os rumos políticos de um país democrático, tal método de combinar preferências e tomadas de decisões, ainda limitam o envolvimento do cidadão (e das cidadãs) que se encontra em condição de marginalidade social (NOGUEIRA, 2005).

Isso ocorre pela diferença de grau de conhecimento das pessoas sobre seus direitos, garantias, responsabilidades e/ou a percepção que as pessoas têm sobre a conquista de direitos como favores dos poderes constituídos. No olhar da crítica feminista, o voto como direito, presente na política liberal-democrática é algo não correspondente a adequada representatividade das mulheres, tanto nos órgãos legislativos quanto governamentais (VARGAS, 2000; GALEOTTI, 1995).

No que se refere à cidade de Salvador, a capital se encontra hoje entre as principais metrópoles do país, possuindo aproximadamente dois milhões e novecentos e noventa e oito mil habitantes, e uma área de setecentos e sete quilômetros quadrados, segundo dados estimados pelo IBGE (2009). No seu processo de crescimento, tem se configurado a característica de uma cidade exuberante na sua paisagem litorânea, porém, contrastando a essa

imagem, está o quadro de desigualdades sociais e concentração de renda. Esse quadro resulta num cenário urbano de intensa diferença entre as áreas com melhor infraestrutura e pluralidade de serviços, comércio, transporte adequado, etc., e as áreas caracterizadas pela implantação de loteamentos irregulares e clandestinos, pela ocupação de áreas públicas e privadas pela população de baixa renda. Tal população não tem tido acesso ao mercado imobiliário e às políticas habitacionais, pois estas não têm como foco na elaboração e implementação da política a incorporação de grupos sociais com renda inferior a três salários mínimos (PEREIRA e SOUZA, 2006; SOUZA, 2000).

A expansão das áreas com ocupações irregulares tem se configurado na própria expansão da cidade de Salvador, o que Ângela Gordilho Souza (2000) chama de “padrão periférico”, devido às condições precárias de habitabilidade onde se constrói as moradias e sua concentração na região do Miolo e do Subúrbio Ferroviário. Este último, onde também se encontram ocupações de sem tetos participantes desta pesquisa. O quadro explanado acima coloca a cidade de Salvador em condição bastante restrita de ocupação do território, o que contribui para verticalização das áreas informais sem as devidas condições, construção de moradias em áreas de risco e reservas ambientais e as ocupações em diversos pontos da cidade por famílias de sem teto.

A falta de moradia em Salvador não se distancia da realidade de outras capitais do Brasil, como por exemplo, a cidade de São Paulo que se configura por diversos problemas sociais e de caráter urbano, levando ao que Maria da Glória Gohn (2007) chama de “diluição dos contornos dessa cidade”, tanto nas áreas urbanas como rurais. “Diluições” causadas, entre outros fatores, pelo fenômeno da metropolização e o agravamento da situação ambiental, tal como a “ocupação desordenada” de áreas diversas. Segundo essa autora, São Paulo – assim como Salvador – representa um “palco e objeto de movimentos, lutas sociais e redes de associativismo civil”. Com a criação de novas formas de organização que se articulam

permanentemente ou não em torno da problemática das grandes cidades, como os movimentos de moradia, “fazendo do urbano e das políticas públicas, tema e objeto renovado de ação” (GOHN, 2007, p. 3).

Essas informações são corroboradas por dados oficiais de Institutos de pesquisas e do Governo Federal, revelando um déficit habitacional¹² no Brasil maior que 7,9 milhões de moradias, incluindo a zona rural e urbana no ano de 2006, sendo que mais de 6,4 milhões são referentes ao déficit urbano (IBGE, 2006; FGV, 2006; SEHAB, 2007; LABHABITAR/FAUFBA e PMS/SEPLAM, 2002).

Na Bahia, segundo dados de 2005 da Fundação João Pinheiro, o Estado possui um déficit habitacional de 657 mil unidades, onde Salvador abarca 100 mil desse déficit (SEHAB, 2007). Relacionando a distribuição percentual do déficit habitacional por faixas de renda média familiar mensal (salários mínimos), os Institutos de pesquisa apontaram o seguinte panorama da população brasileira, do Estado da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador (Tabela 1):

Tabela 1 – Distribuição percentual do déficit habitacional urbano – Brasil e Bahia, região metropolitana de Salvador, por faixas de renda média familiar

Local	Até 3 salários mínimos	de 3 a 5	de 5 a 10	mais de 10	Total
Brasil	90,3%	6,0%	2,9%	0,8%	100,0%
Bahia	95,1%	3,2%	1,4%	0,3%	100,0%
RM Salvador	94,7%	3,1%	1,8%	0,4%	100,0%

Fonte: Fundação João Pinheiro (2006).

A tabela 1 apresenta os problemas ligados à incapacidade do mercado imobiliário de atender as demandas de moradia da população de baixa renda, pois este mercado possui o foco direcionado para as classes média e alta. Além disso, existe a insuficiência de políticas públicas para suprir o déficit habitacional de grande parte da população brasileira, que possui

¹² Os componentes oficiais do déficit habitacional são: habitação precária, coabitação familiar e ônus excessivo com aluguel (FJP, 2006; IBGE, 2006).

renda inferior a três salários mínimos. Estes dados demonstram uma política habitacional no Estado da Bahia, principalmente na cidade de Salvador, fragmentada com ações pontuais, contribuindo para acelerar a pobreza na capital e a falta de solução para o problema de moradia da população pobre, que encontra nas ocupações de terrenos e imóveis a alternativa para a resolução imediata do problema.

O trabalho de campo contribuiu para a construção dos dados da pesquisa, onde foram articulados os fatos da “vida no Movimento” à elaboração teórica do texto. É importante considerar que esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa implicando numa ênfase sobre as qualidades dos processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente. A pesquisa qualitativa, como campo de investigação pode ser considerada multidisciplinar, ou seja, um “conjunto de atividades interpretativas, que não privilegia nenhuma única prática metodológica em relação à outra” (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 20-24). Essa abordagem permitiu pensar na natureza socialmente construída da realidade e na relação estabelecida entre o pesquisador e o que foi “estudado”, considerando todas as limitações situacionais que influenciaram essa investigação.

Dentre as limitações encontradas nessa pesquisa destaco o difícil acesso a determinados documentos (algumas atas, registros das/os ocupantes, alguns levantamentos socioeconômicos realizados internamente por lideranças, visto que muitos documentos estavam sob a “guarda” de algumas lideranças, sem um esquema de sistematização documental, muitos deles registrados de maneira informal nas reuniões do Movimento e se “perdendo” ao longo do tempo.

Outra dificuldade diz respeito ao acesso às informações de caráter político, junto aos grupos políticos envolvidos na origem do Movimento, em função da desconfiança ou receio de algumas lideranças em tratar de determinadas questões do movimento com pesquisadores acadêmicos. Essa dificuldade foi vivenciada a partir de inúmeras tentativas de contato para

realização de entrevistas, seja por telefone, e-mail, ou por mediação de outras pessoas ligadas a essas lideranças ou aos grupos políticos ao qual estavam vinculadas.

Alguns assuntos ou informações referentes às relações de poder no âmbito doméstico pelas mulheres do Movimento sofreram alguns “ruídos” no que se refere ao conteúdo “falado” por elas durante a realização das entrevistas. Isso implica em “limites” em algumas análises, sobretudo da prática cotidiana e doméstica nas ocupações. Existiam por parte de algumas mulheres a cumplicidade/medo em relação a seus cônjuges e/ou companheiros, tal como o receio de falar sobre essas relações para um “pesquisador” do sexo masculino. Como estratégia, nesses casos foi solicitado apoio de algumas lideranças mulheres que ficaram próximas às entrevistadas para deixá-las mais a vontade ou menos “desconfiadas”. Além disso, as falas dessas mesmas mulheres foram comparadas aos seus depoimentos em reuniões e/ou assembleias, quando da discussão relacionada às questões de desavenças, violências e conflitos conjugais dentro do Movimento.

Essa comparação foi fundamental para compreender as ‘barreiras’ impostas pelo modelo patriarcal à ascensão de algumas mulheres às esferas de decisão no interior e fora do Movimento Sem Teto. Tanto no que se referem à (não) participação das mulheres nas reuniões, assembleias, passeatas, etapas necessárias para a conquista de espaços de poder como as coordenações, sob a “ordem” masculina velada e até mesmo explícita de permanecerem em casa fazendo “o seu” trabalho doméstico e cuidando dos/das “seus/suas” filhos/as. Quando na (não) participação nas Brigadas e em outras estruturas da base do Movimento, locais onde acontece o envolvimento direto com situações de conflitos (brigas entre casais, abusos sexuais, brigas por excesso de consumo de álcool, etc.), sob pena de sofrerem ameaças de outros homens que praticam violência doméstica (pois podem ser expulsos das ocupações), “abandonam” também esse tipo de atividade. Tudo isso representam entraves ao empoderamento das mulheres no Movimento, construídos na sociedade patriarcal

que as excluem das esferas de poder e tomada de decisão, a partir de ações de opressão, ameaças e dominação masculina.

As entrevistas foram uma das principais ferramentas utilizadas nesta pesquisa de campo por representar um instrumento de coleta de dados importante para uma abordagem qualitativa, capaz de oferecer significativos “*insights*” e conhecimentos para o pesquisador, além de permitir serem colocadas em diversas páginas desse trabalho, as vozes das mulheres participantes do Movimento.

Em muitos momentos, ouvir essas mulheres tornou-se uma rotina que permitiu uma aproximação fundamental entre “pesquisador” e “pesquisadas”, possibilitando as análises posteriores dessa pesquisa. Essas vozes ora retratavam as estratégias e as ações das mulheres militantes e/ou lideranças dentro do Movimento na luta pela casa, ora imprimiam um sentimento de mulheres mães, preocupadas em ter uma moradia, um teto para que seus/suas filhos/as pudessem morar. Essas vozes não surgiam de forma isolada, ou separada, em uma mesma mulher, eram diversas mulheres e vozes.

As entrevistas foram realizadas utilizando de um roteiro de questões norteadoras sem a rigidez de um questionário, onde as/os entrevistadas/os puderam discorrer sobre o que foi questionado, e em alguns momentos, quando havia necessidade, eram inseridas outras questões para esclarecer melhor as respostas e aprofundar as informações. Os locais das entrevistas ocorriam geralmente nas próprias ocupações em horários previamente definidos com as/os entrevistadas/os, na maioria das vezes nos finais de semanas, por conta dos trabalhos para sobrevivência das/os entrevistadas/os.

As visitas e observações aconteceram nas ocupações do bairro de Periperi (Cidade de Plástico), Escada, Lagoa da Paixão, Fazenda Coutos, Valéria e em locais onde ocorriam eventos como curso de formação política de lideranças no Centro de Estudos e Ação Social

(CEAS)¹³. De forma geral, as ocupações em Salvador são “distribuídas” em prédios e terrenos (maioria em terrenos)¹⁴. No quadro 1 ‘Ocupações em Salvador em Dezembro de 2007’, podemos visualizar melhor essa distribuição.

Quadro 1: Ocupações em Salvador em Dezembro de 2007

Ocupação	Local	Tipo
Cidade de Plástico	Periperi	Terreno
Quilombo de Escada	Escada - Itacaranha	Terreno
Boiadeiro	Lobato	Terreno
Vila Via Metrô	Mata Escura	Terreno
Quilombo da Lagoa	Lagoa da Paixão	Terreno
Lobato 1	Lobato	Terreno
IPAC 1	Soledade/Lapinha	Edificação existente
IPAC 2	Centro Histórico	Edificação existente
IPAC 3	Centro Histórico	Edificação existente
Cajazeiras	Cajazeiras	Terreno
Penha	Ribeira	Edificação existente
Alfred	Mares	Edificação existente
Gal Costa	Sussuarana	Edificação existente
Irte	Mares	Edificação existente
Km 12	Estrada Velha do Aeroporto	Terreno
Tóster	Baixa do Bonfim	Edificação existente
Rua Chile	Rua Chile / Centro	Edificação existente
Rajada	Comércio	Edificação existente
Sampaio	Calçada	Edificação existente
Brotas	Jardim Caiçara / Brotas	Edificação existente
Leste Ferroviária	Calçada	Edificação existente

Fonte: Movimento dos Sem Teto de Salvador, dezembro de 2007.

¹³ O Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) é uma entidade jurídica sem fins lucrativos fundada pela [Companhia de Jesus](#) em 1967, hoje integrada por jesuítas e profissionais leigos. Inspirado nos valores humanos e evangélicos da justiça e da solidariedade, o CEAS busca contribuir para a superação da miséria e da exclusão social através da atuação em regiões do Nordeste marcadas por situações históricas de pobreza e de dominação, tendo como eixo unificador de sua prática o fortalecimento da autonomia e do protagonismo dos públicos que acompanha. Com uma diversidade de opiniões e de propostas de trabalho, as atividades do CEAS incluem o assessoramento direto a grupos urbanos e [rurais](#); a publicação de uma revista, os [Cedemos do CEAS](#), lida por grupos populares, estudantes de diferentes níveis, intelectuais e assessores dos movimentos sociais de várias partes do Brasil e do mundo; a manutenção de uma biblioteca especializada em Ciências Humanas com cerca de 25 mil volumes, destinada à capacitação para atuação junto ao meio popular; a realização de debates na sede do CEAS; e a cessão do espaço do CEAS (que inclui a [hospedagem](#), com capacidade para até trinta pessoas, e o salão de reuniões) para reuniões, assembleias e atividades do movimento popular. Nosso objetivo principal é desenvolver o que chamamos de trabalho de base: um trabalho político-educativo com setores populares, buscando alcançar o público mais desassistido e os extratos da população de renda mais baixa. Procuramos favorecer e incentivar a tomada de iniciativas próprias e autônomas por parte dos grupos populares com os quais trabalhamos, contribuindo para superar a longa história de exclusão social e autoritarismo decorrente da dominação das elites sobre o povo brasileiro (Fonte: www.ceas.com.br). O curso de Formação de Lideranças realizado pelo Movimento Sem Teto tem como objetivo a formação política de lideranças do Movimento, discutir a realidade em que se encontram e as principais estratégias de luta. Esses cursos são realizados através de entidades de Assessoria, como a Comissão de Justiça e Paz (CJP) e o CEAS, com a participação de grupos de estudantes e intelectuais voltados para a formação popular. As oficinas realizadas levam até as ocupações do Movimento a formação política (Fonte: ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO MOVIMENTO, 2007).

¹⁴ A estrutura e dinâmica de funcionamento das ocupações serão detalhadas no capítulo 4.

Podemos abordar alguns fatores que levaram a escolha destes locais para a realização do trabalho de campo, quais sejam:

1) a facilidade de aproximação às lideranças dessas ocupações, que deram apoio durante o processo de entrevistas e visitas de campo, apresentando as mulheres e outros/as integrantes que viviam nesse espaço, explicando o motivo e a importância do trabalho que iria ser feito sobre o Movimento;

2) a facilidade de acesso a essas ocupações devido o contato prévio estabelecido com as coordenações locais (durante as manifestações, passeatas e reuniões) e a disponibilidade das pessoas para ‘cederem’ as entrevistas;

3) o trabalho mais intenso das coordenações e principais lideranças junto às pessoas que viviam nessas ocupações e engajadas no Movimento;

4) as ocupações mais recentes que ocorreram no período de 2006 e 2007, principal momento da coleta de dados, as quais estavam em intenso processo de negociação com o Poder Público, no sentido de garantir a permanência das pessoas nesses locais.

As entrevistas ocorreram em períodos diversos, ao longo do percurso do doutorado. No segundo semestre de 2006 foram realizadas as primeiras conversas informais com lideranças, visita às ocupações e observações de algumas manifestações como a passeata em direção à CONDER, no bairro de Narandiba. Durante essa passeata foi possível começar a entender a dinâmica de participação das/os militantes em mobilizações públicas e de cada integrante, sejam mulheres, homens, lideranças e coordenações, além do lugar e postura do Poder Público junto ao Movimento.

No início de 2007, foram realizadas entrevistas com dois coordenadores que participaram do processo de criação do Movimento Sem Teto na cidade de Salvador em 2003, e fizeram parte da trajetória desse Movimento. Atualmente, esses coordenadores pertencem a dois campos distintos na maneira de pensar o Movimento, seja por questões políticas

partidárias e ou identificação ideológica. Estas entrevistas foram fundamentais para esclarecer como se deu a constituição do Movimento, as circunstâncias e os grupos políticos que estavam presentes dando apoio ou orientação às/aos militantes.

De modo geral, durante as visitas foi possível conversar com as/os militantes, lideranças das ocupações e coordenadores/as do Movimento Sem Teto, além de possibilitar a observação da dinâmica de vida nas ocupações, demandas e estratégias de participação.

A abordagem de caráter qualitativo nos proporcionou entender as falas das/os entrevistadas/os através da descrição dos momentos rotineiros e problemáticos que faziam parte da vida dessas pessoas (DENZIN e LINCOLN, 2006). As “respostas” das/os entrevistadas/os dependiam das perguntas realizadas e do contexto em que foram feitas, e isso em alguns momentos contribuiu ou dificultou o aprofundamento de algumas questões, sendo necessário o retorno em diversos outros momentos ao local do estudo.

Optou-se então pelas entrevistas em profundidade, associadas às observações *in loco*, registros fotográficos, conversas informais quando da participação em atividades, eventos e manifestações, na contribuição do pesquisador na discussão para elaboração de eventos no local e na elaboração de questionário¹⁵, para o cadastramento dos/as integrantes de uma ocupação.

A amostra foi composta por mulheres e homens do Movimento, atentando para a multiplicidade de atores sociais envolvidos, sendo a prioridade dada às mulheres. As entrevistas foram feitas junto a lideranças do Movimento (mulheres e homens), com o objetivo de entender as posições ocupadas por estes/as, no processo de tomada de decisões. Também foram realizadas entrevistas com militantes (mulheres e homens) considerados de

¹⁵ Esse questionário não foi um instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa e sim surgiu de uma demanda em uma das reuniões do Movimento, para auxiliar no cadastramento das famílias que estavam na ocupação de Lagoa da Paixão. Nosso papel (e também de outras pessoas da academia que se encontravam presentes nessa reunião) foi de dar instruções em relação à elaboração do questionário, pontuando questões relevantes para fazer o cadastramento. Até o final da pesquisa de campo de 2007, o cadastramento dessas famílias pelo Movimento ainda estava em andamento.

base do Movimento Sem Teto. As entrevistas com militantes visaram capturar, em suas falas, valores, percepções e significados impressos no entendimento das categorias¹⁶ que se vinculam ao tema da pesquisa, como cidadania, participação e maternalismo dentre outras, buscando valorizar a autodefinição das(os) entrevistadas (os). Esse entendimento foi possível na medida em que se estabeleceu a relação entre as falas e percepções das(os) entrevistadas(os) acerca das categorias de análise, com as definições teóricas discutidas na pesquisa, aliadas às observações de campo e documentos analisados.

O perfil das entrevistadas¹⁷ pode ser visualizado de forma geral a partir da “auto-identificação” de algumas mulheres que foram entrevistadas, já que essas falas nos revelam a realidade vivenciada pela maioria das mulheres nas ocupações.

No total foram realizadas 10 entrevistas em profundidade com as mulheres da base e 5 com mulheres lideranças do Movimento; 3 entrevistas com homens que eram lideranças e/ou coordenadores e 2 da base. Cada pessoa entrevistada contribuiu de forma significativa para a construção deste trabalho, cabendo em linhas gerais um destaque para essas contribuições.

Nas “vozes” das lideranças **mulheres** foi possível “ouvir” sobre o Movimento. Observou-se como essas lideranças são percebidas dentro do Movimento (por homens e mulheres, seja da base ou da coordenação), tal como as posições que ocupam nesse espaço e fora dele, e as estratégias utilizadas para se afirmarem nesse espaço, enquanto lideranças e mulheres. Também foi possível compreender como tem se dado o processo de inserção dessas mulheres no Movimento Sem Teto, tal como os motivos que as levaram a participar, suas trajetórias, suas percepções sobre outras mulheres e os homens dentro do Movimento, sobre a família e as relações estabelecidas com o Poder Público; e as principais dificuldades enfrentadas.

¹⁶ Essas categorias serão discutidas no decorrer do trabalho.

¹⁷ A discussão sobre o perfil e ações desempenhadas pelas mulheres entrevistadas no Movimento Sem Teto será realizada no capítulo 4.

No que se referem às mulheres da base, as entrevistas possibilitaram uma maior compreensão sobre: o percurso feito pelas mulheres até a chegada nas ocupações e/ou Movimento, as maiores dificuldades enfrentadas em relação aos medos (violência social e familiar, preconceitos), necessidades, as relações estabelecidas com os/as filhos/as, (ex) maridos, (ex) companheiros e/ou (ex) namorados, além das outras pessoas da ocupação. Foi possível também entender como se sentem tendo direitos ou que entendem por direitos, cidadania, e o que almejam.

Nas entrevistas realizadas com as lideranças **masculinas**, também foi possível conhecer sobre o movimento, a partir da história contada por lideranças que fizeram parte do processo de criação do Movimento Sem Teto em Salvador. Ouvimos sobre as dinâmicas do cotidiano do Movimento, as relações partidárias estabelecidas, as estratégias de atuação, as relações de poder existentes, os espaços e posições ocupadas pelas pessoas, tal como a trajetória de participação desses homens no Movimento, assim como eles enxergam as mulheres, as relações estabelecidas com o poder público e as principais dificuldades e aliados do Movimento.

O recorte de gênero realizado nesta pesquisa foi uma tentativa de não cair na “trama” da separação entre as esferas públicas e privadas, ou reforçar espaços e posições específicas que elas impõem aos homens e às mulheres. A intenção não é apontar somente para os tipos de atividades desempenhadas por homens e mulheres, cada um ocupando o seu “lugar”, “restrito” e “impenetrável” e sim absorver nas entrevistas e observações a perspectiva de gênero nas duas esferas de forma articulada.

A análise da imbricação entre o público e o privado se faz necessária no cotidiano do Movimento, onde as atividades das mulheres têm grande importância e contribuição para a sua dinâmica e funcionamento. Essa é uma forma de retomar a concepção feminista de que “o

privado é político”¹⁸, pois todas as relações de poder, dominação e opressão é de fato política. Essas relações também acontecem nas esferas privadas das ocupações e por isso merecem ser evidenciadas com o intuito de perceber a dificuldade de inserção das mulheres nos espaços de decisões ou no público, já que isso implica diretamente na sua forma de participação e posições ocupadas.

Outros procedimentos também fundamentais foram utilizados na coleta de dados da presente pesquisa. Atas, ofícios e documentos diversos do Movimento foram utilizados como base para as análises acerca das demandas das ocupações e os passos do Movimento desde sua origem, sua relação com o Poder Público, com os órgãos governamentais, as entidades aliadas, e militantes do Movimento e das ocupações, bem como toda sua dinâmica interna.

Também foram utilizados documentários em vídeos, artigos de jornais, pesquisas acadêmicas, dossiês e artigos do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), romances sobre as invasões urbanas de Salvador e uma importante literatura acadêmica contribuíram também para essa construção histórica, resgatando a presença das mulheres em diversos eventos relacionados à luta pela moradia.

As observações participantes nas ocupações investigadas¹⁹, em reuniões, eventos específicos, situações de conflito e negociações do Movimento com outras entidades, encontros e assembleias, permitiram entender as posições ocupadas pelos/as membros/as do Movimento e responder o problema dessa pesquisa. Essa técnica nos auxiliou na coleta de dados e na captação do sentido das ações humanas desenvolvidas na realidade observada. Ou seja, foi “um processo no qual a presença do observador, em uma situação social, se mantém

¹⁸ “O privado é político” é um *slogan* do feminismo dos anos de 1960 e teve como objetivo afirmar que “tudo é político”, uma maneira de legitimar as reivindicações das mulheres na esfera política, evidenciando que estas tinham direitos e capacidade de decidir de forma autônoma sobre suas próprias vidas. O *slogan* também criticava o modelo de indivíduo abstrato, que também está na base das teorias modernas de cidadania (LAMOUREUX, 2009, p. 211).

¹⁹ Durante os anos de 2006 a 2007 no decorrer do trabalho de campo da pesquisa participei intensamente das atividades do Movimento, acompanhando passeatas, colaborando nas atividades de formação, na elaboração do questionário para cadastramento de famílias em algumas ocupações, como forma de “retribuir” ao Movimento a disponibilidade e colaboração na minha pesquisa.

“para fins de investigação científica”, sendo as relações sociais, os comportamentos dos/as envolvidos/as no processo, e acontecimentos que se determinam em variadas situações (HAGUETE, 1982, p. 62).

Nesse caso, enquanto observador procurei ficar atento às situações e ser sensível para identificar os fenômenos (diálogos, gestos, expressões em geral, etc.) que puderam responder aos objetivos propostos pela pesquisa. A técnica de observação participante exigiu do observador um papel fundamental na identificação desses fenômenos, já que fui responsável em observar a realidade e os eventos que aconteceram, tal como contextualizá-los e retratá-los da forma mais fiel possível ao evento original (HAGUETE, 1982). No entanto, o observador deve estar ciente de que o evento pode acontecer também de forma diferente devido à sua presença, por isso a necessidade da constância de visitas a campo e de observações mais longas e duradouras (YIN, 2002).

A escolha por essas técnicas possibilitaram maior comunicação, identificação e diagnóstico de diversas questões, permitindo identificar limites e obstáculos de um determinado problema e/ou conflito, relacionados ou não a aspectos morais, que puderam ser explorados em profundidade. Nesse sentido, a intenção foi detectar questões mais subjetivas relacionadas às relações de gênero, participação, maternalismo e processo de conquista de cidadania das mulheres.

Como dito no início dos **“Procedimentos Metodológicos”** a incursão na pesquisa feminista representou ultrapassar muitas visões limitadas (das ciências tradicionais) no que se refere a enxergar a realidade – que se utiliza apenas de métodos universalizantes – para buscar novos caminhos que possibilitaram entender a diversidade das relações de gênero e dos sujeitos. Isto demonstra a despreensão feminista de postular um conhecimento global, homogêneo, unificado e totalizador (REINHARZ, 1992).

Sintetizando o exposto acima, alguns princípios podem ser aqui resumidos e que nortearam a pesquisa, levando em consideração a perspectiva feminista (SILVA et al., (2005); VALLEJOS, YANNOULAS e LENARDUZZI, 2003; OLESEM, 2006), que possibilitou compreender a complexidade social e os cenários das relações de gênero, tais como:

- Ter como ponto de partida (perspectiva) as experiências e vivências das mulheres, com o objetivo de pensar possibilidades de modificações sociais e melhorias nas relações de gênero;

- Utilizar procedimentos de investigação diversos (por exemplo, entrevistas estruturadas e informais, observação participante das dinâmicas no interior do movimento, acompanhamento de atividades e manifestações do grupo, no caso do Movimento Sem Teto), tendo como base a epistemologia feminista nas observações, análises e interpretações das fontes, numa perspectiva de gênero e das relações de poder no seio do Movimento;

- Desenvolver um olhar crítico sobre os conhecimentos tradicionais, desencadeando um movimento de desconstrução e construção de saberes, na intenção de debelar estereótipos e preconceitos sexistas e androcêntricos nos procedimentos metodológicos e na produção do conhecimento;

- Empreender o reconhecimento da diversidade das mulheres envolvidas nos movimentos sociais.

CAPÍTULO 3 – A HISTÓRIA QUE NÃO CONTARAM: Visibilizando as Mulheres em Movimento e nos Movimentos de Moradia

Reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiros ou pelo menos como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (...) no passado”.

Joan Scott

Este capítulo tem como objetivo apresentar o processo de formação e desenvolvimento das “invasões” ou ocupações urbanas na cidade de Salvador, desde a década de 1940, onde se destacavam ações pouco organizadas, espontâneas ou não da população em busca de moradia, até os dias de hoje. Atualmente, a luta por moradia pode ser analisada como fenômeno dos movimentos sociais urbanos, com características mais estruturadas e organizadas de ação coletiva, em que se inserem diversas/os personagens (mulheres, negros/as, jovens, idosos/as, etc.). Personagens não percebidas/os nas análises, já que são apagadas/os dos seus contextos sociais pela literatura que ressalta, de forma universalista, apenas a presença masculina – como atores políticos – não refletindo sobre as diversidades e os espaços possíveis de visibilidade das mulheres, principalmente enquanto atrizes políticas.

3.1 HISTÓRICO DAS INVASÕES/OCUPAÇÕES URBANAS EM SALVADOR: INVASÃO VERSUS OCUPAÇÃO

Antes de iniciar a discussão do processo histórico das grandes mobilizações urbanas de Salvador, com início na década de 1940, torna-se importante refletir brevemente sobre os termos *invasão* e *ocupação*. Suas interpretações e o caráter ideológico de cada um, já que o termo tanto descreve o fenômeno, quanto o define como ação coletiva das pessoas envolvidas (mulheres e homens), porém num contexto sociopolítico.

O termo invasão, nos anos de 1940, significava as áreas de habitações populares formadas por ações ‘espontâneas’²⁰ diretas e coletivas – realizadas por famílias sem moradia e sem condições financeiras – à revelia do consentimento dos proprietários fundiários, sendo que muitos destes últimos também conquistaram a terra através de “invasões”, seja pelo sistema de aforamentos ou arrendamentos.

Alguns estudos tais como: “As invasões na cidade de Salvador”, de Maria Raquel Matoso Mattedi (1981); as “Notas sobre o verbo invadir” de Milton Moura (1990a) e as “Mudanças urbanas em Salvador no final do Século XX” de Ângela Souza Gordilho (2000), nos trazem dados e informações importantes acerca da compreensão dos processos de ocupações/“invasões” em Salvador ao longo dos anos, tal como o funcionamento do sistema de aforamentos e arrendamentos de terra na capital.

Maria Mattedi (1981) destaca um exemplo desses aforamentos de terras que podem ser vistos na década de 1940, onde ocorreu a “invasão” de terreno em um trecho da Fazenda do Coronel (em Massaranduba), hoje ocupação de Alagados. Segundo a autora as terras ocupadas pertenciam à União e eram aforadas a terceiros. Milton Moura (1990a) também comprova a existência desses aforamentos e arrendamentos, ressaltando que os proprietários de terras no início desses anos estimulavam essas “invasões” no sentido de valorizar as terras já então ocupadas por eles, fazendo prática dos alugueis de lotes, das vendas e dos aforamentos.

Pelo fato de não terem o consentimento dos proprietários e as pessoas se instalarem nos terrenos ilegalmente, a imprensa do início dos anos de 1940 começou a divulgar os fatos como **invasões**. Este termo foi absorvido pela população da cidade já com um forte caráter conflitivo, ideologicamente ilegal e criminoso, no sentido de deslegitimar as ocupações das áreas ociosas e especulativas (MOURA, 1990a; ARAGÃO, 1994; SOUZA, 2000).

²⁰ “Ocupações de áreas urbanas de forma desordenadas, não legalizadas, sem a mínima estrutura e saneamento básico” (DIAS; BORJA e MORAES, 2004, p. 83). Será melhor discutida posteriormente.

As invasões eram vistas pela imprensa, pelas classes proprietárias e pelo próprio Estado como um processo de invasão de propriedade pública ou privada, que fere diretamente o direito de propriedade na sociedade capitalista. Evidenciando-se, neste sentido, a conotação jurídica do termo “invasão” para reforçar uma reação condenatória, enérgica e direta, sobretudo repressiva tanto por parte da política como por parte do Poder Judiciário (ARAGÃO, 1994, p. 61).

Devido ao caráter negativo do termo “invasão”, alguns/algumas pesquisadores/as ressaltam que determinados movimentos populares acabam sendo apresentados no cenário social e político de forma negativa, como parte do antagonismo entre os grupos de interesse, daí têm que conquistar, através da linguagem e retórica, uma característica que fosse ao mesmo tempo válida e admirável (BRITO DA MOTTA, 1991).

De acordo com Christa Liselote Berger (1998), no seu livro “Campos em confronto: a terra e o texto”, a utilização de um termo ou outro não é gratuita, e se explica pelo sentido que cada palavra carrega no seu conteúdo implícito.

(...) os pares opositivos invadir e ocupar fixam situações linguisticamente significativas daquilo que chamamos relação retórica-manipulação. Efetivamente, os lexemas invadir e ocupar promovem conotações diferentes sobre o sentido da ação dos sem-terra (**e outros movimentos sociais**). Invadir carrega semas como "tomar aquilo que não nos pertence"; já o lexema ocupar nos indica semas como "estar em lugar devoluto". O enunciador (**a mídia**) ao optar por *invadir* faz a escolha de um signo que preserva o conceito de propriedade privada, em que o sujeito do enunciado encontra-se na ilegalidade e ao destinatário é oferecida uma pista de leitura em que a transgressão tem permissão para ser punida. Caso ele optasse por *ocupar*, estaria sustentado pelo conceito de propriedade social da terra e a ilegalidade se encontraria na ação da repressão (BERGER, 1998, p. 132).

Interpretando o que Christa Berger ressalta, o termo “invasão” para os movimentos sociais que lutam pela moradia se apresenta como ofensivo e por isso a adoção da terminologia **ocupação** ganha outro significado, menos “condenativo” pelo menos do ponto de vista linguístico. Mesmo o termo invasão trazendo um caráter ofensivo e de ilegalidade, não é isso que o define sociologicamente, e sim “o tempo de sua formação, a dinâmica de crescimento e a natureza dos grupos que a promovem” (BRANDÃO, 1978, p. 163). Além dessa apresentação negativa do próprio termo “invasão”, existia, por parte da imprensa dessa época (anos de 1940), um desinteresse em relação às pessoas e/ou grupos envolvidos neste

processo, que, no caso das lutas por moradias, podem ser identificadas a partir de sua constituição predominantemente feminina.

Nestas lutas as mulheres se manifestavam publicamente, ora como lideranças ou como integrantes e, mesmo assim, não eram percebidas (principalmente nessas primeiras décadas de busca por moradia) constatando, assim, o “apagamento” de sua atuação e participação política nesse contexto. Essas manifestações públicas por parte das mulheres podem ser percebidas através das atividades desenvolvidas pelas mesmas durante o processo de reivindicações pela moradia, constatadas em poucas entrevistas dadas pelas mulheres nos documentos e registros pesquisados (BRITO DA MOTTA, 1991; ESPÍNEIRA GONZÁLEZ, 1997).

No processo de lutas por moradia em Salvador, o termo ‘invasão’ passa a ser substituído por **ocupação**, já que essa nomenclatura supõe uma legitimidade maior às ações coletivas e pode ‘desconstruir’ essa imagem de transgressão, pois segundo Milton Moura (1990), algumas invasões quando adquirem uma mínima infraestrutura, passam a ser consideradas legítimas pelo poder público, que as denominam como bairros populares. “A montagem de alguns equipamentos urbanos básicos pode significar um reconhecimento tácito dessa legitimidade”; na medida em que existe legitimidade, poderia passar a existir o aumento da garantia de direitos através das leis para as pessoas envolvidas (MOURA, 1990, p. 36).

Portanto, o termo ocupação é uma nomenclatura mais recente (a partir da década de 1980), adotada posteriormente pelos movimentos sociais como os Sem Terra e Sem Teto e representa a politização dos conflitos de luta pela terra e moradia (MOURA, 1990a, p. 38; SOUZA, 1991). Esse fato pode ser percebido em palavras de ordem de ocupantes da “invasão” Dom Avelar, exposto no texto “As invasões de Salvador” de Clóvis Souza Santos (1987) e nas palavras de uma ocupante do Movimento Sem Teto de Salvador no documentário de Pronzato (2004):

Vamos invadir! Ou seja, vamos ocupar esses espaços livres que há na cidade e construir aí nossos barracos, seremos ocupantes de um espaço que é nosso, de

direito e de fato. Ocupantes e não invasores. Pois invasores seríamos se tivéssemos tomando um lugar que não nos pertence, mas esse chão é nosso. Ocupá-lo é nosso direito e também o nosso dever (SANTOS, 1987, p. 63).

Em Salvador tem muitas terras paradas que são desocupadas. Então a gente passando a tomar posse dessas terras não somos invasores. Que na verdade a invasão foi a 'descoberta' do Brasil. Isso sim foi a invasão. Nós crescemos aqui, vivemos aqui, tem-se por direito de moradia, alimentação e trabalho (Mulher ocupante da Vila Via Metrô in PRONZATO, 2004).

Essa modificação de terminologia visa facilitar a aceitação dessas ações e das pessoas envolvidas na dinâmica das ocupações coletivas, pois o termo invasão remete a significados que desvalorizam as ações dos/as ocupantes e moradores/as, colocando-os/as em condições ainda mais marginalizadas na sociedade.

Esse trabalho adota o termo ocupação²¹ no sentido de se referir a qualquer tipo de área ocupada, localizada em qualquer parte da região metropolitana de Salvador, formada através das ocupações coletivas sem os trâmites legais do mercado capitalista de imóveis, com aspectos precários, sem as infraestruturas necessárias e/ou pertencentes a terceiros.

3.2 OCUPAÇÕES EM SALVADOR A PARTIR DE 1940

As ocupações urbanas ocorridas na cidade de Salvador, com relevância social e política iniciaram-se nos anos de 1940, resultante dos conflitos entre as classes proprietárias dos terrenos ocupados e as populações carentes que buscavam habitação. A realidade vivenciada na capital baiana pelas populações de baixa renda fazia parte da conjuntura nacional, caracterizada pelo alto custo de vida e pela crise de abastecimento. Tal conjuntura repercutia em várias manifestações populares, com grande mobilização das mulheres brasileiras na luta contra a carestia e que se desdobram em outras ações nos anos posteriores. Ações como a formação em Salvador da Federação das Mulheres da Bahia que, mobilizadas pela realidade da época, passam a direcionar forças para a obtenção dos direitos básicos como alimentação, moradia, etc. (ESPIÑEIRA GONZÁLEZ, 1997).

²¹ Diante do debate sobre o uso dos termos invasão e ocupação, já se percebem hoje, na maioria das pesquisas, notícias de jornais e noticiários a utilização do termo ocupação.

As mobilizações deste período foram registradas por jornais locais acerca do grande número de ocupações realizadas em terrenos de “donos desconhecidos” e terrenos públicos, tais como Corta-braço, Alagados e Gengibirra²². Além disso, existem também registros sobre a implementação de políticas sistemáticas, por parte das autoridades municipais, para conter o crescimento dessas ocupações e habitações irregulares, que estavam modificando a configuração urbana²³ da capital, passando a ser construídas a partir do crescimento desordenado da cidade, além da segregação por classes (MATTEDI, 1981).

Em pesquisa sobre Alagados, Janio Santos (2005, p. 96) mostra que as ações iniciais do Governo junto aos moradores de Alagados, centravam-se na “intermediação entre os proprietários do terreno, o Banco Mercantil Sergipense, os foreiros e a Marinha, e os ocupantes iniciais das terras e do mar”. As propostas iniciais do poder público para com ‘os’ ocupantes se resumiam à demolição das habitações, e a participação da polícia era a marca principal, que caracterizava a presença do Estado como mediador e garantidor da propriedade privada. As ameaças de derrubada das casas eram frequentes, representando um “tormento” para as pessoas, porém a resistência às ações da polícia e a própria situação da terra, que pertencia à União, mas sem utilização, “foram os motivos principais que permitiram a continuidade das ocupações, ainda que em precárias condições” (SANTOS, 2005, p. 96).

Nesta década, uma das causas para o crescimento do número de ocupações e de habitações irregulares na cidade estava relacionada à condição de baixa renda das pessoas, pois as mesmas não possuíam meios de pagar os custos de uma habitação adequada, em locais com equipamentos básicos necessários à sobrevivência, tais como segurança, saneamento básico, transporte coletivo, eletricidade, entre outros. Assim, neste contexto, as mulheres das

²² Naquela década, outras ocorrências de ocupação de terrenos foram registradas, sendo elas: Rua Lima e Silva, Vila Conceição, Rua Ramos de Queiroz, Vila Ruy Barbosa (MATTEDI, 1979).

²³ A configuração urbanística de Salvador era a realização espacial de sua sociedade. O modelo de bairro tradicional sintetizava a cidade, abrangendo tipos como o médico e o magistrado, nas casas e sobrados construídos na cumeeira por onde corria a rua principal; o professor, os oficiais de justiça e o alfaiate, em casas modestas justapostas nas ladeiras e ruas adjacentes; o servente, a lavadeira e o sapateiro, em barracos isolados, avenidas e pardieiros situados nas encostas e no fundo dos vales (MOURA, 1990a, p. 26).

classes populares eram (e são) as primeiras a sentir a carência, pois, no próprio trato direto da vida familiar, elas percebem claramente isso, tanto no exercício da maternagem²⁴ e da maternidade, quanto na função de dona de casa (BRITO DA MOTTA, 1991).

Somado a isso, inexistiam programas de acesso à moradia que se destinavam a atender as demandas dessa camada populacional, que representava a maioria, tornando, assim, a prática das ocupações uma alternativa precária ao déficit habitacional e uma luta pelo espaço urbano. Grande parte destas moradias era construída em terrenos irregulares ou em áreas com riscos de desabamentos, sem redes de esgotos, energia elétrica, água encanada, etc.

Corroborando com a discussão acima, Maria de Azevedo Brandão (1978) ao analisar a crise habitacional em Salvador nesse período, aponta para alguns fatores que contribuíram para esta situação na capital baiana, entre os quais podemos destacar: o crescimento demográfico muito acelerado, o baixo poder aquisitivo da população, a carestia do preço da construção e do solo urbano, serviços coletivos ineficientes, etc. Fatores diversos, tanto de caráter econômico, social, quanto derivados da estrutura física da cidade, de natureza tecnológica até administrativo.

Podemos elencar também a rapidez do processo de urbanização, as desigualdades nas condições de trabalho e subsistência, aliados à insuficiente capacidade de regulação e redistribuição do Estado, e aos interesses do capital imobiliário como outros aspectos que também proporcionaram, no decorrer da história da formação das cidades, as desigualdades no âmbito habitacional. Como afirma Inaiá Carvalho em seu trabalho “Urbanidade

²⁴ “Entenda-se por maternagem os cuidados materiais e biológicos com os filhos. Distinga-se maternagem de maternidade, pois elas são duas instâncias distintas da criação e educação de uma criança. Por maternagem, entendam-se os cuidados para com uma criança. Por maternidade, entenda-se algo mais amplo que se refere ao desejo da mãe de gerar uma criança e dar-lhe sentido de viver. Maternagem e maternidade são confundidas em uma só posição para grande parte das pessoas em nossa sociedade, que veem na reprodução feminina um dos principais empecilhos da vida profissional das mulheres” (GROSSI, s/d). (Esther Pillar Grossi em *Gênero e as novas ideias sobre aprendizagem*, s/d. Disponível em <<http://www.geempa.org.br/html/producao/artigos/artigos.htm>>. Acesso em janeiro de 2009.

Contemporânea”, onde a autora analisa os fenômenos vivenciados na história e sua relação com a conformação das moradias e das próprias cidades:

(...) onde tradicionalmente as camadas altas e médias concentravam-se em bairros centrais, com uma disponibilidade de infra-estrutura e serviços, enquanto trabalhadores tinham que enfrentar a questão da habitação através da autoconstrução de moradias precárias, em periferias distantes e desprovidas tanto de equipamentos como de serviços básicos (CARVALHO, 2005, p. 339).

Os fatores socioeconômicos merecem destaque, sobretudo, por refletirem diretamente em três outros aspectos, quais sejam:

- a) no fluxo rural-urbano, com a chamada atração urbana passiva;
- b) na desvantajosa condição de competição entre as classes sociais, tanto econômica quanto política, e na participação dessas classes nos bens da comunidade; e
- c) no abuso do poder a partir da prática de privilégios e manutenção das vantagens pelos grupos dominantes.

De forma geral, as ocupações aconteciam por questões relacionadas às dificuldades financeiras, por motivos de involução industrial, que reduzia a importância econômica da capital baiana em relação aos outros estados brasileiros. A população nesse contexto buscava alternativas para o enfrentamento da pobreza e falta de moradia, realizando trabalhos em atividades comerciais e prestação de serviços, tal como ocupando terrenos (SIMÕES, 1985; MOURA, 1990a; AMIGOS DOS DESABRIGADOS, 1975).

Diante do exposto podemos afirmar que as ocupações nas diferentes regiões de Salvador, nos anos de 1940, eram constituídas por pessoas de camadas mais pobres da população, que viviam nas regiões centrais e bairros circunvizinhos ao centro, e que foram “empurradas” para as regiões periféricas sob forte pressão populacional e que, conseqüentemente, passaram a ocupar esses espaços (MATTEDI, 1981; SIMÕES, 1985). O termo “empurradas” é utilizado pela autora Maria Raquel Matoso Mattedi (1981), se referindo ao desalojamento da população de baixa renda dos centros, caminhando para bairros mais

pobres, e a ocupação dos centros pela população de classe média e alta. Em seu trabalho “Origens da expansão periférica de Salvador”, Maria de Azevedo Brandão ressalta que:

(...) Na década de 1940, ao incrementar-se a demanda de habitação, as maiores exigências partiam dos grupos de baixa renda, sobrecarregados pelo contingente migratório, que resolveram o problema de sua parte pela superlotação e pela construção clandestina de novas habitações. É assim que, entre 1940-50, cerca de 14.000 casas foram levantadas sem licença da Prefeitura (BRANDÃO, 1978, p. 155).

Para Milton Moura (1991a, p. 27) – ainda se referindo a esse período, considerando o aumento da população – a “dificuldade de acesso a locais de razoável segurança levaram à ocupação de áreas perigosas como encostas, fundos dos vales e margens dos rios, expostas a inundações e/ou corrimentos de terras”. As ocupações aconteciam em diferentes locais, desde os terrenos baldios, trechos alagados da orla, quanto em áreas privadas, com rápidas construções precárias que garantiam a ocupação desse espaço (BRANDÃO, 1978).

Maria Mattedi (1981) apresenta as ocupações ocorridas nos anos de 1940, como “movimentos coletivos verdadeiros”, pois mobilizaram centenas de pessoas que lutavam pelo mesmo objetivo: a conquista de uma moradia. Em relação às moradias, as mesmas eram construídas de um dia para o outro, e com a participação de todas as pessoas (mulheres, crianças, idosos, homens), para demarcarem seus espaços de forma mais rápida, dificultando assim a possibilidade de desalojamento. Essa estratégia adotada pelas/os ocupantes permitia uma organização interna mais resistente, ao mesmo tempo em que, com a permanência de mais pessoas e por mais tempo no local, possibilitava sensibilização da opinião pública a favor deles. O texto de Maria Mattedi relata toda uma preparação no processo de ocupação desses espaços, tais como o engajamento de diversas famílias no trabalho de limpeza, demarcação e construção de suas moradias, utilizando como fontes de sua pesquisa, depoimentos de pessoas que vivenciaram o período e matérias dos jornais “O Momento” (do Partido Comunista) e “A tarde” publicados na época.

A autora apresenta como principais atores envolvidos neste processo de ocupação os biscateiros, os pequenos comerciantes e os trabalhadores na construção civil, caracterizando uma predominância masculina. No entanto, diante das tarefas apresentadas anteriormente, fica implícito no texto, apesar do não reconhecimento, a presença das mulheres em várias etapas deste processo, já que grande parte das atividades era distribuída socialmente de maneiras diferentes para os homens e mulheres, na qual as mulheres acabavam desempenhando, a maior parte das atividades necessárias nas ocupações como: a limpeza do local, a alimentação e o cuidado com as crianças.

A ocupação de Gengibirra foi considerada um dos primeiros movimentos coletivos pró-habitação de Salvador, ocorrida durante o Governo de Otávio Mangabeira, em meados da década de 1940. Durante a ocupação da Gengibirra, os/as moradores/as do Largo do Tanque se assustaram com tamanha rapidez com a qual os terrenos foram “tomados” e a agilidade com a qual as famílias construía suas casas. Depois de construídas e habitadas, era mais difícil derrubá-las e esse cenário passava a ser considerado um problema social, que envolvia o poder público da época, os proprietários de terrenos e a sociedade. As tensões geradas nesta primeira ocupação, que envolveu a população, o governo e a polícia, ocasionaram uma série de violências, incluindo prisões, espancamentos, mortes e derrubadas dos barracos, mas as pessoas continuaram resistindo e acabaram vitoriosas, obtendo o direito, por parte do governo, de utilizar os terrenos (SIMÕES, 1985; AMIGOS DOS DESABRIGADOS, 1975)²⁵.

Outra importante ocupação coletiva de reconhecimento histórico desta época foi a do Corta-Braço, onde hoje se localiza o bairro de Pero Vaz. Essa ocupação mobilizou centenas de famílias que buscavam um lugar para morar. Iniciou-se, segundo Mattedi (1981), como

²⁵ As fontes utilizadas pelos autores foram obtidas do romance “Os Pastores da Noite” de Jorge Amado, que ressalta o problema das invasões nessa época; além da obra “Alagados” escrita por Hirton Fernandes; e Jornal da Bahia de 1974. Além de Nestor Goulart Reis Filho, com a obra “Contribuições ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil”, 1968.

ocupações espontâneas²⁶, mas que posteriormente acabou mobilizando diversos grupos de esquerda (ligados ao PCB²⁷) e religiosos (da Igreja Católica), que passaram a assessorar e acompanhar as pessoas ocupantes através de orientações quanto ao direito de permanecerem no local, pressionando e sensibilizando a opinião pública e as autoridades políticas.

A presença das mulheres também fica evidente na novela *Corta-Braço*²⁸ do jornalista e romancista Ariovaldo Matos (1988), em que articula ficção e realidade em uma história sobre a ocupação do Corta-Braço. O romancista narra as atividades das mulheres, principalmente as negras, na limpeza de terrenos e na construção dos seus barracos, como no caso das personagens negras Felícia e Dona Maria das Dores, que batem o barro que servirá de liga para o levantamento das paredes de suas moradias, nos primeiros momentos da ocupação.

Esta passagem da novela mostra na ocupação de Corta-Braço, como em diversas outras que ocorreram em Salvador, a base social dos movimentos populares de bairro e de ocupações do solo urbano, composta amplamente por população negra e de mulheres (GARCIA, 2006). A dinâmica social em que as mulheres, principalmente negras, estiveram e estão inseridas é movida por uma ordem, muitas vezes econômica, que torna a luta da maioria, a luta por direitos sociais e por direitos básicos de sobrevivência.

As mulheres negras, em Salvador, sempre estiveram inseridas em reivindicações por condições melhores de existência, que vai desde organizações do período escravista, na pós-

²⁶ O termo espontâneo está relacionado a mobilizações de pessoas sem mediação de um movimento social estruturado/organizado.

²⁷ “Nesse quadro geral é criado em 1946, por influência do PCB, a Federação das Mulheres da Bahia, filiada à Federação Internacional de Mulheres que, aproveitando o impulso das manifestações contra a crise no abastecimento, alta do custo de vida, entre outras reivindicações, dirige as suas (reivindicações) para a obtenção de direitos básicos como alimentação, moradia, etc. O período que se segue é marcado por uma participação decisiva das mulheres nas lutas populares com destaque para Maria Brandão Reis, Eneida Moraes, Adalgisa Cavalcante entre outras. (...) A presença feminina no movimento social urbano no Brasil neste período é surpreendente, com a participação de diversas esposas e companheiras de militantes, sendo difícil citar todos os nomes. No entanto, poucas são as que chegam a ocupar lugar na cúpula dos movimentos na direção do partido” (GONZÁLEZ, 1997, p. 21 e 41).

²⁸ Essa novela buscou retratar a realidade social e política da Bahia e da ocupação do Corta-Braço na década de 1940. Algumas personagens são imaginadas, outras são caricaturas de pessoas vivas (MATOS, 1988, p. 14).

abolição, até os períodos mais recentes em organizações muitas vezes fora dos moldes formais, porém sempre presentes (RAIMUNDO, 2006).

A não percepção, ou invisibilidade destas mulheres negras (seja em algumas pesquisas sobre movimentos sociais ou nos processos de luta por direitos e dignidade) é resultante muitas vezes, de olhares que não analisaram a presença e atuação destas mulheres como sujeitos políticos. A cidade de Salvador, em função das condições históricas de sua formação, sempre teve um maior percentual da população negra e em condições de renda baixa. Condições estas que atingiu (e ainda atinge) diretamente as mulheres negras “por incorporarem aquelas dimensões fundamentais da opressão: como mulheres, como negras e pertencentes às classes populares mais desfavorecidas” (GARCIA, 2006, p. 2007).

Ainda sobre o processo de ocupações, existiram também tentativas, por parte de autoridades municipais, através de mecanismos de repressão, de expulsar esses novos/as moradores/as do Corta-Braço, geralmente utilizando a violência como prática constante que levava à morte várias pessoas (MATTEDI, 1981; AMIGOS DOS DESABRIGADOS, 1975). Em vários destes eventos de violência contra as pessoas ocupantes, eram principalmente as mulheres que travavam o embate com a polícia, como uma tentativa de amenizar a agressividade das investidas policiais. Como ressalta Maria Mattedi eram diversos os tipos de ações de mobilização e resistência contra as tentativas de expulsão dos/as moradores/as do Corta-Braço:

(...) as tentativas de expulsar os moradores de Corta-Braço foram respondidas com movimentos que iam desde procissões de cunho religioso em apelo às autoridades até medidas concretas com a presença de representantes dos ocupantes no fórum da cidade (MATTEDI, 1981, p. 134).

Nas manifestações religiosas também ficam evidente a presença das mulheres, pois eram elas que mais se dedicavam aos ritos e crenças, principalmente da Igreja Católica neste período. “É importante lembrar que as mulheres pobres sempre mantiveram redes de

solidariedade e ajuda mútua na vizinhança e, na Bahia como em tantos outros lugares, sempre participaram de trabalhos iniciados na Igreja” (BRITO DA MOTTA, 1991, p. 58).

Na releitura desses momentos, através da maioria dos trabalhos apontados anteriormente, foi possível identificar que as mulheres não foram percebidas nas pesquisas ou tiveram a presença e importância relacionada a um papel secundário no processo de luta pela moradia na cidade de Salvador em ocupações diversas. Isso significa que, na medida em que as mulheres não foram incorporadas a partir de uma perspectiva das relações de gênero e sim identificadas como parte da composição desse processo, a tese da “invisibilidade” das mulheres nos movimentos sociais, ainda permanece. Daí a importância de se levar em conta a perspectiva de gênero, na intenção de entender realidade social dos grupos, dando visibilidade aos sujeitos envolvidos nos processos, a partir da especificidade de sua atuação, já que a construção dos sujeitos na sociedade ocorre de formas diversas e imprime funções e posições diferenciadas, que merecem ser percebidas e analisadas.

Outra ocupação de destaque, que teve bastante repercussão também por volta dos anos de 1949, é a de Alagados, que foi considerado a maior favela do país, na década de 1970, segundo informação do jornal Diário de Notícias (1976):

(...) começou com as conhecidas “invasões” que desencadearam uma brutal repressão policial. As primeiras casas surgiram encarapitadas em estacas e pouco a pouco seus ocupantes aterravam o espaço vizinho ao ponto onde moravam, com lixo. Assim criava-se uma área sólida, logo tomada pelos barracos que em número de 1500 adentraram no mar (DIÁRIO DE NOTÍCIA, 1976).

O contraste entre o luxo e a pobreza já eram aspectos visíveis na cidade de Salvador e o problema da moradia se constituía em uma realidade excludente, que culminava nas práticas de ocupações pelas classes sociais mais pobres. Várias famílias nesta época foram despejadas, de suas moradias alugadas, pelos proprietários que tinham a intenção de elevar os preços de seus aluguéis, contribuindo para o aumento do número de famílias sem moradia e que passavam a viver nas ruas da capital baiana.

É neste contexto que se iniciam as ocupações nos terrenos às margens do Caminho de Areia e a ocupação de Alagados, que teve um grande número de ocupantes em uma extensa área. Dados do jornal “A Tarde” de 1949 mostram que foram construídos cerca de 2000 casebres da noite para o dia no local, constituindo uma verdadeira ‘favela’ (MATTEDI, 1981). Essa ocupação também teve várias repercussões e conflitos entre os proprietários das terras e as pessoas ocupantes, as quais mobilizaram toda a população da área de Alagados contra a violência policial, transformando as ruas adjacentes à ocupação numa praça de guerra. As pessoas ocupantes resistiram às derrubadas dos barracos e a estratégia era novamente voltada para a participação das mulheres e crianças como “barreiras humanas” frente às intervenções violentas da polícia militar, que se tornavam fundamentais neste processo de resistência pela manutenção das pessoas no local e na tentativa de diminuição de violência policial (MATTEDI, 1979; AMIGOS DOS DESABRIGADOS, 1975; SANTOS, 1987).

O processo de transformação urbana em Salvador atravessou todos os anos de 1950 até meados de 1960, no entanto, os problemas de déficits habitacionais, baixo poder aquisitivo da população da capital, associados às conjunturas políticas locais e à especulação do mercado imobiliário, levaram à continuidade das lutas por moradias e suas respectivas ocupações. Uma das alternativas para a mudança dessa realidade foi a fundação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964, uma política de caráter nacional, que partiu do pressuposto da existência de um déficit habitacional, mas que não levou em consideração as reais condições das populações que deveriam ser alcançadas por esse programa, principalmente as pessoas que não possuíam trabalho formal e renda regular comprovada, como as mulheres, que sobreviviam da lavagem de roupas ou do trabalho doméstico, cuja renda era muito inferior ao que se exigia no programa para conseguir financiamento para a casa própria (SOUZA, 1991 e 1988; MOURA, 1990a).

Várias outras ocupações ocorreram também nesse período, forçando a expansão do tecido urbano através da incorporação de novas áreas à cidade. Podem-se destacar as ocupações na orla marítima, como Ondina, Avenida Oceânica, Pituba e Boca do Rio, entre outros pontos da cidade. Boca do Rio nasceu de uma colônia de pescadores, em princípios de 1950, tendo as primeiras casas, onde hoje, localiza-se a sede do Esporte Clube Bahia, porém,

(...) na década de 60 ocorreu uma grande reviravolta com a chegada de centenas de milhares de famílias que residiam nas invasões do Bico de Ferro e de Ondina retiradas com a presença de aparato policial. O prefeito Antonio Carlos Magalhães determinou a realocação de um terreno nas imediações da embocadura do Rio das Pedras (JORNAL A TARDE, 2003).

(...) Boca do Rio, ainda estão ocupadas por invasões no sentido estrito, já praticamente todo o bairro foi literalmente invadido ao longo do tempo, tanto que a maioria dos lotes é irregular (TRIBUNA DA BAHIA, 1987).

O jornal “A Tarde” de 1960 também relata: “As invasões tomam conta da cidade, não se passa um dia em Salvador sem que uma casa seja construída em terreno alheio, nos locais mais inconvenientes, transformando a cidade numa imensa favela” (JORNAL A TARDE, 1960 apud MATTEDI, 1981).

As ocupações nos anos de 1960 desempenhavam um importante papel no que diz respeito tanto à configuração do espaço urbano de Salvador quanto à sua representação como movimento coletivo, sendo um empecilho ao comércio livre do solo urbano. Com a emergência do autoritarismo e da ditadura, as repressões sobre essas ocupações e ocupantes se tornaram mais violentas, período no qual acabar com este fenômeno passou a ser uma meta das administrações municipais de Salvador.

O aumento no grau de repressão das ocupações nos anos de 1960 pode ser entendido na medida em que atentamos para o panorama macro e político que vivia o Brasil nesse período. Do ponto de vista macro, o ano de 1964 ficou marcado no Brasil pelo golpe que depôs o presidente da República na época, João Goulart, passando o Brasil a ser governado por 20 anos sob o domínio dos militares.

Para Marco Aurélio Nogueira (2005, p. 18) “os acontecimentos de 1964 foram um ponto de inflexão na história brasileira”, não acontecia somente um golpe no país (ditadura militar), mas uma “alteração nas formas do Estado e na qualidade do processo sócio-político”. A ditadura de 1964 deformou a sociedade brasileira, “aumentando a miséria, interferindo no modo de vida das pessoas e alterando padrões de relacionamento, fatos que incrementaram a tensão social” (NOGUEIRA, 2005, p. 19). O autor se referindo aos desdobramentos do golpe de 64 ressalta que a ditadura foi antidemocrática e anticomunista, prendeu, espancou e torturou (...) abusou do arbítrio e da repressão” (NOGUEIRA, 2005, p. 17).

Retomando o contexto da capital baiana, Mattedi ressalta que:

A repressão era sempre levada às vias de fato, as ocupações representavam um problema social, incapaz de ser contido ou mesmo suportado pelos próprios poderes públicos. Como existe uma certa “consciência social” a respeito desse problema, a erradicação completa das áreas invadidas da cidade implicaria num desgaste político bastante grande para as administrações locais (MATTEDI, 1981, p. 47).

Os anos de 1970²⁹ datam de um acentuado processo de industrialização na região metropolitana com a criação do Polo Petroquímico de Camaçari, o que se refletiu na exclusão

²⁹ No texto “Reforma Urbana: limites e possibilidades, uma trajetória incompleta”, Ermínia Maricato (1997, p. 309) nos auxilia a pensar na questão da luta pela moradia a partir dos anos de 1970 (na cidade de São Paulo), enquanto “proposta inicial de construção de uma articulação nacional de entidades de massas”, como busca por direitos e legitimar a ideia de reforma estrutural, visando alcançar as relações sociais nos âmbitos da produção e do consumo do urbano. Nesse trabalho de Ermínia Maricato, a Reforma Urbana foi entendida como um movimento de essência social e popular, e que tinha sua organização fora do aparelho estatal, nesse caso, a plataforma do Movimento não se confundia com os planos de governo e sim buscou revelar a visão das/dos excluídas/os pela segregação urbana. O Movimento pela Reforma Urbana que vem desde os anos de 1970, construindo um levantamento em relação à produção e gestão das cidades. Tinha como proposta uma agenda que centrasse na institucionalização de uma gestão democrática das cidades, “na municipalização da política urbana, na regulação pública do solo urbano com base no princípio da função social da propriedade imobiliária e na inversão de prioridade no tocante à política de investimentos urbanos” (SANTOS JÚNIOR, 2006, p. 4). O surgimento do Movimento pela Reforma Urbana vem de iniciativas de alguns setores da Igreja Católica (dentre eles a Comissão Pastoral da Terra), que tinham a intenção de unificar as diversas lutas urbanas, que se davam de formas pontuais nas grandes cidades brasileiras, desde os meados dos anos de 1970. A Comissão Pastoral da Terra promovia encontros, ainda no final dos anos de 1970, com o objetivo de construir uma entidade que assessorasse os movimentos urbanos da época. Daí surge a Articulação Nacional do Solo Urbano (começo dos anos de 1980), que além de realizar o trabalho de assessoria, iria auxiliar na elaboração de uma plataforma constituída das principais demandas dos movimentos urbanos e na sua unificação. A raiz do Movimento pela Reforma Urbana, segundo Ermínia Maricato, se deu nas realizações de diversas reuniões da Comissão Pastoral da Terra, que contou com ampla participação de lideranças populares em cidades como Petrópolis e Goiânia. Analisando os conteúdos das propostas que foram discutidas nos Fóruns, a autora ressalta que esse debate tomou uma direção muito mais de caráter técnico e jurídico, não ocorrendo assim, o processo de aprofundamento e detalhamento das propostas que correspondessem à ampliação da participação popular. Pelo contrário, proporcionou o distanciamento no que se tratava às lutas massivas urbanas. Os movimentos de moradia nos anos

de grande parte da população baiana que não foi beneficiada com essa industrialização. Isso também contribuiu para o crescimento do setor terciário, sendo marcado pela intensa exploração da mão de obra, assinaladamente da mão de obra feminina, sobretudo no trabalho doméstico desempenhado por diversas mulheres. As ocupações continuaram no final da década de 1970, pois

(...) amplas camadas da população de Salvador não podiam competir no mercado de alugueis, a casa própria tornou-se o único meio de acesso à habitação, e essa não poderia deixar de ser senão a casa de construção clandestina, via de regra de terrenos de terceiros (SOUZA, 1991, p. 70).

No Quadro 2 abaixo, é apresentada uma relação de ocupações na década de 1970, período em que estas manifestações se davam em terrenos menos valorizados, de menor extensão e localizados em regiões periféricas, mais escondidas. Esse tipo de ocupação se diferencia das décadas anteriores, onde as ocupações ocorriam próximas às áreas centrais da cidade e o processo de intervenção do Estado era menos violento; já em 1970 a intolerância era mais explícita com práticas repressivas e assíduas sobre as ocupações.

Quadro 2 - Ocupações nas quais se registraram conflitos e violências contra os/as ocupantes em Salvador – década de 1970

Local	Ano
Piaçava	1970
Pela Porco	1972
Polêmica	1973
Caxundé	1973
Marotinho	1974-76
Baixa do Cajueiro	1974
Parque São Vicente	1973-74
Enseada do Cabrito	1975
Jardim Imperial	1976
IAPI – Jardim Eldorado	1976
Escada – Alto da Terezinha	1976
Cai-duro, Tubo, Rocinha do Stiep	1976 - 78
Adensamento de Pau da Lima	1977

de 1980 tinham como principal pauta de reivindicação, o direito a terra, enquanto nos anos de 1990, isso se modifica, sendo a conquista do financiamento a principal “bandeira” de luta. As mudanças nas “bandeiras” de reivindicações, desses movimentos de moradia, não representaram de forma efetiva avanços no que se referia ao direito a terra. Mesmo com a incorporação de determinados conceitos na legislação municipal e urbanística, isso não significou grandes mudanças na relação entre o Estado e os (as) “explorados” (exploradas) urbanos (urbanas) (MARICATO, 1997).

Nova Palestina	1977
Sussuarana	1977
Brotas	1977
Santa Mônica	1977
Baixa do Retiro	1977
Pituaçu	1978
Planeta dos Macacos	1978
Nova Brasília	1978
Abeté	1978
Olhos d'água	1978
Pituaçu	1978
Planeta dos Macacos	1978
Nova Brasília	1978
Abeté	1978
Olhos d'água	1978
Alto do Cruzeiro	1979
Periperi – Chega mais	1979
Nordeste de Amaralina	1978 - 80
Engenho Velho da Federação	1981

Fonte: Mattedi (1981); Simões (1985)

De forma geral, a década de 1970 também foi o momento de ruptura com o silêncio da ditadura, em que grupos de mulheres da classe média e das classes populares passaram a se organizar e manifestar sobre várias questões vivenciadas pela população de Salvador. Problemas em relação à falta de moradia, desemprego e exploração da mão de obra feminina, na medida em que as mulheres passam a se inserirem no mercado de trabalho como empregadas domésticas, faxineiras ou lavadeiras (BRITO DA MOTTA, 1991; MOURA e SOUZA, 1988).

Grande parte dos desempregados, subempregados, vivem geralmente de biscates. Há diversas mulheres que vivem sozinhas com seus filhos. Há o caso de uma doméstica, ganhando Cr\$ 60,00 com vários filhos. Uma senhora de seus 70 anos lá também estava, ela própria, construindo seu casebre (AMIGOS DOS DESABRIGADOS, 1975, p. 32).

A atuação das mulheres nestes processos tem uma relação direta com as funções que assumem dentro de uma sociedade patriarcal de guardião da família e responsável pela manutenção dos/as filhos/as. Pois são as mulheres as primeiras a sentir o peso das oscilações econômicas e desajustes sociais, dentro do espaço doméstico, na sua relação familiar, desajustes que o Estado não consegue resolver.

Na medida em que as funções assumidas pelas mulheres são construídas no interior de uma sociedade androcêntrica e patriarcal, na qual a atividade política esteve sempre distante das mesmas, a ruptura dessas amarras por elas para atuar no espaço público (movimentos, associações de bairro, organizações), se dá na maioria das vezes na busca de atender às necessidades básicas. Necessidades relacionadas à melhoria das condições de vida, habitabilidade e sustento dos/as filhos/as, principalmente por sua condição de mãe, esposas e donas de casa, responsável por todos/as. Os laços primários de família, as experiências cotidianas de sociabilidade com a vizinhança, também representam um dos caminhos para quebrar a barreira do doméstico e atuar como protagonistas nas lutas sociais urbanas em prol da moradia (BRITO DA MOTTA, 1991).

Nos anos de 1980, o processo de luta urbana em Salvador evoluiu para uma “forma mais autônoma de politização do conflito e de busca por respaldo na sociedade civil” (JACOBI, 1982 apud ARAGÃO, 1994, p. 66). Processo no qual os movimentos de ocupações na capital envolvidos na dinâmica das manifestações pela democracia no país ganham o apoio da opinião pública e de entidades da sociedade civil contra o regime autoritário, buscando uma maior conciliação entre movimento e Estado. Dessa forma, “a organização comunitária local sente-se reforçada no seu papel mobilizador e reivindicativo das necessidades urbanas” (JACOBI, 1982 apud ARAGÃO, 1994, p. 66).

Tais necessidades estavam relacionadas, além do acesso a terra para moradia, às demandas como serviços de bairro, condições de habitabilidade, reivindicações por creches e postos de saúde, sendo provenientes de organizações e mobilizações lideradas por mulheres, mães, esposas e donas de casa. Assim, as mulheres como organizadoras do consumo doméstico percebem as necessidades das famílias e tornam-se fundamentais na participação

social e na articulação com o Estado por serviços públicos (saúde, educação, transporte, etc.) (BRITO DA MOTTA, 1991; JELIN, 1990)³⁰.

Um exemplo da presença feminina nessa luta pode ser visto na reportagem da história de vida de Dona Julieta Fernandes (70 anos em novembro de 2007), que participou da fundação em 1979 da Associação dos Moradores de Plataforma (bairro da capital baiana). Sua fala descreve as condições precárias do bairro nessa época, tal como o engajamento político, a organização da população e a participação de mulheres na luta por melhorias de infraestrutura e serviços diversos (creches, postos de saúde, etc.).

A história de vida de Julieta está totalmente ligada à Associação dos Moradores de Plataforma (AMPLA). Ela dedicou-se a fundar a associação juntamente com parceiros (...). Filha de operário da fábrica São Braz e de dona de casa, Dona Julieta contou que na época (fim do ano de 1979 e início da década de 1980), Plataforma passava por sérios problemas de infra-estrutura. “Aqui não tinha energia, não tinha água canalizada, a água que tinha era de rio, riacho e fontes (...). As pessoas para lavarem roupas iam no rio Juerana que tinha lá para o lado de Pirajá. E tinha duas fontes onde as pessoas pegavam água para abastecimento da casa”, contou. Porém não era só água canalizada e gás que faziam falta aos moradores. O principal problema do bairro naquela época e continua sendo até hoje é a questão de postos de saúde. Antes, o médico só atendia as famílias de operários da Fábrica têxtil. “As famílias dos operários tinham direito, as crianças. Do contrário, você não ia. Era Dr. Danilo o médico da época” (...). Preocupada com a comunidade de Plataforma, Julieta sempre teve consciência de que poderia fazer algo pelos moradores, manteve uma perspectiva de melhorar o bairro. Sempre foi estimulada pela política, era comunista e achava que Plataforma poderia crescer. Com um grupo de amigos resolveu fundar a Associação dos Moradores de Plataforma. “Nos juntamos e

³⁰ Os Movimentos Populares de Salvador também ressurgem na década de 1970, sob a influência de dois amplos movimentos: Movimento Contra a Carestia, de caráter nacional, e o Movimento de Luta por Creches, em São Paulo. O primeiro teve, como uma das suas importantes contribuições, desmascarar o preço social do “milagre brasileiro”, grande triunfo da ditadura militar para legitimar seu regime de exceção e o seu modelo de desenvolvimento. Estes movimentos tiveram desdobramentos importantes, influenciando em outros lugares como em Salvador, como o Movimento contra Carestia foi organizado em Salvador por influência do PC do B, e o surgimento da FABS, articulada por segmentos de esquerda e centro-esquerda (PC do B, PCB, setores do PT que começava a se organizar e do MDB. (...) Nesta conjuntura, o crescimento dos movimentos urbanos no Brasil colocou em pauta os debates sobre os processos de exclusão sócio-espaciais e a necessidade do direito à cidade, construindo políticas numa escala nacional. Na tentativa de sair do localismo fundaram-se entidades, como a CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores, e a CMP – Central de Movimentos Populares. Em Salvador, a FABS foi a primeira tentativa nessa perspectiva. (...) Refletindo o clima de mobilizações popular desta conjuntura, as mulheres das associações de moradores, filiadas à FABS, realizam o I Encontro Municipal da Mulher, em 1983, que reuniu mais de 200 pessoas, principalmente da periferia de Salvador. Naquele período foi lançada a Campanha Unificada por Creches, coordenada pela Comissão da Mulher da FABS e outras entidades feministas, como a Casa da Baiana, o Grupo de Mulher do PT, a Coordenação da Mulher e o Grupo Brasil Mulher, e foram definidas tanto bandeiras de lutas gerais como outras mais específicas. Entre as específicas, estavam: o direito à creche, a luta contra a discriminação sexual e racial, a violência sobre a mulher, contra o planejamento familiar, como é executado pelo governo, e a favor de mudanças no código civil. Entre as bandeiras gerais, defendia-se a melhoria das condições de vida dos bairros populares, uma política econômica de combate à carestia e ao desemprego e a favor da eleições diretas para Presidência da República (GARCIA, 2006, p. 138-139-142).

começamos a pensar no que podíamos fazer pelo bairro. Construimos a creche”, discorreu. De acordo com ela, as mulheres que trabalhavam no bairro eram operárias da fábrica São Braz que, com o seu fechamento, provocou o desemprego e com isso as mulheres saíam para procurar trabalho. Porém não tinham com que deixar seus filhos. Sendo assim, o primeiro passo foi construir a Creche (MOURA, 2007).

Como ressaltado na entrevista acima, o Estado no capitalismo periférico e no processo de urbanização, não provê a expansão dos serviços públicos que seja suficiente para atender às demandas de toda a sociedade. Ocorria, no final dos anos de 1979 e na década de 1980, uma pressão sobre o Estado (seja na forma de movimentos sociais ou na organização de Associações de Bairros) para que o mesmo reagisse com medidas para atender as demandas e que suas ações fossem menos repressivas e mais dialógicas sobre os fenômenos de ocupações urbanas e suas infra-estruturas. Exigia-se do Estado a adoção de novas estratégias de intervenção que fossem de certa forma mais democráticas.

No entanto, a permanência das ações repressivas pode ser visualizada no trabalho de Débora Menezes Alcântara, “Das Malvinas ao bairro da Paz: História de uma luta pela função habitacional do território urbano”, onde fica claro que o contexto político da época na Bahia (embora o Brasil passasse por um processo de redemocratização), contribuía para que as ações tivessem um caráter violento e punitivo. A autora ressalta em sua pesquisa, sobre as ocupações nas Malvinas, que a derrubada dos barracos, por volta de 1982, foi por ordem do Prefeito em exercício, que autorizou a ‘limpeza’ do local por mais de cem trabalhadores da Limpurb (órgão da Prefeitura responsável pela limpeza urbana), sendo escoltados por policiais civis e militares. Neste contexto, a autora descreve que:

[...] mulheres e crianças colhem os cacarecos às pressas para que não sejam destruídos pela ação. Caminhões da prefeitura deportam os entulhos para um aterro próximo e, à réstia, é ateado fogo [...] No decorrer da ação, em outros pontos do terreno, grupos de moradores deflagraram formas de resistência, nas quais eles mesmos se faziam de barreira. Em plena execução do serviço, mulheres e crianças entravam nos casebres com o intuito de intimidar sua destruição. As barreiras humanas tinham sempre como linha de frente a figura feminina com suas crianças no colo. Decerto, a aparente fragilidade desta barreira frontal, em determinados momentos, amenizava a ação brusca da força policial (ALCÂNTARA, 2005, p. 8 e 10).

A realidade apresentada acima retrata um pouco a forma como as mulheres estavam envolvidas nos processos de ocupações nas Malvinas, que não se diferenciava de outras ocupações. Sua participação vai desde a realização de tarefas cotidianas³¹ do âmbito familiar, quanto contra as investidas do poder policial nos momentos de despejos, através de enfrentamentos e resistência de ações violentas, em que o corpo era o seu principal escudo, como pode ser percebido no texto abaixo:

A tarde caía e Claudina reerguia o barraco pela terceira vez devido à chuva. Atava os nós de palha nas ripas, quando chegou o caminhão da Limpurb e dezenas de policiais. Os agentes iam se espalhando, primeiro nos vales, depois por toda a extensa área ocupada dando início ao trabalho. Em poucos minutos, podiam-se ver mulheres chorando, crianças em pânico e outras com bravura entrando nos barracos para que não os derrubassem. As mulheres sempre na linha de frente, os homens que não estavam na jornada de trabalho ou em busca dele, ficavam na retaguarda esperando algum desfecho pior das tentativas diplomáticas das mulheres. Um grupo avançou para a Área Verde e foi em direção ao casebre de Claudina. Um dos soldados deu o aviso de que iam derrubar o barraco e carregar os entulhos para o aterro.

- Tirar o quê? Só se for as palha! – contestou Claudina.

O policial disse que todos ali já tinham tido 24 horas para desocupar o local.

- Se vocês carregarem meu barraco, eu vou acompanhar vocês e dormir dentro da sua casa! - interpelou a moradora.

Essa é a sua sogra? – perguntou o policial ao genro de Claudina.

- É.

- Ela é doída?

- Não sei se ela é doída, não. Tenho pouco tempo na família. Se ela é doída não dá pra ver.

- Pelo jeito dá pra ver que ela é uma doída!

O pau já estava quebrando na área de baixo. A Limpurb ia enchendo as caçambas dos destroços de madeira, palha, barro e plástico. Claudina se preparava para a guerra: foi até ao fogão à lenha e se maquiou com a borra de carvão que se concentrava no fundo das panelas.

- Vou me preparar, vou me melar de carvão, vou dar uma arte de doída aqui! - resmungava. Os meninos choravam e se agitavam sem rumo.

- Se quiser ficar chorando, pode chorar!

Claudina via nisto uma vantagem. O desespero das crianças poderia contribuir para comover os oficiais.

³¹ Enquanto os barracos se multiplicavam em pontos espaçados, principalmente os morros, os já acomodados tentavam providenciar o alimento do dia. Vez em quando, com muito esforço, mulheres se reuniam e traziam do brejo uma jibóia. Devido ao tamanho, a cobra era sempre dividida entre os vizinhos. Para cada família, o bicho rendia um pedaço, que era comido regradamente. As porções de jibóia eram colocadas ao Sol para que secassem. Se a família não fosse muito grande, a carne seca geralmente durava uma semana. Frito, assado, cozido, feito como moqueca, com azeite, pimenta, entre outras iguarias. Estas eram as formas culinárias como se poderia preparar o réptil (ALCÂNTARA, 2005, p. 55).

- Mas mãe, eles vão tirar o barraco da gente e vão carregar! - gritava o filho Paulo César, de 8 anos.

- Não vai carregar! - garantiu a mãe, como uma leoa vociferante, com os cabelos assanhados e o coração sacudindo a caixa do peito.

Quatro policiais e oito agentes da “limpeza”, com fardas cor cenoura, uns com picareta, outros com machados, cavadores e facões, seguiam em direção à casinha de Claudina. Ao avistá-los, arrancou as roupas, ficou nua, ficou doida! Perdeu o juízo. Os meninos correram para dentro do barraco.

- Mamãe está doida! - ambos gritavam aflitos.

Esbravejava, desnuda, pronta para rebater o ataque. Entrou na toca para defender as crias.

“Mas eu fiz isso sabe por quê? Porque eu não tinha para onde ir!”, recorda a moradora (ALCÂNTARA, p. 62 e 63).

O fato narrado acima demonstra uma das estratégias adotada pelo Poder Público de transferência das pessoas das áreas ocupadas e com alto valor especulativo, para áreas já ocupadas por outras famílias de baixa renda, sem a mínima infraestrutura e distante de locais de trabalho e equipamentos públicos. Mais uma vez pode-se perceber o quanto a força das mulheres, enquanto mães estavam presentes e influenciavam nas conquistas das populações ocupantes para permanecerem nos terrenos e garantir o mínimo de cidadania. Para José Aragão (1994, p. 62), essas ações coletivas possuem um forte caráter de pressão e se encontram localizadas no “limite do exercício pleno da cidadania por sujeitos políticos que constituem o núcleo central dos eventos cotidianos, praticados pelas classes populares geradoras de fatos de importância na ordem social contemporânea”.

Além das realocações que aconteciam nas Malvinas, outras ocupações foram atingidas por essas transferências, tais como as famílias de Cai Duro, Rocinha do Stiep e Areial. Em 1985, várias negociações através da Associação Comunitária da União Paraíso (ACUP) foram realizadas com o prefeito Manoel Castro, mas não houve a viabilização das práticas acordadas neste processo, como assentar por volta de 600 famílias na Rocinha do Stiep e no Jardim Imperial, além dos pagamentos que seriam feitos para as pessoas restantes.

Com a mudança do governo municipal, a garantia que esses moradores tinham seria dar continuidade às negociações com o Governo do Estado (João Durval), através da

Superintendência do Trabalho e Bem Estar Social (SUTRABES). Pois o prefeito eleito na época (Mario Kertész) foi contra as demandas e planos das famílias moradoras nesses locais e passou a negociar “sozinho”, ou seja, apenas com a assessoria da Coordenação de Desenvolvimento Social (CDS), uma área de transferência para essas famílias na Avenida Paralela. Dados da CDS revelam que existia uma grande participação dos grupos de jovens, Clubes de Mães e Associações de Moradores na luta por moradia (SOUZA, 1988; ARAGÃO, 1994). Nessa diversidade de sujeitos percebemos a presença novamente de mulheres, marcando seu espaço e buscando seus direitos através da participação em negociações e manifestações.

Em 1986, o governo municipal passa a ignorar totalmente as demandas da ACUP, que reagiu acampando em frente à Prefeitura e realizando passeatas, mas sem nenhum retorno ou sensibilização por parte do Poder Público da época, o qual elaborou um novo plano de transferência que não atendia aos anseios da ACUP.

Em meio à tentativa de datar os processos relacionados à luta pela moradia na capital baiana, podemos nos reportar também ao que Ermínia Maricato coloca em seu trabalho “Habitação e Desenvolvimento Urbano: o desafio da próxima década”, publicado em 1999, no que se trata aos processos de “invasão”/ocupação no nosso país. Para a autora, a “invasão” de terras urbanas fez parte do processo de urbanização do Brasil, uma prática realizada a mais de 100 anos na nossa história. Entretanto,

(...) a novidade recente, que vem dos anos 80, é que as invasões começam a se transformar: de ocupações gradativas, resultado de ações individuais familiares, para ganhar um sentido massivo e organizado, a partir da crise econômica que se inicia em 1979. Várias cidades brasileiras apresentam a partir dessa data a ocorrência de ocupações coletivas e organizadas de terra, mais raras nas décadas anteriores. Isto não significa que as ocupações gradativas e espontâneas deixaram de existir. Ao contrário, continuaram a se fazer e a constituir a maior causa da origem da formação de favelas, mas o fato é que passaram, a partir dessa data, a conviver com a nova prática citada (MARICATO, 1999, p. 1).

Sobre a década de 1990, é prudente ressaltar que o momento político da Bahia nesses anos era marcado pela concentração de poder nas mãos do “grupo carlista”, que exercia uma

forte tradição autoritária no Estado, mesmo com o cenário brasileiro sendo de consolidação e organização institucional com o regime democrático. Fazia parte dessa realidade a ampliação do número de desempregados e de trabalhos precários, principalmente na capital baiana, resultante das políticas restritivas de gastos destinadas a atender a população de baixa renda, adotadas pelo Governo. Essas políticas restritivas governamentais levaram ao aumento da pobreza, impedindo, assim, o acesso à moradia, na qual grande parte da população passou a depender de programas oficiais do Governo que, nos anos de 1990, foram diminuídos em função da crise do Estado e aos desajustes macroeconômicos (CARVALHO e PEREIRA, 2006; SUERDIECK e MAGALHÃES, 2007).

Do ponto de vista nacional, a década de 1990 foi marcada pelo início do governo Fernando Collor de Melo, passando por dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, onde prevaleceu na agenda nacional a adoção de políticas liberais na economia, com diversas privatizações de empresas do Estado, além da implementação de reformas econômicas estruturais também de caráter neoliberal. Para Dupas e Mantega, o ajuste fiscal e a política econômica adotada nessa época levaram o Brasil nos anos 2000 às diversas contradições e problemas, figurados entre as desigualdades sociais, alta concentração de renda, mesmo sendo considerada a oitava economia mundial (DUPAS, 1999, MANTEGA, 1998 e 1999).

Essas reformas e decisões que moldaram o cenário político brasileiro nos anos citados interferiram em vários aspectos para a sociedade brasileira e nas condições de vida nas grandes cidades, sobretudo nas metrópoles, configurando-se em uma “crise urbana”, termo adotado por Ermínia Maricato ao se referir às transformações das cidades. As grandes cidades e/ou metrópoles brasileiras, se transformam, ou seja, (...) “de espaço de mobilidade social e lugar de acesso à diversidade cultural, melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida”, se tornaram “aglomerações, em grande parte depósito de pessoas, marcadas pela

fragmentação, dualização, violência, poluição e degradação ambiental” (MARICATO, 2006, p. 2-3).

O contexto político apresentado acima e as transformações negativas nas grandes metrópoles (crise urbana, falta de moradia, aglomerações, concentração de renda), pode ser percebido também a partir da fala do Coordenador do Movimento Sem Teto de Salvador, onde ele ressalta que:

(...) o problema da falta de moradia é um problema cultural do capitalismo, consequência do modelo liberal, o aprofundamento da exclusão social, e, sobretudo a diminuição do papel do Estado. Se o Estado é responsável por prover a moradia e se recusa a fazer, então diminui a possibilidade de se construir moradia, moradia entre aspas, porque moradia o Estado está construindo, mas moradia atendendo a demanda saudável, que é o que a gente demanda, não está fazendo, para aqueles setores que não tem condição de pagar, que representa 90,1% do déficit habitacional do nosso país (...). Existe construção de moradia, mas daquelas que essas pessoas não podem pagar (COORDENADOR DO MOVIMENTO SEM TETO – ENTREVISTA REALIZADA EM MAIO DE 2008).

Talvez os contextos políticos – nacional e baiano – nos tragam elementos para pensar as ocupações, tanto em relação ao número de estudos sobre as ocupações, abordando questões políticas e sociais na região metropolitana de Salvador neste período, quanto no surgimento de novas ocupações na capital. Sobre o surgimento de novas ocupações podemos ressaltar duas pesquisas realizadas sobre tal fenômeno na Região do Dique de Campinas, na Estrada Campinas-Lobato e Pirajá, na metade da década de 1990; e na Boa Vista Lobato no fim dos anos de 1990 (SANTOS, 2007). Já em relação aos estudos estes passaram a dar mais ênfases aos padrões das habitações (ocupações já estabelecidas), ao nível de renda e à ampliação de pessoas nos locais já ocupados.

Mas, mesmo ocorrendo uma diminuição de novas ocupações, e os movimentos de moradia tendo características específicas, pode-se afirmar que nesta década as mulheres estavam muito presentes e assumindo as posições significativas nos movimentos sociais urbanos de moradia em Salvador. Isso porque a crise urbana que a cidade vem sofrendo, refletida na precária estrutura existente, atinge diretamente as mulheres que têm se tornado as

principais administradoras e provedoras dos recursos domésticos, por conta da ampliação da ausência do cônjuge no lar e do Estado (GARCIA, 2006).

A crise urbana aqui é entendida no contexto do sistema produtivo mais amplo, assim como seus processos sociais e políticos, baseada em um modelo de desenvolvimento econômico e social brasileiro, capitalista e dependente, que marcou profundamente a população, através da concentração excessiva e perversa de renda e riqueza. Isso levou a um péssimo resultado em relação à qualidade de vida de grande parte da população do país, tendo reflexo direto na geração de inúmeros problemas urbanos vivenciados e percebidos por diversos sujeitos sociais (GARCIA, 2006).

Como forma de sistematizar as características importantes das ocupações urbanas de Salvador, no intuito de facilitar a análise do movimento de moradia na capital, segue abaixo uma tipologia das ocupações em Salvador no período de 1970 a 1990 (Tabela 2), e no capítulo seguinte serão apresentadas análises sobre ocupações, tendo como foco o Movimento Sem Teto.

Tabela 2 - Tipologia das Ocupações ocorridas em Salvador nos anos de 1970 a 1990

Anos 1970	Anos 1980	Anos 1990
<p>Manifestações se davam em terrenos menos valorizados, de menor extensão e localizados em regiões periféricas, mais escondidas.</p>	<p>A luta urbana ganha forma mais autônoma de politização do conflito e de busca por respaldo na sociedade civil.</p>	<p>Grande parte da população passou a depender de programas oficiais do Governo que, nos anos de 1990, foram diminuídos devido à crise do Estado e aos desajustes macroeconômicos.</p> <p>Redução no número de pesquisas e textos que apresentassem a dinâmica das ocupações, na ótica política e social na região metropolitana de Salvador.</p>
<p>Ruptura com o silêncio da ditadura.</p> <p>Processo de intervenção do Estado violento, a intolerância explícita com práticas repressivas e assíduas sobre as ocupações.</p>	<p>Os movimentos de ocupações na capital envolvidos na dinâmica das manifestações pela democracia no país ganham o apoio da opinião pública e de entidades da sociedade civil contra o regime autoritário, buscando uma maior conciliação entre movimento e Estado.</p> <p>Pressão sobre o Estado para que o mesmo reagisse com medidas para atender as demandas e que suas ações fossem menos repressivas e mais dialógicas sobre os fenômenos de ocupações urbanas.</p>	<p>Poder nas mãos do “grupo carlista” e que o mesmo exercia uma forte tradição autoritária no Estado.</p>
<p>Organização de grupos de mulheres da classe média e das classes populares para manifestar contra a falta de moradia.</p>	<p>A organização comunitária local sente-se reforçada no seu papel mobilizador e reivindicativo das necessidades urbanas: acesso a terra para moradia, aos serviços de bairro, condições de habitabilidade, reivindicações por creches e postos de saúde, sendo provenientes de organizações e mobilizações lideradas por mulheres, mães, esposas e donas de casa.</p>	<p>Ampliação do número de desempregados e de trabalhos precários, devido às políticas restritivas adotadas pelo Governo.</p>

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

CAPÍTULO 4 – CRIAÇÃO DO MOVIMENTO SEM TETO: Estrutura Organizacional, Dinâmica de Funcionamento e Perfil das/os Militantes

Participar...não é ficar parada, é ajudar, discutir, debater, correr atrás e não abaixar a cabeça. Se a gente quer a casa, vamos à luta e teremos o nosso teto.

(Lurdes – MSTB)

É importante participar porque a gente se envolve mais. Mas é mais importante ainda, saber por que estamos participando!

(Gil – MSTB)

4.1 O MITO DA “NASCENTE”?

A partir do panorama anterior, este capítulo procura abordar o Movimento Sem Teto de Salvador e os diversos fatores relacionados às ocupações recentes que favoreceram a criação deste movimento. O Movimento Sem Teto pode ser entendido como parte de um conjunto mais amplo de mobilizações urbanas na cidade de Salvador, mas que merece uma discussão sobre o enfoque de gênero na problemática dessas lutas urbanas, no sentido de romper com as análises homogeneizadoras que são realizadas sobre os sujeitos sociais que participam desses processos.

As mulheres nessas análises acabam sendo “apagadas” ou são percebidas como um apêndice, direcionadas para responsabilidades ditas femininas ou posições já demarcadas como extensão de atividades do mundo privado. Além disso, dentro dos próprios movimentos sociais, existe um discurso relacionado à emancipação das mulheres e ampliação de conquistas de direitos a partir da ação prática; no entanto, na realidade as conquistas das mulheres nos próprios movimentos têm limitações, já que permanecem alocadas em espaços específicos, dados como de menor valor, ou “coisa de mulher”.

Sem perder de vista as dimensões de gênero que permitem dar visibilidade às mulheres, este capítulo se inicia com a discussão do Movimento de Reforma Urbana, que pode ser entendido como base para as lutas por habitação nos grandes centros urbanos. Seguido pelas discussões sobre o caráter espontâneo ou não do Movimento Sem Teto em Salvador e pelas características do Movimento e das pessoas envolvidas, e as além das estratégias de atuação.

Cabe ressaltar as diferenças existentes entre as ocupações descritas até os anos de 1970 e as novas mobilizações que surgem no final dos anos de 1980. Essa diferença fica evidentemente demarcada na medida em que não se configuram somente como mobilizações de uma população carente em busca de moradia, mas que tem a intervenção político partidária como prática efetiva e condicionante nessa história de luta pró-moradia.

4.1.1 Criação do Movimento Sem Teto: um breve panorama de Salvador nos anos 2000

Os primeiros passos do Movimento Sem Teto em Salvador, fruto da carência de habitação de uma parcela significativa de famílias na capital baiana, de uma política urbana excludente, que retira da classe mais pobre o direito de ter acesso à moradia digna, configurando o retrato de injustiça social.

A urbanização das metrópoles brasileiras com a chegada do século XXI foi uma realidade que também contemplou a cidade de Salvador, onde o crescimento urbano acelerado se configurou de forma desigual para grande parte da população soteropolitana, que não tinham condições de acompanhar essas mudanças, seja por questões econômicas, políticas e/ou sociais.

Segundo Iranise Alves da Silva (1987), para além do processo de urbanização, a crise de moradia resulta “de um processo mais amplo de acumulação concentradora e excludente que agrava a desigualdade distributiva de renda e o problema do emprego”. A falta de

moradia é um problema que aflige um grande número de famílias em Salvador e no início dos anos 2000 a escassez de habitações relacionava-se com o crescimento vegetativo da população urbana. Isso também como herança de um déficit histórico de exclusão (ressaltado no capítulo anterior) e do processo migratório de famílias inteiras para a cidade, que buscavam melhorar suas condições de vida.

A questão da falta da moradia, principalmente nas áreas urbanas, como Salvador, não pode e não deve ser entendida como um fenômeno isolado, pois ela faz parte da situação crítica das cidades, que vivem problemas como desemprego, degradação ambiental, desintegração social, imigrações e violências, e que não podem ser desconectados da situação social, econômica e política do país.

A maioria da população da capital baiana sofria (e ainda sofre) com uma alta taxa de desemprego no início dos anos 2000, onde uma em cada quatro pessoas se encontrava sem ocupação. Segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) esse aumento de desemprego foi crescente indo de 15,7%, 21,8% e 26,0%, correspondentes aos períodos de 1987-88, 1997-98 e 2003-04, respectivamente (CARVALHO, 2006). Os efeitos dessa crise foram visíveis no crescimento das ocupações e moradores/as de rua, no inchamento das favelas, na multiplicação dos loteamentos periféricos ilegais ou irregulares, e no surgimento do Movimento Sem Teto.

4.1.2 Movimento Sem Teto em Salvador: em busca da “nascente”³²

Em Salvador, muitas ocupações de terras e/ou prédios vazios, ocorreram mediante o panorama exposto acima, onde diversas pessoas, principalmente mulheres e mães, que sofriam com a falta de emprego, moradia e motivadas pela necessidade de ter uma casa para

³² O termo nascente é usado por alguns militantes para se referir à origem do Movimento.

suas famílias, encontram na organização coletiva e nas ocupações, uma forma de resolução desses problemas.

Os depoimentos abaixo relatam um pouco das histórias dessas ocupações que ocorreram na capital baiana e são “contadas” sob as óticas de três importantes lideranças que se encontravam mais a frente no processo de fundação do Movimento Sem Teto em Salvador. Essas falas, apresentadas aqui em três *Momentos*, nos apresentam características importantes para a compreensão da dinâmica de formação do Movimento, tal como diferentes interpretações relacionadas aos aspectos da espontaneidade ou não, vinculadas à sua “nascente”.

Momento 1

(...) de um lado existiam famílias ocupando um imóvel que serviria de sede para o centro comunitário da associação de moradores, enquanto em um outro ponto no bairro, outras famílias ocupavam terrenos para construção de moradia. O encontro dessas pessoas, ocorrido no início de julho de 2003, em Mussurunga, representava a origem do movimento sem teto, que culminou com realização de uma assembleia, onde foi aprovada a criação do movimento em 20 de julho de 2003 e a ocupação de terreno na Estrada Velha do Aeroporto (...) um conjunto de ocupações que ocorreram na Estrada Velha do Aeroporto, eu digo assim de passagem, com ocupações espontâneas, não existia nenhuma articulação, de nenhuma força política, de nenhum partido político, que chegou lá e disse vamos pensar uma ocupação para aquela região, as ocupações foram de caráter espontâneo (ENTREVISTA COM COORDENADOR DO MOVIMENTO – PEDRO CARDOSO – 2006).

Momento 2

Nós iniciamos o movimento em 2003, mas antes desse trajeto do movimento de 2003 nós tivemos um período em 2002. Em 2002 ocupamos ali do lado da colina de Mussurunga, depois apareceu o dono. Hoje lá tem 350 famílias que formou o Conjunto Colinas de Mussurunga. Sim, depois apareceu o dono, que era da OAS (empresa de construção civil), aí veio Yulo (deputado estadual pelo PT), e deu apoio. Toda a equipe de direitos humanos (Assembleia Legislativa) deu apoio. Em seguida teve as eleições do Conselho de Moradores (em Mussurunga), onde teve também problemas políticos, mas eu ganhei as eleições para o Carlismo dentro de Mussurunga. Aí o próprio carlismo na pessoa do vereador Silvonei Sales, impediu que a sede do Conselho fosse repassada para o próprio povo. Aí foi implantado – por conta de necessidade de saúde – no distrito comunitário de Itapuã onde era o Conselho de Moradores justamente pra que nós mantivéssemos no poder, pelo fato de estar num partido de esquerda PT. Aí o trajeto começou. Aí Pedro Cardoso e Idelmário deu grande força, para que nós tentássemos nos reestruturar. Não houve condições porque eles (carlistas) estavam no poder. Prefeito, Governador, era tudo do carlismo. Aí nossa força foi insuficiente, nós fizemos de tudo. Eu por exemplo, sempre morei de favor, com tios, primos, minha avó, por conta de necessidade. Logo no início de 2003 eu ocupei uma casa abandonada em Mussurunga, juntamente com um grupo de jovens da Igreja Católica, esse grupo me ajudou a ocupar. Enquanto eles faziam de um lado, eu fiquei na casa. Quinze dias depois apareceu o dono da

casa com a polícia. Tive que entender que a casa tinha dono. Saindo de lá dei continuidade às reuniões num colégio particular, onde estávamos pretendendo ocupar alguns terrenos e casa que não tinha dado certo. Aí começamos a fazer reuniões com alguns grupos nessa escola, e nessas reuniões nós estava tirando indicativo de ocupações, entre elas intensificar a ocupação da OAS. Yulo presidente da Comissão de Direitos Humanos, ele identificou que o terreno não era da OAS, mas a OAS tinha interesse, mas nós insistimos e hoje são 350 famílias lá. No dia 28 de junho de 2003, ocupamos a Estrada Velha do Aeroporto (isso um ano e meio depois da ocupação da casa abandonada em Mussurunga) e na época que nos ajudou no corpo jurídico foi o advogado Dr. José Amando (ENTREVISTA REALIZADA AO COORDENADOR DO MOVIMENTO – JHONES BASTOS – 2007).

Momento 3

Em setembro de 2002 após eleições democráticas para a renovação da diretoria do CONSELHO DE MORADORES DE MUSSURUNGA, a chapa encabeçada por Jhones Bastos, Frank (irmão do Deputado Yulo) e Adriana, vencem as eleições. A direita, articulada através do Vereador Silvoney Sales, se nega a “entregar” a sede da entidade, motivo pelo qual, resolvemos ocupá-la durante 42 dias, sofrendo a partir daí todo tipo de pressão: expulsão da entidade com uso de força policial, pancada de p -2, lotado na Prefeitura durante administração do gestor anterior etc. Processo de resistência que se estende até o final de 2002. Em junho de 2003 algumas famílias sem perspectiva de moradia, ocupam um terreno no Km 12 da Estrada Velha do Aeroporto e após repressão violenta por parte do Estado e Município, entram em contato com os dirigentes do referido Conselho de Moradores, que imediatamente disponibiliza alguns diretores, dentre eles, o presidente do Conselho de Moradores e atual coordenador Estadual do MSTs, Jhones Bastos, para apoiar a luta de resistência. Após 03 ações de repressão aos ocupantes, Jhones Bastos faz contato com a Comissão de Cultura da Paz e Combate a Violência, que disponibiliza dois de seus ex-assessores (Idelmário Proença e Pedro Cardoso), para darem assistência aos ocupantes do terreno. Nasce a partir de 02 de julho de 2003 o MSTs que compõem uma coordenação e aprova nova estratégia de luta, dentre estas a ocupação de um Prédio no Centro da Cidade, (prédio da antiga Rede Ferroviária Federal no Comércio em agosto deste mesmo ano) como forma de dar visibilidade ao Movimento, e desviar a atenção da repressão na Estrada Velha do Aeroporto, oportunidade em que é ocupado o primeiro prédio sem fim social, sob a coordenação de Idelmário Proença. Posteriormente uma onda de ocupações é deflagrada pela Cidade e Estado, totalizando 37 imóveis, dentre os quais, 20 são mantidos até a presente data (LIDERANÇA DO MOVIMENTO – AGOSTO DE 2007)³³.

Analisando os *Momentos* nas falas das lideranças acima, foi possível perceber algumas divergências na história do processo de criação do Movimento. Ou seja, a história da “nascente” do Movimento Sem Teto é relatada pelas principais lideranças e reproduzida em noticiários (como veremos a seguir) com algumas contradições, principalmente, quando são comparados os relatos dos três *Momentos*.

³³Artigo escrito por Idelmário Proença em agosto de 2007 sobre o MSTs.

Fonte: http://ba.unmp.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=48.

No *Momento 1* fica evidente a afirmação pelo entrevistado do caráter espontâneo da “nascente” como aspecto relevante no surgimento do Movimento Sem Teto, ao passo que esse “espontaneísmo” não faz parte das falas dos outros dois *Momentos (2 e 3)*, que retrataram a presença de uma movimentação ou “organização” de moradoras/es (famílias), lideranças políticas, partidos e Igreja anterior à “primeira” ocupação realizada na Estrada Velha do Aeroporto. Essa movimentação não está presente no *Momento 1*, mas é possível perceber a presença de “famílias” que ocupavam o imóvel da futura sede e as que ocupavam um terreno para “construção de moradia”, uma vinculação com determinados grupos políticos, relatados nos *Momentos 2 e 3*.

As primeiras mobilizações diretamente relacionadas à criação do Movimento Sem Teto de Salvador, segundo relatos de duas lideranças, se deram em 2002 no bairro de Mussurunga (Colinas de Mussurunga), antes da ocupação “espontânea” realizada na Estrada Velha do Aeroporto. Essas mobilizações, que eram feitas por famílias, portanto, composta de mulheres e homens, a maioria mulheres negras, contavam com a participação e apoio de militantes de partido (PT), lideranças comunitárias do local, a Igreja Católica, advogados e políticos.

Outro fator que pode ser levado em consideração, foi a realização de uma Assembleia que contou com a presença de famílias sem moradia, militantes e representantes jurídicos, no sentido de pensar novas ocupações e formalizar a existência de um Movimento que já existia na prática, a partir das ações descritas anteriormente e que já era realidade em outras grandes capitais brasileiras.

As organizações das/dos sem tetos foi uma forma de conflito que se tornou evidente no Brasil, no panorama dos movimentos sociais urbanos, que datam do início da década de 1980, em São Paulo, onde este tipo de movimento organizado passou a ganhar força na capital

e interior do estado. A partir de 1987, a União dos Movimentos de Moradia (UMM) comandava a atuação de sem-tetos e moradores de cortiços em São Paulo.

Após esse período outros grupos foram surgindo, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que começou em Campinas (SP) em 1997.

O MTST nasceu em 1997, por iniciativa do Movimento dos Sem Terra (MST). “Sua criação”, lembra Gilmar Mauro, membro da direção nacional do MST, “partiu da constatação de que 85% da população brasileira reside em zona urbana – e constituiu uma tentativa de articular as lutas pela terra e as lutas das populações urbanas”. A primeira operação de envergadura do MTST aconteceu em Campinas, uma cidade próxima de São Paulo, quando cinco mil famílias ocuparam um terreno abandonado que foi batizado por eles de Eldorado dos Carajás. [...]

Nos anos que seguiram sua criação, o MTST estendeu suas atividades à periferia de São Paulo, aos estados do Nordeste e ao Rio de Janeiro, onde uma série de ocupações levou à construção de 10 mil moradias em Nova Sétima. [...]

No começo dos anos 2000, duas ocupações vitoriosas feitas na periferia de Guarulhos e de Osasco dão, contudo, um segundo fôlego para o MTST na grande São Paulo. Em julho de 2003, o MTST organiza uma nova ocupação em São Bernardo do Campo, outra periferia de megalópole. Desta vez, o terreno pertence à multinacional alemã Volkswagen. A reação das autoridades é imediata: sobrevoados por helicópteros e na mira de atiradores de elite sobre os prédios em volta, a tropa de choque da polícia ataca o acampamento, faz inúmeros feridos e leva presos várias dezenas de militantes. A brutalidade da repressão suscita uma certa indignação na Alemanha, onde uma manifestação é organizada diante da sede da empresa, contribuindo, assim, para tornar conhecido internacionalmente o MTST (REVELLI, 2008).

Diante de tal contexto e das mobilizações nacionais em prol da moradia, pode-se então inferir que o processo de ocupações populares ocorridas no bairro de Mussurunga em Salvador, decorreu tanto das carências e necessidades não-atendidas dessas famílias, no que se refere à falta de moradia e condições de habitação, como também da articulação de agentes externos, assessorias políticas, religiosas, partidárias e de outra natureza, que atuaram junto às/aos protagonistas dessa luta urbana, no sentido de “puxar” esses setores organizados para a implementação dessas lutas. Essa articulação descaracteriza o caráter espontâneo de criação do Movimento Sem Teto³⁴, mas que de forma alguma retira a legitimidade e relevância deste Movimento e de outros movimentos sociais urbanos.

³⁴Sobre isso ver Maria da Glória Gohn em “Movimentos Sociais e Luta pela Moradia” (1991).

Ainda sobre espontaneidade de movimentos populares urbanos, Marcelo Hernandez Macedo (2005) em seu trabalho “Entre a ‘violência’ e a ‘espontaneidade’: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro” levanta uma possibilidade de análise interessante acerca da dificuldade de compreender até que ponto os movimentos sociais surgem ou se organizam de forma espontânea? Para isso, o autor traz para a análise a questão do “espontaneísmo” na formação dos movimentos sociais, ressaltando que a literatura tem uma tendência à naturalização dos processos de iniciativas participativas – os chamados “novos” movimentos sociais – que surgem após os anos de 1970 no Brasil. Segundo Marcelo Macedo, essa naturalização leva autores/as a ignorar etapas dos procedimentos para a constituição dos movimentos sociais, ou seja,

(...) fica a impressão de que os movimentos surgiram de repente, como em um passo de mágica. De uma hora para outra estariam todos ali reunidos, comungando demandas de modo democrático, fazendo reivindicações, organizando manifestações para que estas venham a ser atendidas (MACEDO, 2005, p. 476).

Assim como já apontava Ana Maria Doimo (1995, p. 45) em seu livro a “Vez e a Voz do Popular”, mesmo que já tenha sido “consolidada” entre cientistas sociais, a ideia de unanimidade em torno do caráter diverso, fragmentário e localizado das novas experiências participativas na sociedade contemporânea, como os chamados “novos” movimentos sociais, ainda é preciso ter cuidado acerca da noção de “novos”. Isso é necessário já que não são raras as projeções sobre este novo universo, como forma mítica do antigo desejo de unidade, cunhado no século XIX para designar a entrada da classe trabalhadora no cenário público, presumindo então grandes sujeitos (mulheres e homens) da transformação social.

Nesse caso, os ideais de uma mobilização espontânea, a partir de uma possível ‘conscientização’ de mulheres e homens sem tetos sobre os seus direitos sociais e que culminou com a criação do Movimento Sem Teto, não se distanciou do cenário predominante de ‘dependência’ de estímulos de lideranças para a realização desse tipo de mobilização. Isso foi retratado de forma muito enfática nos depoimentos anteriores das lideranças, já que “a

consciência transformadora não se constrói espontaneamente, a partir meramente da existência de problemas”, e sim no próprio processo das lutas. Ainda foi possível observar que “nos movimentos sociais populares urbanos – como o Movimento Sem Teto – há sempre elementos mais politizados que organizam as lutas e as mobilizam no cenário urbano” (GOHN, 1991, p. 57).

Podemos ressaltar que todas as informações colocadas anteriormente indicam a impossibilidade de podermos afirmar o caráter “espontâneo” da criação (nascente) do Movimento Sem Teto na cidade de Salvador, mas que este tem grande relevância social e política para as pessoas envolvidas nessa luta, na conquista de direitos sociais, tal como a moradia. Não queremos aqui afirmar que essa articulação de atores sociais seja negativa para o Movimento, e sim apontar para a dinâmica organizativa que influenciou na criação e fundação do Movimento Sem Teto. E isso foi possível a partir do confronto das informações levantadas através de entrevistas, documentos, artigos de jornais e as leituras de teóricos/as que tratam da questão da espontaneidade dos movimentos sociais urbanos.

Não desconsiderando a história contada nos *Momentos* anteriores, o que temos oficialmente como data de criação do Movimento Sem Teto de Salvador é 20 de julho de 2003, com a ocupação na Estrada Velha do Aeroporto, que ocorreu no Km 12, agregando mais de 700 pessoas em torno da luta pela moradia. Entretanto, devemos considerar as ocupações relatadas nos *Momentos* acima como ações que fizeram parte da gestação do Movimento Sem Teto e que serviram de “trampolim” para a sua criação e consequente fundação³⁵.

³⁵ A Fundação nos remete à Institucionalização do Movimento Sem Teto com a legalização de um Regimento. Entretanto, na descrição a seguir percebemos que isso não acontece: “Em 2005, o MSTS realiza seu I Congresso, no auditório da Faculdade de Direito da UFBA. Era o momento de organização e discussão interna do movimento. (...) na programação consta a discussão sobre estatuto (regimento) do movimento, o que evidencia uma tendência de dar um perfil legalista ao MSTS, na medida em que o estatuto requer seu registro em cartório, de acordo com a legislação específica, criando a pessoa jurídica do movimento, estando sujeito às obrigações legais, fiscais e tributárias, além de estabelecer uma direção verticalizada. Esse ponto na programação não chegou a ser discutido por haver divergências quanto ao assunto, pois o Campo A (grupo majoritário) não

Analisando os fatos descritos nos *Momentos 1, 2 e 3* e pensando nos apoios diversos ‘conquistados’ no processo da nascente das ocupações do Movimento, podemos inferir que esses fatos nos levam ao que podemos chamar de ‘mito da nascente’ do Movimento Sem Teto. Para se ter apoios eram necessárias articulações diversas, sejam em reuniões para discutir a questão da falta de moradia, ou na tomada de decisões para ocupar outros locais em Mussurunga e na Estrada Velha do Aeroporto. Tal fato acaba sendo revelado em diferentes perspectivas por diferentes lideranças que compuseram a “mesma” história e que hoje não se constituem em um mesmo grupo, e que por divergências ideológicas e políticas se separaram³⁶.

As vozes de duas coordenadoras que são do grupo majoritário, participantes do processo de criação do Movimento Sem Teto e que estavam presentes na Estrada Velha do Aeroporto, revelam divergências entre grupos de lideranças do Movimento desde aquela época:

Desde o momento inicial na Estrada Velha do Aeroporto, existiam lideranças (que hoje são do PT), que manipulava todo mundo e usava essas pessoas. Muitas vezes falavam o que não pensavam e agiam por trás. Gostava sempre de dar a última palavra (COORDENADORA DO MOVIMENTO SEM TETO DA BAHIA, ABRIL DE 2007).

Por causa de muitas divergências, escolhi ficar desse lado mesmo (campo majoritário), porque somos um grupo que tem consciência política e que queremos trabalhar coletivamente. As decisões individuais atrapalha a luta (COORDENADORA DO MOVIMENTO SEM TETO DA BAHIA, MAIO DE 2007).

A ocupação na Estrada Velha do Aeroporto foi uma ação coletiva que proporcionou grande visibilidade na mídia e foi noticiado pelos principais jornais da capital, entre eles o

concordava com a proposta. Posteriormente, foi elaborado o Regimento Interno do movimento, que tem valor *interno corporis*, não sendo um documento legal, mas que estabelece normas de organização de procedimentos do movimento” (MIRANDA, Luiz César, 2008, p. 105). Para o coordenador Pedro Cardoso: “O Congresso foi um processo de arrumação, de estruturação orgânica do movimento. Foi lá que a gente se constituiu enquanto organização. Passamos a ter um Regimento Interno. Ficou claro que nós não deveríamos ser uma entidade jurídica, já que a gente entendia o movimento fora da ordem. Foi lá também que apareceram os primeiros elementos do racha. No momento que a gente começou a discutir as nossas concepções do ponto de vista da nossa relação movimento x governo, concepção de movimento, estratégia do movimento, apareceram as posições” (MIRANDA, 2008, p. 106).

³⁶ Sobre essa separação ver cisão na página 27 desta tese.

jornal A Tarde, de 06/08/2003, que destacou esse movimento “como inédito e ressaltava que foi inspirado no modelo de organização do Movimento Sem Terra (MST)”. Essa ocupação, denominada de Acampamento Dois de Julho, ocupou uma área de mais de 3km², mobilizando muitas pessoas na ocupação, em sua grande maioria mulheres e crianças, além de acompanhamento de militantes de esquerda e advogados que, juntos com as/os ocupantes, conseguiram impedir a primeira tentativa de ações de reintegração de posse desse terreno³⁷.

As estratégias de resistências utilizadas pelo Movimento contra a desocupação do Acampamento Dois de Julho foram marcadas por intervenções de diálogo, negociação e “barreira humana”. Houve intervenções de advogados, políticos e militantes (mulheres e homens) no processo de negociação entre os órgãos públicos e a polícia militar e de ocupantes (homens, mulheres e crianças), que permaneceram na linha de frente para evitar a expulsão das pessoas do local ocupado e ações mais violentas por parte dos policiais (A TARDE, 2003; ENTREVISTA DO COORDENADOR DO MOVIMENTO, 2006).

O jornal A Tarde, de 08/08/2003, noticiou ação de reintegração de posse desse local, que não teve êxito nesse primeiro momento pela ausência de um mandado emitido pelo judiciário. A área foi cercada e mantida sob vigilância, no sentido de evitar uma nova ocupação. As/os moradoras/es reagiram e realizaram, no dia 17/08/2003, uma assembleia na Estrada Velha do Aeroporto, que contou com a presença de mais de 200 pessoas, cujo principal objetivo foi organizar uma marcha para o dia 21/08/2003, dia nacional da habitação.

Nesse dia, o Movimento Sem Teto realiza a marcha de 32 km, saindo da Estrada Velha do Aeroporto até a praça municipal. Esta marcha foi considerada a primeira grande manifestação pública de destaque do Movimento, na cidade de Salvador, relatada pela mídia e meios de comunicação diversos. Contou com a participação de 300 pessoas, vindas de 22 bairros diferentes. Seu objetivo, segundo relato de lideranças do movimento, foi despertar a

³⁷A reintegração de posse foi movida pela Superintendência de Controle do Uso do Solo (SUCOM), e contou com o apoio da polícia militar para desocupação do terreno.

atenção do Governo Municipal e Estadual para os problemas da falta de moradia na capital. Esta caminhada ficou marcada na memória de muitos participantes pelo sacrifício das pessoas, devido à longa distância, falta de comida e à intensa chuva que acontecia neste mesmo dia. No entanto, as lideranças buscavam motivar essas pessoas através da analogia e simbologia religiosa, já que a maioria era/é evangélica. Fazia-se a comparação dessa marcha com a luta pela terra prometida de Moisés: “Se Moisés andou quarenta anos em busca da terra prometida, nós poderíamos andar quatro horas, da estrada Velha até a Praça Municipal” (DEPOIMENTO DE LIDERANÇA DO MSTB, 2007).

Essa caminhada possibilitou consolidar o movimento sem teto e desenhar um perfil das/os demandantes, em sua maioria mulheres negras, muitas delas ligadas ao movimento evangélico, hoje, com forte inserção nas regiões mais pobres da cidade.

A partir deste momento, iniciaram-se uma série de ações que culminaram com a ampliação do número de ocupações³⁸ em terrenos, prédios públicos e privados, também na região central da cidade, na intenção de fortalecer o Movimento e despertar a sociedade que se encontrava em condições precárias de moradia no sentido de participar desse processo de luta coletiva.

4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO MOVIMENTO

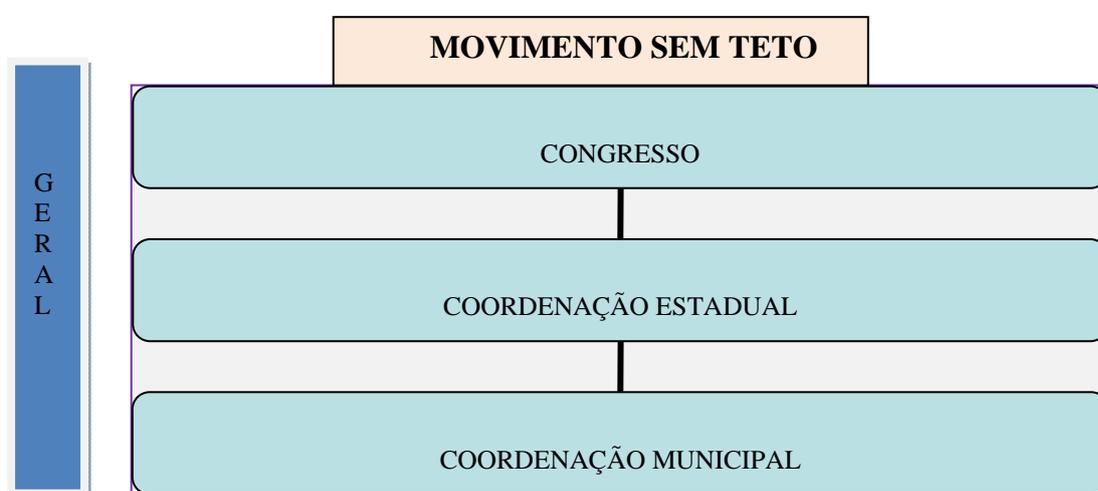
A estrutura organizacional do Movimento Sem Teto se constitui a partir de três importantes instâncias que auxiliam no funcionamento da dinâmica de atividades desempenhadas no cotidiano do próprio Movimento, tais como: núcleo, ocupação e comunidade. Segundo entrevistas com as coordenações, cada instância referida acima, torna-

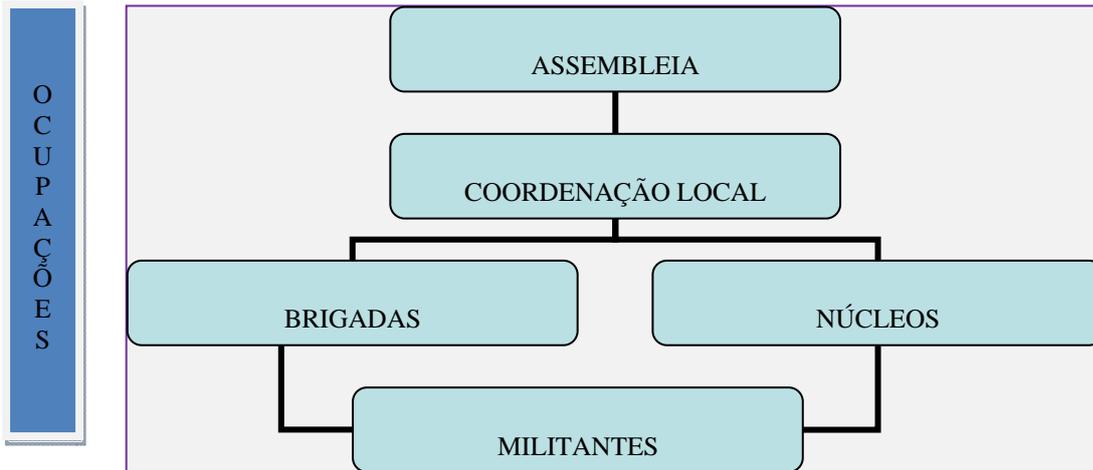
³⁸ Tais como a ocupação do Centro Educacional de Periperi e de um prédio da UFBA em outubro de 2003; ocupação do INSS, incorporação a ocupações de Pirajá ao MSTB em dezembro de 2003; entre outros (JORNAL A TARDE, OUTUBRO, 2003). De acordo com as lideranças, de 2003 até meados de 2007, o movimento realizou 80 ocupações em Salvador e região metropolitana (ENTREVISTA DE LIDERANÇAS DO MSTB, 2007).

se fundamentais para estabelecer uma relação mais estreita com as/os sem teto, tal como pensar as dificuldades enfrentadas e criação de estratégias a partir da articulação de ideias e participação coletiva.

A função do núcleo é de mobilização, realização de cadastros e organização das famílias quanto à participação nas ocupações e em demais atividades do Movimento, como passeatas, mobilizações e outras ações que o Movimento de forma coletiva julgar conveniente e necessária. O local onde as famílias ficam acampadas sejam terrenos ou prédios/casas públicos/as e privados/as são denominadas de ocupações. E a comunidade é o local definitivo de conquista do “teto”, ou seja, da casa. Tanto a ocupação quanto a comunidade podem funcionar como núcleo, no sentido de articular pessoas, dar continuidade aos processos de mobilização para outras ocupações, buscar infraestrutura para os locais já conquistados, lutar por emprego e renda, entre outras funções fundamentais a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas e famílias (ENTREVISTA COM COORDENADORAS/ES DO MOVIMENTO, 2007).

As instâncias de deliberação do Movimento são constituídas de Brigadas, Assembleia Local, Coordenação Local, Coordenação Municipal, Coordenação Estadual e Congresso Estadual, conforme organograma abaixo na Figura 1.





O
C
U
P
A
Ç
Õ
E
S

Fonte: Coordenação Estadual (2005) e Regimento Interno do MSTB (2005)

Figura 1: Organograma da Estrutura de Funcionamento do Movimento Sem Teto.

Segundo o Regimento Interno do MSTB do ano de 2005, cada uma dessas instâncias apresentadas na Figura 1 desempenha funções diferentes no processo de tomada de decisão, obedecendo às hierarquias, sendo que o Congresso Estadual representa a instância maior. Assim, as brigadas são instâncias de deliberação em que grupos familiares ficam responsáveis por desenvolverem determinadas ações e atividades coletivas, como limpeza, segurança, entre outras que tenha o envolvimento coletivo. Geralmente as mulheres realizam a limpeza, enquanto os homens ficam responsáveis pela segurança. Mas, isso não é regra, no depoimento abaixo identificamos a presença de uma mulher nesse processo.

Logo no início eu participava também do grupo da brigada né! Teve um caso de um casal brigando, que a gente foi resolver e quando a gente foi resolver, causou um problema maior do que tava (...). Quando eu era da brigada, eu enfrentava as brigas lá fora, a gente participava de reunião, mas eu saí porque tinha muita briga e aí se entrasse ladrão a gente tinha que tirar, e eu não gostava não (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE – DEZEMBRO DE 2007 – 48 ANOS).

A Coordenação Local representa a instância onde são encaminhadas as decisões provenientes das Assembleias Locais e possibilita a formação política das pessoas da base participantes do Movimento, além de fiscalizar as ações das brigadas. Os/as membros/as que compõem a coordenação local podem realizar cursos de formação política no Movimento e são eleitos/as em Assembleias, por um mandato de um ano. Em cada coordenação local

existem três membros/as, eleitos/as em Assembleia, através do voto secreto ou aclamação com mandato de 1 ano. O perfil das Coordenações Locais do Movimento Sem Teto é constituído por mulheres e homens, sendo que a maioria são homens. As mulheres representam por volta de 30% dessas coordenações³⁹, sendo que 70% das mulheres, ou seja, a grande maioria representa a base do Movimento.

Esse dado revela a desigual relação de poder existente entre os homens e as mulheres no interior do Movimento, como pode ser visto na fala abaixo da coordenadora local de uma ocupação.

Nas assembleias a mulher é cortada pelos homens (...) já aconteceu de eu tá falando e a pessoa dizer, peraí! Corta a minha fala e pá, pá, pá. Às vezes eu dizia que não tava certo e a pessoa dizia, calma aí companheira, não é assim e aí começava aquela história... A depender de cada ocupação e da história dessa ocupação, eu acho muito importante ter uma coordenadora mulher. Aqui na ocupação eu acho importantíssima uma liderança feminina. Porque aqui, rola muito machismo. Eu tenho sido vítima, assim, de muito machismo. Não sei se você observou nessa reunião, os dois coordenadores homens presentes e as lideranças mulheres, aí chegou dois homens na porta, olhou e saiu. E aí eles não admitem que nesse lugar em que estou, depois de muita luta, eram eles que deveriam estar. Então a questão do machismo rola diariamente, ou seja, nas assembleias eles são obrigados a parar para ouvir a mulher que tá falando, porque eles sabem que somos lideranças e tem-se experiência prática, então quando uma liderança mulher tá falando, eles vêem que tem uma mulher, uma líder falando, e que essa líder é mulher. Entendeu? Então é difícil para eles aceitarem as vezes que essa líder seja mulher (DEPOIMENTO DA COORDENADORA LOCAL DO MOVIMENTO, JANEIRO DE 2007).

Como pode ser visto no relato anterior, a participação das mulheres no MSTs também segue a lógica tradicional de resistência à valorização da mulher em instâncias de deliberações e decisões políticas. Mesmo sua atuação sendo importante do ponto de vista político e na qualidade de suas ações, ainda assim, encontram posturas machistas, pelo fato de serem mulheres, não levando em conta as contribuições efetivas de lideranças no Movimento. Ou seja, as mulheres, ao entrarem no mundo público, ainda se veem condenadas à posição de subalternidade da esfera privada, levando para a esfera pública todas as características do doméstico em que se encontram subordinadas.

³⁹ Dados da pesquisa realizada por Cloux (2007).

Outra instância de deliberação do Movimento Sem Teto é a Assembleia Local no interior das ocupações, que conta com a participação das pessoas maiores de dezesseis anos, convocadas pela Coordenação Local ou por Abaixo Assinado de 30% dos/as moradores/as. A função da Assembleia Local é discutir e decidir sobre todas as questões que envolvam a ocupação (REGIMENTO INTERNO DO MOVIMENTO, 2005).

A Coordenação Municipal é a instância formada por representantes eleitos/as em cada ocupação e tem o objetivo de discutir e decidir sobre questões que envolvam o Movimento no âmbito municipal, prestar assistência às ocupações e núcleos, obedecendo às prerrogativas do Regimento. A Coordenação Municipal é constituída pelos/as membros/as da Coordenação Estadual que residem no município e mais uma pessoa de cada ocupação (REGIMENTO INTERNO DO MOVIMENTO, 2005).

A Coordenação Estadual representa o Movimento, exige o cumprimento das deliberações do Congresso Estadual, presta assistência aos municípios, sendo composta de vinte e um membras/os eleitas/os no Congresso Estadual, por delegadas/os escolhidas/os nas ocupações e mais uma pessoa de cada município que aderir ao Movimento (REGIMENTO INTERNO DO MOVIMENTO, 2005).

Segundo a Coordenadora Estadual do Movimento Sem Teto, somando as duas coordenações (municipal e estadual) tem-se uma composição de 46,4% de mulheres e 53,6% de homens ocupando esses cargos, ou seja, 13 mulheres e 15 homens, respectivamente. A coordenadora ressalta que essa diferença, não só em números, se concretiza também nas desigualdades no que se refere ao processo de tomada de decisões nas instâncias de poder e nas conquistas de direitos para as mulheres. Para essa mesma coordenadora, são nessas instâncias de poder (direção geral), que as contradições de gênero se intensificam, sobretudo, se comparar o número total de mulheres que existem no Movimento e a quantidade menor dessas nos espaços de tomada de decisão. Compreendendo assim a necessidade de

emancipação da mulher dentro do Movimento Sem Teto, legitimando sua liderança na visibilidade do seu papel de “protagonista” de suas conquistas.

(...) não existe uma correlação de forças equilibrada nas instâncias de direção geral (estadual e municipal) do Movimento. As decisões tomadas, geralmente são centradas num fórum onde a divisão equitativa e/ou proporcional de poder é realidade a ser conquistada. Acredito que se a visão dos homens da direção do movimento fosse mais sensível à questão de gênero, seria possível equilibrar mais as forças feminina e masculina, ainda que não houvesse uma repartição do poder totalmente equitativa, mas isso também não é uma realidade nesse espaço de luta (ENTREVISTA COM A COORDENADORA ESTADUAL DO MOVIMENTO, 2006).

Por fim, o Congresso Estadual representa a instância de maior poder deliberativo no interior do MSTs, subordinando todas as outras esferas. O Congresso é realizado a cada três anos, convocado pela Coordenação Estadual e tem a função de elegê-la, decidir sobre o Regimento Interno e deliberar sobre todas as questões referentes ao Movimento (REGIMENTO INTERNO DO MOVIMENTO, 2005).

Sobre a estratégia do Movimento Sem Teto torna-se importante ressaltar que o movimento adotou em seus primeiros anos uma metodologia de ocupação de prédios públicos ou privados abandonados, dando visibilidade ao movimento através dos meios de comunicação locais. Porém, no decorrer dos anos, o Movimento Sem Teto começou a refletir sobre seu papel e ação e principalmente acerca dos resultados obtidos das ocupações de prédios. Após o primeiro Congresso realizado em 2004, o movimento intensificou as estratégias de ocupações de terrenos, ao invés de prédios, devido à diminuição de mandados de reintegração de posse. Por exemplo, o ano de 2006 foi marcado por várias ocupações em terrenos em Salvador e nesse cenário são visíveis a repercussão da imprensa nos noticiários sobre essas ocupações, e como essas manifestações contavam com grande participação de mulheres na busca pela moradia. O jornal A Tarde de março de 2006 anuncia:

Durante toda a tarde, dezenas de pessoas trabalhavam na limpeza dos escombros e demarcação da terra para a construção de cerca de 40 novos barracos, feitos com lonas, tapumes e telhas de amianto (do tipo eternit). “Eu vou lutar, vou até o fim, não tenho outra opção”, disse a desempregada Mônica Oliveira, que já trabalhava na

reconstrução de seu novo abrigo – um dos quatro demolidos na manhã de sábado (A TARDE, 16/03/2006).

“Amanhã (hoje) mesmo estou construindo meu quarto aqui. Não tenho onde ficar e não posso ir morar com meus dois filhos embaixo do viaduto”, declarou a doméstica. Ela ajudava a limpar o local em companhia de outra desempregada do grupo, Delza Martins de Almeida, a única que teve seu barraco poupado por agentes da fiscalização. Segundo os ocupantes, isso se deu porque a mesma não se encontrava em casa no momento e um cordão humano foi formado para impedir a ação dos fiscais. “Não posso sair para fazer uma faxina, porque não sei se vou encontrar minha casa quando voltar”, reclamou (A TARDE, 16/03/2006).

Dessa forma, percebe-se que as mulheres fazem parte do processo de luta do Movimento Sem Teto, não somente como composição de mão de obra e sim como participantes políticas do movimento. Segundo informações de lideranças e documentos pesquisados do Movimento Sem Teto, mais de 4000 famílias estão atualmente ocupando terrenos e prédios abandonados da capital e a maioria é composta de mulheres e crianças, que esperam o posicionamento do poder público da cidade em relação à questão da moradia. Essas famílias ocupam terrenos tanto no centro como na periferia: Pituba, Costa Azul, Cidade Baixa, Brotas, Comércio, Periperi, entre outros, como mostra o Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Relação de Ocupações do MSTs entre 2003 e 2007

Ano da Ocupação	Local
Ocupações 2003	<p>EVA (KM-12), Estrada Velha do Aeroporto CEAFRO, Largo 2 de Julho Edifício Lord, Centro IPAC I, Soledade Rede Ferroviária, Comércio Costa Morena (Prédio da Encol), Costa Azul INSS, Sete Portas Centro Educacional de Periperi, Periperi Fábrica Toster, Bonfim Lobato (terreno) Pau da Lima Vila Via Metrô, Mata Escura Boiadeiro</p>
Ocupações 2004	<p>Clube Português, Pituba Mesbla, Cidade Baixa Antigo Prédio da Matelba Campinas de Brotas Hotel Paulus, Pituba Fábrica Alfred, Mares Barreto Araújo, Baixa do Bonfim Gelo Pioneiro, Mares Almoxarifado do Ministério da Fazenda, Água de Meninos Depósito de Alimentos, Rua do Julião (Comércio) Prédio da Enoch Silva, Comércio Prédio Eurico Magalhães Galpão da Leste I, Calçada Galpão da Leste II, Calçada Edifício Rajada, Comércio Boate Sayonara Pirajá Ilha do Rato, Massaranduba Rua Nova Brasília, Valéria (terreno) Periperi Cajazeiras VI Fazenda Coutos</p>
Ocupações 2005	<p>Galpão da Leste III, Calçada Galpão da Leste IV, Calçada Escola Nossa Senhora de Fátima, Ribeira Antigo Conselho Tutelar, Dois Leões Shopping Boa Viagem, Bonfim Edifício Sampaio, Calçada Valéria</p>
Ocupações 2006	<p>Clínica IRTE, Roma Antiga Delicatessen, Stella Maris IPAC II, Santo Antônio Cidade de Plástico, Periperi Escada</p>
Ocupações 2007	<p>IPAC III, Santo Antonio Ocupação da Rua Chile Cidade Nova</p>

FONTE: Jornais A Tarde, Correio da Bahia, Tribuna da Bahia, Cloux (2007).

4.2.1 Estrutura e Dinâmica de Funcionamento das Ocupações

O Movimento ocupa terrenos e prédios públicos e/ou privados na cidade de Salvador, onde as famílias permanecem por um tempo, desenvolvendo suas atividades cotidianas, na tentativa de conquistarem futuramente uma moradia. Independente do tipo de propriedade ocupada (terrenos e prédios), as famílias buscam adaptar-se a essa realidade e estrutura de forma variada e pessoal. Durante a permanência destas famílias nesses espaços, o Movimento cria estratégias de negociação com o Estado no sentido de garantir o direito à moradia a essas pessoas, e dependendo do espaço ocupado a situação é resolvida mais rapidamente ou não.

As ocupações de prédios públicos ou particulares “abandonados” e/ou ociosos podem ser descritas da seguinte forma: Geralmente estão localizadas mais próximas ao centro da cidade ou no centro da cidade, permitindo o acesso aos serviços, a busca por emprego e trabalho e a locomoção nesses espaços de forma mais “fácil”, se comparada com as ocupações de terrenos (mais distantes do centro da cidade).

As famílias que ocupam esses prédios dividem o espaço internamente, separando os cômodos entre elas e de acordo com a necessidade de cada uma (trabalhar, descansar, abrigar, morar, cozinhar). As famílias são extensas, em sua maioria composta por filhos/as, companheiros/as, maridos, esposas, e ainda agregam outros parentes como primos/as, tios/tias, avôs/avós, etc. A presença feminina é muito maior que a masculina e são as mulheres as responsáveis pela organização, arrumação e limpeza desses ambientes.

A falta de saneamento básico, sanitários, instalações hidráulicas e energia elétrica é uma realidade e dificuldade para essas pessoas, por isso a realização de “gatos”⁴⁰ de energia e água acaba sendo uma alternativa para suprir mais essa necessidade, tendo em vista que a falta de saneamento (água e esgoto) pode ocasionar doenças e sem a energia elétrica as ocupações ficam escuras e perigosas, como podemos ver na Figura 2 a seguir.

⁴⁰ “Gatos” de energia é uma forma de ligação ilegal e clandestina de energia elétrica dos postes de distribuição até os barracos das ocupações. Isso também é feito nas redes de água.



Fonte: Silvia Bochicchio (2008)

Figura 2: Interior da Ocupação IPAC II no Centro Histórico de Salvador.

As estruturas dos prédios são precárias, contendo rachaduras e mofos nas paredes, infiltrações em diversos cômodos, falta de iluminação, ventilação, tal como perigo de desabamento por serem prédios antigos. Muitas vezes esses prédios acabam se transformando em “cortiços”, ou seja, se constituem em um tipo de habitação coletiva das classes mais pobres, como pode ser visto na figura 3 abaixo.



Fonte: Silvia Bochicchio (2008)

Figura 3: Interior e Fachada da Ocupação IPAC II no Centro Histórico de Salvador.

Já a maior parte das ocupações do Movimento em Salvador acontece em terrenos (ociosos, improdutivos), onde são delimitados “lotes” para cada família. Nesses lotes as famílias constroem seus “barracos” (sejam de plástico, madeira, lona, papelão, etc.) e estabelecem uma dinâmica própria de separação de seu lote dos de outras famílias, buscando maior privacidade e comodidade, tentando suprir suas necessidades e demandas. Podemos ver as estruturas dos barracos e suas divisões na Figura 4, de uma ocupação no bairro de Periperi.



Fonte: Sílvia Bochicchio (2008)

Figura 4: Ocupação da Cidade de Plástico em Periperi.

A construção desses barracos é realizada pelos membros da própria família, mas conta com a ajuda de outras pessoas que estão na ocupação, até como forma de solidariedade ou também de gratificação em dinheiro pela realização de determinados tipos de trabalho (como: “gatos” de energia elétrica e de água, o levantamento de madeiras, tijolos, etc.). Muitas vezes esse tipo de atividade é realizado pelos homens das ocupações (que cobram ou não pelo serviço).

Tanto mulheres quanto homens se envolvem na construção desses barracos, indo desde a limpeza do lote (terreno), a instalação dos madeirites/madeiras no levantamento das paredes, do telhado e da organização interna dos cômodos. É possível perceber, no espaço interno dos barracos, subdivisões em “cômodos” realizados pelas mulheres, tentando separar a

sala, o quarto e a cozinha, criando sua própria dinâmica de arrumação. Mas, isso nem sempre é possível, pois o limitado espaço permite muitas vezes amontoar os móveis e pouca privacidade para os membros familiares (uma cama de casal dividida para a família toda dormir). A existência de cortinas no lugar de paredes delimita o local de trocar roupas e de se vestir, e serve também como espaço para a realização da higiene pessoal (tomar banho, por exemplo). Enfim, situações simples para pessoas que possuem infraestrutura tornam-se desafios nos “limites do habitar” nas ocupações.

As condições de infraestrutura dessas ocupações são precárias: falta de saneamento básico (água encanada e tratada, esgoto e coleta de lixo) e energia elétrica. Para resolver esses problemas muitas vezes os homens em grande maioria e poucas mulheres realizam os chamados “gatos” nos postes de distribuição de energia do bairro e na rede de água, ou ainda buscam acesso à água nos rios/riachos próximos às ocupações (atividade essa realizada quase exclusivamente pelas mulheres). Alguns barracos possuem sanitários do lado de fora e também pequenas hortas ao redor do estreito “quintal”, como forma de garantir algum alimento diário.

Diante dessa precariedade, as mulheres são as mais impactadas, pois além de permanecerem mais tempo no espaço doméstico (principalmente as que não são chefes de família), são elas ainda de forma majoritária, responsáveis pelas lavagens das roupas, preparação dos alimentos e refeições, limpeza do ambiente doméstico, dar banho nos/as filhos/as, etc.

Os espaços no interior dos barracos são pequenos para o número de pessoas que vivem neles, em média 20 m². As famílias são relativamente grandes, possuindo gerações diferentes dentro de um mesmo barraco. Encontramos mulheres que são mães, avós, adolescentes, todas coabitando no mesmo local e fazendo dele sua moradia. Devido a isso, é possível perceber

que os adolescentes (homens) passam mais tempo “fora de casa”, enquanto a presença de mulheres idosas e adolescentes mulheres foi mais frequente de se ver “dentro de casa”.

As mulheres chefes de família (principalmente as que não vivem com o companheiro/marido) passam a maior parte do dia trabalhando “fora de casa” (diaristas, empregadas domésticas, ou até mesmo procurando emprego) e só voltam para os barracos ao entardecer. A dinâmica dos homens é parecida com as mulheres chefes de família, permanecendo a maior parte do dia fora das ocupações, na busca de trabalho ou trabalhando, e só retornando a noite para dormir.

4.3 PERFIL DAS/OS SEM TETO E AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS

4.3.1 Perfil: o olhar do Movimento

Segundo a Coordenação do Movimento Sem Teto, para uma pessoa ser considerada “sem teto” e fazer parte das ocupações, alguns fatores são levados em conta, como: morar de favor ou de aluguel (e não ter condição de arcar com essa despesa); não possuir nenhuma moradia para si e sua família; serem moradores/as de ruas, de viadutos ou em áreas de riscos condenadas por órgãos oficiais.

O Movimento é composto por pessoas que exercem atividades como empregadas domésticas, biscateiras/os, catadoras/es de resíduos sólidos, aposentadas/os do INSS que ganham um salário mínimo, pessoas com renda inferior a R\$ 300,00 por mês ou que recebem bolsa família. Apenas 20% das famílias tinham/têm uma renda de até 2 salários mínimos⁴¹.

Ainda na composição, o Movimento Sem Teto se caracteriza predominantemente por mulheres e homens negros (80%), sendo que em torno de 70%⁴² do total são mulheres, em

⁴¹ Dados fornecidos por liderança, fundamentados em cadastros do movimento e informações contidas no Regimento Interno do Movimento Sem Teto, definindo o tipo de pessoas que podem participar do movimento.

⁴² Dados fornecidos por lideranças do Movimento Sem Teto, a partir de uma pesquisa realizada pelo Movimento em 5 ocupações no ano de 2005.

grande parte mães solteiras, que não possuem uma fonte de renda regular e suficiente para a sua sobrevivência e de seus/suas filhos/as.

A predominância de pessoas negras no Movimento, sobretudo mulheres, é reflexo de um processo histórico no Brasil de exclusão social e escravismo, que se desdobram em preconceitos de raça e marginalidades e tem seus efeitos mais perversos quando associados às discriminações de gênero, geração e classe. Esse fato culmina com a ausência de equidade entre as pessoas, colocando os/as afrodescendentes em desvantagens quando comparados/as aos homens e mulheres não-negros/as, sendo a parcela da sociedade mais pobre, que ocupa os piores lugares no mercado de trabalho, quando não integram as altas taxas de desempregados/as do país.

Segundo dados divulgados pelo PNAD a região metropolitana de Salvador era constituída por uma população de 54,9% de cor parda, 26% preta, 18,3% branca e 0,7% amarela ou indígena. Esses dados colocam Salvador como a capital do Brasil com o maior número de pessoas negras (considerando negras/os e pardas/os); no entanto, quando se verifica os dados relacionados a emprego e desemprego, é possível dimensionar o quanto esta população se encontra em desvantagem em relação a outros grupos (CARVALHO e PEREIRA, 2006).

Conforme os dados do DIEESE (CARVALHO e PEREIRA, 2006), a população negra, que representa mais de 80% da população soteropolitana, tem o maior contingente do total das pessoas desempregadas (90,4%), evidenciando as desigualdades de oportunidades de acesso a postos de trabalho. Porém estes dados são agravados em relação às mulheres negras, que têm as maiores dificuldades de inserção, apresentando a mais elevada taxa de desemprego em Salvador com 22,7% do total. Discriminados/as há séculos e com restritas oportunidades de educação, de inserção produtiva e ascensão social, pretos/as e pardos/as se estabelecem, historicamente, na base da pirâmide social (CARVALHO e PEREIRA, 2006).

Entretanto, a falta de moradia para as mulheres negras (mães solteiras principalmente) tem um impacto muito mais forte e desigual se comparada aos homens na mesma situação. Já que além da falta de dinheiro e emprego, as mulheres solteiras têm que conciliar a responsabilidade do trabalho doméstico, cuidando da casa e dos/as filhos/as com o trabalho fora de casa, na esfera pública. Aquela mesma esfera que as condenam à precarização do trabalho ou ao desemprego. Quando não possuem moradia, essa dificuldade é ampliada, pois além de assumir as responsabilidades relacionadas à sobrevivência financeira, acabam sofrendo com a procura de um ‘teto’ que possam custear, aumentando a dependência em relação às outras pessoas que possuem esse bem. As alternativas são diversas, indo desde a busca de abrigos públicos ou privados, moradias de aluguel, pensões, morar de favor na casa de parentes até a alternativa de ocupações de um espaço na participação em movimentos sociais (como no Movimento Sem Teto).

Sobre isso, temos o que Teresa Kleba Lisboa (2007, p. 640) chama de “pobreza de gênero” como um produto da dominação-opressão de gênero, se caracterizando segundo esta autora como “um dos resultados mais cruéis desta ordem de expropriação e exploração ao final deste segundo milênio”. A autora se reporta a Marcela Lagarde que ressalta:

O gênero feminino é aquele que mais trabalha; recebe menor retribuição pessoal por seu trabalho; enfrenta mais impedimentos e limitações para alcançar riqueza social; possui mais carências, enfrenta mais privações e satisfaz em menor medida suas necessidades vitais (LAGARDE, 1996, p. 170 apud LISBOA, 2007, p. 640).

Muitas vezes o trabalho precarizado dessas mulheres no espaço público não garante financeiramente a sobrevivência das mesmas e de sua família, e isso reflete na predominância de mulheres pobres em nossa sociedade, quando em interface com outras desigualdades como raça e geração. As desigualdades no acesso feminino em relação às oportunidades econômicas e sociais são frutos de uma construção social, que tem como base os valores da sociedade patriarcal e sexista, onde o homem é o provedor, portanto pertencente ao mundo do trabalho e ao espaço público.

4.3.2 Perfil: o olhar do Pesquisador

O perfil das entrevistadas foi construído a partir da “auto-identificação” das mulheres que constituíram a amostra desta pesquisa. A auto-identificação foi uma forma de revelar as breves especificidades e particularidades de cada mulher entrevistada e, ao mesmo tempo, garantir um panorama geral de um coletivo que vivenciam angústias e anseios semelhantes e se constituem em um perfil quase que “homogêneo”.

As falas das mulheres entrevistadas nos revelam a realidade vivenciada pela maioria das mulheres nas ocupações, cada uma com sua história particular, mas ao mesmo tempo “refletiam” em sua história, fatos também vividos por outras mulheres.

A partir dessas falas e vozes em relação à idade, origem, renda, escolaridade e tempo que estão no Movimento e/ou ocupação, traçamos um perfil mais geral a partir dos depoimentos abaixo e os dados coletados em campo. Cabe ressaltar que foram preservados os nomes das mulheres e todos os que seguem abaixo são ‘fictícios’.

Joana por Joana:

Eu sou a Joana. Minha idade é de 46 anos.
Estudei o primário, naquele tempo era primário...vim do interior da Bahia.
Tô na ocupação há 3 anos e seis meses.
Quantas pessoas moram aqui? 5 pessoas. Eu e 4 filhos.
Quem é que sustenta a casa? Eu mesma. A renda vem de pensão, artesanato. Sofri muito preconceito nessa vida por causa da minha cor! (A VOZ DE JOANA, MOVIMENTO SEM TETO – 2006).

Francisca por Francisca:

Meu nome é Francisca. Eu tenho 47 anos, sou soteropolitana. Tenho 3 filhos e sou casada, convivo com o meu marido a 3 anos aqui na ocupação. Estudei até o segundo grau completo. Quem tem a renda maior aqui é ele (se referindo ao marido) (A VOZ DE FRANCISCA – MOVIMENTO SEM TETO – 2006).

Joaquina por Joaquina:

Dona Joaquina da barraquinha...é assim que o povo me conhece aqui. Tenho 78 anos e moro aqui em Salvador há 40 anos. Eu vivo hoje na ocupação com os meus 3 netos, tem uns 3 anos que estou aqui (...) o sustento maior? Eu sou aposentada, meu benefício é minha aposentadoria, né! Estudei só aquela terceira série. Eu me considero parda, né! (VOZ DE D. JOAQUINA DO MOVIMENTO SEM TETO – 2007).

Judite por Judite:

Sou conhecida como “Lôra”, sou Judite, 29 anos. Sou da Ocupação Quilombo de Escada. Sou coordenadora. Ultimamente eu vivo de bico. É até engraçado, uma coisa que eles colocaram no cadastro, biscateira ou biscateiro. (...) eu tô fazendo o ProJovem, retornei né. (...) Tenho um filho. Não tenho esposo, graças a Deus. Tem uns três anos que estou no Movimento (VOZ DE JUDITE DO MOVIMENTO SEM TETO – 2007).

Maria por Maria:

Meu nome é Maria. Tenho 2 anos e 4 meses aqui no Movimento e 63 anos de idade. Não estudei. Sou filha de Almenara, Minas Gerais. Eu fui pra Ilhéus com 10 anos de idade. Eu vim pra Salvador com 31 anos de idade. Eu tenho seis netos, mas mora em Ilhéus e aqui eu moro sozinha... por enquanto eles não vieram pra cá não... não tem lugar... sou eu que chefo e sustento aqui... eu tenho minha aposentadoria, de pescadora, com 55 anos eu me aposentei... e pesco no alto mar (A VOZ DE MARIA DO MOVIMENTO SEM TETO – 2007).

As entrevistadas tinham a idade variando de 20 até 75 anos, possuíam entre 2 a 4 filhos/as que viviam com elas nas ocupações, outras os/as filhos/as estavam morando com os pais. Muitas entrevistadas eram solteiras, mas foi possível identificar algumas casadas ou que conviviam com seus companheiros. A maioria das mulheres entrevistadas eram negras e pardas. O tempo que as entrevistadas moravam nas ocupações variava entre 1 a 4 anos.

Entre as mulheres entrevistadas foi possível perceber que existem também aquelas que se engajaram no Movimento por entender que o mesmo representa uma saída concreta de conquista da moradia para elas e seus/suas filhos/as. A possibilidade concreta de ter uma casa só delas significa também poderem fugir da opressão e violência doméstica acometidas, quando dividiam o mesmo teto com o ex-companheiro e/ou ex-marido. Representa livrar-se dessas agressões e conquistar uma autonomia que foi suprimida no decorrer dessa convivência doméstica.

A violência contra as mulheres apresenta-se de muitas formas e é universal. A questão específica da violência contra a mulher passa fundamentalmente pela relação oprimido-opressor no plano interpessoal, como meio de prevalecer a dominação masculina na sociedade. Essa dominação se manifesta através de três tipos: sexual, física e psicológica. Muitas vezes as três ocorrem simultaneamente (GARCIA, 2006, p. 51).

A sobrevivência financeira dava-se a partir de trabalhos domésticos (diaristas, faxineiras) e “bicos” diversos, aposentadoria, pensão, coleta de resíduos sólidos, Bolsa

Família⁴³, artesanato ou renda dos maridos e companheiros. A precarização desses trabalhos está também relacionada ao baixo grau de escolaridade dessas mulheres, indo desde o analfabetismo até a escolarização fundamental incompleta e completa. Cabe ressaltar que as coordenadoras entrevistadas possuíam um grau de escolaridade maior em relação à maioria das outras mulheres, exceto uma que era analfabeta.

A maioria das coordenadoras entrevistadas tem uma história de militância popular anterior ao Movimento Sem Teto (por exemplo, Movimento Sem Terra) e/ou filiação a partidos políticos (Partido dos Trabalhadores) e fazem parte da composição das pessoas nas instâncias de decisão do Movimento Sem Teto. Entre as entrevistadas, existiam mulheres formadas na base do Movimento Sem Teto, que atua como coordenadora do Movimento.

Dentre as lideranças⁴⁴ (homens⁴⁵ e mulheres) atuais do Movimento Sem Teto, existem lideranças mulheres que foram formadas na própria base do Movimento Sem Teto e hoje se encontram filiadas à tendência da Ação Popular Socialista (APS) e se tornaram coordenadoras; outras lideranças são oriundas de outros movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra. O movimento também conta com o apoio de assessoria de acadêmicas/os, filiadas/os à APS. O perfil político dessas lideranças e a trajetória seguida pelas mesmas como militantes no movimento, demonstra a influência e disseminação das ideias marxistas/socialistas na organização e que elas direcionam a formulação de ações, estratégias e a condução do Movimento Sem Teto em Salvador.

⁴³ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no país (Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2010).

⁴⁴ Lideranças são consideradas nesta pesquisa como as pessoas que têm mais influência nas ocupações e no Movimento e que estão nas instâncias de direção do Movimento, como nas coordenações.

⁴⁵ Em relação ao perfil das lideranças do Movimento Sem Teto, pode-se destacar que no quadro geral as primeiras lideranças eram homens militantes do final dos anos 1970. Estes participaram de movimentos populares de caráter mais religioso, tendo como base a Teologia da Libertação ligada à Igreja Católica, pois, na época da ditadura, o movimento religioso era uma forma de lutar contra o regime vigente. Essas lideranças fizeram parte de partidos de esquerda, como Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em Salvador; atualmente, a maioria é dissidente do PT e faz parte da tendência Ação Popular Socialista (APS), ligada hoje ao Partido Socialista e Liberdade (PSOL).

As mulheres como moradoras representam a maioria (mais de 70%) dentro das ocupações do Movimento, entretanto como coordenadoras locais expressam um número de 30%⁴⁶ em relação aos homens. Porém neste espaço, as atividades estão mais relacionadas a questões operacionais e de contato direto com as pessoas da base. Já nas instâncias de direção onde são tomadas as mais importantes decisões para o Movimento, como as coordenações municipais e estaduais, as mulheres representam menos da metade (46,7%), de acordo com informações cedidas pela coordenação.

Esse número de mulheres é desproporcional se comparado ao número total de mulheres que existem no Movimento Sem Teto, revelando assim a reprodução do caráter histórico de exclusão das mulheres no exercício do poder e a manutenção da sua condição de subalternidade e controle em relação aos homens.

⁴⁶ Dados da pesquisa feita junto às coordenações e corroborada pela pesquisa realizada por Cloux (2007).

CAPÍTULO 5 – PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SEM TETO EM SALVADOR: Dando Vozes a Quem Tem o Que Dizer

*A mulher trabalha mais e participa mais na ocupação... o homem, oxente, quase nada!!!
Participar das reuniões, já passamo fome pra ter nossa casa, vamos ganhar essa batalha, e sempre que precisar da gente ir pra rua, pra dormir seja onde for, de acampar, o que for, nosso povo já é instruído pra fazer isso... olhe as mulheres vão, alguns homens vão também... é assim a participação...*

Elaine – Coordenadora no MSTB

A proposta deste capítulo é refletir o lugar da participação das mulheres no Movimento Sem Teto da cidade de Salvador, estabelecendo uma relação com as ações desenvolvidas por essas mulheres, fundamentais para a manutenção e organização do Movimento e de suas famílias. Tal como o entendimento de que na participação estão presentes como sujeitos políticos inseridos no processo de conquista pelo direito à moradia.

A análise da participação das mulheres no Movimento Sem Teto foi realizada no contexto dos movimentos sociais, já que estes nos permitem visualizar elementos importantes para a reflexão dessa temática, e que nesta pesquisa são identificados a partir de uma perspectiva de gênero, ou seja, através das análises das relações de poder que envolvem mulheres e homens no interior dessa organização. A concepção de gênero abordada nesse trabalho é a de construção cultural onde se estabelecem as diferenças entre os sexos, codificando e distribuindo poder entre mulheres e homens com atribuições específicas para estas/es; ou seja, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, (...) é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1991, p. 164).

A perspectiva de gênero nesta pesquisa foi fundamental para a compreensão das relações de poder estabelecidas entre mulheres e homens no Movimento Sem Teto e as ações cotidianas dessa esfera, onde também são reproduzidas práticas de uma organização sexual da sociedade, que demarcam as relações de poder socialmente construídas entre os sexos desde o nascimento (características fenotípicas). Esses aspectos são responsáveis pela manutenção no decorrer da vida, de definições ideológicas sobre o que é “ser mulher” e “ser homem” na sociedade patriarcal.

Ao mesmo tempo em que as mulheres no Movimento Sem Teto permanecem representando a esfera do privado e reproduzindo a segregação sexual da sociedade, no exercício exclusivo de práticas do âmbito doméstico no interior do Movimento. Sua participação dá-se também, ainda que de forma incipiente, em atividades de liderança e de visibilidade política, ocupando instâncias de poder “tidas” socialmente como “masculinas”. Ou seja, o cotidiano vivenciado pelas mulheres no Movimento Sem Teto pode ser compreendido, entre outras formas, como a participação no *locus público* que pode possibilitar a emancipação e empoderamento dessas mulheres como será discutido a seguir.

5.1 A INSERÇÃO E A PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO SEM TETO: POR ONDE CAMINHAM AS MULHERES?

O objetivo deste item é realizar, na primeira parte, um apanhado geral sobre a relação – *participação, movimentos sociais e mulheres* – resgatando brevemente as teorias, definições de participação, as características dos movimentos sociais desde a década de 1970 no Brasil, pontuando a conjuntura política, econômica e social vivenciadas no país, a organização da sociedade civil e o papel das mulheres nesse contexto organizativo.

Posteriormente, são apresentados alguns elementos que estiveram/estão envolvidos no processo de inserção e participação das mulheres no Movimento Sem Teto. Ou seja, foram elencados os diversos aspectos que direcionaram, ou se tornaram relevantes para as decisões

dessas mulheres e que de certa forma, implicaram (in) diretamente no seu engajamento mais direto ou não, na luta pela moradia e conquista pela casa.

Os elementos que possivelmente indicam motivos para inserções e participações das mulheres serão discutidos posteriormente no contexto do Movimento Sem Teto, tais como: a necessidade de moradia, o medo, questões familiares e criação dos/as filhos/as, a mídia e o olhar e/ou percepção social, preconceito, autonomia e poder, visibilidade na esfera pública e a questão da conquista de direitos, entre outros.

5.1.1 Participação, Movimentos Sociais e as Mulheres

Um dos objetivos desta pesquisa refere-se ao lugar da participação das mulheres no Movimento Sem Teto de Salvador, tal como as estratégias de mobilização dessas mulheres na construção da cidadania. Para tanto é fundamental a realização de uma discussão sobre o conceito de *participação* (aqui colocado enquanto categoria analítica). Essa reflexão não tem o intuito de esgotar tal debate, mas de proporcionar uma breve compreensão teórica sobre seu significado nesta pesquisa.

É amplo o debate acerca do conceito de participação, principalmente nos trabalhos elaborados na perspectiva da ciência política. O conceito de participação continua sendo um desafio a ser compreendido, já que ao mesmo tempo em que tal conceito se encontra presente nas práticas cotidianas dos movimentos sociais, dos sindicatos, da sociedade civil, sendo construída nas ações de luta por espaços democráticos, ela também incorpora os discursos e as práticas das políticas estatais, ganhando sentidos e interpretações diferenciadas.

A participação, enquanto princípio organizativo faz parte dos processos de deliberações democráticas em escala local. Para Carlos Milani (2005) através da participação dos cidadãos (e cidadãs) e das organizações da sociedade civil é possível perceber a presença destes (as) nos processos de tomada de decisões. No processo de tomada de decisões acontece

a distribuição do poder entre vários atores (homens e mulheres), com intensas negociações e definições de regras. Segundo este mesmo autor, na discussão da necessidade de descentralização dos recursos e das decisões, a capacidade de participação também se torna diferenciada nesse processo, mesmo ela sendo o ponto central.

Entretanto, cabe considerar que a distribuição dos poderes na sociedade patriarcal se dá de maneira desigual entre homens e mulheres. Pois as mulheres quando chegam aos espaços de poder e de tomada de decisões, muitas vezes permanecem em condição de subalternidade em relação aos homens que de fato controlaram (e controlam) esse poder historicamente. “As pequenas parcelas de poder, ou os pequenos poderes que lhes tocam e lhes permitem romper em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina são poderes tremendamente desiguais” (COSTA, 1998, p. 19).

Então, o caráter organizativo da participação deve levar em consideração essas desigualdades de gênero, para possibilitar o contato direto entre os cidadãos e as cidadãs, buscando envolvê-los (as) em comportamentos ativos no processo de tomada de decisões e ações públicas, tal como nos assuntos coletivos e na vida da comunidade que pertencem como forma de distribuir melhor os poderes.

A participação também é uma categoria que se encontra envolvida de conteúdo ideológico, o que, muitas vezes, pode se colocar inversamente a um processo de “conscientização” das pessoas a partir de uma prática cidadã, como forma de legitimar estratégias de dominação e manipulação de grupos.

A participação tem caráter plural. Nos processos que envolvem a participação popular, os indivíduos são considerados (**as**) “cidadãos (**ãs**)”. A participação se articula com o tema da cidadania. Participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo (...), é dividir responsabilidades com a comunidade (GOHN, 2003, p. 19 – **grifo nosso**).

O que se percebe é que a participação que vem ocorrendo desde o final da década de 1970, nos diversos âmbitos da sociedade, por intermédio e/ou incentivo de ONGs, pastorais

católicas, sindicatos e outros movimentos sociais, tem dinamizado os processos organizativos de conquista de direitos contra o crescimento econômico desigual; a apatia estatal em dar atenção às demandas sociais e a necessidade de valorizar a relação população e governo. Nesse sentido, o ideal em termo de participação, deveria ser o da parceria ou proximidade entre as instâncias governamentais e as demandas da sociedade organizada.

A participação possibilita fortalecer a sociedade civil, mediante atuação organizada das pessoas (indivíduos) e associações, de forma que estas pessoas possam “tomar parte” e “ser parte” do processo ou iniciativa para mudar o sistema, embasado na cidadania ativa, para construir alternativas que possibilite ações mais justas e democráticas. Com isso, Elenaldo Teixeira (2001, p. 28) afirma que é possível, com a participação cidadã, formar “uma nova cultura política, em que se valorize a ação coletiva, a construção de identidades, a criação e efetivação de direitos e o enfrentamento de problemas”.

Dessa forma, delimitamos o conceito de participação e concordamos com as concepções de Teixeira (2001), pois este não pode ser concebido como imparcial, já que existem contextos históricos diferentes nos quais as pessoas estão inseridas. Existe um poder político (não o Estado), em que os atores e as “atrizes” sociais “fazem valer seus interesses e valores, construindo suas particularidades; afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações”, visando transformar o quadro desfavorável em que se encontram para algo desejável (TEIXEIRA, 2001, p. 26), ou seja, a participação pode ser entendida como a luta por direitos, por aquilo que lhe está sendo negado/a, a busca por aquilo que lhe pertence (PINTO, 1987).

Para analisar a participação das mulheres no Movimento Sem Teto apoiamos também em quatro significados associados ao termo: a *colaboração*, que está relacionada ao envolvimento das pessoas nas atividades de grupo; o *desenvolvimento comunitário*, onde às pessoas são designadas a ter responsabilidades para criar mecanismos de promoção social; a

organização, dada no momento em que as pessoas se organizam para elaborar formas mais adequadas de ação, movidas pela realidade que os/as envolve; e o “*empowerment*” ou empoderamento, que se relaciona à aquisição de poder sobre os recursos necessários ao desenvolvimento (ALENCAR, 2001).

Nesta pesquisa ainda levamos em consideração nas análises de participação das mulheres outro elemento relacionado à motivação, que segundo Juan Bordenave (1986), se baseia em dois fundamentos básicos: um relacionado à questão afetiva, em que se participa pelo prazer de estar com seus pares, de construir e conquistar junto a estas pessoas.

(Participação – Prazer de Estar com os Pares)

(...) um pessoal que eu já conhecia e morava aqui na ocupação, um dia me encontrou e disse que tinha esse lugar aqui pra morar. Aí eu falei: me leve lá, e eles me trouxe aqui e eu tô aqui hoje com todo mundo conhecido. Isso é bom (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – AGOSTO, 2008).

(...) aqui dentro a gente faz muita amizade boa. Quando eu fico triste as amigas diz logo: a gente tá junto, a gente vai conseguir (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – SETEMBRO, 2007).

Enquanto que o segundo fundamento é visto como uma ação racional-instrumental, uma vez que o resultado a ser alcançado de uma ação coletiva pode ser mais eficaz e consistente. Adotando esses dois fundamentos na análise da participação nesta pesquisa, podemos ver como a motivação se desdobra de forma diferente (afetiva e racional) para as mulheres do Movimento:

(Participação – Racional-Instumental)

(...) quando entrei na ocupação eu já sabia que isso aqui era um movimento dos sem teto. Tinha gente que conviveu comigo em outras reuniões, passeatas. Eu tinha na cabeça que ocupar um pedaço de terra era melhor que viver de aluguel, mas não é só isso. Se você consegue a casa tem que continuar na luta com todas as pessoas, é conseguir valer nosso direito (ENTREVISTA COM UMA COORDENADORA DO MOVIMENTO, OUTUBRO, 2007).

Ainda no sentido de fortalecer a concepção de participação utilizada nesta pesquisa, nos reportamos a Vera Telles (1994, p. 52) que sugere ser necessário “requalificar a participação popular nos termos de participação cidadã, que interfere, interage e influencia na

construção de um senso de ordem pública, regidos pelos critérios de equidade e justiça”. Isso corresponde à necessidade de uma realização contínua de mudanças nas práticas das mulheres nas organizações sociais e nos movimentos, tal como no Movimento Sem Teto, que devem se perceber como sujeitas sociais ativas, opondo-se a perpetuação das condições precárias que convivem no cotidiano das ocupações. Espaço onde se deparam com situações que envolvem as relações de dominação e opressão masculina, de esquecimento e de desigualdades, como origem de uma construção histórica de sociedade patriarcal.

Como já disse outra vez, aqui nas ocupações tem muita mulher sozinha e sem dinheiro pra manter uma casa, pra garantir esse sustento sem o marido. Então vem pra ocupação. Muitas têm vergonha de morar aqui, mas eu posso dizer que me orgulho de tá no sem teto, na luta. O que eu não quero mesmo é depender de homem nenhum pra me sustentar, quero minha casa e ser independente, ter meu teto e meu trabalho (DEPOIMENTO DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO, AGOSTO DE 2008).

Este depoimento nos mostra como as condições de subordinação das mulheres (muitas vezes tidas como naturais) se contrapõe ao desejo de se “livrar-se” de uma situação de opressão. “Porque o homem quando consegue um teto expulsa as mulheres, ou bate nelas até saírem” (DEPOIMENTO DE DONA EUNICE, INTEGRANTE DO MOVIMENTO, 2007 apud CLOUX, 2008). Essa situação é rotineira no cotidiano do Movimento, e isso se estabelece nas relações de dominação do homem sobre a mulher no espaço privado, mas que também se reproduzem no âmbito social, cultural e político, dominado por relações de gênero patriarcais.

Um olhar importante sobre a participação das mulheres no Movimento Sem Teto se refere à concepção de participação na perspectiva cidadã, na medida em que a conquista da moradia para grande parte das mulheres que vivem nas ocupações, torna-se um caminho para a conquista da cidadania. Nesse caso, a participação cidadã nos aponta elementos que dão base para as análises da participação das mulheres no Movimento, pois contempla questões

como a inserção ativa de pessoas ou grupos sociais diversos no processo de tomada de decisão em instâncias de poder, a atuação racional e coletiva em espaços de diversidade de interesses.

Sabemos que são nesses espaços e/ou instâncias que podemos identificar a presença de sujeitos diferentes, que assumem responsabilidades, habilidades e competências diversas, tanto em termos de ação, discussão quanto julgamentos. Ou seja, é nesse contexto que podemos “visibilizar” as mulheres do Movimento Sem Teto, ampliando o olhar para o “lugar” das mesmas nestas instâncias, sejam nos cargos de liderança do Movimento, nas assembleias, nas atividades de manutenção e organização, nos cursos de formação nas ocupações, manifestações, passeatas, resistências, considerando que a cidadania tem o sentido de valorizar a igualdade de direitos, as responsabilidades e os deveres.

Como ressalta Maria do Carmo Carvalho (1998, p. 11), a participação deve estar “centrada na construção social de novos valores democráticos, da legitimidade, da pertinência das demandas da sociedade, da justiça e do direito a ter direito”. Assim, nestas circunstâncias, poderiam influenciar no processo de conquista pela moradia e construção da cidadania por parte das mulheres do Movimento Sem Teto, já que essas mulheres envolvidas nessa luta pró-habitação podem passar a ter maior possibilidade de tomar decisões, reivindicar e criar alternativas de mudança da condição em que estão frequentemente submetidas.

Portanto, entender a inserção das mulheres nos movimentos sociais torna-se fundamental para compreensão das novas formas de organização da sociedade civil, pois, na medida em que as mulheres passam a participar desses espaços de luta como sujeitos políticos, se inicia um processo de “rompimento” com sua condição de invisibilidade pública e política.

Os movimentos sociais que ganharam a cena política ao longo das décadas de 1970 e 1980 tinham como principais características suas bases essencialmente populares, com reivindicações de caráter mais imediatista, com formas e procedimentos reivindicativos,

embasados em ações de confronto com o Estado. Os acontecimentos políticos e econômicos deste período no Brasil, tais como a luta pela redemocratização, o fim do regime autoritário, a alta da inflação, a instabilidade econômica e o aumento da pobreza constituíram uma rica base empírica para a elaboração de estudos sobre os movimentos sociais e a participação das mulheres nesse cenário.

Esses movimentos face aos limites institucionais do regime militar foram constituídos com a participação de trabalhadoras/es precárias/os, de donas de casa, negras e negros, pobres e favelados/as e tinham como base de reivindicação aspectos referentes à esfera da reprodução (privada). Ou seja, a luta pela obtenção de bens e serviços era necessária para suprir as necessidades provenientes da esfera privada, porém estes se entrecruzam à conjuntura da época com outros interesses relacionados à luta pela garantia da democratização das relações sociais e de cidadania. Nesse caso, a participação das mulheres nessas lutas exigia delas um alinhamento entre as reivindicações e demandas da esfera de reprodução e a busca de abertura de novos espaços para a prática política (SOUZA-LOBO, 1991; CARVALHO e LANIADO, 1990; DOIMO, 1995; SADER, 1988; GARCIA, 2002; SANTOS, 2007).

Isso não é diferente da participação das mulheres no Movimento Sem Teto, que além de assumirem responsabilidades da esfera da reprodução, que são necessárias para a manutenção da organização das ocupações e das pessoas que ali se encontram, procuram articular essas atividades às ações de caráter político do Movimento.

(...) além de arrumar a casa, limpar tudo e cuidar das crianças, tem dias que eu saio pra pescar. Eu saio 4 horas da manhã, pra trazer dinheiro pra dentro de casa, e quando eu chego já é de tardinha cansada, aí eu vou pra reunião, mesmo sabendo que eu tô muito cansada, eu tento participar. A minha maior dificuldade de participar das coisas do Movimento é meu trabalho fora daqui. Mas, a gente tem que trabalhar pra ter o que comer, né! (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE – ABRIL DE 2008).

(...) Eu sempre tenho ido, tenho ido nas reuniões, passeatas. Toda vez que tem eu tô lá, tô junto aí nas caminhadas. Falto mais quando tô fazendo algo lá em casa (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE – ABRIL DE 2008).

(...) A gente faz o que a gente pode, porque Movimento não dá dinheiro, pelo contrário, você ainda tira do seu bolso. Eu como sou cozinheira, sei fazer de tudo um pouquinho, graças a Deus, nunca me apertei, então qualquer coisa que tem, que me

chamam eu vou. Se me chamam para fazer uma faxina, eu vou... se me chamam para cozinhar eu vou, se me chamam pra trabalhar de garçoneiro, eu vou... eu não quero saber, ganhando o meu dinheiro, eu vou. Mas não posso esquecer que ainda tenho minha função de líder aqui na ocupação (ENTREVISTA COM A COORDENADORA LOCAL – JUNHO DE 2007).

Percebemos que as mulheres no Movimento Sem Teto buscam participar de reuniões, passeatas, umas de forma mais constante e ativa que outras mulheres, ocupando espaços de poder e lutando pela moradia como forma de conquistar seus direitos e cidadania. Entretanto, essas mulheres não abandonam as tarefas do espaço doméstico para participarem do Movimento, exercem as mesmas de forma concomitante e ainda quando não estão trabalhando na própria “casa” (nas ocupações) nesse tipo de atividade, as realiza na esfera pública como forma de sobrevivência financeira.

Isso, além de ser um desafio para a participação feminina nos movimentos sociais, pode ser corroborado com o que destaca Ana Alice Alcântara Costa (1998, p. 76) em “As Donas do Poder: mulher e política na Bahia”, no que se refere à especificidade da atuação pública das mulheres.

Para a autora, a maioria das mulheres ao ingressar na esfera pública acaba desenvolvendo atividades análogas às que realizam no âmbito doméstico e ao adentrar-se ao mercado de trabalho, passam a desempenhar atividades que “refletem o trabalho que tradicionalmente realiza no lar, (...) tarefas que em geral, representam uma projeção social do trabalho doméstico”, o próprio trabalho doméstico remunerado (empregadas domésticas).

Assim como nos períodos citados anteriormente, marcados pela emergência dos chamados “novos” movimentos sociais e que tiveram a participação ativa das mulheres em diversos movimentos reivindicatórios (mesmo que invisibilizados), constituídos ao redor de exclusões específicas (os/as sem teto, os/as sem terra, negros/as, etc.), (CARVALHO e LANIADO, 1990; PINTO, 1992), as mulheres ainda hoje engajadas em Movimentos continuam participando, intercalando funções da esfera privada à pública.

Os “novos” movimentos sociais,

Almejavam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (campo da política institucional, do governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil [...], bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados (as), entre subordinantes e subordinados (as) (SCHERER-WARREN, 2005, p. 49).

Segundo Ernesto Laclau (1986) os novos movimentos sociais centravam-se nas questões identitárias, onde a problemática do sujeito tratada na teoria sociológica passa a sofrer modificações, já que esses tipos de movimentos não têm mais como base um único modelo de sociedade – totalizante – pois, tendem a criar e politizar espaços alternativos de lutas.

A abordagem dos movimentos sociais então se modifica, passando a tratar de temas antes restritos à esfera privada, como orientação sexual, questões étnicas e de gênero, e outras diferenças que buscavam respostas e significados na sociedade da época. Os chamados movimentos identitários, que tinham na luta da identidade sua proposta de ação, buscavam aumentar o reconhecimento das particularidades que afetavam a estrutura e constituição social no país.

Um desses movimentos identitários é o movimento feminista na década de 1970 no Brasil, que contribuiu para a reavaliação do processo hierárquico existente entre os sexos e politizou um pouco mais as questões do âmbito doméstico, em meio às questões políticas do período citado (DOIMO, 1995; GOSS e PRUDÊNCIO, 2004).

Falar do movimento feminista não significa apenas incluir o feminino nas observações e análises das ações cotidianas das organizações da sociedade civil. Ou simplesmente centrar nas mulheres como se fosse uma corrente homogênea de pensamento, é sim perceber os efeitos dos processos sociais generificados presentes nas diversas dimensões da sociedade, objetivando entender as transformações profundas das relações sociais, sendo a base para ações e políticas de transformação da sociedade (DESCARRIES, 1994; REINHARZ, 1992).

Um dos aspectos relevantes do feminismo deu-se pelas práticas de resistências, que levou as militantes e intelectuais, apreenderem a dinâmica generificada das relações sociais. Nesse sentido, o feminismo enquanto movimento e campo do saber, busca desmistificar a tradição intelectual e as práticas científicas que excluíram e excluem as mulheres dos espaços de produção e reprodução existentes nas sociedades no decorrer da história, construída sob a égide do patriarcado com suas práticas autoritárias e de opressão.

As lutas feministas partiam “do reconhecimento das mulheres como especificamente e sistematicamente oprimidas”, considerando como certeza que “as relações entre homens e mulheres não **estavam** inscritas na natureza, e que **existia** a possibilidade política de sua transformação” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144, **grifo nosso**).

O impacto do feminismo dos anos de 1970 talvez não seja tanto o de afirmar novas formas de reivindicações e demandas de direitos, mas o de interrogar os domínios do político. Prolongando o movimento da contracultura dos anos de 1960, uma das prioridades dos movimentos de liberação das mulheres é a afirmação de que *o privado é político* (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 146).

Dessa forma, o movimento feminista caracterizado dentre os novos movimentos sociais, parte do processo de socialização da política, isto é, são ações coletivas que constituem um repertório “participacionista” da sociedade, na medida em que amplia as possibilidades de surgimento de novos formatos e atores (atrizes) de participação, tais como a participação das mulheres.

As mulheres como “atrizes” coletivas inseridas nos movimentos sociais passam a constituir-se uma das principais forças nas demandas da sociedade civil, desempenhando ações sociais e políticas que imbricam o espaço doméstico e o público. Ou seja, em termos políticos, a grande relevância desses movimentos se deu na possibilidade de organizar e valorizar as pessoas enquanto agentes coletivos e atores sociais, de vários matizes, até então apagadas do cenário público, como as mulheres.

Essa valorização efetuou uma espécie de alargamento do espaço da política que repercutiu em termos da constituição de novas identidades e valores, expressos

através de discursos voltados para interlocutores (Estado, classe ou organizações) vistos como “iguais” em termos de espaço, mas com recursos desigualmente distribuídos. Assim, pode-se dizer que estas novas forças sociais têm indicado alguns caminhos em torno da criação de uma cidadania coletiva baseada no “senso comum das massas”, isto é, enfatizando a cultura política, ainda que não de forma tão profunda ou generalizada como por algum tempo foi imaginado (CARVALHO e LANIADO, 1990, p. 83).

É neste contexto que a participação das mulheres se apresenta como uma força social que constitui novas formas de mobilização em diferentes âmbitos da sociedade, tais como nas lutas por creches, contra a elevação do custo de vida (também organizado em Salvador⁴⁷), contra o desemprego, melhoria das condições de saúde e transportes, por acesso a moradia, entre outras (COSTA, 1998; DOIMO, 1995; JELIN, 1985).

Nos anos de 1990, os estudos sobre a ação política das mulheres e sua participação em movimentos (urbanos e reivindicatórios diversos) ainda são considerados poucos pela imensidão e importância que o fenômeno representa. Algumas análises desse período, que tinha como foco a perspectiva de gênero, eram realizadas principalmente por pesquisadoras feministas.

Esta nova perspectiva leva à possibilidade de re-configurar paradigmas das ciências androcêntricas, na medida em que as análises de gênero busca perceber as especificidades nas relações entre homens e mulheres no interior desses movimentos, nos anos de 1990. Sendo assim, pode-se afirmar que, da mesma forma que as pesquisas se reestruturam, os movimentos dessa época também assumem novas demandas e novas configurações no âmbito da sociedade civil, procurando garantir seus direitos sociais e de cidadania.

Sobre a redefinição dos novos movimentos sociais nos anos de 1990, podem-se elencar dois eixos:

⁴⁷ “Em 1981, em Salvador, em decorrência da mudança de tarifas de ônibus, o Movimento Contra Carestia promoveu um grande quebra-quebra de ônibus, movimento que durou alguns dias e se espalhou por vários bairros, exprimindo toda a revolta da população contra o alto custo de vida e a situação de vida que enfrentava. Essa ação coletiva teve impactos políticos importantes, a ponto de acelerar o rompimento do Prefeito nomeado com o Governador, fortalecendo a oposição” (TEIXEIRA, 2001, p. 246).

(1) deslocamento do foco das reivindicações ligadas às questões de infraestrutura (transportes, moradia, saúde, etc.), para questões de sobrevivência física das pessoas (acesso a alimentos e a terra);

(2) e para o plano moral (ausência da ética na política e agressão a valores da sociedade), os movimentos sociais de base pluralista se articulam em torno de diversas problemáticas tais como de raça, idade, gênero, etc.

Os eixos dos novos movimentos sociais foram alterados em função da demanda da sociedade estar pautada nessa fase, principalmente, na garantia de direitos sociais e nas lutas pela cidadania (GOHN, 1997; GOSS e PRUDENCIO, 2004; SANTOS, 2007).

Sendo assim, o que se percebe nas discussões sobre os “novos” movimentos sociais, principalmente na década de 1990, é a nova forma de fazer política imbricada ao processo de politização de novos temas, como as questões de gênero, raça, geração, buscando dar visibilidade às diferentes pessoas que constituem as relações sociais dentro dos movimentos.

Estes movimentos deixam indícios de possibilidades de mudanças e de construção de outra maneira de pensar as relações de poder nestas instâncias e fora dela. Entretanto, não é fácil na dinâmica do movimento social – que tem suas atividades e ações construídas sob a lógica da divisão sexual das tarefas e posições – mudarem tão facilmente as relações de poder entre homens e mulheres, apenas com propostas de inclusão de questões de gênero, raça e geração, ou a inclusão de um “setor de discussão de gênero”, por exemplo.

Portanto, as questões elencadas neste trabalho sobre a participação das mulheres no Movimento Sem Teto remetem à importância que esse movimento possui no processo de tomada de consciência ou não da condição das mulheres, sobre o paradigma hegemônico da sociedade patriarcal.

5.1.2 A Necessidade para as Mulheres “Sem-Teto”

A abordagem de necessidade trazida aqui está baseada na concepção de Hannah Arendt (1999) em “*A condição humana*”. A autora realiza uma discussão sobre a configuração das esferas pública e privada, vivenciadas na Grécia Antiga, através da rígida e nítida separação entre o espaço privado e o espaço público, destinando a dignidade política à esfera pública, e a satisfação das necessidades básicas e fisiológicas dos indivíduos (esfera das necessidades da vida) à esfera privada. Na esfera das necessidades da vida, o chefe de família (homem) detinha poderes incontestáveis, subordinando a ele, as mulheres, escravos e crianças, pessoas responsáveis por garantir e satisfazer suas necessidades.

Para Hannah Arendt, no mundo moderno, diferentemente da Grécia Antiga, surge uma terceira esfera – a sociedade – com característica híbrida, onde “os interesses privados assumem importância pública” (1999, p. 44-45). Mesmo existindo na modernidade as esferas pública e privada, estas não se diferenciam mais de forma tão rígida, como as diferenças estabelecidas no mundo antigo. Ao contrário, as esferas “recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do processo da vida” (ARENDRT, 1999, p. 43).

Ou seja, a rigidez na separação entre as esferas se “dilui” na medida em que os espaços privados também se tornam espaços políticos. As ocupações (*locus* desta pesquisa), espaço de garantia das necessidades da vida humana para as/os “sem teto”, representam concomitantemente a esfera privada e política (público). Pois, ao mesmo tempo em que a dinâmica do cotidiano relacionada à garantia das necessidades da vida está presente nas ocupações, a dinâmica política de negociação com o Estado na luta pela moradia parte deste mesmo espaço. Uma esfera que se funde uma com a outra, onde o Movimento só existe na medida em que essas ocupações passam a existir.

Nesse caso, quem garante a existência desse movimento são as mulheres presentes nas ocupações no interior e fora de seus barracos, fixando-se nesses espaços através da construção

da “casa” e na resistência diária, fazendo e se envolvendo na política do cotidiano. De forma híbrida e simbiótica, é na garantia das necessidades da vida (pertencentes à esfera do privado) que o Movimento Sem Teto se sustenta e se afirma enquanto Movimento político.

As mulheres então participam do Movimento no sentido de conquistar uma necessidade da vida, no caso à moradia, entendendo que essa necessidade atingida significa a possibilidade de romper com uma das amarras do patriarcado, ou seja, a subordinação “ao chefe de família”. Mesmo a maioria das mulheres não assumindo ideologicamente a concepção de política no Movimento (concepção construída no interior do próprio Movimento, por influência de grupos, militantes e partidos políticos), elas não estão deslocadas do político, pois assumem atividades da esfera das necessidades da vida que são base na política de sustentação do Movimento.

As mulheres não são coadjuvantes na luta pela moradia, já que essa luta só é possível na participação das mesmas nas ocupações e fora dela. A necessidade de moradia (como uma das necessidades humanas) se dá enquanto um elemento impulsionador para a inserção dessas mulheres no Movimento Sem Teto. Mulheres que são privadas das condições⁴⁸ objetivas e subjetivas de sobrevivência como:

Condições objetivas como o acesso a bens e serviços comuns a sociedade, necessários a conquista e manutenção da qualidade de vida, quais sejam, o trabalho, a saúde, moradia, educação, lazer, o que deveria ser direito efetivo de todas/os cidadãs/ãos;

Condições subjetivas como o sentimento de (in) exclusão, de medo, de segurança, os laços de solidariedade e de vizinhança, o pertencimento a um determinado meio e/ou grupo, o sofrimento decorrente de preconceitos, a sensação de invisibilidade social, a frustração em

⁴⁸ Condição é o estado material no qual se encontram as mulheres: sua pobreza, salário baixo, desnutrição, falta de acesso à saúde pública e à tecnologia moderna, educação e capacitação, sua excessiva carga de trabalho, etc. (COSTA, 2006).

relação à garantia de um “futuro melhor” para ela, seus/suas filhos/as e familiares, entre outras implicações subjetivas.

Neste contexto, estamos tratando de mulheres que vivenciaram (e ainda vivenciam) a falta de moradia, em específico as mulheres do Movimento Sem Teto⁴⁹ e todas as implicações que essa privação material pode proporcionar, entre elas: (1) o rompimento com a família, pois “o morar de favor” na casa de parentes pode gerar conflitos nas relações cotidianas; outra questão está relacionada ao afastamento de familiares por motivos de vergonha e preconceito de ter um/uma parente morando em ocupações; (2) o rompimento com companheiro/marido, pois as dificuldades enfrentadas pela falta de condição de acesso a bens e recursos necessários a sobrevivência humana, muitas vezes provocam conflitos nas relações entre cônjuges, resultando em violência, brigas diversas por questões de machismo associadas à dificuldade do homem prover a família, responsabilizando (culpando) as mulheres por essa situação.

A questão da necessidade de moradia para mulheres do Movimento Sem Teto pode ser interpretada de forma mais ampla, relacionada à carência de bens materiais e as precárias condições de vida, como o baixo nível de escolaridade, a dificuldade de acesso a emprego formal, etc. E ainda – além da posição inferiorizada que essas mulheres ocupam na sociedade pela falta de acesso – a carência é acentuada pelas desigualdades de raça, geração e de classe, tal como o desdobramento que tais desigualdades refletem nas oportunidades de trabalho e de renda, no sustento familiar e nas relações estabelecidas no âmbito doméstico e público.

A necessidade da moradia, como um fator primordial para a inserção das mulheres no Movimento, como referentes nos depoimentos abaixo, com mulheres que vivem nas ocupações e que declararam de forma contundente que entraram no Movimento porque **necessitavam de uma casa.**

⁴⁹ Todas as questões referentes à condição das mulheres expostas aqui, são aplicáveis a qualquer mulher em situação de pobreza extrema e não são exclusivas das mulheres do Movimento (sujeitos desta pesquisa).

(...) começou tudo na ocupação em Escada, há um tempo atrás, quando eu precisava de um lugar pra morar com meu filho. Assim que eu fui, eu consegui um terreno e eu fui fazer meu barraco eu mesma. Como eu te disse: eu tava numa condição péssima, então não tinha dinheiro pra nada, pedi ajuda, porque você sabe que pouco ou muito as pessoas às vezes ajudam, mas não consegui muita coisa, mas mesmo com pouco eu comecei a construir meu barraco de tábua e plástico, por que era isso que eu mais precisava, o meu canto (ENTREVISTA COM UMA COORDENADORA LOCAL, OUTUBRO DE 2007).

Eu vim primeiro pra cá porque eu tinha necessidade, a necessidade de ter uma casa pra morar, pois tava com muita dificuldade. Eu achava que isso aqui só ia ser uma invasão, eu não sabia que eu ia entrar e participar de um grupo de sem-teto. Aí depois que eu estava dentro é que foi que falaram isso! (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO, ABRIL DE 2007).

Esses depoimentos se distanciam um pouco do processo de compreensão política, por parte dessas mulheres, sobre a conquista de moradia como direito social enquanto dever do Estado. Pois o aspecto real da necessidade de ter um teto transcende a ideia de inserção nas ocupações, como uma possibilidade de conquistar esse direito e que isso se dá a partir da atuação em um movimento social. As entrevistas nos levam a refletir sobre a necessidade de uma casa⁵⁰ como objetivo ou expectativa imediata dessas mulheres, ou seja, era preciso ter lugar para morar, “um teto todo seu”⁵¹.

Suprir essa necessidade e de forma imediata parece ser o objetivo central dessas mulheres nesse primeiro momento, já que não possuem um lugar para dormir, acordar, acomodar e cuidar de seus/suas filhos/as e poderem trabalhar, já que ter uma casa, um lugar de referência, torna-se um fator importante na conquista de um emprego formal. Entretanto, a necessidade da moradia para essas mulheres não está relacionada ao reconhecimento por parte das mesmas, do processo de mudança que a condição de “sem-teto” iria implicar no seu cotidiano, sejam nas relações estabelecidas dentro da ocupação quanto fora dela.

⁵⁰ A conquista da casa representa o componente econômico do empoderamento que supõe a independência econômica das mulheres, esse é um componente fundamental de apoio ao componente psicológico. O componente psicológico inclui o desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem por em prática em nível pessoal e social para melhorar sua condição, assim como a ênfase na crença de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças: autoconfiança e auto-estima são fundamentais.

⁵¹ Alusão ao título do livro de ensaios de Virgínia Woolf, sobre mulheres e a literatura.

Mas, essa incompreensão inicial vai se modificando ao longo do tempo pela convivência e realidade nas ocupações. Tal perspectiva modificou como podemos ver no depoimento a seguir:

(...) é difícil é, quem veio primeiro pra ocupação foi eu, eu vim de Periperi, chegou aí na frente, a topique quebrou, porque eu tava indo pra Pirajá e esqueci a chave de onde eu morava, aí eu olhei pro um lado e pra outro, veio outro carro e botou um pessoal e eu fiquei olhando... e imaginando a minha situação, né... eu imaginando e disse não, eu vou entrar (**na ocupação**). Aí eu pensando, e me deu uma coisa, me aqueceu aquela coragem assim, e disse, seja o que Deus quiser... eu vou entrar... eu disse eu vou, eu vou lutar e tirar um pedaço (**de terra**) pra mim... aí consegui um pra mim. Depois não parei mais, comecei a ir nas reunião, nas manifestação, e lutar pra que outros conseguissem também um pedaço de terra. É nosso direito e por isso eu gosto de participar, só perdi uma manifestação que foi no enterro do meu pai. Hoje eu estou aqui pelo grupo né, é o movimento e eu vou né? Me sinto importante (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO, MARÇO DE 2008).

Nas palavras dessa outra militante do Movimento, é possível observar que na condição de “sem-teto”, as mulheres podem transitar de uma situação de participação mais tímida até uma participação mais ativa, que envolve as diversas demandas para a manutenção do movimento e das ocupações. A ação política (participação em reuniões, manifestações) também pode empoderar essas mulheres e lhes garantir um espaço enquanto sujeito político, já que se constitui enquanto componente político⁵² do empoderamento.

A necessidade inicial da casa e em seguida o engajamento em atividades e ações do Movimento, tem possibilitado a um grupo de mulheres uma participação mais ativa, como sujeitos políticos que busca através da luta e da militância em um movimento social, a conquista da moradia e a superação de uma condição desprivilegiada.

Percebe-se ainda nesta fala, mesmo com o desconhecimento inicial daquela militante sobre o objetivo real de uma ocupação do Movimento Sem Teto, a sua participação neste processo, no decorrer das vivências cotidianas na ocupação e nas atividades desenvolvidas pelo próprio Movimento representa um espaço de estabelecimento de relações coletivas, de acolhimento, de solidariedade, o sentimento de pertencer a um grupo. Portanto, a luta pela

⁵² “O componente político supõe a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais, isto também significa a capacidade para organizar e promover mudanças sociais” (COSTA, 2006).

casa, para muitas mulheres, tem sido o passo inicial, um interesse individual, mas que tem favorecido a continuação de ações coletivas no Movimento, e principalmente, a saída das mulheres do restrito espaço privado caminhado para o público. Além disso, o envolvimento de algumas mulheres tem sido o “trampolim” para a sua formação política, enquanto participante de cursos de Formação de Lideranças⁵³ realizado pelo Movimento, passando a entender a luta coletiva como uma possibilidade de conquistas de direitos, de visibilidade social e política.

Entre outras questões debatidas nas formações políticas podemos destacar a discussão de gênero, que segundo a Coordenadora é fundamental para a construção de relações menos desiguais entre homens e mulheres no interior das ocupações, redução de violência contra as mulheres e outros preconceitos diversos. A Coordenadora destaca que:

Discutir gênero nesses momentos é ressaltá-lo como categoria política e não pessoal, na medida em que possibilita uma interpretação das relações estabelecidas entre homens e mulheres no Movimento, dando sentido à opressão sofrida pelas mulheres nas ocupações e que isso deve ser pensando no interior do Movimento visando construir uma outra forma de relação (COORDENADORA ESTADUAL DO MOVIMENTO, MAIO DE 2007).

A preocupação em formar politicamente essas pessoas e, sobretudo as mulheres, já que são elas que estão presentes nas casas, participando diretamente da educação e formação das/os filhas/os, no contato direto com suas famílias e ainda representando a maior parcela nas Assembleias do Movimento, é investir politicamente na construção de ideias mais igualitárias e justas, numa perspectiva mais cidadã.

Esse envolvimento no olhar de uma coordenadora (ver depoimento abaixo) revela o interesse do Movimento na realização da formação política, para mostrar que a conquista da casa além de ser primordial neste contexto, agrega outros objetivos de caráter político:

(...) a gente sabe que uma das coisas principais que leva a pessoa a entrar no Movimento, estar numa ocupação, que não é uma coisa fácil, é a casa. Essa é a coisa inicial né, mas depois a gente vê que muda completamente. “A casa é o começo,

⁵³ Ver nota 13 nas páginas 29-30.

mas não o fim”. E estar no Movimento é entender isso, que a luta não para aqui (COORDENADORA LOCAL, JANEIRO DE 2007).

A afirmação acima, feita pela coordenadora, de que “a casa é o começo, mas não o fim”, demonstra uma compreensão construída por essa mulher, nas diversas discussões, na própria ação e envolvimento com o conflito pela moradia.

(...) ser uma pessoa do Movimento é participar de tudo que você puder participar. Quando eu vim pra cá não sabia que um dia ia ser coordenadora, mas isso eu consegui porque cada vez eu queria aprender mais um pouco. Porque logo no começo da ocupação, eu não conhecia o Movimento, eu não sabia o que era o Movimento. Não sabia receber uma pessoa da Coelba (o nosso maior rival né), pois o terreno era privado... então porque eu digo participar de tudo, porque através do Curso de formação, a gente aprendeu muitas coisas, a gente aprendeu discutir com o governo... a gente aprendeu a dizer não pro cara que criou o Movimento... Mas nós que estamos fazendo o curso, a gente sabe muito bem sobre o Movimento, então cada vez que você participa de uma coisa você vai aprender. Eu que vim da base... a mente parece que vai abrindo... entendeu? (ENTREVISTA COM UMA COORDENADORA LOCAL – JANEIRO DE 2007).

A mudança da sua condição inicial, ascendendo da base para a coordenação, tal como a importância dada pela coordenadora à aprendizagem sobre o Movimento e as questões que o envolvem, é percebida na participação da mesma no próprio processo de luta, em ações e atividades realizadas nas ocupações e ainda ocupando espaços de poder tradicionalmente masculinos no Movimento Sem Teto (coordenações).

Outro fator importante no depoimento anterior diz respeito à questão da conquista da autonomia por parte dessa mulher, quando afirma: “a gente aprendeu a discutir com o Governo, a gente aprendeu a dizer não pro cara que criou o Movimento”. Dizer “não” para o Governo e para “o cara”, que segundo a coordenadora representa a pessoa que tem mais poder no Movimento, reflete também o empoderamento dessa coordenadora, na medida em que a mesma se sente saindo de uma posição de subordinação por ser mulher a partir de mudanças individuais (busca do conhecimento, aprendendo sobre o Movimento, etc.). E ainda por conseguir tomar decisões coletivas, nas negociações com o Governo, é uma forma de definir seu lugar e competência no interior e fora do Movimento. A compreensão da coordenadora

em relação a sua posição de subordinação representa o alcance do componente cognitivo⁵⁴ do empoderamento, pois “envolve a compreensão de ser e a necessidade de fazer escolhas mesmo que possam ir de encontro às expectativas culturais e sociais”.

Porém, entendemos que somente a formação política de liderança, de forma isolada, não garante essa concepção política do Movimento a todas as mulheres, tendo em vista o número não muito grande de participantes nessas formações e em outras atividades políticas do Movimento. Muitas vezes a participação nesses cursos se limita à “atualização” de lideranças já consolidadas no Movimento, não agregando “outras personagens” nessa arena. Essa limitação pode acontecer porque as mulheres estão envolvidas em atividades da esfera da necessidade (como dito anteriormente), fundamentais para a sustentação política do Movimento. A política do cotidiano, como a principal forma da maioria das mulheres nas ocupações fazerem política, de certa forma acaba impedindo-as de se dedicarem integralmente e conquistarem em maior quantidade os espaços de tomada de decisões do Movimento.

É necessário um trabalho de envolvimento amplo (espaços privado e público nas ocupações) e constante no sentido de “sensibilizar” as mulheres e homens do Movimento para tal debate, dando continuidade no processo político, de luta por outros direitos e serviços sociais que estão diretamente ligados à qualidade de vida após a conquista da moradia. A necessidade continua na luta por saneamento básico, escolas, creches, postos de saúde, água potável, energia elétrica, trabalho, criação de oportunidade de geração de renda, etc. Essa compreensão desencadeia de certa forma, um processo de empoderamento dessa mulher, muitas vezes resultado de uma conquista coletiva no espaço público, na medida em que adquirem autoconfiança e crença na força pessoal e do grupo. Pois através da participação das

⁵⁴ “O componente cognitivo refere-se à compreensão que as mulheres têm da sua subordinação assim como as causas desta em níveis micro e macro da sociedade. Este componente cognitivo do empoderamento também inclui um novo conhecimento sobre as relações e ideologias de gênero, sobre a sexualidade, os direitos legais, as dinâmicas conjugais etc.” (COSTA, 2006).

mulheres na garantia de acesso aos recursos para o seu bem estar, elas podem conquistar maior igualdade e conseqüentemente maior empoderamento.

Concordando com Ana Alice Costa (2006, p. 7), empoderamento é o “mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”.

Nesse caso, torna-se importante ressaltar que a concepção de empoderamento empregada aqui vem de uma perspectiva feminista, uma categoria que tem um sentido emancipatório no seu emprego, como também aponta Laura Susana Duque-Arrazola. É entendido como um “poder que parte da pessoa e é capaz de empoderá-la, de desenvolver um poder desde si que implica o sujeito individual, igualmente que a ação coletiva organizada, capaz de gerar mudanças coletivas significativas e transformações sociais” (DUQUE-ARRAZOLA, 2008, p. 228). Para essa mesma autora, podemos entender o empoderamento das mulheres na medida em que elas participam do processo de tomada de decisões coletivas, tendo como “parâmetros do empoderamento a auto-imagem, a autoconfiança, o desenvolvimento da argumentação pública e da visão crítica das desigualdades sociais, da opressão e exploração” (DUQUE-ARRAZOLA, 2008, p. 228).

Nesse contexto, observamos o depoimento abaixo:

(...) assim quando eu cheguei tinha um cara que mandava e desmandava (um coordenador antigo), e aí o pessoal falava que eu podia ser uma liderança, e eu nem sabia o que era liderança. E aí eu fui começar a estudar, pois o cara tinha uma visão totalmente diferente do que a gente vivia, do que nós mulheres queremos, o cara era machista, até que ele oprimiu tanto as mulheres, xingou, começou a falar barbaridades que a gente expulsou ele da ocupação e da coordenação (ENTREVISTA COM UMA COORDENADORA LOCAL, AGOSTO DE 2007).

Diante do exposto, cabe ressaltar que a inserção na luta pela moradia para as mulheres que participam do Movimento Sem Teto, não pode ser entendida somente como “necessidade” de ter uma casa, mas também como uma possibilidade de empoderamento para

essas mulheres, inseridas na luta para suprir essa necessidade. Isso porque o Movimento quando percebido como um espaço de ação coletiva e de luta política pode possibilitar às mulheres inseridas nesse espaço como protagonistas, na medida em que transitam da sua condição inicial de “desconhecimento” político, para lideranças em ocupações ou do Movimento

O grau de empoderamento e a construção de uma consciência política dessa coordenadora e de outras mulheres do Movimento (principalmente lideranças), tal como a sua participação na luta pela moradia e nos processos de decisão foram fundamentais para que a mesma conquistasse sua autoconfiança e emancipação enquanto mulher.

5.1.3 Você tem medo de quê? Uma questão às Mulheres Sem-Teto

A pergunta “**Você tem medo de quê?**” fez parte do roteiro de entrevistas realizadas no decorrer do trabalho de campo desta pesquisa, mas que não surgiu como proposta de condicionar o medo às questões construídas socialmente sobre a “fragilidade” das mulheres. A intenção aqui foi revelar a partir das falas das mulheres do Movimento Sem Teto, o medo como um sentimento advindo do cotidiano vivenciado por elas e que permeia a realidade de muitas que ali se encontravam, no processo de luta pela moradia.

O medo também é entendido como um dos aspectos responsáveis pela inserção, permanência e participação dessas mulheres nas ocupações e no próprio Movimento. Fator que pode contribuir para o empoderamento dessas mulheres, na medida em que buscam fugir dos seus medos, acreditando na possibilidade de êxito através de seus esforços por mudanças no movimento sem teto. Discutir o medo nesta parte da tese é percebê-lo como proveniente de um resgate da vida das mulheres “sem teto”, que de forma geral compartilham esse mesmo sentimento umas com as outras e se fortalecem numa relação de solidariedade, ao passo em que buscam rompê-lo quando lutam para sair da condição de exclusão social e de opressão.

Várias situações de medo vivenciadas pelas mulheres “sem teto” são elencadas abaixo:

- (1) *O medo na convivência familiar* – muitas mulheres sem teto “deixaram” suas casas e se inseriram nas ocupações do Movimento, por medo de continuar sofrendo violência doméstica por parte de seus maridos e/ou companheiros: “eu vim pra cá porque meu marido fazia eu viver no cativado, não aguentava mais aquela vida, até que eu consegui fugir dele e tô aqui no Movimento” (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO, SETEMBRO DE 2007).

Quando eu morava com esse pai do meu filho, ele é policial, uma vez ele me deu um empurrão, e quando ele me deu um empurrão, eu peguei o 38 dele e fui pra cima dele né! Aí ele disse: se você me matar vai ficar morando debaixo da ponte. Mas, se eu não faço isso até com um murro ele podia me matar, porque se você deixa um homem montar em você, já foi. Então saí da casa dele (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO, OUTUBRO DE 2007).

Esses depoimentos demonstram situações de violências sofridas por essas mulheres antes de irem para as ocupações. Por conta disso a ida para a ocupação representa não somente a busca pela casa, mas também uma possibilidade de se afastarem de situações de violência. Nas ocupações, devido às normas de convivência estabelecidas no Regimento Interno do Movimento, situações como essas são mais controladas (não quer dizer que estas não ocorram), porque envolve a permanência ou não das pessoas neste espaço.

A violência contra as mulheres apresenta-se de muitas formas e é universal. A questão específica da violência contra a mulher passa fundamentalmente pela relação oprimido-opressor no plano interpessoal, como meio de prevalecer a dominação masculina na sociedade. Essa dominação se manifesta através de três tipos: sexual, física e psicológica. Muitas vezes as três ocorrem simultaneamente (GARCIA, 2006, p. 51).

Entre as normas de convivência nas ocupações do Movimento Sem Teto, as pessoas filiadas são consideradas iguais, independente do credo religioso, ideologia política, opção sexual, sexo e raça. A partir dessas normas são previstas no Regimento Interno do Movimento punições para as pessoas que as infringirem, como a prática da violência contra as mulheres. Segundo o Artigo 22 do Regimento Interno do MSTB:

Será passível de expulsão do Movimento o filiado que cometer roubo, estupro, espancamento, particularmente contra mulheres e crianças, homicídio, uso e tráfico de drogas, usar indevidamente o nome do Movimento ou quaisquer outros crimes que tragam problemas para este.

Parágrafo único: Todos os crimes serão julgados pela Comissão de Ética, que terá a prerrogativa de arbitrar a pena, num prazo de 30 dias, a contar da data da queixa, podendo afastar o acusado, caso provas contra ele sejam apresentadas.

Adendo único – Exceto os flagrantes, que deverão ser julgados e as resoluções apontadas pela Coordenação, mediante relatório com provas, não serão julgados pela Comissão de Ética. A possibilidade concreta de ter uma casa só delas, significa também poderem fugir da opressão e violência doméstica acometidas, quando dividiam o mesmo teto com o ex-companheiro e/ou ex-marido. Representa livrar-se dessas agressões e conquistar uma autonomia que foi suprimida no decorrer dessa convivência doméstica (Regimento Interno do MSTB, 2005, ver ANEXO A).

Além disso, pode-se perceber nas entrevistas e observações que existem situações em que temos também mulheres que convivem com seus maridos e/ou companheiros nas ocupações e que também sofrem algum tipo de violência:

“Às vezes é briga, já me cortei, já me ferí, já fiquei roxa, de ficar apartando briga dos outros, briga de marido e mulher, briga de homem”; “Tem mulher mesmo que foi estuprada, agredida aqui dentro, mas o índice que vem em primeiro lugar é briga de marido e mulher” (ENTREVISTAS COM COORDENADORAS LOCAIS DO MOVIMENTO – MARÇO E MAIO DE 2007).

Naquela casa a situação da mulher era tão feia que a gente queria tirar aquele cidadão que tava brigando com a mulher e jogar na rua (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO - ABRIL DE 2007).

Teve, teve uma mulher que viveu no cativado lá embaixo da ocupação... a gente foi todo mundo, principalmente o pessoal da brigada, botou ela pra fora, aí inté eu peguei ela e botei lá em casa... e botamos o homem pra fora da ocupação... e eu acolhi ela lá em casa... fui levar ela pra ir embora, botei ela no ônibus, botei na rodoviária, procurei o juizado de menor, porque ela tinha duas criança... o pessoal da comunidade ajeitou o dinheiro, eu fui mais ela, ajeitamos os documento da criança, os registros, então fui pra rodoviária com ela, o juiz de menor disse pra ela: olhe se não volte mais não viu... cê achou uma mãe... não volte mais não... que ela era de menor, então ele foi junto com a gente, botou ela no ônibus, e mandamos ela embora (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – JUNHO DE 2007).

A condenação da violência contra as mulheres no espaço das ocupações e do Movimento Sem Teto torna-se um aspecto fundamental para conter essa prática e ainda fomentar a participação das mulheres, em defesa de outras mulheres que são oprimidas e que sofrem com maus tratos de homens, ou outro tipo de violência, seja do marido, companheiro

ou namorado. Isso vem se fortalecendo na medida em que o próprio Movimento proíbe a prática da violência contra as mulheres⁵⁵.

(...) nesses casos (de violência) a gente corre atrás, a comunidade corre atrás, não deixa não. Esses homens que gosta de maltratar a mulher (...) a comunidade e a coordenação toma providência, e aí a gente bota pra fora mesmo, bota mesmo (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO, SETEMBRO DE 2007).

Diante dos depoimentos acima, não podemos aqui associar as violências somente às questões isoladas ou de delinquência, mas sim como atos construídos social e culturalmente. A percepção de que as agressões físicas, psicológicas, sexuais, etc., feitas contra as mulheres são atos de violências de gênero⁵⁶ e que devem ser publicizadas e combatidas, vem sendo trabalhada, por iniciativa exclusiva das mulheres, nos cursos de formação realizados pelo Movimento nas ocupações. Com isso, a violência passa a ser mostrada não como um fato isolado, mas como um fenômeno que tem sua origem na construção da sociedade patriarcal. É representada num sistema social de dominação do homem sobre a mulher, onde o poder do patriarca e/ou do chefe de família passa a ser revestido de autoridade, podendo ser legitimado tanto nas práticas sociais de violência, quanto nas formas de posicionamento e relacionamento entre as pessoas (SHOTTER e LOGAN, 1993; PALMERO, 2004).

As violências são cometidas não exclusivamente contra as mulheres, que são as maiores vítimas, mas também contra crianças, homossexuais, negros/as, adolescentes e idosos/as. Nesses casos, verifica-se uma condição de dominação de determinados indivíduos sobre outros, contribuindo assim para a formação de um ambiente de exclusão e de violência social, que deixa lesões físicas e emocionais às suas vítimas (MINAYO, 2003).

⁵⁵ O Movimento vem realizando discussões sobre a violência contra as mulheres em núcleos específicos de gênero, contando com a participação das Guerreiras Sem Teto, que promovem orientações, cursos, dramatizações que esclarecem as mulheres sobre as situações de violências e formas de se protegerem.

⁵⁶ A violência de gênero é um padrão específico de violência que se amplia e reatualiza na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado. Podendo revestir-se de diversas formas, tanto físicas, como psicológicas, econômicas, sexuais ou de discriminação sociocultural, esta forma de violência é considerada, nacional e internacionalmente, como uma das mais graves violações do direito à vida, segurança, liberdade, dignidade e integridade física e mental daquelas que são suas vítimas (BARROSO, 2007).

- (2) *O medo de ser esposa/companheira e mãe sem habitação* – percebeu-se que a inserção de parte das entrevistadas no Movimento deveu-se ao medo de no futuro não terem um lugar para morar e criar seus/suas filhos/as, por serem mães solteiras e/ou ter marido ou companheiro desempregado. Mas, nos depoimentos algumas mulheres manifestaram a vontade de se tornarem independentes em relação ao homem e se distanciarem da exploração sofrida por eles no âmbito familiar.

Tem muitas mulheres que têm vergonha de ser sem teto. Mas muitas são separadas e não têm condições de ter um teto. Mas eu digo: eu tenho orgulho de participar do movimento. Porque eu quero ter o meu teto e não depender de homem. E é isso que todas as mulheres deveriam pensar (MULHER INTEGRANTE DO MOVIMENTO – REGISTRO DE VÍDEO – PRONZATO, 2004).

O depoimento acima reforça a fala da coordenadora estadual do Movimento, onde a mesma ressalta que “muitas mulheres que estão aqui hoje, não aguentavam mais a situação de subserviência, de opressão dentro dos lares”, local em que as mulheres exercem o papel de mães, esposas e donas de casa (ENTREVISTA COM A COORDENADORA ESTADUAL DO MOVIMENTO – MAIO DE 2007). E para sair dessa situação, a conquista da casa para elas tem um significado muito maior do que somente a posse de um imóvel, podendo representar a garantia dessa independência, de seu empoderamento e/ou rompimento com a opressão do marido/companheiro com o poder patriarcal estabelecido.

Entretanto, cabe ressaltar que o poder patriarcal não é a única forma de responder as questões relacionadas às desigualdades de gênero, mas é uma importante categoria explicativa para entender a opressão masculina e as relações estabelecidas entre homens e mulheres na sociedade. Isso fortalece as concepções e estratégias de luta por igualdade, a partir do processo de transformações das relações de gênero (ÁVILA, 2001).

No que se refere ao medo de ser mãe sem um teto, para essas mulheres é difícil aliar a criação das/os filhas/os, ao cuidado com a casa e ao trabalho fora de casa, pois se constitui em

uma tarefa árdua, já que enfrentam problemas para responder às exigências e necessidades tanto da esfera produtiva, quanto reprodutiva. Como podemos ver na fala abaixo:

A gente aqui tem uma grande dificuldade de consegui o sustento e isso dá medo. Sou sozinha para tomar conta das crianças e trazer o pão de cada dia pra dentro de casa. Ainda fico com medo de morrer e não ter lugar pra meus filhos e não ter ninguém pra cuidar deles. (...) e o pai? Esse não dá nada, sumiu no mundo. (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – AGOSTO DE 2007).

Esse problema se agrava mais quando essas mulheres são sozinhas, pois não têm com quem deixar as/os filhas/os e compartilhar as responsabilidades do mundo doméstico com as atividades fora de casa, na esfera pública. Tais problemas podem ser interpretados à luz do entendimento sobre as relações de gênero reproduzidas na sociedade contemporânea, construídas a partir de um modelo patriarcal que destinou aos homens a posição de chefe da família no âmbito privado, mas que transpassa o âmbito público, localizando a mulher na esfera do doméstico, dependente do homem provedor.

Maria Lygia Moraes (1998, p. 100), em “Usos e limites da categoria gênero”, aponta que as relações de gênero designam uma perspectiva culturalista onde “as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina (...), mas diferentemente, apontam para uma ordem cultural como modeladora de mulheres e homens”. Já que o homem enquanto “proprietário” da autoridade junto ao grupo familiar, numa perspectiva patriarcal, reafirma a dicotomia público/privado, na medida em que exclui as mulheres do processo de construção da sua história, da conquista de cidadania e de reconhecimento da sua dignidade pessoal e autônoma.

(3) *O medo de ser moradora na rua* – o medo de sofrerem abusos e violências nas ruas foi um dos aspectos que influenciaram algumas mulheres a participarem do Movimento.

Eu nunca tive visão ruim daqui não. Pra mim eram pessoas que precisavam de casa. Porque pra mim, uma pessoa que enfrenta uma situação dessa de morar na rua, acaba tudo que tem, como no meu caso, é melhor tá aqui do que ficar se sujeitando na rua. Arriscando a vida né, porque lá tem homem que pega a gente, maltrata, rouba, usa a gente. Nossa vida lá é um risco que a gente tá passando (ENTREVISTA

O depoimento anterior nos mostra de uma mulher que morava na rua e que hoje vive na ocupação do Movimento. As mulheres moradoras nas ruas estão mais expostas a sofrerem violências, engravidar e serem contaminadas por doenças sexualmente transmissíveis, entre outras questões, pois a opressão masculina sobre as mulheres que vivem nas ruas é marcada pela submissão sexual em troca de proteção de um homem. Essas mulheres acabam sofrendo muito por esse tipo de “proteção”, pois as sequelas que a violência sexual praticada contra elas, pode marcá-las tanto fisicamente quanto psicologicamente e pela vida inteira. Ou seja, os corpos das mulheres que moram nas ruas são marcados pelos reflexos da repressão e da dominação masculina (TIENE, 2004).

(4) *O medo de ser sem-teto e sofrer preconceitos* – o preconceito em relação à condição de sem teto foi anunciado em várias falas de mulheres que vivem nas ocupações do Movimento e ele advém de diversas instâncias, quais sejam:

a) **O preconceito da mídia**, responsável pela disseminação de informações sobre o Movimento Sem Teto e seus/suas militantes e/ou ocupantes, reafirmando a condição de miséria, pobreza, marginalidade das pessoas que ali se encontram, em diversos momentos ignorando o papel dessas pessoas, engajadas no processo de luta política a partir da organização da sociedade civil.

Esse medo “revelado” por parte das pessoas (tanto as que estão dentro do Movimento quanto fora dele) é formado a partir de “contatos” com informações divulgadas pela grande mídia, que geralmente está sob o poder das classes dominantes, onde historicamente criminalizaram os movimentos sociais, tornando-se “alvos” da imprensa no Brasil. As ideias predominantes e disseminadas nos grandes meios de comunicação no país, em muitos momentos responsabilizam os movimentos sociais pela desagregação do sistema social,

político e econômico e de forma geral, marginalizam os movimentos e as organizações sociais, tratando-os de maneira excludente e discriminatória.

Isso pode ser percebido ainda no depoimento de uma militante do Movimento Sem Teto, sobre o momento em que ela se insere em uma ocupação: “eu tive medo de entrar no Sem Teto por causa das notícia, né! Porque sempre passa na televisão aquele pessoal andando nas ruas, a polícia invadindo e batendo nas pessoas que não tem casa. Aí eu fiquei com medo também”. Esse depoimento nos leva a inferir que a imagem criada pela mídia acerca do Movimento influencia na percepção das pessoas sobre o mesmo, ou seja, “(...) quando esses movimentos são noticiados é sempre em função de algum desastre e não de suas conquistas”, como afirma Maria da Glória Gohn (2003, p. 188).

Um desses fatos pode ser lembrado na fala de outra coordenadora local:

(...) a Record veio fazer uma reportagem aqui na ocupação, que eu fiquei indignada. Eles disseram: “**nós vamos falar sobre as desgraças das ocupações**”. Quando o repórter disse isso, eu me injuriei. A gente sabe que eles botam nós como uns caras miseráveis que está ali, que não é gente, analfabetos, que quando chegar só vai ver rato e urubu. E aí seguramos o portão e não entra. Aí ele disse, poxa uma mulher. E eu disse: você entendeu o sentido da palavra da reportagem que você quer fazer? Você entendeu a ocupação como se aqui tivesse um monte de desgraça. Você sabe como é o povo, pode até ser analfabeto, mas o povo entende o sentido das palavras. E é isso que eles querem, que vocês não faça essa reportagem (ENTREVISTA COM UMA COORDENADORA LOCAL DO MOVIMENTO SEM TETO – MAIO DE 2008).

O depoimento acima reflete o olhar da mídia sobre o Movimento Sem Teto e as pessoas que se encontram inseridas nas ocupações, reproduzindo os fatos da realidade a partir de escolhas específicas. Escolhas essas que podem contribuir para estabelecer ou sustentar, dentre outros aspectos, preconceitos e relações de poder. Além do preconceito, existe a subestimação da mulher enquanto liderança, que mesmo essa mulher enfrentando obstáculos e tendo coragem de ir contra uma situação impositiva da imprensa, sua presença nessa instância e/ou posição é percebida com surpresa e/ou desvalorização, “poxa uma mulher (...)”.

b) O preconceito das famílias em relação aos parentes que vivem nas ocupações foi apontado em alguns depoimentos, também associado à questão da vergonha.

Eu não tinha preconceito com as ocupação de sem teto, porque eu visava minha casa. Mas, quando eu saí pra entrar aqui, minha irmã dizia, você é maluca, você vai levar suas coisas pra aquele lugar? Levo tudo, e aqui eu estou até hoje. Eu não tive preconceito nenhum, só que cada um tem uma maneira de viver. A minha maneira de viver é essa, não saio. Até hoje ela não veio me visitar, acho que tem vergonha, mal fala comigo (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO SEM TETO, AGOSTO DE 2007).

(...) muita coisa na minha vida mudou, porque eu andava cansada, angustiada, porque eu morava na casa de meu filho, numa área de risco também e sofria muito com a minha nora. Ela não gostava de mim e diz que não me aceita lá de volta, já que agora sou sem teto, que eu tenho que ficar aqui agora. E hoje ela tem preconceito de mim e meu filho fica com vergonha de eu tá morando aqui. Mas, a ocupação aqui foi a minha vida, eu tô com 47 anos, eu te garanto que minha vida hoje tá sendo construída aqui (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO SEM TETO, AGOSTO DE 2007).

O preconceito das famílias presente nas falas acima levou até ao rompimento de alguns laços familiares, como o caso da irmã de uma ocupante, que não aceitava a ideia dela ir morar em uma ocupação; do filho que sente vergonha da mãe estar em uma ocupação e da nora que não aceita conviver com a sogra por motivos relacionados aos preconceitos. Fatos semelhantes a esse, pode ser identificado nas atitudes de alguns pais em relação à presença de filhos/as nas ocupações. Uma ocupante relata que alguns pais (separados de suas mulheres) não aceitam que os/as filhos/as morem na ocupação com as mães, pois não aceitam a condição de sem teto que se encontram. Isso pode ser percebido no depoimento abaixo:

O meu filho tá morando atualmente com o pai, por causa da ocupação. Mas, tô pedindo a guarda dele, porque é um problema aqui, porque dentro das ocupações ocorre muito dos pais não querer os filhos dentro da ocupação. E os pais têm preconceito do filho tá morando junto com a mãe na ocupação e têm medo de passar vergonha (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO SEM TETO – NOVEMBRO DE 2007).

c) O preconceito da sociedade em relação às pessoas que moram nas ocupações foi enfatizado por algumas famílias que estão no Movimento e que relataram esse preconceito de forma angustiante, se sentindo excluídas e marginalizadas. Esse preconceito muitas vezes vem associado ao nível de renda, à condição de pobreza em que vivem essas famílias, já que as mesmas não possuem trabalho formal para garantir a sua sobrevivência, muito menos de ter uma moradia.

O povo tem medo disso aqui (se referindo à ocupação), porque aqui antes era um terreno de “desova”, nisso aqui os bandidos trazia gente pra matar aqui. Esse povo que mora aqui na frente, o povo da cidade tem medo sim, discrimina a gente. Pensa que aqui só tem marginal (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO SEM TETO – ABRIL DE 2007).

A gente vai fazer um bazar aqui no campo de futebol na ocupação, para mostrar à sociedade de fora o nosso trabalho de artesanato. Isso pra mostrar que aqui não tem vagabundo, aqui só tem mãe de família, pai de família, criança que precisa de um teto (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO SEM TETO – MAIO DE 2007).

O preconceito que as famílias sem teto sofrem é um indicativo importante para a compreensão da força e/ou motivação que essas pessoas têm em relação à inserção, permanência ou participação no Movimento Sem Teto e nas suas ocupações. Mesmo com todos os obstáculos advindos desses preconceitos, várias mulheres e mães permanecem nas ocupações, se envolvem em atividades dentro e fora do Movimento e buscam na organização coletiva, para conquistar moradia e construir a cidadania.

Reafirmam que as/os moradoras/es das ocupações são pessoas que estão passando por problemas financeiros, mas que merecem respeito da sociedade como um todo, pois **“aqui só tem mãe de família, pai de família, criança que precisa de um teto”**.

(5) *O medo de repressão policial* – A repressão policial nas ocupações representa uma ação muito constante no cotidiano das famílias que ali se encontram, sobretudo no decorrer dos processos de reintegração de posse, que muitas vezes estão pautadas na violência física. As famílias sentem medo das intervenções da polícia, mas é possível perceber nas falas de algumas mulheres, que essas intervenções servem também como fortalecimento das ações coletivas de defesa às conquistas do Movimento. Isso nos mostra uma transição entre o sentimento de medo e coragem dessas mulheres, como podemos ver na fala a seguir:

Eu tinha medo de sair do lugar que eu tava e não ficar na ocupação, medo da polícia chegar na ocupação, e aí pronto!!! Como depois mesmo, que disseram que a polícia ia entrar e o pessoal deram muita força a gente, o pessoal da faculdade, Seu Zé Bamba, a galega, a Miria (coordenadores e coordenadoras), o pessoal da faculdade chegava (...) a gente deve muita obrigação a eles. Mas a gente, mesmo com medo, enfrenta esses problemas e damos proteção, pro pessoal (polícia) não entrar e

destruir tudo, tudo aquilo que a gente já conquistou. Assim não dá (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO SEM TETO – MARÇO DE 2007).

Nesses momentos, a presença de mulheres e filhas/os também fica evidente e torna-se fundamental para o impedimento dessas ações, sejam como militantes, coordenadoras, ocupantes e mães, já que assumem a linha de frente de resistência e criam uma “barreira humana” contra a polícia. Tal fato revela que a participação coletiva das mulheres, principalmente quando são “ameaçadas” de perderem a futura casa, local de moradia para elas e suas/seus filhas/os, se reflete em expressão de luta, de força e de consciência política acerca do que o Movimento representa nas suas vidas.

(6) *O medo de perder direitos conquistados* – algumas mulheres no interior do Movimento assumem posições importantes e de poder nesses espaços e entendem que a conquista da casa é um direito, e que para conquistá-lo a participação coletiva é um elemento fundamental nessa caminhada. O medo da reintegração de posse, de perderem os espaços conquistados e os “pedaços” de terras para construírem suas casas, impulsiona as mulheres a participarem ativamente do Movimento, na garantia e defesa desse direito, tanto para ela, sua família e quanto para as outras pessoas que estão envolvidas nesse processo.

Meu maior medo? Olha, eu sou uma pessoa que mora só desde os 13 anos. Eu não sei o que é medo! Mas, acho que depois que entrei no Movimento eu conheci o medo! E hoje, o meu maior medo é quando ocorre uma reintegração de posse. Você nunca sabe o que vai acontecer, daí você perde o controle: você chora, você olha pra aquela pessoa e tenta sustentar, para parecer que tá tudo bem, mas não tá! Aí você vê nos olhos daquelas pessoas chorando, brilhando e aí você diz: vai ser o que, o que eu vou falar? Aí chega outros colegas que são de mais tempo no movimento atrás da gente e diz: não, as coisas não são assim, a gente vai chorar, mas agora a gente vai enxugar os olhos, e vai lutar, porque se a gente não lutar, a gente vai ficar nessa pendenga. Então meu maior medo é uma reintegração de posse dentro da ocupação (RELATO DE UMA COORDENADORA DO MOVIMENTO SEM TETO SOBRE O PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – ENTREVISTA REALIZADA EM ABRIL DE 2007).

O depoimento anterior é de uma jovem mulher, de 31 anos, que participa ativamente do Movimento Sem Teto. Enquanto coordenadora passou a assumir diversas

responsabilidades, tanto no que se refere à manutenção, organização e ordem do Movimento e de grande parte das ações que são decorrentes do mesmo, quanto no apoio, sustento e incentivo de continuidade às pessoas que ali se encontram, envolvidas de forma coletiva nos processos de luta pela moradia.

A reintegração de posse como um medo expresso pela coordenadora, se reflete na sua participação dentro do Movimento, na medida em que a mesma tenta ponderar o seu sentimento de “perda de controle” com a importância de incentivar a resistência das/os ocupantes na continuidade do processo de luta pela casa.

A fala desta mulher-coordenadora também nos mostra o seu anseio no sentido de vencer o medo, tal como os diversos obstáculos oriundos do processo de reintegração de posse. Ela entende que a sua figura é de liderança, principalmente nesses momentos de conflito e instabilidade representa uma referência em relação ao andamento da situação, se está controlada ou não, se vale ou não a pena lutar pela casa, assim como a importância da participação ativa e coletiva. Ao mesmo tempo em que o medo pode servir como um indicador de “desistência” no processo de luta para essas mulheres, ele também pode representar um aspecto fortalecedor para aquelas. Pois as mulheres através da participação dentro do Movimento, na resistência coletiva aos obstáculos, na busca pelo direito a moradia, conseguem construir a cidadania e serem reconhecidas como sujeitos políticos, ganhando visibilidade nos espaços públicos.

5.2 ENTENDENDO A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SEM TETO: Olhando para a Base e para as Coordenações

Como já falamos anteriormente, o número de mulheres que participam do Movimento Sem Teto é muito grande e por isso, a proposta desta pesquisa foi dar visibilidade a elas, não no desempenho de atividades do espaço doméstico, mas, principalmente como sujeitos políticos que participam do Movimento na luta pela moradia e na construção da cidadania.

A intenção é mostrar que além das mulheres serem maioria em números e/ou quantidades, suas ações são mais ‘visibilizadas’ para a manutenção e organização das atividades relacionadas às necessidades da vida humana. Isso não significa que as mesmas não estejam envolvidas com as ações políticas do Movimento, pois já as fazem na política do cotidiano dando sustentação e garantias para a existência do Movimento (como mostrado no item anterior).

Além disso, o número reduzido de mulheres, principalmente da base do Movimento, nas instâncias de deliberações, acaba não garantindo plenamente a participação e ascensão destas de forma mais efetiva nas diversas discussões do Movimento, ou que tenham suas “vozes” incluídas e respeitadas no processo de participação.

A participação das mulheres que constituem a base do Movimento Sem Teto está relacionada às atividades “tidas” tradicionalmente como da esfera reprodutiva, ou seja, atividades consideradas tipicamente femininas na divisão sexual do trabalho, atividades ligadas ao cuidado e manutenção do ambiente familiar. Em várias observações realizadas durante o trabalho de campo e durante o processo de realização das entrevistas com as mulheres no interior das ocupações, foi possível perceber que o papel das mulheres no interior do Movimento também está ligado à realização de tarefas como:

Manutenção do Ambiente: participando da limpeza do local a ser ocupado, cuidando dos locais onde vivem com suas famílias (trabalho doméstico) e das crianças.

As faixas delimitam o pedaço de terra dos ocupantes e limpeza na ocupação, são as fronteiras da ocupação.



Fonte: Jornal A Tarde – 17/01/2008

Figura 5: Nova ocupação em Periperi.



Fonte: Jornal A Tarde – 18/08/2007

Figura 6: Estrada velha do aeroporto – mulher lavando utensílios.

(..) dentro da ocupação tem alguma responsabilidade, a gente divide tarefas. As donas de casa cuida da casa e dos filhos, em todos os mutirões que a gente faz, incrível que pareça vai mais mulher. A mulher que pega na enxada, que pega no facão, aí tem vez que passa um homem e vê cinco mulheres ali que tá capinando, tá carregando carro de mão, os homens diz assim: Pô, eu vou ajudar... então quando a gente vai fazer um mutirão em termos de limpeza, de recolher lixo, todo mundo diz que vem, mas as primeiras a aparecer que honra aquele compromisso são as mulheres. Mais na ocupação praticamente é tudo a mulher que resolve, toma a iniciativa de limpar um esgoto que tá sujo, só luz que a gente não mexe, mas se a gente soubesse, acho que a gente vestia um “shortinho”, subia no poste e fazia (ENTREVISTA COM A COORDENADORA LOCAL, AGOSTO DE 2007).

Funcionamento do Movimento: as mulheres participam de tarefas como: organização de reuniões, fiscalização e manutenção da ordem no local; participam dos

eventos, das reuniões, passeatas, caminhadas, manifestações públicas, dos cursos de formação política.



Fonte: Jornal A Tarde - 17/01/2008.

Figura 7: Ocupação em Periperi – Reunião do movimento.

Todas as caminhadas e reuniões que tem a maioria que vai são mulheres, todas que vai, poucos homem. Os homens às vezes, uns vai, outros não vai... a maior é parte é mulher que vai pra fazer qualquer coisa... muitos homens não gosta de ir, de sair, principalmente esse pessoal que vai chegando novo na ocupação, não querem nada... eles querem achar já pronto. Se a gente que tá mais velho na ocupação, a gente tem aquela força de vontade, a gente corre atrás pra ter uma moradia né... e isso é mais importante pra gente, a moradia (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – MARÇO 2006).

As mulheres cozinham para as pessoas que participam dos cursos e limpam os locais onde os mesmos ocorrem. Em alguns momentos do trabalho de campo, nas observações desses cursos, foram percebidas apenas mulheres desempenhando tarefas domésticas, enquanto os homens permaneciam distantes da realização das mesmas. Quando se encerrava o almoço, também feito pelas mulheres, eram elas que iam lavar, organizar e limpar a cozinha, mas ainda voltavam para participar das outras atividades do curso.

As mulheres que participam das brigadas são responsáveis pela segurança no interior das ocupações, além de desempenhar as outras atividades citadas acima. Algumas mulheres que participaram das brigadas hoje são lideranças no Movimento, revelando assim a possibilidade de ascendência e empoderamento para essas mulheres.

Mas existem casos em que mulheres desistiram de participar das brigadas e não se tornaram lideranças, pois não suportaram as situações de conflito no interior do movimento como as brigas de casais. Uma das funções das pessoas que participam das brigadas é garantir a segurança nas ocupações e por isso muitas vezes se envolvem nos embates diretos de violência.

Logo no início eu participava também do grupo da brigada né... teve um caso de um casal brigando, que a gente foi resolver e quando a gente foi resolver, causou um problema maior do que tava... Quando eu era da brigada, eu enfrentava as brigas lá fora, a gente participava de reunião, mas eu saí porque tinha muita briga e aí se entrasse ladrão a gente tinha que tirar, e eu não gostava não (ENTREVISTA REALIZADA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – ABRIL DE 2007).

Outro tipo de participação ativa das mulheres no Movimento se dá na resistência a desapropriação e/ou reintegração de posse por parte da polícia, permanecendo nas casas (morando), dia e noite. Essa é uma estratégia adotada pelo Movimento no sentido de garantir o espaço já conquistado durante o processo de ocupação, onde a permanência nos locais, na maioria das vezes, é feita pelas mulheres.

(..) geralmente, as mulheres que possuem marido e/ou companheiro, ficam mais tempo sozinhas nas ocupações e permanecem em casa, demarcando esse espaço, já que os ‘homens’ saem para trabalhar ou buscar emprego fora. Mas, existem mulheres que são sozinhas, viúvas, separadas, que procuram também permanecer o maior tempo possível em suas ‘casas’, de forma a não perder esse espaço e por isso resistem e ocupam. Essas contam com a ajuda de outras mulheres da ocupação quando precisam buscar emprego fora (ENTREVISTA COM UMA COORDENADORA DO MOVIMENTO, SETEMBRO DE 2007).

Existe o apoio e solidariedade de outras mulheres vizinhas, que além de sensibilizar com a situação vivenciada por aquelas, se dispõem a cuidar de seus/suas filhos/as que estão sozinhos/as, para que essas mulheres e mães possam buscar trabalho fora da ocupação. As mulheres então usam de algumas estratégias e ações como a descrita abaixo:

Tem mulheres que paga outras pra ficar com os filhos quando sai, dá um agrado a uma pessoa. Por exemplo, Cristina mesmo tem dois filhos, um de 13 e um de 9 anos, aí quando ela sai ela diz: Lôra olhe meus filhos. Então a vizinhança de forma geral, tem muita preocupação, principalmente quando inclui menina mulher, pelos casos que já aconteceu! Sempre que as mães deixa as filhas sozinhas, elas falam para eu olhar, “de vez em quando você passa lá em casa pra olhar”, a mesma coisa faz com o vizinho... mas bebê assim, de 2, 3 anos não pode ficar só, nem com irmão né...

sempre tem uma vizinha do lado que elas deixa (ENTREVISTA COM A COORDENADORA LOCAL, MAIO DE 2008).

Sendo assim, as atividades de liderança muitas vezes se aliam às atividades domésticas, já que as mulheres que participam do Movimento enquanto coordenadoras locais, encaminhando as decisões deliberadas nas Assembleias Locais, possibilitando a formação política das pessoas envolvidas no Movimento e que estão em contato cotidianamente com essa coordenação, assumem responsabilidades de manutenção nas ocupações. Outra função da coordenadora local é acompanhar o trabalho realizado pelas Brigadas e ainda possui a autonomia de deliberar questões não definidas nas assembleias. Isso pode ser percebido na fala abaixo de uma coordenadora local:

(...) só mulheres que coordenam a ocupação aqui, quer dizer, foram eleitos homens, mas não cumpriram com o seu papel! No total passaram aqui sete coordenadores e quando as pessoas não cumpre com o seu papel, a gente só divulga o nome das pessoas que estão fazendo mais o seu trabalho de base. Por exemplo, nos cursos de formação, a gente vê só mulheres mesmo. Homem mesmo só quando a gente precisa de fazer um trabalho pesado, né!

Diante do exposto, podemos ressaltar a importância do trabalho de base no interior do movimento, tanto no sentido de organização quanto na formação das pessoas ali envolvidas. Nesse contexto, as mulheres se destacam em quantidade e na qualidade de suas ações, além de representarem a maioria, suas funções são indispensáveis para a continuação da luta pela moradia. Por isso, torna-se importante sensibilizar essas mulheres e fazer uma reflexão sobre sua participação nesse processo, já que as mesmas compõem grande parte do Movimento.

Como parte integrante do Movimento Sem Teto em Salvador existe a organização de mulheres Guerreiras Sem Teto, que busca garantir um espaço de discussões sobre aspectos referentes à condição das mulheres nas ocupações, refletindo e debatendo sobre as questões de gênero, a divisão sexual do trabalho, a opressão, o patriarcado, a violência doméstica e contra a mulher.

Outro importante elemento que possibilita pensar a participação das mulheres tanto na base do Movimento quanto nas Coordenações, é a história e condição de militantes políticas, construída pela participação política em outros movimentos sociais, na política partidária e/ou organização da sociedade civil. A militância para essas mulheres se articula entre o mundo político e o mundo privado, onde torna-se necessário “abrir mão” dos interesses individuais para um coletivo, um todo.

Algumas coordenadoras do Movimento Sem Teto estão inseridas no processo da luta política desde a “nascente” do Movimento e atuam principalmente na organização das mulheres e nas atividades da base. Outras coordenadoras, entretanto, advêm da militância em outros movimentos, como movimento estudantil, sem terra e hoje são lideranças nas ocupações do MSTB. Isso se refere ao que Elizabeth Souza-Lobo (1991) chama de engajamento das mulheres em diferentes movimentos sociais, observando o papel dessas mulheres na vida pública e privada.

Souza-Lobo (1991, p. 263), quando trabalhou o movimento de mulheres e a representação política no Brasil, buscou “analisar as relações existentes entre as diversas formas de participação das mulheres nos movimentos sociais e as modalidades de sua representação política”. A autora mostrou que as mulheres participam nos movimentos sociais articulando práticas da vida privada nos âmbitos públicos e, na medida em que realizam essas articulações, rompem, não facilmente, com os modelos tradicionais vividos na esfera doméstica e na forma de fazer política, como pode ser percebido no depoimento a seguir:

O fato da mulher casada chegar no movimento, a tendência é elas avançarem cada vez mais, e terem uma ação mais aguerrida e se destacarem. Não significa que dentro de casa a relação melhorou. Uma liderança, por exemplo, que tem destaque dentro do movimento, passa por essa situação, quando ela chega em casa, o fato dela estar destacando mais, incomoda o marido, porque isso mexe com a relação dentro de casa, porque se antes ela ouvia ele dizer pare e ela parava, hoje ele diz pare e ela questiona porque parar? (ENTREVISTA COM UMA COORDENADORA DO MOVIMENTO – JUNHO DE 2007).

A adesão das mulheres em movimentos sociais pode ser considerada “como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público”, envolvendo rupturas para a construção de uma identidade pública. Coloca essas mulheres diante de novas relações sociais e de poder, “e conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança” (PINTO, 1992, p. 131).

Eu vivia de aluguel, morava na casa de minha mãe com dois filhos, depois não deu certo, morei de aluguel um bom tempo, mas só quando eu ouvi falar desse movimento, esse movimento seria um escape, uma providência pra todos aqueles que vive dependente de alguém, vive na casa de alguém de favor. Então, eu larguei tudo e vim, e acreditei no movimento e eu creio que a gente tá atingindo uma meta diante do governo (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – MARÇO DE 2007).

O depoimento anterior nos mostra que as especificidades das ações das mulheres (no processo de participação) desempenhadas nos espaços públicos em convergência com as relações familiares, podem contribuir para a formação de uma atriz coletiva e política, de participação permanente nas práticas públicas.

As mulheres que participam ativamente do Movimento, como sujeitos políticos e quando passam a compreender o sentido e proposta das organizações coletivas, tal como de um movimento social, até chegam a assumir instâncias de poder importante dentro do Movimento e na luta fora da ocupação (COORDENADORA ESTADUAL DO MOVIMENTO, ABRIL DE 2008).

Mas nem sempre os graus de empoderamento dessas mulheres são iguais e podem variar em determinados contextos, por exemplo, em momentos de negociação do Movimento com representantes do Governo, mesmo existindo mulheres ocupando cargos de Coordenação igual aos homens, na hora de negociar o homem assume um lugar de destaque nesse processo. Nem todas as mulheres que estão em funções de lideranças no Movimento, assumem essa instância de poder enquanto agente ativo no movimento ou no espaço público, comprometendo assim a visibilidade dessas mulheres.

Na medida em que as mulheres assumem as instâncias de poder como agente ativo do processo, significa empoderar-se, e trazer à “tona uma nova concepção de poder, assumindo

formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas” (COSTA, 2006, p. 9). Entretanto,

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia (COSTA, 2006, p. 9).

As mulheres que ocupam instâncias de poder no Movimento Sem Teto estão presentes em funções de Coordenações (Local, Estaduais e Municipais), funções assumidas pelas mulheres que vão desde a convocação de Assembleias Municipais, representação do Movimento no espaço público, encaminhamento das deliberações estratégicas e táticas, fazer valer o Regimento Interno, até deliberar sobre questões não definidas pelo Congresso Estadual.

A coordenação do Movimento hoje tem um número maior de mulheres, que possuem também uma história política mais elaborada e ganha força maior. As mulheres que estão na coordenação têm um acúmulo de conhecimento e prática política que as mulheres da coordenação anterior não tinha. Isso desdobra em ideias menos opressoras das que se tinha antes (COORDENADORA ESTADUAL DO MOVIMENTO, MARÇO DE 2007).

A gente vê mais mulheres na ocupação, porque realmente os homens que vive aqui na ocupação, muitos não querem nada com nada, sabe! As mulheres é que enfrenta, que vai, luta, fala e grita, porque necessita da moradia. Esse é que é o problema! Fazemos tudo sozinhas (MULHER MILITANTE DO MOVIMENTO, AGOSTO DE 2007).

Os depoimentos acima nos revelam diversos fatos e aspectos importantes para pensar a participação das mulheres no Movimento Sem Teto. A participação em sua forma polissêmica assume diferentes formatos na dinâmica das ocupações, e as mulheres enquanto sujeitos políticos, garantem na vivência da política do cotidiano a sustentação e existência política do Movimento. Então, esse capítulo buscou dar vozes às mulheres que participam, tal como a formas de participação das mesmas no processo de luta pela moradia em Salvador.

As mulheres nessa tese são pessoas reais, sujeitos políticos, de compreensões e vidas diversas que se cruzaram nas ocupações do Movimento, e que mesmo entendendo de forma

diferente o sentido da organização social, contribuem e fazem o Movimento ter visibilidade e alcançar seus objetivos e conquistas.

A participação das mulheres no Movimento Sem Teto está presente a cada dia na luta pela moradia nas diversas ocupações na cidade de Salvador e em outras tantas cidades disseminadas pelo Brasil afora, são vozes que precisam ser escutadas e sujeitos sociais e políticos que precisam ser visibilizados.

CAPÍTULO 6 – ONDE MORA A CIDADANIA? Mulheres, Cidadania e Maternalismo

A cidadania é uma categoria patriarcal: aquilo que um “cidadão” é, aquilo que faz e a arena onde atua, tudo foi construído à imagem masculina.

Carole Pateman

6.1 MULHERES, PATRIARCADO E CIDADANIA LIBERAL

Nas discussões anteriores foi possível perceber como a participação das mulheres no âmbito público, além de ser uma ação política, está estritamente relacionada à organização da esfera do privado. Pois as relações de poder vivenciadas nestes âmbitos se modificam ou se reconfiguram com a atuação dessas mulheres, a exemplo dos movimentos sociais, que buscam através da atuação no espaço público a conquista da cidadania. A proposta deste capítulo é discutir o processo de construção da cidadania e a conquista ou não desta cidadania pelas mulheres engajadas em movimentos sociais, especificamente no Movimento Sem Teto na cidade de Salvador.

A princípio, a intenção é atentar para o fato de que a cidadania foi construída ao longo da história sob a égide patriarcal (patriarcado) e do liberalismo que sustentaram e ainda sustentam a reprodução das relações sociais desiguais. Relações estas em que predominam o poder e a dominação dos homens sobre as mulheres (ÁVILA, 2001), influenciando de forma (in) direta no processo de exclusão e invisibilidade “destinado” historicamente à maioria das mulheres.

6.1.1 PATRIARCADO

No campo dos estudos feministas, a discussão sobre o conceito de patriarcado enquanto teoria universal e totalizante é bastante controversa, mas faz parte da formulação de

debates da teoria social feminista, que tem diversas abordagens e críticas à sua utilização. A categoria patriarcado pode ser percebida a partir de três concepções, quais sejam: no processo de identificação da noção de poder da dominação masculina; no plano mais geral na relação com o Estado; e ainda na esfera da família.

O patriarcado na acepção feminista mais ampla pode ser a formação social em que os homens detêm o poder, ou seja, o poder é dos homens ou do masculino (DELPHY, 2009, p. 173). É um sistema de dominação anterior ao capitalismo, em que “se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com a primazia masculina” (SAFFIOTI, 2004, p. 136). O patriarcado e o capitalismo representam duas faces de um mesmo modo de reproduzir e produzir a vida, definindo “o patriarcado como consubstancial ao capitalismo e aos outros modos de produção que o precederam” (CASTRO e LAVINAS, 1992, p. 236).

As relações na organização social patriarcal são regidas por princípios básicos e hierárquicos, onde as mulheres estão subordinadas aos homens (NARVAZ e KOLLER, 2006). Esse tipo de organização social construído sob o molde patriarcal estabelece funções sociais e sexuais em que o homem (o masculino) está em vantagem em detrimento às mulheres, já que valoriza mais as atividades masculinas em relação às atividades femininas, legitimando assim o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia das mulheres. Reforça a “supremacia masculina, reservando exclusivamente ao macho” as atividades da esfera da produção e do público e “condenando as mulheres aos trabalhos domésticos e ao tratamento das crianças” (MILLET, 1970, p. 147; SCOTT, 1993).

Tendo como base Mary Castro e Lena Lavinas (1992), pode-se considerar o patriarcado como um conceito típico-ideal, a-histórico, referindo-se às várias formas históricas de organização da sociedade, desde que o patriarca seja o centro de uma comunidade doméstica. Essa concepção weberiana entende o patriarcalismo como uma situação na qual, dentro de uma associação fundamentalmente econômica e familiar, a

dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, estando determinada por regras hereditárias fixas (WEBER, 1964, p. 184 apud MACHADO, 2000). Nesse caso, o conceito de patriarcado de Weber possui delimitações históricas visíveis e é apropriado para períodos anteriores aos tipos de dominação em que o Estado se afirma. Pois a dominação era imposta pelo “senhor” detentor da lei, e sua dominação se constituía nos espaços das comunidades domésticas (formas sociais mais simples).

Para Lia Zanota Machado o conceito de patriarcado,

(...) ainda que seja e possa ter sido utilizado em configurações teóricas marxistas e não tanto weberianas, sendo denominado uma forma de “*dominação e exploração*” (SAFFIOTTI, 1992), ou “*sistema de opressão da mulher*” (DELPHY, 1981) ou “*relações sociais de reprodução organizadas na família e que designam à mulher o trabalho reprodutivo*” (PENA, 1981), aponta obrigatoriamente para a circunscrição de momentos históricos onde esta forma de dominação (ou de dominação-exploração, ou de ideologia ou de opressão) tenha lugar (MACHADO, 2000, p. 3).

A formulação de patriarcado nesta perspectiva, mesmo contando com relativizações históricas, se mantém como referência determinante a uma estrutura fundada nas bases materiais da sociedade, onde é fundada também a divisão sexual do trabalho. É o que Elisabeth Souza-Lobo (1992) em “*O Trabalho como linguagem: o gênero do trabalho*” critica, ou seja, o uso do termo em seu caráter a-histórico, fixo e determinante.

Considerando o patriarcado segundo análise de Carole Pateman em “*O contrato sexual*”, o mesmo não está localizado exclusivamente na esfera privada e nem é puramente familiar, pois a sociedade civil em sua totalidade é patriarcal. A transição dos homens de uma esfera a outra, regida pelo mandato da lei do direito sexual masculino, concede aos mesmos o poder natural de domínio sobre os outros indivíduos, sobretudo às mulheres. Então, “as mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública; de fato, o direito patriarcal dos homens é o principal suporte estrutural unindo as duas esferas em um todo social” (PATEMAN, 1993, p. 167).

A autora apresenta três formas de argumentação sobre o patriarcado, no sentido de simplificar os complexos debates e algumas possíveis confusões: o patriarcado tradicional, o clássico e o moderno. Os argumentos acerca do pensamento tradicional patriarcal tinham como base para entender as relações de poder, a família comandada pela autoridade paterna, fornecendo assim um modelo ou metáfora para entendê-las. Esse pensamento também envolve histórias, especulações e hipóteses acerca do surgimento da sociedade política a partir da família patriarcal ou da reunião dessas diversas famílias.

A argumentação do patriarcalismo clássico foi criada por Robert Filmer (apud PATEMAN, 1993) e ressaltava que “os poderes político e paterno não eram simplesmente análogos e sim idênticos” e justificava essa declaração baseado na monarquia, onde “os reis eram pais e os pais eram reis”, rompendo assim com a teoria tradicional patriarcal. Filmer desenvolveu uma extensiva teoria do direito e da obediência políticos, mas que teve uma “vida” muito curta. Na concepção clássica do patriarcado, “os filhos nasciam submetidos aos pais e estavam, portanto, a eles submetidos politicamente. (...) O direito político era natural e não uma convenção (...) e o poder político era paternal, originado no poder da reprodução do pai” (PATEMAN, 1993, p. 45).

Já o patriarcado moderno, era considerado fraternal na sua forma, contratual e estruturava a sociedade civil capitalista e mantinha o direito natural conjugal na relação de poder dos homens sobre as mulheres e as premissas do pensamento patriarcal tradicional. O patriarcado moderno abrange o contrato do casamento, onde os „indivíduos civis formam uma fraternidade porque eles estão unidos por um vínculo enquanto homens. Indivíduos compartilham o interesse comum de manter o contrato original%o que legitima o direito masculino, permitindo aos homens obterem „benefícios materiais, psicológicos a partir da sujeição das mulheres%(PATEMAN, 1993, p. 168).

Para Lia Zanota Machado as relações patriarcais implicam “um sentido totalizador, seja na versão adjetiva ou substantiva, levando ao empobrecimento dos sentidos contraditórios das transformações” e que “as transformações sociais contemporâneas dos lugares das mulheres e dos homens e dos sentidos das diferenças de gênero, fogem ao aprisionamento do termo *patriarcado*” (MACHADO, 2000, p. 3)

A partir das concepções apresentadas sobre patriarcado e suas implicações nas relações sociais e, sobretudo, nas relações de dominação e opressão sobre as mulheres, torna-se relevante ressaltar a importância que a análise do patriarcado adquire nessa pesquisa. No caminho da participação das mulheres no Movimento Sem Teto, em direção ao empoderamento e à conquista da cidadania, é possível encontrar entraves referentes à dominação e poder, que impedem a inserção das mulheres nas instâncias de tomada de decisão do Movimento, dificultando o alcance das demandas oriundas da vida cotidiana nas ocupações (demandas consideradas importantes na perspectiva das mulheres).

A existência de uma estrutura patriarcal contemporânea, que se modificou ao longo da história em suas formas e padrões sociais, ainda molda as relações de poder estabelecidas na sociedade de hoje. No nosso caso, no interior e fora do Movimento Sem Teto, o patriarcado assume novas formas na sua diversidade de ações e relações, incorporando concepções tradicionais de práticas machistas e de dominação, ainda presentes nas divisões sexuais do trabalho no interior do Movimento e no cotidiano de suas atividades deliberativas, de resistências, de negociações, ou seja, de luta pela moradia.

Nas ações cotidianas do Movimento é possível perceber a divisão (explícita ou não) do destino das funções de prestígio, poder e privilégios concernentes ao espaço público aos homens. Em contraposição às práticas domésticas, do cuidado, da “natureza” reprodutiva são destinadas às mulheres, como condizentes à esfera privada e menos valorizada histórica e socialmente.

As frequentes práticas de dominação e exploração vivenciadas pelas mulheres do Movimento Sem Teto nas diversas relações de poder são disseminadas e reproduzidas nas instâncias de decisão e nas relações de base do Movimento, no decorrer das atividades cotidianas nas ocupações e nas relações familiares/domésticas (trabalho reprodutivo).

Nas instâncias de decisão isso pode ser visualizado no número de mulheres que ocupam os espaços deliberativos e de negociação entre o Estado e o Movimento. As mulheres, quando presentes nesses espaços, para terem suas ideias valorizadas no espaço público de poder e ser respeitadas enquanto liderança e coordenação no Movimento e fora dele. As mulheres nesses espaços vivenciam embates constantes entre os próprios “companheiros” coordenadores do Movimento, e por isso passam a “provar” o tempo todo, suas capacidades e competências como forma de legitimar a posição de “prestígio” conquistada.

Já na base do movimento (brigadas, núcleos, etc.), tem-se um número maior de mulheres (até pelo próprio tipo de atividade realizada nesse espaço, voltadas às relações diretas com problemas familiares, conjugais, problemas “naturalizados” como pertencentes à esfera do doméstico), mas as mesmas dificilmente se empoderam ao ponto de ascenderem às instâncias deliberativas do Movimento (salvo exceções, como dito anteriormente).

As dificuldades de ascensão da maioria das mulheres do movimento são decorrentes de diferentes aspectos, também oriundos do patriarcado, no qual torna o empoderamento das mulheres um desafio para romper com o poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero (COSTA, 2006). Aspectos referentes às pressões que as mulheres sofrem dentro e fora do movimento, decorrente dos machismos, sejam dos companheiros/maridos ou nas relações com atores do próprio Movimento. Pressões também em relação ao tráfico de drogas nas ocupações da periferia (onde vivenciam situações de ameaças durante as “negociações”), pressões de companheiros/maridos e familiares que não

aceitam a participação dessas mulheres em “cargos” mais relevantes (pois diminui sua permanência na casa), pressões policiais nos momentos de reintegração de posse. E ainda o Estado que em muitos momentos não “aceita” negociar com as mulheres.

A participação das mulheres passa a implicar, dentro da lógica patriarcal, no “abandono” do lar e dos cuidados com filhos/as para realizarem “coisas” que não são do domínio feminino, fora de casa. Muitas vezes o grau de dependência e a relação dessas mulheres com seus maridos/companheiros, interferem nos seus meios de sobrevivência, já que os próprios cargos de liderança e/ou coordenações, não permitem realizar atividades remunerativas para sustentar a família.

Mesmo as barreiras existindo e excluindo grande parte das mulheres do Movimento Sem Teto das instâncias de decisão e poder, algumas transpõem tais barreiras e rompem com as amarras do patriarcado, se empoderando no decorrer da luta pela moradia e na garantia de seus direitos enquanto cidadãs. Esse empoderamento advém da participação das mulheres na política do cotidiano do movimento, já que consideramos as atividades de garantia das necessidades da vida humana (específico do espaço privado) como atividades políticas e necessárias para a manutenção, existência e sobrevivência do Movimento Sem Teto. Se não existissem essas mulheres engajadas nessa política do cotidiano (são maioria), não seria possível construir e se manter um movimento social que tem como principal objetivo suprir uma necessidade básica, a moradia, que é considerada na sociedade patriarcal “o lugar” da mulher.

Admitir que o “patriarcado contemporâneo” (termo adotado por Lia Zanota Machado) se configura em um sistema de opressão das mulheres no Movimento Sem Teto, significa pensar nos limites que esse sistema acarreta no processo de empoderamento dessas mulheres, muitas vezes subjugadas à condição e “obrigação” “natural” do mundo doméstico, assumindo

sozinhas responsabilidades neste âmbito que as impede de avançar enquanto sujeitos políticos.

6.1.2 Cidadania Liberal

A cidadania moldada a partir de uma determinada conjuntura histórica assumiu um percurso que inicia na *polis* grega à modernidade, agregando diversas perspectivas e novos conteúdos ideológicos, na medida em que acompanham o processo de transformação das sociedades contemporâneas e suas respectivas complexidades. A elaboração de concepções diversas de cidadania vincula-se ao processo de construção de identidade política dos sujeitos sociais, de forma consistente ou contraditória ao modelo socialmente instituído de cidadania.

A cidadania tem forte inserção no cenário político a partir do século XVIII, no auge da Revolução Francesa, no debate sobre a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (aprovada em agosto de 1789 na Assembleia Constituinte). Para Vinzia Fiorino (1995, p. 78) a Revolução Francesa representa um momento “fundamental da construção da moderna categoria de cidadania”, permanecendo esse momento como elemento central nas definições das regras do jogo, constituindo-se enquanto ponto de referência para estudos que tenham como tema a cidadania. Devido a sua natureza política, a Revolução Francesa inaugura novas simbologias para a decomposição e reconstrução das relações entre governantes e governados, tal como a busca de regras que formalizem essas relações.

A cidadania é uma categoria patriarcal, onde “aquilo que um *cidadão* é, aquilo que faz e a arena onde atua, foram construídos à imagem masculina” (PATEMAN, 1993, p. 109). A cidadania a partir do contexto patriarcal e liberal impôs e impõe limites às conquistas das mulheres, impedindo-as de exercer a cidadania nos sentidos que lhe é garantida, excluindo-as do público e definindo o privado como o lugar natural das mulheres. Sendo assim, a esfera pública é um âmbito em que se constitui – embora com algumas conquistas para as mulheres

– as diversas formas de desigualdades, sejam elas de classe, raça ou gênero, onde as relações de poder, de sujeições e opressões se encontram presentes como se fossem “naturalmente” construídas (COSTA, 1998; ÁVILA, 2001).

Na concepção liberal de cidadania, discutida por Mary G. Dietz em o *Contexto é que conta: feminismo e teorias da cidadania*, as necessidades e capacidades dos indivíduos são concebidas como “independentes de qualquer condição social ou política imediata” (DIETZ, 2001, p. 7); dessa forma, os seres humanos são entendidos como “indivíduos racionais, com seu próprio valor intrínseco”. No princípio ético central da tradição liberal ocidental seria dever da própria sociedade garantir a liberdade de todas as pessoas para que estas pudessem realizar suas capacidades, ou seja, a sociedade teria a liberdade de buscar seus próprios bens a sua maneira. Para John Stuart Mill, a sociedade teria essa liberdade, no entanto, não poderia despojar os outros de seus próprios bens e nem impedir os esforços dos outros para obtê-los (MILL apud DIETZ, 2001, p. 7).

Aliada à questão da liberdade, tem-se a igualdade como outra característica intrínseca da concepção liberal de cidadania e princípio fundador dos sistemas políticos universalistas. Entre os diversos autores⁵⁷ que tratam deste princípio, os mesmos convergem no caráter de “que todos os **homens** foram criados **iguais** e merecem a mesma dignidade e respeito” e “a justiça social implica sufrágio igual onde cada pessoa deveria ser levada em conta” (DIETZ, 2001, p. 6-7). Com isso, os indivíduos possuem seus direitos e estes lhes são úteis para protegê-los das infrações ou interferências de outros indivíduos, para que sejam garantidas suas oportunidades, iguais aos demais, já que o cidadão é concebido como um indivíduo dotado de liberdade e é responsável pelo exercício de seus direitos.

Nesse caso, é livre a concorrência para o progresso de cada pessoa, onde muitos concorrem ao mesmo prêmio, e por isso, não há porque dar a vitória ao menos apto, ao mais

⁵⁷ John Locke, Bentham, Green, Spencer, etc. (DIETZ, 2001, p. 7).

fragilizado, ao menos preparado, em detrimento dos que tenham realizado maior esforço e mostrado mais habilidade. As pessoas mais aptas poderão, com seu talento e competência, servir melhor à coletividade, assim o desenvolvimento dos indivíduos, tanto no sentido material como cultural, está relacionado à vontade e capacidade de cada pessoa para atingir os melhores “lugares” e/ou posições.

Essa igualdade procura dar a cada um o que se lhe deve, segundo o seu mérito, *suum cuique tribuere*, como constava da máxima romana. Canoniza, pois, na aplicação institucional o critério diferenciador, fundado sobre aptidões naturais, capacidade intelectual, talento, caráter, propriedade. Era a consagração do conceito aristotélico da justiça distributiva, base de uma igualdade discriminadora, que importava tratar os iguais de modo igual e os desiguais desigualmente (BONAVIDES, 2009, p. 222).

As ideias de liberdade e igualdade individual durante a Revolução Francesa foram revolucionárias, principalmente, porque aboliram fundamentos que justificavam a subordinação ou a dominação de alguns indivíduos ou grupos de pessoas junto a outros grupos ou indivíduos (PATEMAN, 1993). Ou seja, tinham um caráter emancipatório, com a promessa de que a liberdade universal seria o princípio que atingiria a todos.

Carole Pateman (1993, p. 68) se referindo aos teóricos do contrato social, como Rousseau, por exemplo, ressalta que estes supunham as aptidões individuais e as condições sociais como uma possibilidade do indivíduo de aceitar o estabelecimento de uma relação de subordinação e/ou dominação criada por contrato, que torna essa relação legítima. O contrato social atribui a cidadania àqueles merecedores, ou seja, os que têm “virtude cívica da disponibilidade ativa para o serviço da coisa pública” (JELIN, 1987, p. 6 apud PAOLI, 1991).

A teoria clássica do contrato social seria o princípio da era moderna, uma doutrina também emancipatória com a promessa de liberdade e igualdade individual, em que as relações de subordinação e/ou dominação seriam estabelecidas entre as pessoas de maneira voluntária, através do livre acordo (contrato). Uma reivindicação revolucionária de liberdade e igualdade da época, onde “os indivíduos são naturalmente livres e iguais, ou nascem livres e iguais (PATEMAN, 1993, p. 66). Nesta concepção, a cidadania está relacionada à imagem

pública do indivíduo como cidadão livre e igual e não aos elementos que caracterizam a sua identidade e diferenças (DIETZ, 2001).

Para Eleni Varikas (2009, p. 116), a “igualdade foi uma das promessas inacabadas da modernidade”, onde as concepções de direito do cidadão e da cidadania moderna com sólidas raízes nas lutas e no imaginário da Revolução Francesa, pregava a liberdade do homem quando ele se colocava como cidadão, sendo essa liberdade garantida através da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A Declaração tornou-se um documento clássico para as democracias do mundo contemporâneo, tendo como diretrizes os princípios iluministas, baseados na liberdade e igualdade perante a lei, com a defesa inalienável à propriedade privada e ao direito de resistência à opressão.

Entretanto, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a afirmação dos princípios da universalidade e pluralidade dos direitos se fundamenta na lógica masculina dominante, separando o feminino do masculino a partir de princípios naturais ou da natureza. A noção de cidadania, representada simbolicamente como ideia central e ideal para os revolucionários franceses de 1789, se constrói em oposição e na exclusão do elemento feminino dessa noção, comprometendo a natureza igualitária da noção moderna de cidadania. Os revolucionários franceses em seus discursos enfatizavam a passividade da esfera familiar e privada como espaço feminino, enquanto à participação na esfera pública se constituía como o lugar da atividade e do poder masculino (FIORINO, 1995). Isso revela que:

O moderno conceito de cidadania foi construído no curso dos últimos dois séculos também pela expulsão do elemento feminino, expulsão que parece fundadora do próprio conceito. Em tal processo, a diversidade feminina é uma construção política e simbólica que serve para reforçar uma identidade masculina do poder (GROPPI, 1995, p. 17).

A evidência da exclusão do elemento feminino na construção do conceito de cidadania, é trazido à tona, a partir da crítica construída por mulheres inseridas no contexto da Revolução Francesa, na luta pelo reconhecimento social de seus direitos de cidadãs. Segundo

Ana Alice Costa (1998, p. 65), a Revolução Francesa foi um cenário público que teve o início da luta das mulheres como cidadãs de fato, ao trazer para a “cena política a questão da desigualdade feminina e a necessidade de realizar uma revolução na relação entre os sexos”.

Dentre essas mulheres, destaca-se Olympe de Gouges, revolucionária francesa, que lança o manifesto “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, reivindicando e afirmando o direito das mulheres como cidadãs e na elaboração feminina do ideal democrático, denunciando a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” como restrita aos componentes do sexo masculino.

Além de um manifesto pela busca da igualdade que não negue as especificidades do sujeito, a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” de Olympe de Gouges representa um substancial documento do ponto de vista histórico, pois permite mostrar o surgimento e/ou “nascimento” das mulheres enquanto cidadãs na França, pelo menos em relação às suas reivindicações. Entretanto, a validade desse documento se dá de forma paradoxal, já que De Gouges aceita o princípio da universalidade que está na base da “Declaração dos Direitos do Homem” e reivindica a diferença que hoje se define como “gênero”, que faz do casal (constituído por um homem e uma mulher), fundamento da nação para garantir o direito de todos. Ou seja, o princípio do universalismo dos direitos e a especificidade do feminino como suplemento, faz com que o elemento feminino some-se ao masculino e os dois juntos apareçam na base de uma nova sociedade igualitária. Esta universalidade tem invisibilizado as mulheres e todos os demais setores excluídos do modelo hegemônico (masculino, branco e trabalhador) (BONACCHI, 1996; VARGAS, 2000).

Em pouco tempo, as mulheres conseguiram mudanças significativas e inimagináveis nos direitos civis e nos costumes; era a liberação da mulher em quase todos os sentidos. Mas essa liberação tem limites: não chega à estrutura do poder. À mulher, é concedida a autonomia civil, mas não a autonomia política, a cidadania. A igualdade só é possível na sociedade e no matrimônio, mas o poder político continua pertencendo exclusivamente aos homens. É necessário manter a prerrogativa patriarcal. As mulheres conseguem penetrar no espaço da Revolução, mas não logram transformá-la de fato (COSTA, 1998, p. 65).

Eleni Varikas (2009, p. 118) fala que o princípio da igualdade foi construído nos últimos séculos em oposição às diferenças (reais ou imaginárias) existentes entre homens e mulheres, ou seja, para que as mulheres tivessem o pleno reconhecimento tanto político quanto social, elas deveriam se adaptar a uma norma masculina, ou melhor, deveriam “tornar-se (como) homens”. E para que suas demandas fossem admitidas em uma sociedade “que leva em conta as diferenças em relação aos homens”, teria que reforçar “o regime de exceção” em que as mulheres são objeto, condenando-as a uma “incorporação” específica enquanto mulheres, ou seja, “homens imperfeitos”. O que Eleni Varikas retrata são *dilemas da igualdade*, tanto do ponto de vista conceitual no sentido de pensar a libertação das mulheres ou como estratégia eficaz na defesa de seus direitos.

Outra forma de pensar a cidadania é através dos trabalhos clássicos de T. H. Marshall (1967), que desenvolveu sua teoria sociológica da cidadania baseada na realidade da sociedade britânica, em meados do século XX e incluiu nessa teoria os direitos e obrigações inerentes à condição de cidadão. Para Marshall a cidadania se constituía no verdadeiro elemento de mudança social (no contexto da realidade industrial) e a expansão desses direitos corresponderia ao fortalecimento de direitos previamente adquiridos, com a incorporação de novos grupos ao Estado. Nesse caso, “a expansão dos direitos é parte de um processo de democratização, entendida como aquisição por parte das classes inferiores dos direitos originalmente criados pela e para as classes superiores” (VIEIRA, 2001, p. 40).

Marshall (1967) em suas análises entende cidadania como a participação integral do indivíduo na comunidade política, realiza uma tipologia dos direitos da cidadania através de três elementos que os constituiriam, quais sejam: os elementos civis, políticos e sociais e que nos permite discutir analiticamente a cidadania como um constructo de múltiplos níveis, aplicado às pessoas de diversas coletividades.

Para o autor, os três elementos da cidadania não são, nem estão separados. O elemento civil está “composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé religiosa, direito à propriedade e de realizar contratos válidos e o direito à justiça” (MARSHALL, 1967, p. 63). O elemento político está relacionado ao direito do membro de uma instituição dotado de autoridade política ou como eleitor dos membros dessa instituição (parlamento e conselhos do governo local), de participar no exercício do poder político. Já o elemento social abarca desde o “direito ao mínimo de bem-estar econômico e seguridade até o direito de compartilhar plenamente a herança social e viver uma vida de um ser civilizado, segundo os padrões predominantes da sociedade” (MARSHALL, 1967, p. 64). As principais instituições que representam o elemento social de cidadania são os sistemas educativos e os serviços sociais (MARSHALL, 1967; ÁVILA, 2001; BARREIRO e RIQUELME, 1995).

Marshall (1967), neste estudo, mostra uma linearidade na construção da cidadania britânica, com aquisição, respectivamente, dos direitos civis, políticos e sociais, nos séculos XVIII, XIX e XX. A concepção dos três elementos da cidadania permite novas análises para Marshall, no que se refere a dois processos antagônicos, que caminharam concomitantemente, o capitalismo e a cidadania. Esses processos podem ser considerados antagônicos, principalmente, porque o capitalismo enquanto um sistema se fundamenta na desigualdade e a cidadania no princípio da igualdade.

A forma em que esses dois processos caminharam pode ser entendida na medida em que um dos elementos da cidadania – os direitos civis – passa a ser indispensável para uma economia de mercado competitiva. Isso proporcionava a cada homem o poder de participar como uma unidade independente na concorrência econômica, como parte de seu *status*⁵⁸

⁵⁸ De acordo com Carole Pateman (1993, p. 26) o *status*, neste contexto, no sentido de Henry Maine, “é utilizado para se referir mais genericamente a atributo; os seres humanos ocupam certas posições sociais em função de suas características, tais como sexo, cor, idade, e assim por diante”.

individual, a partir do contrato moderno que consolida o acordo entre os homens livres e iguais em *status*, mas não necessariamente em poder.

A cidadania para Marshall (1967) pode ser entendida como “um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*”, exigindo assim,

(...) um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquirido (MARSHALL, 1967, p. 84).

No século XX, os direitos sociais são incorporados ao *status* de cidadania, ficando mais evidente o antagonismo entre capitalismo e cidadania. Marshall então direciona sua análise para o antagonismo entre os direitos civis (consagram a proteção do indivíduo contra o Estado) e os direitos sociais (devem garantir o direito a uma renda real, desconsiderando o valor de mercado, com benefícios assegurados pelo Estado). Entendendo que a cidadania está em conflito com o capitalismo, na medida em que esta “colide com as condições do capitalismo e seu exercício gera conflitos” (VIEIRA, 2001, p. 41), pois para Marshall com os direitos sociais pode existir uma maior probabilidade de contestação às desigualdades econômicas.

Algumas pesquisas⁵⁹ revelam que a cidadania não ocorreu dessa forma, na própria Inglaterra, passando por processos diferenciados de evolução em várias regiões, em função das diferentes capacidades organizativas e de uso do âmbito público, já que existem diversas formas de interação entre as instituições e diferentes culturas políticas. Não se pode simplesmente considerar o conceito de cidadania de Marshall como **universal**, já que sua construção se deu em um contexto totalmente diferente da realidade da América Latina, da sociedade brasileira e contemporânea, mas, torna-se fundamental utilizar seus três elementos

⁵⁹ ÁVILA (2001); BARREIRO e RIQUELME (1997); SOMERS (1993).

como fontes de inspiração para as transformações sociais e ampliação de direitos. “A cidadania deve ser um eixo, ou uma inspiração para conduzir processos libertários e nunca deve ser tomada como um modelo determinado por uma nova ordem social” (ÁVILA, 2001, p. 26).

Enquanto o liberalismo como “doutrina política, ressalta a importância do indivíduo, da defesa das liberdades individuais, da garantia da livre iniciativa econômica, [...] e, sobretudo, o direito à propriedade privada” (COSTA, 1998, p. 59), é na esfera do privado que a mulher, por extensão, torna-se propriedade do homem. Assim, a teoria liberal mantém as mulheres fora da esfera pública. Isso nos leva a pensar que a forte tradição liberal de cidadania, supõe que os indivíduos possuem igualdades de condições, direitos e deveres, e, nesse caso, as desigualdades/diferenças existentes na sociedade, como raça, classe, gênero e etc., não se tornam relevantes para a formulação e construção da cidadania plena (DIETZ, 2001; YUVAL-DAVIS, 1997; ÁVILA, 2001; COSTA, 1998).

Na formulação do pensamento liberal não existe igualdade, fraternidade e liberdade para as mulheres, pois as mesmas permanecem restritas à esfera da reprodução, em que sobressai a paixão, o instinto e a irracionalidade, pois a racionalidade e inteligência cabem aos homens livres. A ausência de igualdade na prática e que se esconde atrás do princípio das oportunidades e acesso iguais, construído pela tradição liberal, nos leva a pensar em como muitas realidades sociais e desigualdades são suprimidas pelo discurso universal de cidadania, tal como a subordinação das mulheres aos moldes masculinos (DIETZ, 2001; COSTA, 1998; PATEMAN, 1997).

Mesmo considerando a luta das mulheres ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, que vem desde a Revolução Francesa, como uma forma de buscar o direito de igualdade em relação aos homens, um dos grandes objetivos do movimento feminista contemporâneo, nos debates sobre cidadania, é desconstruir essa “igualdade”. Como afirma Mary Dietz, o acesso

igual não basta, pois as mulheres continuarão presas a uma rede de conceitos liberais, como direitos, interesses, contratos, etc. (DIETZ, 2001).

Sendo assim, pode-se pensar de forma pontual, que a cidadania na perspectiva liberal é menos coletiva e política e mais uma ação individual e econômica da sociedade, já que cada pessoa possui o direito de buscar seus interesses (bens) “livremente” e em condições “iguais” no mercado, ou seja, nas esferas econômicas e sociais. No entanto, esse tipo de cidadania, que requer cidadãos livres e capazes de exercer seus direitos, desconsidera as diversas condições de opressão em que subordina às mulheres: seja na sua “condição de gênero oprimido” que as impede de exercerem plenamente a cidadania; na sua “vulnerabilidade física”, através do medo de sofrerem violência física, dentro e fora do lar, que as mesmas deixam de se envolver em atividades públicas, por não deterem seus próprios recursos financeiros para sobreviver, são submetidas às demandas e ameaças do companheiro; submissão à ideologia da feminilidade e, por fim, a dupla jornada de trabalho, no lar e fora dele, o que lhes garante menos tempo para se envolver na esfera política como cidadãs (JAMES, 1992 apud COSTA, 1998, p. 71; DIETZ, 2001).

Ana Elisabetta Galeotti em *Cidadania e Diferença de Gênero: o problema da dupla lealdade* (1995, p. 236) constata que as sociedades liberal-democráticas não reconhecem de forma efetiva a cidadania às mulheres e faz uma relação desse debate com o pensamento liberal. Para ela, mesmo com o avanço do pensamento liberal, com abertura às demandas do pluralismo existe efetivamente um consistente núcleo “que resiste em reconhecer as diferenças sociais como diferenças de grupo, irreduzíveis a simples reivindicações de cada um de seus membros, com vistas à conquista de direitos individuais”. Na medida em que acontece essa redução, a busca pelo reconhecimento público enquanto grupo definido pela diferença de gênero e não como pessoas individuais – no caso específico das mulheres – é desvirtuada.

A categoria cidadania, elaborada sob os moldes do pensamento liberal, é adotada como cidadania universal, tipicamente masculina, em que exclui as mulheres e não as reconhecem efetivamente como cidadãs e ainda não considera a condição de sujeição e opressão nas quais as mesmas são impostas (COSTA, 1998; VARGAS, 2000).

Assim, ao tratar de cidadania torna-se fundamental levar em conta os contextos sociais, as diversas realidades em que estão inseridas as diferentes personagens e questões relacionadas à classe, à raça e ao gênero, para com isso romper os limites do significado de cidadania, principalmente em situações em que o foco principal são as mulheres. Esse rompimento com os limites conceituais da cidadania (universal) é necessário devido à imbricação das desigualdades de classe, gênero e raça serem alimentadas pelo individualismo, de caráter mercantil, o qual caminha em direção oposta a “qualquer compromisso ético e social” (ÁVILA, 2001, p. 26).

Ou seja, significa também romper com os limites impostos pelo patriarcado como princípio organizador das relações sociais, e que deixa profundas marcas nas relações de gênero, pois a cidadania sob a ótica patriarcal incorpora concepções machistas e não igualitárias, concentrando na figura do homem todos os direitos e poder de decisão. Isso se dissemina em formas variadas de discriminação, sejam nas leis (ou ausência delas) para as mulheres ou nas representações sociais desiguais. Já que a cidadania (universal) incorpora traços essencialmente masculinos em suas normas e regras, garantindo a cidadania às mulheres desde que seu comportamento esteja dentro destes padrões patriarcais.

6.2 CIDADANIA EM FOCO: Dimensões e Perspectivas para Mulheres Sem Teto

A proposta deste item foi pensar algumas perspectivas e dimensões da cidadania (*ou cidadanias*) que merecem destaques neste estudo, no sentido de entender as dinâmicas dos direitos e responsabilidades que os/as cidadãos/ãs têm com a comunidade política a que

pertencem e analisar o papel e/ou lugar das mulheres na construção da cidadania feminina. Intercalada a essa discussão, foram realizadas articulações de algumas falas de mulheres, “vozes” desta pesquisa, com as teorias aqui apresentadas.

No artigo *Una reflexión feminista de la ciudadanía*, Virgínia Vargas (2000) analisou as perspectivas e dimensões da cidadania no sentido de rastrear e evidenciar as dinâmicas de exclusão e inclusão na relação de construção *das cidadanias* femininas. A autora traz o termo no plural no sentido de mostrar que existem diversas perspectivas de análise da cidadania (histórica, estrutural, comparativa), tal como o “lugar” das mulheres em cada uma delas. Essa evolução e construção das diferentes perspectivas e/ou dimensões da cidadania não foi linear, e nem seguiu uma mesma direção. Foi um processo que teve rupturas, retrocessos e recuperações de conteúdos “perdidos”.

A perspectiva histórica da cidadania apresentada por Virgínia Vargas mostra a formação da cidadania e o surgimento das pessoas com direitos e as condições econômicas, sociais e políticas em que esses direitos foram conquistados. Sob o ponto de vista histórico é possível perceber que a maioria das mulheres foram excluídas do processo de construção da cidadania, porque a cidadania feminina foi construída dependente da construção da cidadania para os homens. Para a autora, a perspectiva histórica serviu de base para entender os direitos “cidadãos” femininos, como o voto, acesso à educação e aos métodos anticoncepcionais e o impulso que esses direitos possibilitaram às mulheres na formação de uma consciência cidadã.

Já a perspectiva estrutural permite entender como é a cidadania, seus traços, características, consistências, em que condições de igualdade ou desigualdade se alcança todos os direitos (civis, sociais e políticos) e quais são as dimensões da cidadania que estão mais desenvolvidas em uma pessoa ou em um grupo de pessoas (VARGAS, 2000).

En lo caso de las mujeres, este análisis nos permitirá analizar las brechas o distancias ciudadanas que existen tanto de las mujeres en relación a los hombres como de las mujeres entre sí y de grupos específicos de mujeres con grupos específicos de hombres en condiciones geográfico-culturales, socioeconómicas y políticas se desarrollan (las brechas de género entre mujeres y hombres son

mayores en las zonas rurales que en las urbanas, pero también entre lo rural y lo urbano; las brechas étnicas son mayores en los hombres andinos que en las mujeres urbanas, y así sucesivamente) (VARGAS, 2000, p. 174).

A autora traz a perspectiva comparativa, que permite desenvolver uma análise da cidadania em diferentes lugares, podendo reconhecer que os direitos sociais de Marshall não têm sido resultado da riqueza existente senão da pobreza. Virgínia Vargas ressalta que a pobreza (não a extrema) tem impulsionado o envolvimento significativo de mulheres em torno da luta pela sobrevivência, no que se refere à busca por direitos relacionados às necessidades básicas, como: moradia, saúde, educação, etc. Seja através de movimentos sociais em geral ou de mulheres, aproximando muitas delas pela primeira vez da noção de direitos e da possibilidade de cidadania.

A necessidade material ou a pobreza foram/são motivos que de certa forma levaram e levam ainda muitas mulheres a se inserirem nas ocupações do Movimento Sem Teto na cidade de Salvador. Inicialmente essa inserção se dava por motivos imediatos de sobrevivência, como a conquista da casa ou de um terreno para “sair” do aluguel, devido à falta de emprego ou trabalho que proporcionasse condições de sustento para essas mulheres e seus familiares, impedindo assim a aquisição de moradia própria, como pode ser percebido nos depoimentos abaixo:

Porque eu morava de aluguel (...) não tinha onde morar e vim morar de aluguel. Certa feita, um pessoal que tinha lá na suburbana, falando dessa ocupação daqui e aí eu disse: me leve lá. E me trouxe e eu vim. Todo dia de manhã eu vinha atrás do seu Zé Bambá. Passava o dia todo aqui, até o dia que ele pôde sair comigo pra me arrumar um pedaço de um terreno pra eu fazer um barraco (...) (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MSTs – SETEMBRO DE 2007 – 63 ANOS).

(...) eu morava de aluguel e já tava devendo muitos meses. Não tinha dinheiro pra pagar. Um dia eu tava indo trabalhar, fazer uma faxina, aí quando eu passei, eu vi a ocupação, aí eu fui e fiz a faxina. Na minha volta, eu saltei aqui, cheguei e conversei com quem tava na linha de frente (...) aí ele mandou que eu viesse no outro dia. Aí eu fiquei de seis e trinta da manhã até seis horas da tarde pra conseguir esse pedaço de terreno (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – MARÇO DE 2007 – 46 ANOS).

Eu morava de favor na casa de uma senhora antes de vim pra ocupação, e aí precisava de um lugar pra morar. Paguei muitos anos de aluguel e espero agora poder conseguir minha casa (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – ABRIL DE 2007 – 34 ANOS).

(...) porque quando você mora de aluguel, você paga e na mesma hora tá devendo de novo (...) tinha dia que eu não tinha condição de comprar nem uma alimentação pra eu comer (...) (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MSTS – MOVIMENTO – MAIO DE 2007 – 29 ANOS).

As falas acima são de mulheres de gerações e origens diferentes, que procuraram as ocupações do Movimento, mas que sofriam com problemas semelhantes imbricados à questão do desemprego e à crise habitacional, como: a falta de moradia, de trabalho formal, as más condições financeiras, a dependência de ajuda de outras pessoas e a falta de comida. Esses problemas são fenômenos sociais oriundos do modelo de desenvolvimento econômico e social excludente do sistema capitalista, caracterizado pela má distribuição de renda e da riqueza, em que os mais pobres são os que mais sofrem os problemas de desajustes urbanos, sendo as mulheres pobres e negras as primeiras a sentirem o peso de tais desajustes, devido a cultura sexista e de discriminação que dividiu e divide sexualmente o acesso a bens necessários à sobrevivência, dando aos homens os privilégios da esfera pública (trabalho e renda) e para as mulheres as obrigações da esfera privada (cuidado com as/os filhas/os e a responsabilidade pela manutenção da casa).

Todos esses problemas foram entendidos nessa pesquisa como obstáculos à sobrevivência dessas mulheres e seus familiares, já que foram excluídas de direitos sociais diversos (trabalho, alimentação, moradia) e serviços públicos necessários para a melhoria da qualidade de vida.

Na análise das falas das mulheres e nas observações do cotidiano das ocupações, foi possível evidenciar mais elementos que contribuem para enfatizar a condição de pobreza (falta de moradia, alimentação deficiente, por exemplo), as desigualdades sociais e econômicas, como propulsoras do processo de exclusão das mulheres. Tal cenário nos mostrou uma continuidade do processo de discriminação das mulheres, excluídas historicamente da construção da cidadania, impedidas de ter acesso de fato aos direitos de

cidadãs e da cidadania objetiva, sobretudo no que se refere ao acesso à propriedade e controle de bens na esfera pública.

É nesse contexto que várias mulheres entrevistadas, com perfis diversos, se inseriram no Movimento e passaram a ter oportunidades (não que essas tenham sido as únicas oportunidades) de conhecer sobre a possibilidade de ter direitos, já que foram através das inserções nas ocupações que muitas mulheres começaram a ter informações sobre o que é um movimento social. Esse tipo de conhecimento foi possível de perceber na medida em que essas mulheres vivenciavam as atividades cotidianas que faziam parte do Movimento, como as reuniões, assembleias, manifestações, etc. Isso pode ser visto nas palavras de uma das coordenadoras sobre o desconhecimento de mulheres e homens, acerca do significado político desse tipo de organização coletiva, mas que no decorrer do trabalho e com o convívio nas ocupações essa concepção inicial se modificou:

Muitas pessoas, a maioria mulheres/mães que chegam aqui nas ocupações são aquelas que moravam de favor, não tinham condições de pagar aluguel sozinhas e sem ter contato com a gente, viram nas ocupações a possibilidade de resolução de seus problemas. Então chegaram chamadas pela ocupação, pelas atividades que aqui ocorriam. Existem pessoas aqui que nunca participaram do Movimento e que nem sabia o que era um Movimento ou o que é um Movimento. Na realidade muitas pessoas chegam aqui com preconceito em relação ao Movimento. Depois mudam com o trabalho que é feito para informar as pessoas sobre o que é Movimento. Então muitas pessoas começaram a conhecer o Movimento a partir do convívio nas ocupações (ENTREVISTA DE UMA COORDENADORA DO MOVIMENTO – MAIO DE 2007).

Esse tipo de inserção (“participação”) motivada a princípio pelas más condições sociais e carências diversas pôde levar mulheres e homens a aumentarem as chances de se perceberem e serem vistas/os como merecedoras/es de certos níveis de cidadania social, pois de forma coletiva (depois de um tempo inseridos no Movimento), passaram a exigir também dos governos (Estado) o reconhecimento coletivo e a garantia dos direitos sociais de receber “ajuda” e ajudar aos/as outros/as, beneficiando a comunidade como um todo.

Na concepção de Marshall (1967) a cidadania social é o conjunto de direitos e obrigações que possibilita a participação igualitária **de todos os membros** de uma

comunidade nos seus padrões básicos de vida, e permite que as pessoas compartilhem da herança social e tenham acesso à vida civilizada segundo os padrões prevaletentes na sociedade. Entretanto, o que percebemos a partir de leituras e a própria pesquisa de campo foi que essa participação igualitária é diferente entre homens e mulheres, já que por diversas questões as mulheres foram excluídas da construção da cidadania e isso infere nas consequentes desigualdades sociais das mulheres na sociedade capitalista e liberal. Os direitos e obrigações **dos cidadãos** foram construídos a partir de uma concepção do masculino e sob a ótica dos homens e por isso não têm o mesmo significado para as mulheres, que consequentemente foram restringidas da conquista das heranças sociais relatadas por Marshall.

A cidadania social depende, nesse caso, da disponibilidade de relações sociais e de um “sentimento” de identidade e obrigação comuns. Isso porque, considera-se a cidadania social como aquela que necessita tanto da participação ativa da comunidade – seja no exercício formal ou informal dos direitos, onde esses direitos são também obrigações e responsabilidades – quanto da qualidade dos serviços prestados à comunidade. Isso é possível nas falas a seguir:

Meu maior medo é de eu tá aqui **com outras pessoas** esse tempo todo no Movimento, na ocupação, na luta, nas passeatas, e na hora da decisão dos políticos, né, a gente perder a batalha, eu perder minha casa e **não ter direito a minha casa** (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – SETEMBRO DE 2007 – 47 ANOS).

Eu tenho muito medo hoje é a gente sair daqui e perder nossos direitos... hoje o meu medo é esse só, principalmente aqui (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – ABRIL DE 2007 – 78 ANOS).

A moradia, nas vozes dessas mulheres, ao mesmo tempo em que representa um direito social individual é também um direito social coletivo, na medida em que beneficia a comunidade como um todo (“**outras pessoas**”). Ou seja, a conquista da casa e de serviços coletivos, como condições adequadas para moradia, torna-se muito mais difícil a partir da ação individual. Porém, a ação coletiva, para essas mulheres, pode garantir as conquistas de

forma mais “fácil” a partir da organização de pessoas que tenham essas mesmas necessidades, como na luta pró-habitação do Movimento Sem Teto na cidade de Salvador.

Numa das falas, também é possível perceber que, mesmo sendo a organização das pessoas em ações coletivas um dos meios fundamentais para a conquista de um objetivo comum (moradia), existem outras personagens envolvidas nesse processo. Na visão dessa mulher, que acaba influenciando negativamente “*na hora da decisão*”, na garantia dos direitos sociais das pessoas ali organizadas, como as instituições políticas e governamentais, sobretudo na figura dos “*políticos*”, em sua maioria, desacreditados e não percebidos como aliados para proporcionar alternativas de melhorias nas condições de vida dos que necessitam.

Ainda na concepção de Virgínia Vargas (2000), duas formas de análises da cidadania são levantadas, a subjetiva e a objetiva, que não podem ser entendidas de forma isolada dos contextos e das outras perspectivas explanadas anteriormente, pois são um *continuum* que detêm as diferentes dimensões em diferentes momentos.

Sobre isso podemos pensar a cidadania a partir das vozes de três mulheres ocupantes do Movimento:

(...) eu acho que a cidadania é o direito que todo o ser humano tem, que é você exercer o direito de ir e vir, o direito de você ser respeitado, de você respeitar, porque cidadania não é só você ser respeitada, é você respeitar também (...) (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – 47 ANOS – MAIO DE 2007).

(...) cidadania é você participar de tudo, é ter direito de opinar entendeu? Então cidadania pra mim, é isso, é você colaborar com o que você possa colaborar na questão de saúde, de moradia, ou na política, ou em questão de escola (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – 41 ANOS – ABRIL DE 2007).

(...) é você ter o seu direito, de participar, de debater, de se envolver, de ganhar, de conquistar, de lutar. Chegar e debater uma coisa, seus direitos, ou falar o que tá havendo de errado e certo. Pra mim cidadania, no meu modo de pensar, é assim (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – 29 ANOS – MARÇO DE 2007).

Nos depoimentos acima identificamos as duas perspectivas colocadas por Virgínia Vargas acerca da cidadania: a cidadania objetiva e a subjetiva, sob três olhares diferentes, mas que de certa forma se entrecruzam. A ideia da cidadania objetiva foi percebida nas falas no

momento em que as mulheres se referem ao direito de ter direitos (“*é você ter o seu direito*”, “*ter direito a opinar*”), e na responsabilidade que um cidadão ou cidadã tem que assumir para que seus direitos sejam garantidos, “*respeitar os direitos dos outros*”. Todas de alguma forma associam à cidadania as questões dos direitos e deveres.

Nessas falas foi possível entender também as percepções dessas mulheres em relação à existência real de direitos e responsabilidades, pois na medida em que elas relatam que têm direitos, os deveres automaticamente são apontados por elas como pertencente à construção da ideia de cidadania.

Entre os direitos que existem, os direitos da participação e da opinião são ressaltados em uma fala, pois “*cidadania é você participar de tudo, de opinar entendeu?*”, implicando numa concepção subjetiva dessa mulher, em relação ao sentimento de pertencer a um determinado grupo ou exercer sua cidadania, através da participação, da colaboração com grupos ou instituições que proporcionam serviços coletivos, o sentimento de pertencimento social vem na medida em que essa mulher colabora “*na questão de saúde, de moradia, ou na política, ou em questão de escola*”.

Ainda foi possível perceber uma diferenciação entre o grau de conhecimento dessas mulheres sobre a cidadania, reconhecendo de forma parcial os direitos, tal como o que deve ser feito para “merecê-los”. Algumas concepções se restringiram somente aos direitos e deveres, limitando assim o entendimento acerca das outras dimensões da cidadania. Isso pode ser entendido como um reflexo da desvalorização que as sociedades fazem das cidadanias para as mulheres, já que as mulheres passaram ao longo da história da cidadania enfrentando barreiras subjetivas relacionadas a discriminações na realidade social e cotidiana, “gerando traumas, temores, impedindo-as de terem as mesmas oportunidades dos homens, mas levando em conta as diferenças” (VARGAS, 2000, p. 175).

Mesmo com limitações em relação às concepções de direitos, deveres e da própria cidadania, várias mulheres entrevistadas têm melhor percepção do “sentido real” da cidadania, talvez pelo fato de terem uma escolaridade maior em detrimento a outras entrevistadas, e por participarem de ações formativas dentro das ocupações e em ações desenvolvidas pelo Movimento Sem Teto fora desses espaços.

As concepções e/ou percepções sobre a cidadania das entrevistas apresentadas anteriormente, não correspondem às concepções de todas as mulheres inseridas no Movimento (como podemos ver nas falas abaixo). Isso pode estar relacionado à própria condição social em que essas mulheres se encontram de pouco conhecimento, baixa ou falta de escolaridade, o que contribui para restringir a concepção de ter direitos, deveres e cidadania à questão do bem material “casa” (pelos menos no contexto em que foram realizadas às entrevistas). Entretanto, as concepções de cidadania das mulheres parecem estar mais voltadas também às questões relativas a valores morais e de conduta: de serem honestas, ter caráter e não prejudicar outras pessoas.

(...) a gente viver bem, né, eu acho que é cidadania. Viver na paz, na tranquilidade, é chamar por Deus, porque primeiramente é Deus, e lutar pra vê se consegue o nosso cantinho, pois temos direito de ter uma casa pra ter uma paz melhor, né! (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – 56 ANOS – JUNHO DE 2007).

Pra mim eu sou uma cidadã, não porque eu sou uma pessoa honesta, é porque eu quero meus direitos e que não tenho hoje. Pra eu ser cidadã, a gente precisa ter nossa casa (...) (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – 46 ANOS – MARÇO DE 2007).

Cidadania (...) é uma pessoa que tem um direito, né! Uma pessoa que tem que andar pelo direito dela, ela tem que ter primeiramente o caráter dela, e aí correr atrás daquilo que ela precisar, então ela tem cidadania, então nós que somos Sem Teto sabemos nosso direito próprio (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – 78 ANOS – ABRIL DE 2007).

Assim, a perspectiva objetiva da cidadania é a dos direitos que de fato existem, é uma expressão objetiva da existência das pessoas submetidas às leis comuns, ou às regras comuns de vivência em sociedade. Já a perspectiva subjetiva, que afeta tanto os/as excluídos/as quanto os/as incluídos/as socialmente, se relaciona às questões de percepção que a pessoa ou grupo

tem de si e de como se coloca no mundo (seus temores, complexos de inferioridade ou superioridade, etc.), fundamental para afirmação ou negação do reconhecimento/merecimento de ter direito a cidadania.

Para Virgínia Vargas (2000, p. 177) a conquista de direito a cidadania a partir de baixo impulsiona a transformação das pessoas numa concepção subjetiva de cidadania, ao impor-se contra as tentativas homogeneizadoras do Estado, em que “todos” são tratados equivocadamente como iguais. *“El impulso ciudadano desde abajo evidencia un comportamiento más autónomo que busca convertir las demandas de ampliación ciudadana en derechos ciudadanos. Puede haber (...) estrategias de conquista y de cooptación al mismo tiempo”*.

Diante disto, considera-se que a cidadania se define por princípios democráticos e sua construção se dá também nos espaços de lutas, como os movimentos sociais e populares, os sindicatos e as instituições permanentes de expressão política, como os partidos, a legislação, etc. Ou seja, a cidadania exige instituições, mediações e comportamentos característicos próprios (CHAUI, 1984).

A cidadania neste contexto está relacionada à discussão referente à cidadania *passiva* (referente ao uso dos direitos) e *ativa* (quando as responsabilidades cidadãs são assumidas pelas pessoas), duas dimensões e/ou perspectivas que também se relacionam com a dinâmica dos direitos e responsabilidades dos/as cidadãos/ãs, em relação à comunidade política que fazem parte, e que será feita uma breve explanação acerca do mesmo.

A cidadania passiva pode ser entendida como aquela em que é outorgada pelo Estado, sob a ideia moral da tutela e do favor (BENEVIDES, 1994), onde os/as cidadãos/cidadãs são percebidos/as como sujeitos de direitos, que têm a proteção do Estado, mas, enquanto sujeitos políticos não têm nenhuma participação real e nem desempenha alguma ação nesse sentido (VARGAS, 2000).

Ao passo que a cidadania ativa é aquela que institui o/a cidadão/cidadã como portador/a de direitos e deveres, e que abrem novos espaços de participação política, tornando-se essencialmente criadores/as de direitos e deveres (BENEVIDES, 1994). Essa característica pode ser percebida na voz da entrevistada, ao se referir a suas responsabilidades enquanto membro do Movimento:

Estamos aqui para lutar por nossos direitos, e pela nossa casa. Estamos aqui pra o que der e vier. Se precisar fazemos até uma barreira humana se tentarem tirar a gente daqui, polícia, político, seja quem for. Queremos falar dos nossos problemas de moradia – falta de água, esgoto e mostrar a dificuldade, o descaso que passamos aqui – pro Governo. Ele é o responsável por essa situação. Eu digo, é aqui no Movimento que vou conseguir um terreno ou a casa, todo mundo que tá aqui também (ENTREVISTA COM UMA MULHER DA BASE DO MOVIMENTO – 38 ANOS – MAIO DE 2007).

A fala acima é de uma mulher militante que se encontra na base do Movimento Sem Teto, e tem a percepção sobre o seu papel no Movimento diferente de algumas mulheres que foram entrevistadas, pois ela se distancia da concepção passiva de cidadania. Esse distanciamento acontece na medida em que ocorre o maior envolvimento nas atividades da ocupação e os sujeitos assumem responsabilidades no âmbito público, no enfrentamento de situações de desigualdades, preconceitos, na cobrança de direitos sociais, como a falta de serviços básicos necessários à sobrevivência humana, como a moradia em condições adequadas.

A percepção dessa mulher acerca da existência de direitos sociais e que esses direitos deveriam ser garantidos pelo Estado – *Queremos falar dos nossos problemas de moradia, falta de água, esgoto e mostrar a dificuldade, o descaso que passamos aqui pro Governo. Ele é o responsável por essa situação* – e não o são, pelo menos no contexto de luta pela moradia em Salvador, corrobora com o significado da cidadania ativa, em relação à capacidade que as pessoas têm de realizar, de forma independente, julgamentos ou interpretações referentes aos assuntos públicos, tal como sua participação cidadã nesses espaços (VARGAS, 2000). A voz dessa mulher na esfera pública ecoa no sentido da construção de uma cidadania ativa, na

medida em que a mesma assume um compromisso no processo de conquista da casa, que não é só para ela, mas por um coletivo, se envolvendo em temas e enfrentamentos que afetam diferentes instâncias sociais do âmbito público, como a polícia e o governo.

Outro importante depoimento foi dado por uma coordenadora local do Movimento, que vive na ocupação de Escada a pelo menos três anos, e que até então nunca havia participado de nenhum tipo de movimento social. Essa entrevista foi importante nas análises seguintes, sobretudo no que se refere à percepção dessa mulher sobre a cidadania ativa no contexto da sociedade civil organizada.

(...) eu acho que cidadania é o meu trabalho dentro da ocupação, o que eu tô fazendo pelo povo né. O povo da ocupação da Escada é muito coletivo, nós temos nossas brigas, nossas diferenças, mas quando é pra lutar por um objetivo só, todo mundo tá junto. Seja em defesa da nossa moradia, dos nossos direitos, que são muitos, na busca por saúde, escola, informação, temos que estar unido (...) então eu acho que isso é uma cidadania. Fazer tudo no coletivo, uma união das pessoas, isso sim é ser cidadã (ENTREVISTA COM UMA COORDENADORA DA OCUPAÇÃO DE ESCADA – 30 ANOS – MARÇO DE 2007).

A fala da coordenadora nos mostra uma percepção da cidadania ativa também relacionada à realização de atividades coletivas, que se expressa também na forma individual. Ou seja, na medida em que participa no Movimento como coordenadora realizando trabalhos⁶⁰ de formação nas ocupações, intermediando conflitos e problemas das pessoas que vivem nesse espaço, brigas de casais, violência doméstica, a questão das drogas e alcoolismo, realizando a ponte entre a ocupação e a mídia quando visita o local, representantes do governo e coordenações estaduais. Na esfera social, onde a cidadania ativa se expressa com as responsabilidades assumidas pela coordenadora, de solidariedade, cooperação na esfera público-social e em nível político, respondendo pelas exigências de fiscalizações e prestação de conta frente às esferas pública e política.

Para las mujeres, sin embargo, ampliar y complejizar sus derechos ciudadanos va en muchos casos de la mano con asumir responsabilidad frente a ellos, aumentando

⁶⁰ Baseado no Estatuto do Movimento (ver Anexo A) são atribuições da Coordenação Local: a responsabilidade de fiscalizar e orientar o trabalho das Brigadas, bem como dar condições para a Formação Política das pessoas da ocupação, dirigir e encaminhar as decisões tomadas pela Assembleia Local.

así sus espacios de autonomía sobre sus vidas y circunstancias. Asumiendo una ciudadanía activa, asumimos responsabilidad sobre sus contenidos, significados, ampliaciones, y se emprende el proceso de asumir los derechos como algo frente a los cuales las mujeres se sientan capaces de exigir, de opinar, de hacerse responsables de su apropiación. Y lograr que en esta exigencia y opinión se comprometan y responsabilicen también la sociedad civil y, por supuesto, el Estado (VARGAS, 2000, p. 177).

Mesmo que estas atividades diversas possibilitem o desenvolvimento individual e um processo de conquista da cidadania, a partir do reconhecimento pelo que se realiza para o grupo, tais atividades também representam uma ampliação da carga de trabalho e de responsabilidades para as mulheres, pois somada a estas atividades ainda estão as responsabilidades da casa e do cuidado com os filhos, que não são divididas com seus companheiros (quando existem), pois dentro do movimento também se reproduz o modelo patriarcal que coloca as tarefas domésticas como exclusivas das mulheres.

Virgínia Vargas (2000) ressalta que para as mulheres a ênfase maior deveria ser dada nas questões dos direitos e não nas responsabilidades, devido à desigual possibilidade de desenvolvimento de suas cidadanias em relação aos homens. Essa desigual possibilidade é decorrente das dificuldades que as mulheres enfrentam na conciliação de suas responsabilidades de cuidado com a casa e família, além das responsabilidades públicas. Para a autora, a “cidadania igual para as mulheres será impossível, até que as expectativas de trabalho e profissional sejam modificadas”, no sentido de valorização das atividades realizadas pelas mulheres e que os homens sejam co-responsáveis nas atividades do âmbito privado.

Para Vera Soares (2003), os direitos da cidadania da forma em que estão configurados passam por grandes desafios, justamente por não estarem em consonância com a nova ordem social, no sentido de dar conta dos projetos de subjetividade das mulheres (que já não tem como foco e centralidade a família e o cumprimento das atividades do âmbito privado). Isso decorre da construção social de gênero aos moldes patriarcais, machistas e liberais, que tornou e ainda torna precária a cidadania das mulheres.

A autora na verdade descreve um cenário que ela denomina de “cidadania fragilizada” das mulheres, como mais uma forma de entender *a cidadania feminina*. Segundo Soares a cidadania fragilizada é produto de um duplo contexto, que tem de um lado: a) as menores dotações na sociedade que as mulheres puderam acumular no decorrer de sua experiência; e do outro: b) “as regras e organizações que não pressupõem suportes para que se realizem os direitos” (SOARES, 2003, p. 95).

A cidadania então pode ser vista como “um meio de instituir um novo processo democrático assentado sobre o compromisso com a justiça social, com a ética e com uma moral que seja instaurada na dignidade humana” (ÁVILA, 2001, p. 15) e ainda como uma referência na luta da sociedade contra as desigualdades sociais, discriminações e preconceitos. O depoimento abaixo de uma sem teto revela essa luta e preocupação das mulheres em sofrerem discriminações, preconceitos e de continuarem excluídas da sociedade:

Muitas mulheres têm vergonha de serem do movimento sem teto, só que eu acho que as mulheres não deveria ter vergonha, porque o movimento sem teto é uma luta, porque tem muitas mulheres separada dos marido que não tem condição de ter um teto, e é por isso que eu me orgulho de participar do movimento, porque eu quero ter o meu teto e não depender de mãe e marido, e é isso que todas as mulheres devia pensar (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MSTs em MARÇO DE 2004 no documentário de PRONZATO, 2004).

O povo lá de fora, tem medo da gente mesmo. Pensa que aqui dentro só tem marginal. Esse povo que mora aqui na frente da ocupação tem medo e discrimina a gente (...). Nós vamos mostrar que aqui não tem vagabundo, tem mãe de família, pai de família, crianças que precisa e tem direito a um teto (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO – 38 ANOS – MAIO DE 2007).

Estes depoimentos mostram o processo de construção da cidadania destas mulheres a partir do reconhecimento enquanto grupo social, processo de conquista da cidadania que vem se ampliando como um produto de lutas contra a exclusão social e conquista de direitos. As mulheres se encontram nessa luta, em processo de afirmação, como sujeitos de direitos e fazem isso através da organização coletiva e política, de movimentos sociais, buscando com a participação defender a cidadania. Essa luta e participação podem ser vistas também no depoimento a seguir:

Meu objetivo aqui, assim como o de outras mulheres, é ganhar uma casa. Tô aqui muito tempo lutando, pra ganhar minha casa, aqui no sem teto, tudo tem uma luta, né? E nós queremos teto pra viver! Nós tem esse direito adquirido pela cidadania. Acabou, nós queremos solução, queremos solução! (ENTREVISTA DE UMA COORDENADORA DO MSTS em ABRIL DE 2004 no documentário de PRONZATO, 2004).

Percebe-se que a cidadania para além de uma categoria de análise, é na prática da ação política um componente fundamental para que a sociedade se torne ativamente participante, podendo influenciar nos processos de decisões em diferentes instâncias, buscando conquistar interesses comuns através da ampliação da democracia. Nesse sentido, a cidadania tem que ser considerada como um processo dialético em construção e de transformação social, principalmente no campo das relações de gênero, na medida em que os direitos se estendem para os homens e para as mulheres de todas as matizes (ÁVILA, 2001; VARGAS, 2000).

A construção da cidadania para homens e mulheres demanda novas representações das relações de poder, re-significando o sentido da liberdade e da igualdade da cidadania, não mais pela lógica dominante (masculina, patriarcal e liberal), que reduz cidadãos e cidadãs, homens e mulheres a consumidores e proprietários. E sim sob a lógica que considere a diversidade de pessoas, a diversidade das mulheres e as desigualdades existentes entre elas próprias.

Ultrapassar os dilemas da cidadania como o universalismo, particularismo, a indiferença é um desafio, principalmente para as mulheres, que têm que dar conta de exigir uma cidadania que integre à dimensão social das mulheres, no sentido de tornarem-se sujeitos políticos, onde os direitos sociais se transformam em um campo de lutas e negociações: “sua capacidade de ter um papel no espaço público e político por sua participação nas instâncias da democracia representativa e nas associações da democracia participativa faz delas atrizes do Estado Providência em vez de meras clientes” (MARQUES-PEREIRA, 2009, p. 39).

6.3 PENSAMENTO MATERNAL E MATERNALISMO NO MOVIMENTO SEM TETO: Antíteses da Cidadania Plena para as Mulheres “Sem Teto”?

“Maternidad: valiosa para la libertad; valiosa para la opresión”.

Marcela Nari

A reflexão realizada nesta etapa da tese partiu do entendimento acerca das políticas direcionadas à questão da maternidade e o maternalismo (séculos XIX e XX) na América Latina e Brasil, no sentido de compreender o fortalecimento do processo de *maternalização* das mulheres e como isso pode tornar uma antítese à cidadania feminina. A construção de uma identidade feminina condicionada ao papel de mãe nos remete às mulheres enquanto reprodutoras, permanecendo na história da humanidade por longos anos, como sua “única e possível” função social, ao passo em que se mantém enquanto princípio inalterável, ainda resistindo aos constantes processos históricos (MARCO, 2004).

Partindo desta concepção, é possível buscar alguns elementos para entender o processo de conquista da cidadania das mulheres do Movimento Sem Teto – que se contrapõe à própria concepção de cidadania, discutida anteriormente – como cidadãos (cidadãs) livres, capazes de exercer seus direitos em igualdade uns (umas) com outros (as), entendendo que essa igualdade na prática da ação se constrói de maneira diferente entre homens e mulheres. Ou seja, a contraposição está presente, sobretudo, ao desconsiderar as diversidades de condições em que as mulheres estão inseridas na sociedade contemporânea, reduzindo sua função social apenas à maternidade, desconsiderando tantas outras ações desempenhadas pelas mesmas nas instâncias da vida pública e social.

Essa (in) diferença da sociedade patriarcal em relação às atividades e participação das mulheres na instância pública (seja no mercado de trabalho ou na participação em movimentos sociais), na maioria das vezes às naturalizam como responsáveis pela realização

de atividades extensivas da ‘casa’ no espaço público, reproduzindo tarefas realizadas na esfera privada. Isso se deve, entre outros fatores, às formas de reconhecimento por parte da sociedade patriarcal, sobre essas esferas da vida, onde as mulheres são percebidas de maneira “inferiorizada” se comparada aos homens e que por isso, suas ‘funções’ se restringem às atividades domésticas, do cuidado e reprodutivas, seja no privado ou no público. A separação existente entre a esfera pública e privada se apresenta na sociedade patriarcal, diretamente relacionada às diferenças sexuais entre homens e mulheres, marcando nesse sentido a política pelo gênero. Esse tipo de “diferença”, ao mesmo tempo em que submete às mulheres as atividades restritas à esfera do privado, reconhece-nas a partir da maternidade e por sua condição de mãe (COSTA, 1998; CHANEY, 1983).

As mulheres, nesse contexto, são frutos dessa maternalização que se constitui enquanto identidade feminina e as identificam a partir da condição de ser mulher e mãe (NARI, 2005). A associação do ser mãe com o ser mulher é uma constante social que define a maternidade como função/obrigação feminina, uma representação unívoca e essencialista que confunde o dever e o ser, revelando o efeito da diferença sexual que afeta diretamente as mulheres na sociedade, em contradição à diversidade intrínseca existente em cada uma.

(...) La identificación mujer-madre ha sido transmitida y perpetuada a través de los siglos confirmándose como una dualidad de carácter universal que consideraba contraria a la naturaleza femenina cualquier actividad que despertara en las mujeres intereses y curiosidades no concentrados en el ámbito de la domesticidad (MARCO, 2004, p. 295).

Dessa maneira, a condição de mãe, como identidade, se apresenta ao mesmo tempo como atividade exclusiva e excludente para as mulheres. Exclusiva por definir-lhes um destino único do cuidado, do amor e da abnegação às mulheres. Excludente, porque as ‘impedem’ de realizar atividades no público e na política, tais como militância, liderança, trabalho assalariado, etc., consideradas incompatíveis com as atividades “tidas” socialmente do âmbito privado (NARI, 2005).

Essa separação entre o público e o privado pode ser entendida, a partir de análises críticas do pensamento liberal, como a separação entre a esfera das mulheres (de sujeição natural) e a esfera dos homens (onde se estabelecem as relações convencionais e individuais) (PATEMAN, 1993; NARI, 2005; COSTA, 1998).

O mundo feminino, privado, da natureza, da particularidade, da diferenciação, da desigualdade, da emoção, do amor e dos laços de sangue é separado do reino público, universal – e masculino –, da convenção, da igualdade civil, da liberdade, da razão, do consentimento e do contrato. É por essa razão que o parto e a maternidade foram apresentados como a antítese da cidadania plena e se tornaram o símbolo de tudo o que é natural e não pode fazer parte do “público” tendo que permanecer numa esfera separada (PATEMAN, 1993, p. 111).

A partir da ideia trazida por Carole Pateman da maternidade enquanto antítese da cidadania plena, a autora corrobora com outras pesquisadoras como Mary Dietz, Chantal Mouffe, ao considerar que as diferenças maternais reforçam as visões essencialistas das mulheres e não as conduz à política democrática e sim faz com que as mesmas assumam muito mais deveres reprodutivos na sociedade patriarcal. Outras feministas seguem essa mesma linha, como Julieth Mitchell que considera a maternidade uma forma de opressão, Betty Friedman que associa o lar a uma “prisão” e Shulamith Firestone na aclamação pela separação total entre as vivências das mulheres e a maternidade. Ou seja, a reprodução na sociedade patriarcal possui um valor social que se projeta nas perspectivas econômica, política e cultural, fazendo da maternidade um campo de disputa, seja do ponto de vista teórico quanto empírico. Sobre isso podemos destacar ainda Simone De Beauvoir em o *Segundo Sexo*. Para ela:

Hay mujeres para las que las alegrías del embarazo y la lactancia son tan fuertes que las quieren repetir indefinidamente; en cuanto destetan al bebé se sienten frustradas. Estas mujeres son ponedoras, más que madres, buscan ávidamente la posibilidad de alienar su libertad en beneficio de su carne; su existencia les parece tranquilamente justificada por la pasiva fertilidad de su cuerpo (DE BEAUVOIR, 2000, p. 291).

Tendo como base outros estudos históricos⁶¹ importantes para o entendimento do binômio mãe-filho (a) na América Latina e no Brasil, podemos ressaltar que a maternidade nos meados do século XIX e início do século XX em todo o mundo passou a ser uma preocupação social, considerada como algo que deveria ser amparado e protegido, chegando a ser questão alçada à dimensão de ordem pública (FREIRE, 2009, p. 19). A valorização da maternidade ou preocupação social por parte dos Governos⁶² estava vinculada às questões referentes à mortalidade infantil, às políticas migratórias, à queda na taxa de natalidade, às políticas eugenistas⁶³, etc., perfazendo um quadro de fatores que contribuiu para a formação de uma ideologia da maternidade na América Latina e também no Brasil no decorrer destes séculos. Sobre isso,

La eugenesia, entonces, preocupada por la calidad de la “raza”, sería simultáneamente natalista, intentaría compatibilizar cantidad-calidad. Asimismo, las tentativas de mejorar la calidad se basaban fundamentalmente en la prevención de la degeneración a través de las reformas sociales y políticas, y en matrimonio eugénico como forma de estimular la procreación entre los considerados adecuados. La forma de compatibilizar cantidad y calidad para la mayoría de la población, en especial para las mujeres quienes se veían culturalmente más

⁶¹ Pesquisas realizadas sobre a questão da maternidade por Elizabeth Badinter, Mary Del Priore, Philippe Àries, Linda Pollock, Rima Apple, etc.

⁶² A França no final do século XIX e início do XX enfrentava sérios problemas com a redução da taxa de natalidade no país e isso tornou um debate generalizado, levando o Estado a realizar políticas voltadas para o aumento da fecundidade na França. “*Para los parlamentarios el único modo de detener el descenso de la fertilidad parecía ser brindar ayuda a las madres a través de leyes a tal efecto*” (COVA, Anne in BOCK, Gisela, 1996, p. 216). Na Itália neste mesmo período acontecia o chamado “*culto a maternidad*” ou “*cultura maternal*”. Por anos as mulheres na Itália eram reconhecidas pelo Estado como “*madres de la nación*”, portadoras e educadoras dos cidadãos (ãs) do futuro (BUTTAFUOCO, Annarita in BOCK, 1996, p. 312). “*La cuestión de la población fue clave en la organización de la sociedad, en la construcción del Estado y en la creación de una idea de nación en la Argentina. Constituyó una tarea de gobierno y una cuestión de Estado presente desde mediados del siglo XIX. Estas ideas no eran originales sino que habían sido tomadas y adaptadas de las transformaciones y corrientes ideológicas europeas, aunque el particular contexto local había impuesto determinadas reformulaciones. (...) el pensamiento y las políticas en torno de la población se vieron tensionados entre dos ejes: la calidad e cualidad*” (NARI, 2005, p. 267). O Brasil seguiu a mesma linha dos outros países. As políticas também eram oriundas dos problemas de redução da taxa de natalidade, mortalidade infantil, etc., citados anteriormente. Entre os diversos problemas, existia a preocupação do Estado em relação às questões populacionais e à construção da nacionalidade, tendo como papel central a função maternal das mulheres como questão de ordem pública e as mães sendo responsáveis pela “reprodução” de cidadãos para a pátria brasileira (FREIRE, 2009).

⁶³ As políticas eugenistas eram baseadas nos movimentos científicos e sociais disseminados pelo mundo que tinham como objetivo o aperfeiçoamento genético da espécie humana a partir de estudos acerca das características raciais dos grupos humanos. Para o historiador Claudio Bertolli Filho (2008), no início do século XX no Brasil, os eugenistas acreditavam que os brancos eram os mais perfeitos representantes da espécie humana, as outras raças teriam alguma dose de ‘inferioridade’ biológica e a mistura entre as raças poderiam interferir de forma negativa na produtividade da população e no crescimento da Nação Brasileira.

afectadas, fue diferente de la deseada por médicos, eugenistas y estadistas (NARI, 2005, p. 268).

A preocupação “eugênica” no Brasil – século XX – estava alinhada ao projeto mundial de “modernidade” ou modernização, que se apoiava na supremacia da ciência e elite intelectual, visando à revolução cultural e rompimento com costumes considerados “atrasados” – no caso do Brasil, a escravidão seria um aspecto desencadeador desse atraso – na medida em que novas relações sociais eram estabelecidas. A maternidade nesse contexto passou a assumir um novo caráter, com consequentes mudanças nas relações de gênero, tal como nas funções assumidas pelas mulheres nessa sociedade (FREIRE, 2009, p. 19). Ou seja, a maternidade ao ser compreendida neste contexto enquanto função social pública e “missão patriótica” da mulher se desdobra em “rompimento” e deslocamento do “ser mãe” da esfera doméstica para a pública, sendo agora as mulheres responsáveis pela procriação de cidadãos (homens) ao país e não somente filhos aos maridos.

A responsabilidade “assumida” ou sutilmente imposta às mulheres em relação à reprodução de cidadãos para a pátria demandou das mesmas uma preparação muito mais ampla se comparada à prática da maternidade “tradicional” – como o aleitamento ao seio materno, por exemplo – tudo isso em nome da emergente maternidade científica (*scientific motherhood*), que passou a valorizar a prática do aleitamento artificial (FREIRE, 2009; NARI, 2005; RIMA, 1987). Isso repercutiu em diversas propostas políticas direcionadas às mulheres-mães, que tinham vinculação com práticas de assistência social, transitando entre aspectos de ordem sanitárias, demográficas e/ou patrióticas, com ações de proteção à gestação e parto e medidas de educação das mulheres para o exercício da maternidade.

La medicina, a través de sus publicaciones, prácticas e instituciones, constituye un escenario privilegiado donde se puede observar la maternalización de las mujeres, puesto que la ciencia médica consiguió imponer la idea de que la naturaleza femenina radicaba en la capacidad reproductiva. Así, los cuerpos femeninos fueron vistos como los portadores de los órganos creadores del instinto maternal. La naturaleza maternal adquirió un fundamento biológico, y por lo tanto, presocial. A ello se sumó un carácter universal y a-histórico, sin importar ni las diferentes tradiciones culturales, ni las condiciones materiales de existencia (NARI, 2005).

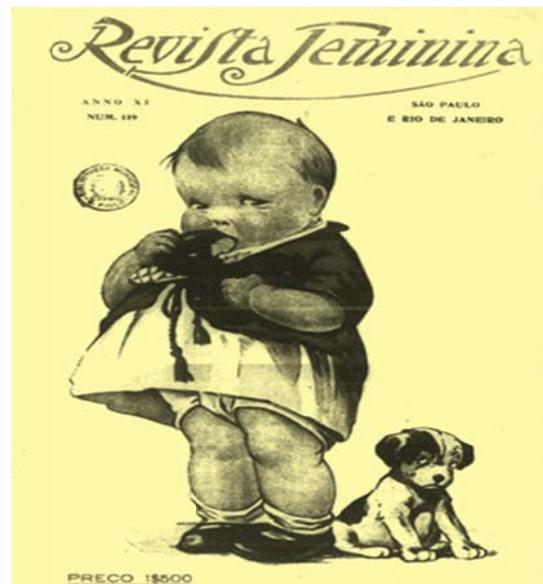
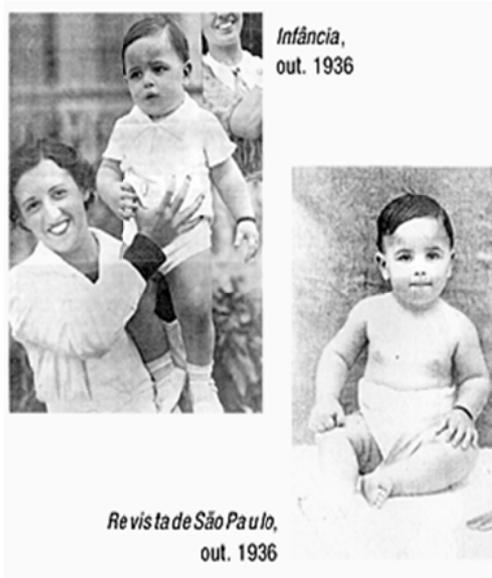
A figura do médico neste contexto legitimava um discurso que propagava na época, *de condenação a prática “tradicional” da maternidade*, acionando assim o modelo de maternidade científica, “possibilitando” às mulheres conhecimentos científicos acerca da alimentação infantil, por exemplo. Para Marcela Nari (2005),

Sin embargo, una de las contradicciones de los procesos modernizadores fue la multiplicación de las posibilidades públicas para las mujeres, que permitieron un cuestionamiento de la ideología maternal, no siempre conciente. La principal resistencia al ideal de la mujer-madre fue la disminución de la cantidad de hijos (caso da Argentina) (NARI, 2005).

Para Rima Apple (1987) em seu estudo “*Mothers and medicine: a social history of infant feeding 1890-1950*”, realizado nos Estados Unidos, ressalta a:

Scientific motherhood, like the “cult of domesticity,” defined women in terms of their maternal role centered in the domestic sphere. At the same time, however, it increasingly emphasized the importance of scientific and medical expertise to the development of proper childrearing techniques. Thus the ideology of scientific motherhood shared with various Progressive reform movements of the time a faith in science and an appreciation of expert knowledge. Women retained the responsibility for child care, but, according to proponents of scientific motherhood, they needed expert advice in order to perform their duties successfully (APPLE, 1987, p. 97).

Rima Apple mostra as mulheres como protagonistas no processo de construção da maternidade científica, ressaltando que ao mesmo tempo em que estas passaram a ter aproximação com a ciência da nutrição, a ideologia da maternidade científica ‘permitiu’ a elas (não todas, apenas as que possuíam melhores condições sociais) um conhecimento menos empírico sobre as tarefas domésticas (nutrição, puericultura). Isso repercutiu em abertura para essas mulheres como um campo profissional e acadêmico, ou seja, para a autora, a profissionalização da maternidade como um lugar atribuído aos esforços da organização das mulheres, ‘exigiu’ sua presença no espaço social, adquirido no processo de construção da maternidade científica, a partir da intervenção das mulheres no espaço público.



Fonte: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=1975&sid=5&tpl=printerview>; Publicado em 08/08/2008
Figura 8: Capas e conteúdos das revistas brasileiras que exaltavam a maternidade em cada edição.

As práticas da maternidade científica no Brasil vinham estampadas em revistas (Figura 8 acima) que circulavam nos principais centros urbanos do país e podia ser aprendida em Instituições criadas para esses fins. A maternidade científica visava “ensinar as mulheres a serem mães e esposas”, a partir da formação como, por exemplo, em “Escolas de Economia Doméstica”, onde aprendiam sobre técnicas de higiene, preparo de alimentos e puericultura (cuidados com a criança) (FREIRE, 2009, p. 19). Então, o espaço da mulher no público

também refletia na reprodução de ações desenvolvidas por elas na ‘vida privada’ e isso era transmitido para outras mulheres no sentido de reafirmar sua ‘função natural’ e ‘feminina’ para e na sociedade.

Essa formação era considerada importante, pois – *relacionando às questões de ordem patrióticas* – era fundamental “a valorização da infância como futuro da nação e a eleição da ciência como caminho para a construção da nacionalidade” brasileira. Para isso era preciso aprender a cuidar dos “filhos da pátria” com rigor científico comprovado, sob vigilância e supervisão de profissionais especializados como os médicos (FREIRE, 2009, p. 19).

Lola Luna (apud Kustner, 1996) em seu livro *Los Movimientos de Mujeres en América Latina y la renovación de la historia política*, ressalta que a valorização da maternidade na América Latina do Séc. XIX, através da construção maternalista da Igreja Católica, do dogma da Virgem Maria e sua pura concepção, seria o modelo para todas as outras mulheres. A simbologia da Virgem Maria construída pela Igreja Católica representava as mulheres com qualidades tipicamente femininas e essas qualidades eram interligadas ao discurso moderno da época, o qual pregava que a mulher tinha que ser boa mãe e ter educação, elementos essenciais para ser uma eficiente dona de casa e educadora dos/as filhos/as. Para a autora, esse modelo de mulher era classista, pois representava as mulheres burguesas, portanto, distanciava-se da identidade e da realidade vivida pela maioria das mulheres dessa época.

Para Maria Martha de Luna Freire (2009), “a valorização da maternidade” também passou a ser parte das reflexões e luta política no Ocidente nestes séculos, tal como sua presença nos debates teóricos e nas práticas reivindicatórias dos movimentos feministas. A **função social** da maternidade assumia um lugar de destaque no cotidiano desses movimentos, onde a demanda era por seu reconhecimento público, mesmo existindo contradições de opiniões e diferenças na compreensão sobre a própria “função” maternal das mulheres (natural, biológica ou como trabalho).

Los debates creados por el proceso de maternalización condujeron a la politización de la maternidad con conclusiones muy variadas. Para unos, entre quienes se destacó la corporación médica, la maternidad implicó la tutela de las mujeres. Estas posturas encarnaron la contradicción de defender la condición biológica de la maternidad al tiempo que insistían en la necesidad de educar a las mujeres en el correcto ejercicio de su condición de madres a través de espacios formales, como la escuela pública, y de espacios informales, como las campañas publicitarias, las audiciones radiales, el cine, las publicaciones masivas. Así, la apelación a estos aprendizajes de género cuestionó la concepción de maternidad instintiva e innata (NARI, 2005).

Rima Apple (1987) apontava positivamente as pressões do movimento feminista maternalista como o responsável pelas transformações nas políticas da maternidade, através das transformações sociais produzidas pela ascensão das mulheres em trabalhos no espaço público – extra-doméstico – modificando o modelo mulher-mãe-lar para mulher-mãe-trabalho. Entretanto, Eva Maria Morata Marco (2004) considera que Rima Apple generalizava o protagonismo das mulheres, sem levar em consideração o contexto socioeconômico, político e ideológico vivenciado no Ocidente nos períodos referidos e segundo Eva, a construção da maternidade enquanto interesse público não podia ser entendida apenas a partir da análise do movimento feminista maternalista.

A perspectiva do movimento feminista maternalista refere-se às mulheres enquanto mães, porém não como reprodutoras, tendo como base a concepção da consciência política feminista, enfatizando de forma primordial a maternidade como característica unificadora do sexo feminino e as virtudes do âmbito privado, *locus* historicamente construído como o das mulheres (DIETZ, 2001b; COVA, 1996). Segundo Mary Dietz (2001b) a cidadania para as feministas maternalistas se relaciona às virtudes da maternidade associadas ao amor, atenção, cuidado, compaixão e absorção, como modelo para a própria cidadania. Essas virtudes, no ‘olhar’ das feministas maternalistas são provenientes da esfera privada e representam qualidades necessárias para uma possível moralidade da esfera pública.

A partir disso, as concepções sobre o maternalismo⁶⁴ tornam-se relevantes, pois sua presença em diversos debates sobre políticas sociais para as mulheres nos indica variações quanto ao seu conteúdo, que vão desde as questões de comportamento histórico, político, cultural até social das mulheres e o papel do Estado/Governo na construção dessas políticas, como visto anteriormente.

Segundo Rosario Aguirre (1997, p. 91) o maternalismo entendido como um conjunto de argumentos discursivos ou “*prácticas vinculadas a determinadas políticas y programas sociales fundados en necesidades y capacidades especiales de las mujeres relacionadas con sus roles tradicionales en la esfera doméstica*”, se configura também em uma “postura ideológica que defende a preponderância do sexo feminino devido à natureza específica para a maternidade”, em “defesa e desempenho de atividades relacionadas ao bem-estar das mulheres e das crianças” (MOTT, 2001, p. 202).

O maternalismo então tem sido utilizado de forma geral, como um termo que abarca um conjunto de discussões e práticas vinculadas a determinadas políticas sociais, que possuem como base especificidades relacionadas às funções tradicionais das mulheres no âmbito doméstico, construídos historicamente pela igreja e pelo sistema patriarcal. Ou seja, é uma “construção de gênero, **específico das mulheres**, estabelecida desde a diferença sexual feminina, com o conteúdo de poder, oposto ao poder de pai”, que tem influenciado historicamente as mulheres, limitando-as, definindo-as e reconhecendo-as pela capacidade de reprodução acima de outras funções sociais (LUNA, 2003, p. 67, **grifo nosso**).

No século XX, o maternalismo adquire uma dimensão mais política e esta tendência foi reforçada com a incorporação da linguagem de gênero nos discursos realizados por políticos conservadores e liberais, de forma a reconstruir os discursos populistas,

⁶⁴ *O maternalismo feminista ou feminismo social se diferencia do maternalismo de las primeras décadas del siglo XX que utilizaba la excelencia moral de las mujeres en pro del sufragio. El maternalismo político hace referencia a la ideología y las acciones institucionales promovidas principalmente desde el Estado que pueden establecer relaciones de diferentes signos con el maternalismo feminista* (MOJZUK, 2009).

desenvolvimentistas e de autoritarismo da época, para, com isso, obterem o apoio das mulheres (LUNA, 2003).

Por parte dos populistas, a maternidade, além de ser considerada uma identidade natural e única das mulheres, tinha uma função social e política e por isso, era necessário reconhecer os direitos de cidadania das mulheres, por serem mães a serviço da pátria, e responsáveis pela perpetuação dos bons costumes. Um exemplo é o movimento de mulheres da classe média no Brasil chamado “Deus, Pátria e Família”, que antecedeu o golpe militar de 1964. Este movimento foi organizado e mobilizado pelos líderes do golpe militar e passou a assumir a imagem das donas de casa e mães de família, mesmo sendo discriminadas do âmbito político. As mulheres foram então chamadas a participar da luta política, “ajudando” os homens, principais responsáveis pelo destino da nação (COSTA, 1998). Ou seja, insistiam-se no reforço dos estereótipos femininos, nas qualidades das mulheres como um bem social e de cidadãs, quais sejam: a doçura, paciência, bondade, pureza e passividade, em contraposição aos estereótipos dos homens, a aspereza, o egoísmo, a belicosidade e a maldade.

Outra concepção de maternalismo é trazida por Elsa Chaney⁶⁵, que considera as mulheres como integrantes fundamentais no processo de conquista da cidadania e de transformação da sociedade. Para essa autora a maternidade se encontra presente nos movimentos de mulheres e tem levado as mesmas a novas formas de participação política, ou seja, nesses momentos é possível perceber a responsabilidade das mulheres para com os seus deveres de gênero e com a política. A atuação política dessas mulheres nos movimentos é um reflexo das suas condições sociais e de suas funções como mães de família, pois é “o exercício do seu papel de gênero como mães e donas de casa que as levará a assumir lutas políticas e a ocupar espaços públicos na defesa de suas reivindicações” (COSTA, 1998, p. 80; CHANEY, 1983).

⁶⁵ CHANEY, Elsa. *Supermadre. La mujer dentro da política en América Latina*. Fundo de Cultura Económica, México, 1983.

O maternalismo representa um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que naturaliza a maternidade como essência feminina e a reprodução como uma função social da mulher, proporcionou também caminhos para o aumento do grau de “empoderamento” destas mulheres, a partir da inserção das mesmas no debate na arena política. Com isso, as mulheres conseguiram deslocar os valores “ditos” femininos da esfera privada para o público e agir politicamente enquanto sujeitos e objetos de políticas públicas de proteção a favor de outras mulheres.

Os principais movimentos de mulheres da América Latina foram oriundos das crises políticas vividas por seus países nos anos de 1960, 1970 e 1980 e de suas políticas de desenvolvimento, que entre outros objetivos, visavam o controle da reprodução biológica e não reconheciam às mulheres nenhum tipo de direito reprodutivo. Esses foram os principais aspectos que levaram as mulheres a lutarem contra essas políticas. A questão da maternidade ou maternal da forma em que se inscreveu no universo político teve como políticas adotadas pelos Governo/Estado o atendimento de mulheres enquanto mães e não como cidadãs.

A “condição de mãe” deu origem a várias ações coletivas na América Latina, tais como, as denúncias contra os desaparecidos da ditadura (filhos e maridos), movimentos de mães contra a violência e sobrevivência, movimentos feministas, entre outros. Todos eles, compostos por mulheres de bairros populares e que servem de exemplos para se pensar à construção dos movimentos de mulheres, plurais e diversos ao longo dos séculos (LUNA, 2003; CHANEY, 1983).

Ainda sobre essa discussão, algumas teóricas maternalistas importantes, como Sara Ruddick e Jean B. Elshtain, realizaram trabalhos sobre o maternalismo e o valor destinado a família, à luz das teorias feministas. Sara Ruddick, em seu trabalho *Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace* propõe o reconhecimento dos direitos das mulheres, ou seja, uma cidadania, baseada nos valores maternais e com práticas mais humanas para a transformação

da vida pública e resistente ao Estado. A autora buscou “promover o ‘pensamento maternal’ como antídoto a uma cultura dominada pelo homem e como uma visão alternativa de ‘uma maneira de ser’ no mundo”. Neste caso, as mulheres são reconhecidas enquanto cidadãs, tendo sua cidadania justificada por valores específicos de gênero, tais como o ser mãe e as atividades desempenhadas no âmbito doméstico (DIETZ, 2001b, p. 49-50; LUNA, 2003; MOUFFE, 1996).

Jean Elshtain em *On the family crises* destaca as implicações do pensamento maternal e defende a família como uma instituição não reacionária e repressiva, tão pouco um mundo perfeitamente harmonioso. Para a autora a família é a instância em que existem os “laços humanos mais profundos e ressoantes, das esperanças mais duradouras, dos conflitos mais intratáveis, das mais agudas tragédias e dos mais doces triunfos que a vida humana oferece”. A família representa uma superioridade moral em relação à esfera pública (política), ao passo em que constitui a humanidade comum, onde os seres humanos são antes de tudo homens e mulheres que compõem uma família, e em segundo lugar, homens e mulheres políticos/as e econômicos/as (DIETZ, 2001b, p. 49-50; LUNA, 2003; MOUFFE, 1996).

Os pensamentos de Sara Ruddick e Jean B. Elshtain deixam evidente a importância dada ao maternalismo (identidade das mulheres como mães) e a esfera privada da família, sendo este âmbito, o principal espaço em que se forma uma moralidade política diferente do individualismo liberal. As propostas das maternalistas seriam abandonar a política construída sob os moldes liberais e masculinos, adotando uma “política feminina do privado, moldada pelas virtudes do amor, da intimidade e interesse pelo ‘outro concreto’ específico da família” (DIETZ, 2001b; LUNA, 2003; MOUFFE, 1996, p.108). Entretanto, Mary Dietz critica a abordagem de Jean Elshtain, mostrando que a autora não consegue criar um argumento teórico que relacione o pensamento maternal e a experiência social da maternidade aos valores e políticas democráticas. Pois as virtudes maternais não podem ser políticas já que

estão ligadas a uma atividade especial e distintiva, presente na relação mãe e filho/a (DIETZ, 2001b).

A cidadania conquistada sob essa lógica limita os direitos civis das mulheres ao reconhecimento materno e isso pode ser entendido como um fator propulsor para a participação das mulheres em alguns movimentos sociais. Ou seja, o engajamento das mulheres em movimentos sociais, muitas vezes se dá por sua função materna ou por serem mães, assumindo lutas políticas e ações coletivas a partir dessa condição (COSTA, 1998; CHANEY, 1983). As mulheres no exercício de seu papel de mãe e donas de casa passam a atuar e assumir lutas políticas e ocupar espaços públicos, na busca de serem atendidas suas necessidades.

Ainda nessa linha de pensamento, Carole Pateman (1993) busca afirmar o valor político da maternidade, ultrapassando a distinção existente entre as esferas pública e privada, na medida em que tenta desconstruir a concepção patriarcal de cidadania, contemplando a diferenciação sexual. É uma tentativa porque a própria autora não consegue ‘combater’ a oposição entre homens e mulheres na medida em que reafirma a maternidade como valor político, resultando num essencialismo feminino. A perspectiva maternalista estabelecida sob a lógica da diferença sexual feminina e do sistema patriarcal não absorve a diversidade de atividades que as mulheres necessitam “desconstruir” da cidadania, além de obscurecer a subordinação e exclusão em que as mulheres se encontram diante do desenvolvimento de suas habilidades de trabalho. Para as maternalistas, o discurso público e a cidadania deveriam estar pautados nas virtudes da maternidade (que a esfera pública liberal ignora como valor para o reconhecimento efetivo), tais como, o amor, a atenção, a compaixão e o cuidado, na qual a família seria a fonte deste ‘novo’ modo de discurso público.

Sendo assim, Chantal Mouffe propõe solucionar os problemas que essa concepção de cidadania traz para as mulheres, através da construção de um conceito de cidadania que

considere a diferença sexual irrelevante (MOUFFE, 1996), pois as diferenças maternas reforçam a visão essencialista das mulheres. Ou seja, as mulheres são distanciadas de uma política democrática e de reconhecimento, já que as mesmas não podem ser identificadas unicamente pelo pensamento maternal, que necessariamente reafirma a essência na identificação das mulheres enquanto mulheres com a maternidade (AGUIRRE, 1997; DIETZ, 2001c, MOUFFE, 1996).

A concepção maternalista traz de positivo a preocupação com o significado de cidadania, mostrando a inadequação do indivíduo baseado nos direitos e na justiça social, com igualdade de oportunidades para pessoas em condições desiguais na sociedade. Além disso, o maternalismo “re-humaniza” a maneira de ver a participação política das mulheres, reconhecendo a possibilidade de uma comunidade mais humana e solidária. No entanto, esta concepção apresenta inconsistências porque coloca as mulheres como “mais morais” que os homens, devido a sua condição de mãe, atividade afetiva de cuidado e de amor. Tal concepção leva à universalização das mulheres nos moldes liberais, que dicotomiza o mundo dos homens (competitivo, público e estatal), e o das mulheres (afetuoso, privado e virtuoso) (DIETZ, 2001c).

Ou seja, não se pode pensar a construção da cidadania somente a partir das diferenças sexuais existentes entre homens e mulheres, pois na esfera da política essa diferença não pode ser totalmente válida, já que em muitos momentos tratar igualmente homens e mulheres implica em uma prática desigual, em função do modelo excludente enraizado. O que se busca não é um modelo de cidadania sexualmente diferenciado em que as tarefas específicas, dos homens ou das mulheres, sejam avaliadas igualitariamente, mas sim de uma concepção verdadeiramente diferente do que é ser cidadão e cidadã e agir como membro (a) de uma comunidade política e democrática (MOUFFE, 1996).

6.3.1 Pensando o Maternalismo no Movimento Sem Teto

Considerando a condição de mãe como aspecto importante na inserção das mulheres no Movimento Sem Teto, partimos desse pressuposto para compreender a forma como se dá a participação e a construção da cidadania plena destas mulheres e como isso se encontra atrelado à construção “maternal”. Construção esta, que tem como bases diversos aspectos histórico, social, político, econômico, religioso, que influenciam (in) diretamente na maneira das mulheres se “colocarem” no mundo, seja no âmbito privado ou público, podendo ser identificado também nas vivências cotidianas das mulheres do Movimento.

Isso foi percebido a partir da concepção de Marcela Nari (2005) acerca da questão maternal que pode representar ao mesmo tempo uma atividade exclusiva e excludente para as mulheres no Movimento. Exclusiva, quando da atuação das mulheres em atividades no interior das ocupações e fora desse espaço, sendo extensivas às atividades realizadas no espaço doméstico, como limpeza da ocupação e na feitura dos alimentos para um coletivo, e também quando são ‘visibilizadas’ no processo a partir da sua condição de mãe, tendo destaque na realização das obrigações relacionadas ao cuidado com os/as filhos/as e nas atividades da casa.



Fonte: Raphael Cloux

Figura 9: Preparação de Alimentos na Ocupação.

Outro fator que caracteriza a maternalização exclusiva das mulheres no Movimento Sem Teto, dá-se em relação às ‘estratégias’ de sensibilização da sociedade – através de manifestações, passeatas, entrevistas cedidas à mídia – em que se evidencia a imagem das mulheres mães e seus/suas filhos/as, muitas delas jovens ‘mães solteiras’, que não possuem condição financeira para o sustento dessas crianças, além de não terem um teto para morar e abrigá-las.

Nestas estratégias as **mães** são mais evidenciadas, e passam a ter um lugar de destaque nas reportagens realizadas pela mídia, onde muitas vezes as colocam como vítimas e dependentes da figura do homem protetor e provedor ou do Estado, como podem ver nos fragmentos das reportagens do Jornal A Tarde da cidade de Salvador a seguir:

A vendedora ambulante e faxineira Lucilene de Souza também revela a mesma história. Reside com mais três famílias numa casa na Avenida Melo, travessa da Rua Amparo do Tororó. **Tem quatro filhos e não conta com auxílio do ex-companheiro, afirma** (A TARDE, 25/03/2006).



Foto: Raphael Cloux

Figura 10: Mulher e crianças na ocupação.

As condições de habitação são péssimas e inexistente esgotamento sanitário. No local, mora Maria de Lourdes da Silva, **criando sozinha cinco filhos depois de se separar do último companheiro**. “Pagava aluguel numa casa na Rua São Domingos, na Liberdade, mas o preço subiu. Sem dinheiro suficiente, resolvi ocupar um lote”, diz ela. A sua vizinha, Ivonete Silva, também **cria sozinha os três filhos de 7, 9 e 11 anos**. Sua última moradia foi em Acupe, distrito de Santo Amaro (A TARDE, 25/03/2006).



Fonte: Lennar Kjorling

Figura 11: Dificuldades de acesso a água.



Fonte: Renato Macedo

Figura 12: Estrutura precária.

Essas informações reveladas pela mídia, a partir do Movimento, podem ser entendidas como uma forma de promover a ‘comoção’ das pessoas e do próprio Estado para a realidade vivenciada por essas mães, que historicamente tiveram a ‘função social’ exclusiva de garantir o cuidado, o bem-estar, o amor, a atenção, a compaixão. Porém essa função social pode levar à exclusão das mulheres quando diretamente associadas ao âmbito doméstico e à maternidade.

Esta ‘estratégia de sensibilização’ impossibilita de certa forma a atuação e visibilidade das mulheres enquanto sujeitos político e social, capazes de conquistar a cidadania através da participação ativa no Movimento, se caracterizando como um fator excludente por sua condição de mulher-mãe. Essa condição está imbricada de significados do gênero feminino construído em oposição em relação ao masculino, levando as diversas exclusões sociais, políticas e econômicas para as mulheres. A exclusão se acentua na medida em que as ‘impedem’ de realizar atividades no público e na política, tais como a representação nas instâncias superiores da militância, na liderança, nas coordenações, nas negociações com o Estado, etc., no Movimento, já que tais responsabilidades “não seriam compatíveis” às mulheres mães.

Outra forma de compreender a exclusividade destinada às mulheres mães nas estratégias do Movimento é quando as mesmas são associadas e ‘colocadas’ como escudos nos momentos de enfrentamento de reintegração de posse nas ocupações ou de outro tipo de conflito com instituições do Estado vivenciadas no espaço público. As mulheres grávidas, jovens ou não, seguram seus/suas filhos/as nos braços, e se posicionam na frente de todos/as outras pessoas do Movimento, reivindicando a necessidade de ter um teto e entrando no embate físico – muitas vezes agressivos e violentos – com a polícia se necessário, e outras ‘autoridades’. A presença das mulheres e crianças na frente das manifestações do Movimento ou na resistência quanto à reintegração de posse é uma forma de sensibilizar os policiais e

autoridades no sentido de desistirem de expulsar as pessoas que estão nas ocupações e não agredir as/os manifestantes com violência.



Fonte: <http://www.ircamericas.org/>

Figura 13: Enfrentando a polícia.



Fonte: Site APS

Figura 14: Manifestação no centro da cidade.



Fonte: Renato Macedo (2006)

Figura 15: Reunião na Ocupação Cidade de Plástico.

Outro fator importante, é que existe uma relação evidente da participação das mulheres no Movimento por sua condição de mães e por necessitarem de um teto para a sobrevivência das suas crianças, seja filhos/as ou netos/as. Muitos depoimentos nos revelam essa relação como fator relevante e quase que primordial para estarem nas ocupações e permanecerem nessa ‘luta’, não para conquistar o teto para elas e sim para seus/suas filhos/as ou netos/as.

(...) eu vim pra ocupação pra conseguir um lugar e poder trazer meus filhos pra cá, tô aqui na ocupação também pensando neles e nos meus netos também. O que eu ganho, eu mando todo mês e divido com eles... o que eu ganho é pra mandar pra eles... é uma filha e um filho e tenho seis netos, e eles moram em Ilhéus (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO, JUNHO DE 2007).

Eu tô aqui na ocupação, por muita coisa, é tanto que eu falo com meus filhos, sabe por que eu tô aqui dentro passando isso tudo, dificuldade, medo, por causa de vocês, pra amanhã, vocês tá lá, “hoje eu tenho uma casa por causa da minha mãe”. E eles dizer assim: quanto sacrifício minha mãe teve pra ter essa casa pra gente (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO, AGOSTO DE 2007).

Foi possível perceber no Movimento uma forte identificação das mulheres com a condição de “ser mãe”, como algo natural da mulher e sagrado, no qual cabe a elas a responsabilidade da criação, por isso o desejo/necessidade de participar no Movimento

também tem relação com a conquista da casa como algo que será destino à sobrevivência dos/as filhos/as no futuro. “Pra mim ser mãe é uma coisa muito importante pra mulher. As duas crianças que Deus me deu são muito importante pra mim, são meus filhos, botei no mundo, então eu tenho que arcar com eles” (ENTREVISTA COM UMA OCUPANTE, AGOSTO DE 2007).



Fonte: Raphael Cloux

Figura 16: Interior dos barracos.

Tal fato pode estar relacionado à construção social das mulheres, e ao próprio reconhecimento e valor dado pela sociedade e pelo Movimento à mulher enquanto “figura materna”. Os signos maternais estão presentes no interior das relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres nesse espaço e que se revela na própria forma como as mulheres assumem funções e se colocam dentro do Movimento e socialmente, como pode ser visto nos depoimentos abaixo:

É difícil é... quem veio primeiro foi eu, eu vim de Periperi, chegou aí na frente, a topique quebrou, porque eu tava indo pra Pirajá e esqueci a chave de onde eu morava, aí eu olhei pro um lado e pra outro, veio outro carro e botou um pessoal e eu fiquei olhando... e imaginando a minha situação, né... eu imaginando e disse não, eu vou entrar, aí já derrubou tantas vezes e se tornar a entrar e derrubar de novo... isso é eu conversando comigo mesmo né... eu disse, eu faço o que? Aí eu pensando aquilo, e me deu uma coisa, me aqueceu... aquela coragem assim, e disse, seja o que

Deus quiser... eu vou entrar... pensei naquele momento ni mim e nos filhos que não tinha moradia... eu disse eu vou, eu vou lutar e tirar um pedaço pra mim... aí consegui um pra mim... aí depois eu trouxe minha ex-nora com meus dois netos, os netos sempre morava comigo, e aí depois eu trouxe um filho e por último veio o outro filho mais velho... (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO, AGOSTO DE 2007).

Aqui eu consegui botar esse negocinho aqui, e é aqui que eu tô me sobressaindo, que eu ocupo minha mente, e já posso tirar alguma coisa pra mim e pro meus filhos, os meus dois filhos mais velhos, uma menina de 18 e um menino de 15, que antes de eu vim pra cá, eles moravam comigo, mas depois que nós viemos pra aqui, eles tiveram que morar com o pai, e quem ta comigo é o caçula de 5 anos, então daqui eu já tiro alguma coisa pra mim, para os meus filhos, se tiverem precisando, qualquer coisa assim (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO, AGOSTO DE 2007).

(...) eu não quero ser rica, eu queria ter uma coisa assim pra que eu pudesse ajudar meus netos... eu não sou de ficar pedindo, eu corro atrás, eu luto, eu acho que uma situação melhor é aquela que eu pudesse ajudar meus netos, minha filha, né... pra mim mesma me manter... aí eu acho que o melhor hoje seria isso... ter minha casa... (ENTREVISTA DE UMA OCUPANTE DO MOVIMENTO, AGOSTO DE 2007).



Fonte: Jornal A Tarde

Figura 17: Mãe e suas filhas.

Os depoimentos acima mostram como as mulheres do Movimento, a partir das suas concepções do que é ‘ser mulher’, acabam por reforçar a “maternalização” do sexo feminino, naturalizando a maternidade a partir das diferenças entre os sexos. Isso pode dificultar a construção da cidadania plena por parte dessas mulheres-mães, tal como a sua emancipação e formação de sujeitos políticos autônomos.

A maternidade dessa forma passa a ocupar nesses momentos um lugar de destaque, pois além de responsabilizar somente as mulheres no processo de criação e cuidado com os/as

filhos/as, não visibiliza a variedade de atividades realizadas pelas mulheres no espaço público do Movimento. Tal situação acontece porque em diversos momentos as mulheres são ainda colocadas pelo Movimento e por elas mesmas – reproduzindo a construção de mulher na sociedade patriarcal – como subordinadas e excluídas em relação aos homens, sobretudo, quando são associadas às funções do âmbito doméstico.

A identificação das mulheres com a função maternal no interior do Movimento se dá a partir do “poder” restrito que a maternidade as confere, passando então a ser conteúdo político de poder em estratégias utilizadas pelo próprio Movimento Sem Teto. O Movimento ao utilizar a condição de mães como estratégia para reivindicações, organizações e rebelar-se contra a realidade em que as pessoas da ocupação estão vivenciando – e entre elas as mulheres e seus/suas filhos/as – amplia as possibilidades de conquistas do Movimento.

Entretanto, torna-se fundamental nessas estratégias, no sentido de transformar o gênero numa perspectiva discursiva e dialética, reconstruir na luta política e social os significados e códigos referentes às mulheres na sociedade patriarcal, considerando assim as relações de gênero enquanto categoria histórica e construída, então passível de transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa vão de encontro ao resgate das principais constatações acerca da participação das mulheres no Movimento Sem Teto em Salvador. “Concluir” essa pesquisa significou resumir em algumas páginas diversos momentos importantes percorridos no decorrer da trajetória de doutoramento, trazendo à tona uma breve recapitulação do que foi discutido. Entretanto, nestas considerações finais, chego também a uma conclusão, de que não se termina uma tese e sim a “abandona”, deixando caminhos para futuras pesquisas e reflexões também fundamentais para a construção do conhecimento.

Refletir sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais, e em especial no Movimento sem Teto, representou um desafio, tanto pela especificidade das características do movimento que tem na sua maioria mulheres, quanto pela proposta de entender este Movimento sob a ótica de gênero, buscando trazer à tona questões que são frequentemente desconsideradas em diversos estudos sobre os Movimentos Sociais Urbanos.

Analisar a participação das mulheres neste Movimento, tal como suas relações e ações, na perspectiva de gênero, significou romper com o simples olhar “genérico” inicial do pesquisador, que se modificou durante a construção do objeto de pesquisa. Significou mergulhar num debate em que as relações de poder se configuravam e ainda se configuram como práticas impulsionadoras na definição da condição das mulheres na dinâmica do Movimento.

A participação é tomada nesta pesquisa como a luta por direitos, por aquilo que lhe está sendo negado e a busca por aquilo que lhe pertence, serviu para entender o envolvimento das mulheres do Movimento Sem Teto, na conquista pela moradia, pois as mesmas tomavam (tomam) parte e eram (são) parte do processo político na conquista da cidadania ativa, mesmo

que “invisibilizadas” nas instâncias de poder do movimento, na mídia, por pesquisadores/as, etc.

A iniciativa de mudar as condições desfavoráveis e de pobreza em que se encontravam (encontram), juntamente com filhos/as e outros familiares, impulsionava (impulsionam) as mulheres a realizarem inúmeras tarefas fundamentais para a sustentação e existência do Movimento. Tarefas estas relacionadas à esfera pública – participação em “cargos” de liderança do Movimento, nas assembleias, nos cursos de formação nas ocupações, manifestações públicas, passeatas, resistências nas ocupações – mas, estando em maioria, na esfera privada, desempenhando das necessidades da vida – limpeza da ocupação, feitura dos alimentos, cuidado com os/as filhos/as e nas atividades da casa, etc.

Ao mesmo tempo em que foi possível enxergar as mulheres em toda a dinâmica do movimento, e na “vida” cotidiana dessas ocupações, o pressuposto da invisibilidade das mulheres na ação política no Movimento Sem Teto em Salvador, se comprova. Pois, a presença das mulheres nas instâncias de tomada de decisão do Movimento não garante o reconhecimento merecido das mesmas enquanto sujeitos políticos, já que a lógica patriarcal no “fazer política”, se consolida nas ações de um número maior de homens ocupando tais espaços em detrimento às mulheres, mesmo estas sendo as mais envolvidas nas atividades do cotidiano do movimento. Aspecto que vem sendo legitimado por conta da cultura patriarcal das sociedades, onde atividades dos homens são invariavelmente reconhecidas como mais importantes se comparadas às atividades realizadas pelas mulheres, tendo assim, maior prestígio e valor.

Concordando com Joan Scott (SCOTT, 1991), isso se deve à ideologia das esferas separadas, onde as mulheres são definidas como seres exclusivamente do âmbito privado, restringindo-as a participação na vida pública e política que reforça sua invisibilidade e

desvalorizam suas atividades, impossibilitando seu reconhecimento na sociedade como sujeitos históricos e agentes de mudança.

Dessa forma, na medida em que se envolvem nas atividades do cotidiano (consideradas nessa pesquisa como atividades também políticas), assumem funções “menos valorizadas” e distantes das atividades construídas como de maior valor, quando pensadas sob a lógica da sociedade androcêntrica e patriarcal. As atividades ou funções estão diretamente relacionadas às necessidades da vida, que envolve melhoria das condições de sobrevivência, habitabilidade e sustento dos/as filhos/as, e principalmente por sua condição de mãe, esposas e donas de casa, responsáveis por todos/as. Entretanto, são estas atividades assumidas exclusivamente pelas mulheres nas ocupações que garante a existência, manutenção e organização do Movimento, fazendo deste um movimento político e social.

A construção patriarcal da divisão das atividades sociais repercute como entrave e impede o empoderamento das mulheres do Movimento, influenciando diretamente no número reduzido nas instâncias de decisão nas ocupações (principalmente as funções de coordenação). O empoderamento é um mecanismo pensando nesta pesquisa enquanto processo e que envolve diversos componentes, quais sejam: cognitivo, psicológico, político e econômico. Esses componentes são compreendidos em graus diferentes pelas mulheres do Movimento, dependendo do tipo e grau de envolvimento destas nas ações e práticas cotidianas no interior e fora das ocupações. O grau de compreensão dos componentes do empoderamento vai implicar no rompimento ou não das relações patriarcais presentes fora e dentro das ocupações, relações essas que se apresentam como entraves e desafios ao empoderamento das mulheres.

Mesmo existindo entraves que exclui grande parte das mulheres do Movimento Sem Teto das instâncias de decisão e poder, algumas transpõem esses entraves na medida em que conseguem romper com as amarras do patriarcado, a partir da compreensão da sua subordinação, como obstáculo ao seu empoderamento, na luta pela moradia e na garantia de seus direitos enquanto cidadãs.

As mulheres buscam colocar em prática ações para melhorar sua condição de vida, acreditando nas mudanças a partir do esforço coletivo e individual no Movimento. Isso contribui para o empoderamento dessas mulheres, através da participação na política do cotidiano do Movimento, pois consideramos as atividades de garantia das necessidades da vida humana (específico do espaço privado) como atividades políticas e necessárias para a manutenção, existência e sobrevivência do Movimento Sem Teto. Sem o engajamento dessas mulheres na política do cotidiano, onde são maioria, não seria possível construir e manter um movimento social que tem como principal objetivo suprir uma necessidade básica, a moradia, que é considerada na sociedade patriarcal “o lugar” da mulher.

O segundo pressuposto desta pesquisa, o engajamento das mulheres no Movimento Sem Teto por sua condição de mãe, também foi comprovada, pois a maioria das mulheres que estão nas ocupações se envolveu na luta pela moradia com o objetivo de conseguirem a casa para garantir um teto para seus/suas filhos/as. Essas mulheres se apresentaram como defensoras da família e levavam esse sentimento maternal para as lutas em defesa da conquista da casa, como uma forma de garantir um “futuro melhor” para seus/suas filhos/as.

O sentimento maternal e a condição de mãe dessas mulheres são fortalecidos dentro do próprio Movimento e no público a partir da disseminação também da mídia sobre a responsabilidade do cuidado exclusivo atribuído as elas. As mulheres são “apresentadas” ao mundo público, sob a ótica da mídia (falada, escrita, etc.) como aquelas que cuidam das

crianças, dos/as idosos/as, maridos/companheiros, netos/as, sobrinhos/as e não as que se engajam nas lutas sociais como lideranças políticas. Isso fortalece estereótipos tipicamente femininos que determinam a posição de submissão e inferioridade das mulheres no mundo político e nas instâncias de poder, invisibilizando sua participação efetiva no Movimento Sem Teto.

A condição de mãe atribui às mulheres a responsabilidade de gerar filhos e filhas para a família, para o marido, e para a sociedade, interferindo nas suas conquistas enquanto cidadãs. Concordando com Carole Pateman, a maternidade representa uma antítese à cidadania plena para as mulheres, pois ao considerar que as diferenças maternais reforçam as visões essencialistas das mulheres e não as conduz à política democrática, faz com que as mesmas assumam muito mais deveres reprodutivos na sociedade patriarcal.

O “olhar” maternal atribuído às mulheres no Movimento Sem Teto e na leitura que se faz delas fora do Movimento, implica em ignorar as diversidades de condições em que estas mulheres estão inseridas na sociedade contemporânea e no interior das ocupações, reduzindo sua função social apenas à maternidade, “apagando” outras ações desempenhadas pelas mesmas nas instâncias da vida pública e social.

Sendo assim, os problemas que a concepção de cidadania, de base liberal e patriarcal, traz para as mulheres do Movimento, pode ser superado a partir da construção de um conceito e prática de cidadania que não considere a diferença sexual como algo relevante e não reforce a visão essencialista das mulheres por sua capacidade de reprodução. Seguindo a linha de Chantal Mouffe, as diferenças maternais reforçam a visão essencialista das mulheres e por isso as distanciam de uma política democrática e de reconhecimento, por serem identificadas unicamente pelo pensamento maternal.

Constatamos que a cidadania é vista como “um meio de instituir um novo processo democrático assentado sobre o compromisso com a justiça social, com a ética e com uma moral que seja instaurada na dignidade humana” (ÁVILA, 2001, p. 15) e ainda como uma referência na luta da sociedade contra as desigualdades sociais, discriminações e preconceitos. Essa concepção de cidadania vem se ampliando como um produto de lutas contra a exclusão social e conquista de direitos. As mulheres se encontram nessa luta, no Movimento Sem Teto, em processo de afirmação e empoderamento, como sujeitos de direitos e fazem isso através da organização coletiva e política nas ocupações, buscando com a participação na política do cotidiano no Movimento defender a cidadania.

As mulheres predominam como participantes no Movimento Sem Teto, desenvolvendo diversas ações de caráter público e privado, como descrito anteriormente. Embora, muitas vezes estejam mais presentes na realização de atividades da esfera da necessidade da vida, elas também participam nas esferas de decisão. É na prática da ação política nas esferas pública e privada, que a cidadania torna-se um componente fundamental para que essas mulheres se tornem ativamente participantes, podendo influenciar nos processos de decisões em diferentes instâncias, buscando conquistar interesses comuns, como a moradia.

Assim, o problema da moradia, elemento impulsionador da luta das mulheres “sem teto”, não pode ser entendido como um aspecto isolado e sim como um reflexo da dinâmica complexa da sociedade e das relações sociais construídas ao longo dessa luta em Salvador, que inclui tanto a realidade social quanto econômica das personagens envolvidas. Entendemos que a necessidade ou luta de/por moradia não pode ser reduzida à conquista do bem material (a casa propriamente dita), mas deve englobar a vontade coletiva, individual e as articulações das pessoas em seu meio cultural e familiar (BRANDÃO, 1984).

O Movimento Sem Teto, nesse contexto, representa uma alternativa de conquista da moradia, pela sociedade civil organizada, com nível de renda mais baixo, caracterizando-se, portanto, como um espaço de demanda, sobretudo das mulheres. Através desse Movimento as mulheres se inserem na arena pública, onde as demandas habitacionais se configuram em diferentes setores sociais e varia na própria dinâmica dessa coletividade, visando conquistar a cidadania. Os movimentos sociais como um todo, deixam indícios de possibilidades de mudanças e de construção de outra maneira de pensar as relações de poder nestas instâncias e fora dela.

REFERÊNCIAS

ACAMPADOS na EVA sonham com moradia. **A Tarde**, 02 de Outubro de 2003.

AGUIRRE, Rosario. **El maternalismo en las políticas sociales**. Isis Internacional. Ediciones de las mujeres. n. 25, 1997.

ALAGADOS: na maior favela do país um desafio à civilização. **Diário de Notícias**, 13 de Outubro de 1976.

ALCANTÁRA, Débora Menezes. **Da Malvinas ao Bairro da Paz: História de uma luta pela função habitacional do território urbano**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, monografia, 2005.

ALENCAR, Edgar. **Associativismo rural e Participação**. Lavras/MG: UFLA/FAEP, 2001. 80p.

AMIGOS DOS DESABRIGADOS. “Por um lugar onde morar: subsídios para uma história das invasões e dos desabrigados em Salvador”. **Cadernos do CEAS**, 37: 20-34. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 1975.

APPLE, Rima. **Mothers and medicine: a social history of infant feeding 1890-1950**. New Orleans: Madison, University of Wisconsin Press, 1987.

ARAGÃO, José Wellington Marinho de. “Movimento popular de luta pela terra: Salvador, 1979-1988”. **Cadernos do CEAS**, 149: 61-76. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan.-fev., 1994.

ARATO, A., COHEN, J. La Sociedad Civil y la Teoría Social. In: OLVERA, Alberto J. **La sociedad civil: de la teoría a la realidad**. México: Ed. Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2001, 362p.

ARATO, Andrew. Ascensão, Declínio e Reconstrução do Conceito de Sociedade Civil: orientações para novas pesquisas. **RBCS**, n. 27, ano 10, fevereiro, 1995.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In. ÁVILA, M.B. (org) **Textos e imagens do feminismo**. Mulheres construindo a igualdade. Recife. SOS Corpo, Gênero e Cidadania, p. 15-61, 2001.

BAHIA tem déficit de 850 mil moradias. **A Tarde**, 12 de Julho de 2007.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 1, Apr. 2008.

BARREIRO, L; RIQUELME, J. C. Nuevas voceras de la ciudadanía plena. In: **Cuadernos del Centro Latinoamericano de Capacitación y Desarrollo de los Gobiernos Locales.**, n. 26, Quito, Outubro, 1997.

BARROSO, Zélia. **Violência nas relações amorosas**. Ed. Colibri, 2007.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História da Saúde Pública no Brasil**. São Paulo: Editora Ática. 2008.

BLAY, Eva Alterman. Mulheres movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, vol. 26, p. 63-70, 1980.

- Boca do Rio desafia a valorização da orla. **Tribuna da Bahia**, 22 de Novembro de 1987.
- Boca do Rio nasceu de uma colônia de pescadores. **A tarde**, 14/09/2002
- BOCHICCHIO, Regina. Nas ruas, por um teto. Salvador: **A tarde**, 04 de Setembro de 2003.
- BOCHICCHIO, Silvia. **Movimento dos Sem Teto de Salvador**: estratégias de apropriação dos espaços e territorialização. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2009.
- BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950), In: G. DUBY & M. PERROT (dir.) **História das mulheres no Ocidente. O século XX**. Porto-São Paulo: Afrontamento-EBRADIL. pp.435-477, 1991.
- BONACHI, Gabriela e GROPPi, Angela (Orgs.). **O Dilema da Cidadania**: os direitos e deveres das mulheres. São Paulo: UNESP, 1995.
- BORDENAVE, Juan. **O que é participação**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 211p.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. In: **Revista Planejamento**. 6 (2): 155-172, abril/junho. Salvador, 1978.
- BRITO DA MOTTA, Alda. A participação da mulher nos movimentos coletivos urbanos: notas de um projeto em elaboração. **Cadernos do CEAS**, 136: 54-64. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 1991.
- BRUYNE, Paul. O pólo teórico. In: **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- BUTTAFUOCO, Annarita. La maternidad como estrategia política: el papel del movimiento de las mujeres italianas em la creación de la Casa Nazionale di Maternità. In: BOCK, Gisela, THANE, Pat (org.), **Maternidad y Políticas de Género: la mujer en los estados de bienestar europeos, 1980-1950**, Ediciones Cátedra, Universidade de Valencia, 1996.
- CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de, **Urbanidade Contemporânea**. Salvador: Cadernos do CRH, Vol. 18, n. 45, 2005.
- CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de & LANIADO, Ruthy N. Movimentos sociais e democracia: novos fatos em busca de uma teorização. In: **Caderno CRH**, nº 13. Salvador, Fator Editora, jul./dez. 1990.
- CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- CARVALHO, M. C. A. A. **Participação Social no Brasil Hoje**. Polis Papers. São Paulo, n.2, 1998. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/19982.html>>. Acesso em: 18/08/2002.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. (Trad. Arlene Caetano). São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, Mary e LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: Costa e Bruschini, **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CHANEY, Elsa. **Supermadre. La mujer dentro da política en América Latina**. Fundo de Cultura Económica, México, 1983.

CHAUÍ, Marilena - **Cultura e Democracia**. São Paulo: Moderna, 1984.

CLOUX, Raphael Fontes. **A história urbana do presente do Movimento dos Sem Teto de Salvador**. Universidade Salvador, UNIFACS. Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, 2007. 330 f. Dissertação (mestrado).

COLLINS, Patricia Hill. "Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought". IN: M. M. Fonow e J. A. Cook (eds), **Beyond Methodology: Feminist Scholarship as Lived Research**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1991, pp.:35-59.

COMBES, Danièle e HAICULT, Monique. Produção e reprodução: Relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT (org). **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Como Salvador se faz - dossiê das lutas das comunidades populares de Salvador-Bahia: pelo direito a moradia. **Documento cedido pelas lideranças**. 2003.

COSTA, Ana Alice Alcântara e SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Estudos Feministas**. Ano 2. N.E./1994.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder. Mulher e Política na Bahia**. Salvador: NEIM/ALBa, 1998. Cap. I, II e III, pp.: 19-90

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, p. 9-35, Niterói, 1. sem. 2005.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Disponível em: <http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf> Acesso em junho de 2006.

COSTA. Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992. pp.:127-150

COVA, Anne. El feminismo y la maternidad en Francia: teoría y práctica política, 1890-1918. In: BOCK, Gisela, THANE, Pat (org.), **Maternidad y Políticas de Género: la mujer en los estados de bienestar europeos, 1980-1950**, Ediciones Cátedra, Universidade de Valência, 1996.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena (et al.). **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvona. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESCARRIES, Francine. "Les études féministes... nouveaux savoirs, nouveaux pouvoirs". **Revue de Groupe Interdisciplinaire d'Étude sur les Femmes**, Bruxelles, Université Libre de Bruxelles, v. 2 Été, p. 19-32, 1994.

DIAS, M. C; BORJA, P. C; MORAES, L. R. S. Índice de salubridade ambiental em áreas de ocupação espontâneas: um estudo em Salvador – Bahia. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, v.9, n.1, jan/mar.,89-92, 2004.

DIETZ, Mary G. El concepto es lo que cuenta. Feminismo y teorías de la ciudadanía. **Debate Feminista** (nº especial). México. 2001a, pp. 3-32.

DIETZ, Mary. Cidadania com cara feminista. O problema com o pensamento maternal. **Debate Feminista** (nº especial). México. 2001b. pp. 55-78.

DIETZ, Mary. O contexto é que conta: feminismo e teorias da cidadania. **Debate Feminista** (nº especial). México. 2001c. pp. 3-32.

DOIMO, A.M. **A vez e a voz do popular: movimento sociais e participação política no Brasil pós 70.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 2008.

EM BUSCA de teto. **A Tarde**, 25 de Novembro de 2004.

ESPIÑEIRA GONZÁLEZ, Maria Victória. **O Partido, a Igreja e o Estado.** Salvador: EDUFBA, Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1997.

FAMÍLIAS sem moradia ocupam Clube Português. **A Tarde**, 23 de Fevereiro de 2004.

FIORINO, Vinzia. Ser cidadã francesa: uma reflexão sobre os princípios de 1789. In: GROPPPI, Angela (Orgs.). **O Dilema da Cidadania: os direitos e deveres das mulheres.** São Paulo: UNESP, 1995.

FONSÊCA, A. Sem-teto exigem a casa Própria. Salvador: **A Tarde**, 29 de Out. de 2004. Local, p.3.

FONSECA, Tânia Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FORÇA DOS SEM-TETO preocupa governo. **A Tarde**, 30 de Abril de 2003.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena, et. al. **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na Era do Reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUCHINI, C; UNBEHAUM, S. G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 59-78.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV; 2009. 264 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES. Déficit Habitacional no Brasil 2005. Belo Horizonte, 2006.

GALEOTTI, Ana Elisabetta. Cidadania e Diferença de Gênero: o problema da dupla lealdade. In: BONACHI, Gabriella e GROPPPI, Angela (Orgs.). **O Dilema da Cidadania: os direitos e deveres das mulheres.** São Paulo: UNESP, 1995.

GARCIA, Antonia. Movimentos Sociais da cidade d'Oxum, in: CARVALHO, Ana Maria de [et al.] (org.) **Quem faz Salvador.** Salvador, Edufba, 2002.

GIFFIN, Karen Mary. Produção do conhecimento em um mundo "problemático": contribuições de um feminismo dialético e relacional. **Revista Estudos Feminista**. v. 14, n. 3, p. 635-653, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **O futuro das cidades**. Disponível em <<http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/gohn.html>>. Acesso: ago. 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Redes de Associativismo em São Paulo e a Questão da Moradia. **In: Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. UFPE, Recife, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas contemporâneos**. São Paulo: São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOSS, Karine e PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2, n. 1(2), Jan/Jul, p. 75 a 91, 2004. Disponível em: www.emtese.ufsc.br. Acesso em: 06/07/2006.

GOVERNO DA BAHIA quer diminuir déficit habitacional. **A Tarde**, 20/09/2007. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/economia/noticia.jsf?id=791220>. Acesso em: abril de 2008.

GROPPI, Angela (Orgs.). **O Dilema da Cidadania: os direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: UNESP, 1995.

HABITAÇÃO popular em Salvador depende de recursos federais. **A Tarde**, 14/03/2008. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=852109>> . Acesso em: 14 de março de 2008.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas em sociologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995, p. 07-42.

HARDING, Sandra. "Existe un método feminista?" In: Eli Bartra (org) **Debates em torno a uma metodologia feminista**, México, D.F.: UNAM, 1998, pp.: 09-34.

HARDING, Sandra. Rethinking Standpoint Epistemology: What is Strong Objectivity? In: KELLER, Evelyn Fox & LONGINO, Helen E, (eds.), **Feminism & Science**, Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 235-248.

HARDING, Sandra. **Ciência y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em 15 Mar 2008.

INTEGRANTES do MSTs fazem nova ocupação na Calçada. **A Tarde**, 07 de Junho de 2004.

INTEGRANTES do MSTs protestam em frente à Secretaria de Habitação. **A Tarde**, 18 de Abril de 2004.

JELIN, Elizabeth. **"Introducion" in Woman and Social Change in Latin America**. London/New Jersey, UNRISD/ZED, 1990.

JELIN, Elizabeth. **Los nuevos movimientos sociales**. Biblioteca Política Argentina, Centro Editor de America Latina, Buenos Aires, 1985.

KUSTNER, Rocío Castro. **O Movimento Popular em Salvador: um novo debate nas relações de Gênero, Etnia e Classe**. In: II Bienal de Cultura Afro-Americana, Salvador. Trabalho da Teses Doutoral. Madrid: Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la Universidade Complutense de. 1996.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, vol. 1, out.,1986.

LAMOUREUX, Diane. Público e Privado. In: HIRATA, Helena (et al.). **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LISBOA, Teresa Kleba. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil 2007.

LUNA, Lola. **Los movimientos de mujeres en América Latina y la renovación de la historia política**. Santiago de Cali: Manzana de la Discórdia, 2003. MACEDO, Marcelo Hernandez. Entre a "violência" e a "espontaneidade" reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro: **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Oct. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em abril de 2009.

MACHADO, Lia Zanota. **Perspectivas em confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?** In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.), Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª, 2000.

MANTEGA, Guido. **A Crise Econômica e Suas Consequências Sobre o Emprego e a Renda no País**. In: Observatório da Cidadania. Uruguai: Instituto del Tercer Mundo; Rio de Janeiro: IBASE, n. 3, 1999.

MANTEGA, Guido. **Determinantes e Evolução das Desigualdades no Brasil**. In. Observatório da Cidadania. Uruguai: Instituto del Tercer Mundo; Rio de Janeiro: IBASE, n. 2, 1998.

MARCO, Eva Maria Morata. La maternidad como objeto de estudio de la Historia Social: debate historiográfico sobre el proceso de profesionalización de los Estados de Bienestar. In: MARICATO, Ermínia. **Habitación e Desenvolvimento Urbano: o Desafio da Próxima Década**. Set. 1999. Disponível em:

<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_habitacaodesafiodecada.pdf>. Acesso em: 01/10/2009.

MARICATO, Ermínia. Reforma Urbana: limites e possibilidades, uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JÚNIOR, O. A. dos. **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère. Cidadania. In: DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena (et al.). **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARSHALL, Thomas H. Cidadania e classe social. **In: Cidadania, classe e status**. Rio Janeiro: Zahar, 1967.

MATOS, Ariovaldo. **Corta-Braço**. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

MATOS, Maria Zilda S. **Por uma história da mulher**. Bauru, São Paulo: Edusp, 2000.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. “As invasões na Cidade de Salvador”. **Cadernos do CEAS**, 72: 38-50. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mar.-abr., 1981.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. **As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional**. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 1979.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. As invasões na cidade de Salvador. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.º 72, mar.-abr. 1981.

MILANI, Carlos R. S. **O “Princípio Participativo” na Formulação de Políticas Públicas Locais: análise comparativa de experiências europeias e latino-americanas**. Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, Outubro, 2005.

MILLET, Kate. **Política Sexual**. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1970.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência dramatiza causas. **In: MINAYO, Maria Cecília de Souza & SOUZA, E. R. S. (org).** Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MIRANDA, Luiz Cezar dos Santos. **Vizinhos do (in) conformismo: o Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2009.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Usos e limites da categoria gênero**. Cadernos Pagu, (11). Campinas: UNICAMP, 1998, pp. 99-105.

MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cadernos Pagu, n.16, pp. 199-234. 2001.

MOUFFE, Chantal. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

MOURA, Milton. “A participação política no meio de baixa renda: reflexões a partir do movimento de moradores de Salvador”. **Cadernos do CEAS**, 130: 60-74. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 1990b.

MOURA, Milton. “Notas sobre o verbo invadir no contexto social de Salvador”. **Cadernos do CEAS**, 125: 25-41. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan.-fev., 1990a

MOURA, Monique. **Uma história de luta e amor pela comunidade**. Salvador, Novembro de 2007. Publicado em 3/12/2007. Disponível em: <<<http://soteropolitanosdosuburbio.wordpress.com/2007/12/03/uma-historia-de-luta-e-amor-pela-comunidade/>>>. Acesso em: junho de 2010.

MOVIMENTO DOS SEM TETOS DA BAHIA. **Regimento Interno**. Salvador/BA. Jan., Documento cedido pelas lideranças, 2005.

MOVIMENTO DOS SEM-TETO DA BAHIA. **Regimento Interno**. 16 de janeiro de 2005.

MSTS alcança reivindicações em negociação com a Caixa. **A Tarde**, 03 de Junho de 2004.

MSTS protesta em vários pontos da cidade. **A Tarde**, 28 de Outubro de 2004.

NA BASE DO “ATAQUE” surpresa. **A Tarde**, 02 de fevereiro de 200.

NARI, Marcela. **Políticas de maternidad y maternalismo político: Buenos Aires (1890-1940)**. Buenos Aires, Biblos, 2005, 319 p.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, Abril, 2006.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 8, n. 1, São Paulo, p. 49-55, jan.-abr. 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOVAS INVASÕES em Salvador. **A Tarde**, 24 de Outubro de 2003.

OLESEN, Virgina L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PALMERO, Maria José. **Teoria feminista contemporânea. Una aproximación desde la etica**. Madrid: Complutense. 2004. pp.33-67.

PANFLETO GUERREIRAS Sem Teto na luta pela reforma urbana e pelo aumento do orçamento para as políticas sociais. Salvador: **Documento cedido pelas lideranças**. 08 de março de 2008.

PAOLI, Maria Célia. **As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero**. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, n. 31, outubro, 1991.

PARSONS, Talcott. Cidadania Plena para o Americano Negro? Um problema Sociológico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Caxambú, Minas Gerais, ANPOCS, n. 22, 1993.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Gilbergo Corso; SOUZA, Ângela Gordilho. Condições de Moradia e Infra-estrutura Urbana. In: CARVALHO, Inaiá M. M. de, PEREIRA, Gilberto Corso. **Como Anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador, EDUFBA: 2006.

PINTO, Céli Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992, p. 127-150.

PINTO, João Bosco. Planejamento Participativo: rito ou pratica de classe. In: **Vozes: Revista de Cultura**. São Paulo: V.81, n.1, p. 71-89, jan/fev, 1987.

PORTELA, Ana Paula. Novas e velhas questões sobre o corpo, sexualidade e reprodução. In: ÁVILA, M.B. (org). **Textos e imagens do feminismo**. Mulheres construindo a igualdade. Recife. SOS Corpo, Gênero e Cidadania. p. 15-61, 2001.

PRÉDIO PÚBLICO é alvo dos Sem Teto. **A Tarde**, 21 de outubro de 2003.

PROJETO DO MSTS/MSTB Construindo casas e cidadania Projeto do MSTS/MSTB. Construindo casas e cidadania. **Documento cedido pelas lideranças**. (s/d);

PRONZATO, Carlos. **Vídeo-Documentário Movimento dos Sem Teto de Salvador: Ocupar, Organizar e Resistir**. Salvador: La Maestiza, 2004.

PRONZATO, Carlos. **Vídeo-Documentário Ocupação da CONDER**. Salvador: La Maestiza, 2006.

PROTESTO dos sem-teto. **A Tarde**, 18 Abril de 2008.

RAIMUNDO, Valdenice José. . Mulher negra inserção nos movimentos sociais feminista e negro. **Cadernos de Estudos Sociais** (FUNDAJ), v. 1, p. 1-8, 2006.

RAWLS, John. A Justiça como equidade. In: **Uma teoria da justiça**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

REINHARZ, Shulamit. "Introduction". In: **Feminist Methods in Social Research**, New: Oxford: Oxford University Press, 1992, pp.: 3-17

REVELLI, Phillippe. Os sem-tecto acampam às portas de São Paulo. Revista Le Mond Diplomatique. Disponível em: <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article118>. Acesso em abril de 2008.

RUDDICK, Sara. **Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace**. Boston, Beacon Press, 1989.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena** - experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo, 1970-80. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SANTOS JÚNIOR, O. A. dos. Reforma Urbana: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: FASE, 1995. In: MARICATO, Ermínia; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos. **Teoria e Debate**, n.º 66, abr-jun 2006.

SANTOS, Ademir Sousa. **Reestruturação urbana e movimento popular de luta por moradia: organização e resistência dos moradores à implementação do projeto de requalificação urbana do Dique de Campinas em SSA-BA**. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. Dissertação (Mestrado). 248f.

SANTOS, Cecília McDowell. Democracia participativa e gênero: notas para uma agenda de pesquisa feminista. In: AVRITZER, L. **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SANTOS, Clóvis Souza. As invasões de Salvador. Salvador: **Cadernos do CEAS**, 110: 61-66. Salvador, jul.-ago, 1987.

SANTOS, Janio. Políticas Públicas e Ações Populares: O Caso dos Alagados - Salvador/Ba. **Estudos Geográficos**: Rio Claro, 3(1): 93-110 , jan-jun - 2005

SARDA, Amparo Moreno. El arquetipo viril protagonista de la história. Ejercicios de lectura no androcentrica. **Cuadernos Inacabados**. Barcelona: La Sal, pp 17-68, 1987.

SARDENBERG, Cecília et. a.l. Mulheres e Sindicatos: presença feminine no SINDTÊXTIL-Bahia nos anos 50. In: SARDENBERG, Cecília, VANIN, Iole Macedo e ARAS, Lina Maria Brandão de. **Fazendo Gênero na Historiografia Baiana**. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador:NEIM/UFBA: REDOR, 2002. p. 89-120.

SARACENO, C. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de Gênero e Cidadania. In: BONACHHI, G. E GROPPPI, A. (orgs.) **O dilema da Cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Editora UNESP, 1995, pp. 205-234. SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, n. 16, p. 297-325, 1998.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: **Gender and the politics of History**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1991, p. 153-175.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: _____ **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988, pp.:28-52. [Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993].

SEM TETO anuncia onda de invasões. **A Tarde**, 20 de Agosto de 2003.

SEM TETO cumprem acordo e deixam prédio da Leste. **A Tarde**. Salvador, 04 de setembro de 2003.

SEM TETO de olho em 117 prédios. **A Tarde**, 26 setembro de 2003.

SEM TETO do Paulus espera casa. **A Tarde**, 23 de Abril de 2004.

SEM TETO fazem marcha por moradia. **A Tarde**, 06 de Agosto de 2003.

SEM TETO I. **A Tarde**, 23 de agosto de 2003.

SEM TETO invade prédio no Comércio. **A Tarde**, 01 de setembro de 2003.

SEM TETO invadem centro da cidade. **A Tarde**, 21 de Agosto de 2003.

SEM TETO invadem prédios abandonados em Salvador. **A Tarde**, 25 de Janeiro de 2004.

SEM TETO ocupam prédio no Centro. **A Tarde**, 25 de setembro de 2003.

SEM TETO ocupam prédio no Comércio. **A Tarde**, 21 de Abril de 2004.

SEM TETO organizados em Salvador. **A Tarde**. Salvador, 06 de agosto de 2003. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/jornalatarde/local/noticia.jsf?id=383529>> Acesso em: abril de 2006.

SEM TETO planejam ocupar novas áreas. **A Tarde**, 15 de setembro de 2003.

SEM TETO podem voltar à ativa. **A Tarde**, 21 de Outubro de 2004.

SEM TETO pressionam governo. **A Tarde**, e14 de Agosto de 2007.

SEM TETO prometem radicalizar movimento. **A Tarde**, 12 de Dezembro de 2003.

SEM TETO realizam nova ocupação. **A Tarde**, 05 de Junho de 2007.

SEM TETO se organiza como força política. **A Tarde**, 02 de Fevereiro de 2004.

SEM TETO têm prazo para deixar o INSS. **A Tarde**, 13 de dezembro de 2003.

SEM TETO voltam a ocupar o Clube Português. **A Tarde**, 04 de Maio de 2004.

SEM TETO, sem água e sem comida. **A Tarde**, 24 de Outubro de 2003.

SEM TETO: Perfil do movimento. **A Tarde**, 12 de Novembro de 2004.

SEM TETO: saiba mais. **A Tarde**, 14 de Maio de 2004.

SEM-TETO comemoram Natal. **A Tarde**, 21 de Dezembro de 2004.

SERRA, Sônia. **O Momento: história de um jornal militante**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1987.

SHERER-WARREN, ILSE. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 1999. 2.ed.

SHERER-WARREN, Ilse. **Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SHERER-WARREN, ILSE. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

SHOTTER, J; LOGAN, S. A penetração do patriarcado: sobre a descoberta de uma voz diferente. In: GERGEN, M.; MC Canney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Brasília: edumb/Rosa dos Tempos. 1993. pp. 91-109.

SILVA, Paula; GOMES, Paula B.; GRAÇA, Amândio et al. Acerca do debate metodológico na investigação feminista. **Rev. Portuguesa de Ciências do Desporto**, Set 2005, v. 5, n. 3, p. 358-370. ISSN 1645-0523.

SILVÉRIO, V. **Ação afirmativa e combate do racismo institucional no Brasil**. Palestra proferida no lançamento do III Concurso Negro e Educação. 2003. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org/downloads/01.pdf>. Acesso em Novembro de 2010.

SIMÕES, Maria Lúcia. Invasões: agentes de produção da Cidade do Salvador. **Cadernos do CEAS**, 99: 36-43. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, set.-out., 1985.

SMITH, Dorothy. “**A perspectiva das mulheres como uma crítica radical à sociologia**. Mimeo. (“Women’s Perspective as a Radical Critique of Sociology”, IN: S. Harding (ed.), *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Indiana: Open University Press, 1987, pp.: 84-96. Tradução de Maurício , revisão de Cecilia M. B. Sardenberg.)

SOMERS, Margareth. Citizenship and the Place of the Public Sphere: Law, Community and Political Culture in the Transition to Democracy. **American Sociological Review**, Chicago, v. 58, p. 587-620, Oct. 1993.

SORJ, Bila. Relações de gênero e teoria social. In: **XVII REUNIÃO DA ANPOCS**, Caxambú, MG, 1993 (mimeo).

SOUZA, Ângela Gordilho. Invasões, intervenções e perspectivas: o caso da Cidade do Salvador. **Cadernos do CEAS**, 136: 65-78. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 1991.

SOUZA, Ângela Gordilho. **Limites do habitar**. Salvador: EDUFBA, 2000.

SOUZA, Clêyde. União Paraíso: a luta pelo direito de morar. **Cadernos do CEAS**, 118: 11-20. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 1988.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 252-265.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim com raça para etnicidade? **Estudos afro-asiáticos**, 20, São Paulo, 1991.

Sucom desmonta invasão no Lobato. **A Tarde**, 20 de setembro de 2003.

SUERDIECK, Flávia S. Rodrigues; MAGALHÃES, Daniel Sobrinho. **Padrão Habitacional e Infra-estrutura básica na Bahia dos anos 1990**. Disponível em: www.sei.ba.gov.br/bahia_sintese/index_bs_esd.php. Acesso em: 10 de junho de 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001. 224p.

TEIXEIRA, Elenaldo. Movimentos sociais urbanos em Salvador: um mapeamento. In: CARVALHO, Ana Maria de [et al] (org.) Quem faz Salvador. Salvador, Edufba, 2002.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In, DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90. Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-102.

Texto do MSTs Mulheres, moradia e outras lutas: de quem somos para além do que queremos. Salvador: Documento cedido pelas lideranças., (s/d);

Texto do MSTs, Histórico do MSTs, **Documento cedido pelas lideranças**. (s/d);

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

VALDIVIESO, Perez et. al. **La historia de las mujeres: una revisión historiográfica**. Valladolid: Universidad de Valladolid. 2004. pp. 295-313.

VALLEJOS, Adriana; YANNOULAS, Silvia; LENARDUZZI, Zulma. Lineamientos epistemológicos. En publicación: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 81, n. 199, Brasília. Set-Dez. 2000, p. 425-451. FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/flacso/linea.pdf>> Acesso em 20 Ago. 2006.

VARGAS, Virgínia. Uma reflexão feminista da cidadania. **Estudos feministas**, vol. 8, n. 2, 2000. pp. 170-190.

VARIKAS, Eleni. Igualdade. In: HIRATA, Helena (et al.). **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VIEIRA, Liszt. Notas sobre o conceito de cidadania. **Revista Brasileira de Informação**. Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 51, p.35-48. 2001.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económico, 1964.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed., Porto Alegre: Bookman, 2002.

YUVAL-DAVIS, Nira. Mujeres, ciudadanía y diferencia. In: HOLA, Eugenia; PORTUGAL, Ana Maria (orgs). **La ciudadanía a debate**. Santiago, Chile: Isis Internacional, 1997. pp.35-53.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Primeiro roteiro para entrevista (elaboração do projeto de pesquisa)

- 1- Um pequeno histórico do movimento em Salvador
- 2- Origens das pessoas (a região, a classe, a raça)
- 3- As pessoas têm trajetória de participação política ou estão aprendendo a fazer política?
- 4- Como o MSTS se faz perceber na sociedade – estratégias de reivindicações?
- 5- Quais os principais aliados do MSTS?
- 6- Como o movimento está representado por sexo (homens e mulheres), raça e idade?
- 7- Quais as mulheres estão presentes (jovens, idosas, mães, casadas solteiras...)?
- 8- O MSTS discute a condição/posição das mulheres (questões de gênero)?
- 9- Como elas quebram as amarras da mulher dona de casa e parte para luta? Elas participam das discussões? Assumem posição de lideranças?
- 10- Elas têm noção do que é participar neste movimento social? Da possibilidade de ter uma condição melhor, de exercer a cidadania e de ter poder?
- 11- Como fica a relação entre mães com filhos (com maridos) neste processo no Brasil.
- 12- Como o poder público percebe as pessoas do MSTS?

APÊNDICE B

Roteiro para Entrevista – Mulheres

1. Identificação (nome, idade, local)
2. Vive de que? De onde tira o sustento?
3. Quantas pessoas na família? Quais pessoas?
4. Sua escolaridade?
5. Quem é a/o chefe/e da família? Quem sustenta a família?
6. A quanto tempo está ligada ao MSTS/MSTB?
7. Por que entrou no MSTS/MSTB? Como?
8. Além da casa porque esta no movimento?
9. Tem posição de comando, coordenação, etc?
10. O que significa ser do movimento sem teto? (cidadania, poder)
11. O que você entende por cidadania? Se sente cidadã? Por quê?
12. Pra você o que ter direitos? Como uma pessoa pode se sentir tendo direitos?
13. Qual a importância do MSTS/MSTB?
14. O que mudou na sua vida depois do MSTS/MSTB?
15. Você acha que tem controle sobre sua vida?
16. O que gostaria que mudasse na sua vida?
17. Qual seu maior medo?
18. E se não conseguir a casa?
19. Como é sua relação com os/as filhos/as? E marido? A família?
20. O que é ser mãe?
21. Qual a dificuldade de ser mãe e estar nessa condição/não ter moradia?
22. Já houve alguma confusão com a família por causa de sua participação no movimento? Que tipo?
23. O MSTS/MSTB discute a condição/posição das mulheres (questões de gênero)?
24. Discute alguma coisa sobre a saúde das mulheres? Como trata os problemas de saúde?
25. Você participa das discussões? Por quê?
26. Você acha que as mulheres são respeitadas nas discussões? E nas ocupações?
27. Elas têm noção do que é participar neste movimento social?
28. Quais as funções/atividades/responsabilidades das mulheres na ocupação?
29. Como as mulheres participam nas manifestações?
30. Tem alguma história ou fato interessante em envolvendo mulheres nas manifestações?
31. Quem trabalha mais nas ocupações os homens ou as mulheres? Por quê?
32. Como o poder público percebe as pessoas do MSTS/MSTB?
33. Você já presenciou casos de violência? Com quem? O que você fez?
34. Como é tratada a questão da violência na ocupação?

APÊNDICE C

Roteiro para Entrevistas - Coordenação

1. Identificação (nome e posição que ocupa no movimento)
2. Falar um pouco da sua trajetória no movimento social (antes do MSTS até hoje)
3. Um pequeno histórico do movimento em Salvador
4. Origem das pessoas (a região, a classe, a raça)
5. As pessoas têm trajetória de participação política ou estão aprendendo a fazer política?
6. Como o MSTS/MSTB se faz perceber na sociedade – estratégias de reivindicações?
7. Quais os principais aliados do MSTS/MSTB (na sociedade, governo, outros movimentos sociais, organizações)?
8. Como o movimento está representado (composição) por sexo (homens e mulheres), raça e idade?
9. Quais as mulheres estão presentes (jovens, idosas, mães, casadas solteiras...)?
10. O MSTS/MSTB discute a condição/posição das mulheres (questões de gênero)?
11. Como elas quebram as amarras da mulher dona de casa e parte para luta? Elas participam das discussões? Assumem posição de lideranças?
12. Elas têm noção do que é participar neste movimento social? Da possibilidade de ter uma condição melhor, de exercer a cidadania e de ter poder?
13. Quais as principais funções das mulheres no MSTS/MSTB?
14. Como fica a relação entre mães com filhos, mulheres com maridos, das mulheres que participam do movimento.
15. Como é tratada a questão da violência na Ocupação?
16. Como o poder público percebe as pessoas do MSTS/MSTB?
17. Como é a Relação dos MSTS/MSTB com outros movimentos?
18. Como você vê a participação de partido no Movimento?
19. Quais as principais dificuldades do movimento?

ANEXOS



ANEXO A

REGIMENTO INTERNO MOVIMENTO DOS SEM TETO DA BAHIA

CAPÍTULO I – MISSÃO E PRINCÍPIOS

O MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia – é um movimento de caráter estadual, fundado no “I Congresso do Movimento dos Sem Teto de Salvador”, e tem como objetivo a organização e defesa daqueles que enfrentam a problemática da falta de MORADIA em nosso estado.

O MSTB entende que outras necessidades, tais como Saúde, Educação, Lazer, Segurança, Creche, Meio Ambiente, Emprego, etc., fazem parte da LUTA por MORADIA e Reforma Urbana que atenda os interesses dos setores excluídos da sociedade.

O MSTB entende que a ocupação de prédios e terrenos abandonados se legitima quando o Estado nega o direito à moradia a milhões de famílias, contribuindo para a degradação da qualidade de vida.

O MSTB é um movimento autônomo, independente do Estado, partidos políticos e outras instituições, podendo se relacionar com estas quando necessário, sem que isto implique na perda de sua autonomia.

O MSTB é um movimento pela cidadania que parte da comprovação de que para os setores populares esta não existe em nosso país, e procura construir alternativas nesta perspectiva, e compreende que a garantia dos Direitos Humanos, Justiça Social, Solidariedade, Qualidade de Vida e Participação Popular só serão alcançados com a Igualdade Econômica, Política e Social.

O MSTB solidariza-se na LUTA CONTRA TODA FORMA DE OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO existente e presta solidariedade aos trabalhadores de todo mundo.

O MSTB tem como princípios norteadores a mais ampla Democracia interna, não fazendo distinção entre militante e coordenadores de qualquer instância nas suas relações cotidianas.

CAPÍTULO II – DAS INSTÂNCIAS DE DIREÇÃO

ART. 1. São instâncias de deliberação:

- I. Brigadas;
- II. Coordenação Local;
- III. Assembleia Local;
- IV. Coordenação Municipal;
- V. Coordenação Estadual; e
- VI. Congresso Estadual.

ART. 2. DAS BRIGADAS

§ 1. Toda ocupação deverá ser dividida em Brigadas, que serão identificadas por um nome atribuído pelos próprios membros da Brigada.

Adendo único – Cada Brigada deverá ser composta de acordo com o número de famílias na ocupação, assim sendo, naquela constituída de 50 (cinquenta) famílias, deverão ser 10 (dez) por Brigada, naquela que abrigar de 50 (cinquenta) a 100 (cem) famílias, deverão ser 20 (vinte) por Brigada, e naquela tiverem acima de 100 (cem) famílias, deverão ser 40 (quarenta) por Brigada.

§ 2. Cada Brigada elegerá um coordenador, de 03 (três) em 03 (três) meses, que ficará responsável pela representação da mesma na coordenação local.

§ 3. Cada Brigada administrará e se responsabilizará pelo imóvel por um período de uma semana em regime de revezamento.

§ 4. O processo de transição da atual forma de organização para o regime de Brigadas deverá ocorrer num prazo máximo de 03 (três) meses, contados a partir do I Congresso, podendo, se possível, ser implantado logo após.

§ 5. Durante sua gestão, cada Brigada assumirá a responsabilidade pela limpeza, portaria, segurança e outras atividades que envolvam a coletividade, sendo proibida a remuneração por serviços prestados à ocupação de qualquer um membro desta.

§ 6. Em caso do não cumprimento das responsabilidades sem justificativa válida, por parte das Brigadas, seus membros estarão sujeitos às penalidades expressas nas Normas de Convivência.

ART. 3. DA COORDENAÇÃO LOCAL

§ 1. A Coordenação Local será composta por 3 (três) membros eleitos em Assembleia, com mandato de um ano e direito à reeleição, através do voto secreto ou por aclamação, acrescido de um representante por Brigada.

Adendo único – Só poderão se candidatar aqueles com passado ético não questionável e que tiveram participação ou que estejam ingressando em algum tipo de curso de Formação Política pelo Movimento promovido.

§ 2. A Coordenação Local terá a responsabilidade de fiscalizar e orientar o trabalho das Brigadas, bem como dar condições para a Formação Política das pessoas da ocupação, dirigir e encaminhar as decisões tomadas pela Assembleia Local.

§ 3. As Coordenações dos Núcleos serão compostas de 3 (três) membros, acrescido de mais 1 (um) por cada 50 (cinquenta) presentes na Assembleia convocada para a eleição da Coordenação Local.

ART. 4. DA ASSEMBLEIA LOCAL

Parágrafo único – A Assembleia Local será composta por todos os membros da ocupação ou do núcleo com idade a partir de 16 anos, convocada pela Coordenação Local ou Abaixo-assinado de 30% (trinta) dos moradores, e terá a função de discutir e decidir sobre todas as questões que envolvam a ocupação.

Adendo único – A não participação nas atividades acarretará em perda de pontos para o recebimento das casas.

ART. 5. DA COORDENAÇÃO MUNICIPAL

§ 1. A Coordenação Municipal será composta por todos os membros da Coordenação Estadual que residem no município, acrescido de um membro de cada ocupação ou núcleo.

Adendo único – A falta não justificada por 3 vezes seguidas às reuniões de coordenação, ou 5 ausências aleatórias a esta, também sem as devidas justificativas, acarretará no afastamento do coordenador.

§ 2. A Coordenação Municipal terá a função de discutir e decidir sobre questões que envolvam o Movimento no âmbito municipal, prestar assistência às ocupações e núcleos, obedecendo as prerrogativas desse Regimento.

§ 3. As Coordenações Municipais terão com prerrogativa, quando necessário, de convocar assembleias para discutir e deliberar acerca de questões que envolvam o município.

ART. 6. DA COORDENAÇÃO ESTADUAL

§ 1. A Coordenação Estadual será composta de 21 (vinte e um) membros eleitos no I Congresso Estadual, acrescido de mais 1 (um) membro de cada município que aderir ao Movimento após a realização do I Congresso.

§ 2. Cabe a Coordenação Estadual fazer cumprir as deliberações do Congresso, decidir sobre questões que envolvam o Movimento em todo estado, prestar assistência aos municípios, bem como aplicar o Regimento Interno em todas as instâncias de deliberação do Movimento.

§ 3. As atribuições dos membros da Coordenação Estadual serão definidas na primeira reunião dessa instância após o Congresso.

ART. 7. DO CONGRESSO

Parágrafo único – O Congresso é a instância máxima de deliberação do Movimento, e será realizado a cada 3 (três) anos, convocado pela Coordenação Estadual, e terá a função de elegê-la, decidir sobre o Regimento Interno e deliberar sobre todas as questões referentes ao Movimento.

CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 8. O Movimento adotará a sigla MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia –, porém cada município poderá criar uma sigla específica, ou manter a que já existe para garantir sua referência histórica.

ART. 9. Os casos omissos nesse Regimento serão analisados e decididos pela Coordenação Estadual, em caráter provisório, até a realização do próximo Congresso.

ART. 10. Uma Comissão de Ética será eleita pelo Congresso Estadual para analisar e julgar os casos que ferem as Normas de Convivência e os Princípios estabelecidos nesse Regimento.

Adendo único – A Comissão de Ética deverá se reunir de um em um mês.

ART. 11. Os Núcleos deverão desenvolver bimensalmente atividades de intercâmbio e integração com as ocupações.

CAPÍTULO IV – NORMAS DE CONVIVÊNCIA

ART. 12. Todos os filiados são iguais, independente de condição social, raça, gênero, opção sexual, credo religioso, não sendo permitido o privilégio de qualquer um, seja ele militante de núcleo, ocupação ou qualquer instância de direção do Movimento.

ART. 13. Todo filiado tem direito a votar nas assembleias, podendo participar de qualquer esfera de direção, desde que seja eleito para este fim.

ART. 14. Todo filiado tem a obrigação de zelar pelos imóveis ocupados, sendo passível de punição quem dilapidar ou roubar qualquer patrimônio do imóvel ocupado.

ART. 15. Todo filiado tem o direito de questionar qualquer liderança ou dirigente, sendo livre o direito à crítica, desde que feita nas instâncias apropriadas.

ART. 16. A definição e responsabilidade sobre a realização de ocupação é da Coordenação Estadual, exceto os casos onde houver ordem judicial com desapropriação imediata.

Parágrafo único – Em caso de desapropriação imediata com força policial, os dirigentes presentes se responsabilizarão e definirão coletivamente, em assembleia convocada para tal fim, os rumos das famílias.

ART. 17. É da Coordenação a definição sobre a criação de Núcleos ou ampliação do número de filiados.

ART. 18. Todas as decisões que envolvam a coletividade das ocupações serão tomadas em Assembleia, e não terão validade, se ocorrer, as decisões unilaterais tomadas por qualquer coordenador.

ART. 19. Todo filiado ou membro de direção terá trânsito livre em qualquer ocupação ou núcleo, desde que respeitando as regras específicas dos mesmos.

ART. 20. Só participarão de reuniões da Coordenação Municipal os membros eleitos pelas ocupações e núcleos que estejam devidamente oficializados.

ART. 21. Fica sob a responsabilidade da Coordenação Local resolver coletivamente os problemas das ocupações e núcleos, sendo que a Coordenação Municipal só poderá ser solicitada quando o problema extrapolar o âmbito local.

ART. 22. Será passível de expulsão do Movimento o filiado que cometer roubo, estupro, espancamento, particularmente contra mulheres e crianças, homicídio, uso e tráfico de drogas, usar indevidamente o nome do Movimento ou quaisquer outros crimes que tragam problemas para este.

Parágrafo único: Todos os crimes serão julgados pela Comissão de Ética, que terá a prerrogativa de arbitrar a pena, num prazo de 30 dias, a contar da data da queixa, podendo afastar o acusado, caso provas contra ele sejam apresentadas.

Adendo único – Exceto os flagrantes, que deverão ser julgados e as resoluções apontadas pela Coordenação, mediante relatório com provas, não serão julgados pela Comissão de Ética.

ART. 23. O destino de qualquer doação que chegar às ocupações ou núcleos será definido pela Coordenação Local ou Assembleia especificamente convocada para este fim.

Adendo único – Os documentos para a solicitação de doações para o movimento deverão ser assinados por, no mínimo, três membros da Coordenação Estadual, e tal solicitação deverá ser discutida em assembleia da mesma instância de coordenação.

ART. 24. Será constituída em cada ocupação uma Comissão de Vistoria, que fará o levantamento dos objetos encontrados no imóvel, devendo esta apresentar relatório à Coordenação Municipal.

Parágrafo único – A Comissão de Vistoria, que será responsável pela fiscalização do patrimônio, deverá ser eleita em Assembleia Local, só podendo participar o filiado nunca acusado de dilapidação ou furto do bem alheio, sendo passível de expulsão da Comissão aquele integrante sobre o qual surgirem provas de ter cometido tais crimes.

ART. 25. Todos os empreendimentos para a Geração de Trabalho e Renda desenvolvidas nas ocupações deverá ter o aval da Coordenação Estadual.

ART. 26. Todo filiado deverá apresentar no ato da filiação seus antecedentes criminais, assim como dos demais membros da família, sendo que tais apresentação deverá ser feita a cada 3 (três) meses.

§ 1. Aquele que pretende se filiar ao Movimento deverá deve ser indicado por um filiado.

§ 2. Todos os membros da família deverão fornecer 2 fotos 3X4 e fotocópias do RG e do CPF, devendo no momento do cadastramento apresentar os originais dos documentos referidos.

ART. 27. Cada ocupação deverá desenvolver formas de identificação dos acampados para evitar o acesso de pessoas externas e/ou estranhas ao Movimento, a quem não foi dada a permissão para tal trânsito.

ART. 28. O não cumprimento das responsabilidades assumidas pelo acampado dentro das Brigadas, sem a devida justificativa, será passível de punição definida pela Coordenação Local e, se necessário, pela Municipal.

§ 1. As punições deverão se caracterizar como advertência e afastamento provisório ou permanente, inicialmente da Brigada e, a depender da gravidade, até da ocupação ou do Movimento, de acordo com os prejuízos causados ao Movimento.

§ 2. Serão enviadas correspondências às outras ocupações, no decorrer do processo de julgamento, informando-as sobre o acontecido.

ART. 29. Os casos omissos nessas Normas de Convivência serão analisados e decididos pela Coordenação Estadual.

ANEXO B

Cadastro das ocupações de Movimento dos Sem-Teto de Salvador realizado pela Secretaria Municipal da Habitação no período de 2005 a 2007

Levantamento 2005

Nº ordem	Referência/localização	Nº famílias
1	Prédio da Alfred – Mares	109
2	Galpão da Barreto Araújo – Baixa do Bonfim	54
3	Edifício Matelba – Campinas de Brotas ▪	30
4	Escola Jória Andrade – Rua Carlos Gomes – Centro ▪	4
5	Clube Português – Pituba ▪	85
6	Prédio do Conselho Tutelar – Dois Leões	45
7	Escola Nossa Senhora da Penha – Ribeira	16
8	Área da Estrada Velha do Aeroporto (Km 12) – Mussurunga	134
9	Galpão da Leste – Calçada	104
10	Prédio do Irte – Mares ▪	23
11	Área próxima as obras do metrô – Vila Metrô	204
12	Edifício Rajada, Praça Marechal Deodoro – Comércio	56
13	Prédio do Ipac – Soledade	20
14	Prédio da Toster – Baixa do Bonfim	124
TOTAL		1008

Levantamento 2006

Nº ordem	Referência/localização	Nº famílias
15	Área da Estrada Velha do Aeroporto – Mussurunga	55
16	Prédio do Cine Pax – Baixa do Sapateiro ▪	87
17	Clube Palmeira – Barra	12
18	Prédio da Ladeira da Praça – Centro	62
19	Galpão do Largo do Retiro – Retiro ▪	47
20	Casa na Rua da Mangueira – Mouraria ▪	10
21	Galpão da Rua Nilo Peçanha, Saboaria – Calçada	133
22	Edifício Tabajara – Costa Azul ▪	47
23	Área em Jardim Nova Brasília – Nova Brasília	30
24	Edifício Lord – Rua Carlos Gomes – Centro	35
25	Prédio na Avenida J.J. Seabra – Baixa do Sapateiro	23
TOTAL		541

Levantamento 2007

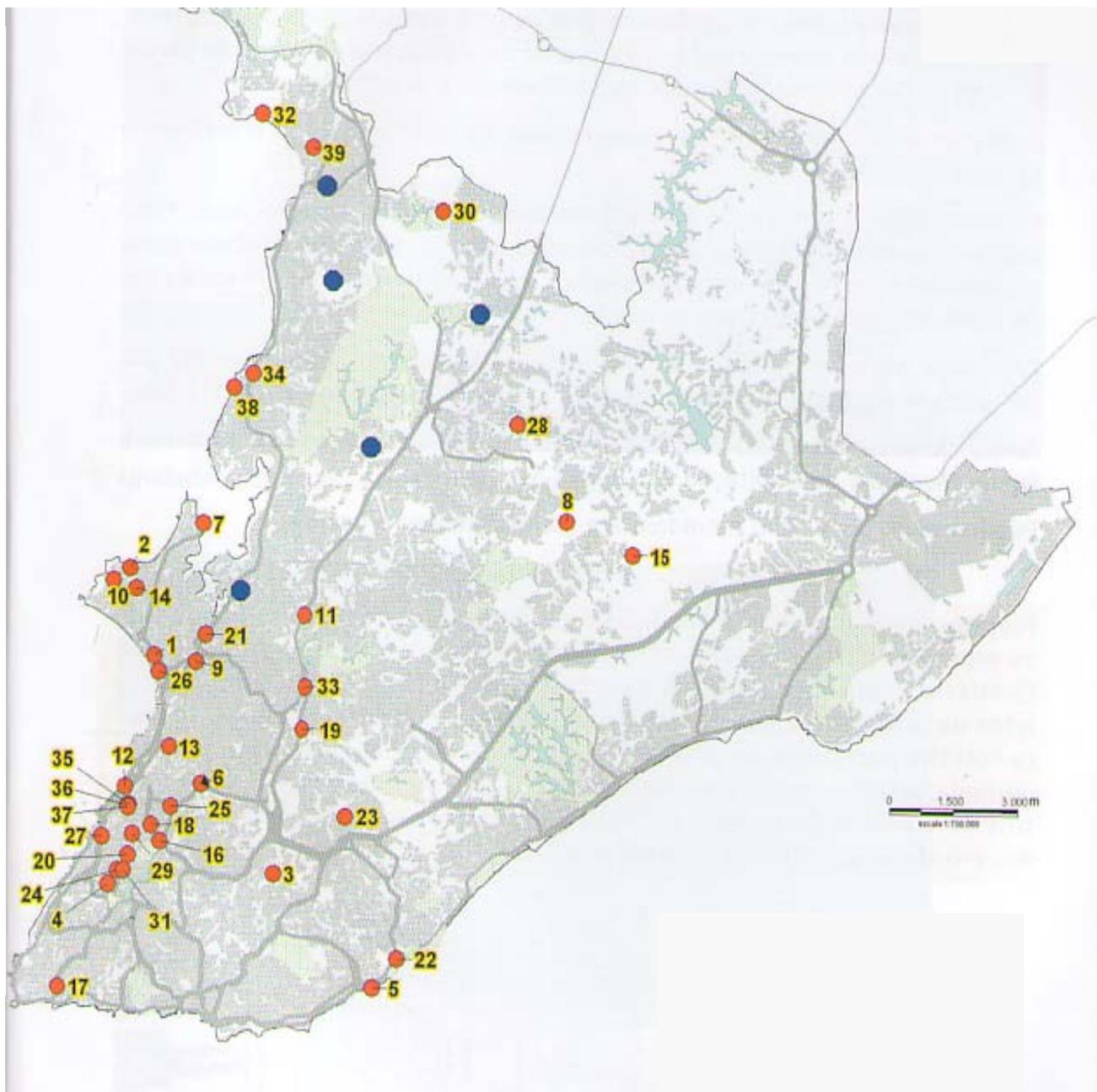
Nº ordem	Referência/localização	Nº famílias
26	Edifício Sampaio, praia do Canta Galo – Calçada	17
27	Prédio da Rua Chile – Centro	60
28	Área em Vila Esperança – Cajazeira VI	300
29	Prédio da Ladeira do Prata – Centro	60
30	Área da Lagoa da Paixão – Valéria	1000 (*)
31	Área no Tororó – Centro	130 (*)
32	Área em Tubarão – Paripe	207 (*)
33	Área na BR-324 – Bom Juá	17
34	Área em Escada – Coelba	350
35	Prédio da Rua do Passo – Centro	30
36	Prédio da Rua do Passo nº 32 – Centro	76
37	Prédio da Rua do Passo nº 46 – Centro	29
38	Área em Periperi – Linha Férrea	300 (*)
39	Fábrica de Mamona – Imbasa – Paripe	300 (*)
TOTAL		2876
TOTAL GERAL		4425

▪ Área / imóvel atualmente desocupado; (*) informações dos Movimentos; (**) Cadastro da PMS, em 03/2007

Fonte: PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SALVADOR – 2008 – 2025. Prefeitura Municipal do Salvador. Secretaria Municipal da Habitação - Sehab

ANEXO C

Mapa de ocupações do MSTs/MSTB



LEGENDA

- NÚCLEO DE CADASTRO MSTs
- OCUPAÇÕES

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB; Cadastro SEHAB/PMS, jan/2007 (Informações MSTs/MSTB), in *Plano Municipal de Habitação de Salvador – 2008-2025*.